

PUCRS

FACULDADE OU ESCOLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
FACULDADE DE FILOSOFIA

ANGELA GONÇALVES

A CRÍTICA DE THOMAS REID À TEORIA DAS IDEIAS EM RENÉ DESCARTES

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ANGELA GONÇALVES

A CRÍTICA DE THOMAS REID À TEORIA DAS IDEIAS EM RENÉ DESCARTES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia como requisito à obtenção do grau de Doutora em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

G643a Gonçalves, Angela

ACDTRATDIERD / Angela Gonçalves. – 2021.

181.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich.

1. Epistemologia. 2. Teoria das ideias. 3. Ceticismo. 4. Teoria do
senso comum. 5. Crítica. I. Pich, Roberto Hofmeister. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ANGELA GONÇALVES

A CRÍTICA DE THOMAS REID À TEORIA DAS IDEIAS EM RENÉ DESCARTES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia como requisito à obtenção do grau de Doutora em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ___ / ___ / _____

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Dr. Prof. Juliano do Carmo

Dr. Prof. Luciano Marques de Jesus

Dr. Prof. André Luiz Neiva

Dr. Prof. Fabio Caprio

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

Também aos meus pais pela compreensão e pelo apoio constante.

Ao meu orientador — professor Dr. Roberto Hofmeister Pich, renomado professor da PUCRS —, pelo incentivo ao desenvolvimento desta obra, feito com gentileza, compreensão e competência.

Agradeço também a dedicação e o empenho do professor Dr. Luciano Marques de Jesus pelos esclarecimentos, os quais certamente contribuíram para qualificar minha tese.

Ao financiamento desta Tese pela bolsa Capes.

À PUCRS pela oportunidade de estudar nessa prestigiada Universidade.

A CRÍTICA DE THOMAS REID À TEORIA DAS IDEIAS EM RENÉ DESCARTES

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar a crítica de Thomas Reid à teoria das ideias, em especial, a teoria das ideias em René Descartes; analisá-la, defender que a teoria das ideias não incorre em ceticismo e mostrar que Reid não compreendeu a epistemologia de Descartes. Portanto, o problema a ser investigado é se realmente a teoria das ideias incorre em ceticismo, se Reid compreendeu Descartes e fazer a defesa da teoria das ideias de Descartes. Para tal, aponta como Reid apresenta Descartes no seu livro intitulado *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum* e na sua obra *Ensaio sobre os Poderes Intelectuais dos Homens*. Primeiramente, assinala, na primeira obra supracitada, os aspectos levantados por Reid quanto à descrença por parte de Descartes do mundo material, a crítica de Reid às ideias dos sentidos, também a crítica do autor às imagens e impressões na mente que Descartes defende, e, por último, apresenta a defesa que Reid faz sobre analogias e conjecturas que induzem à teoria das ideias ao erro. Nos *Ensaio sobre os Poderes Intelectuais dos Homens*, Reid apresenta, de uma forma mais aprofundada, as operações mentais e continua fazendo críticas à falácia dos sentidos, à teoria da percepção em Descartes e apresenta as teses que vão de encontro à teoria das ideias e quais são as causas para que essa teoria incorra em ceticismo. Posteriormente, apresenta a epistemologia de Thomas Reid e a sua “filosofia do senso comum” como uma alternativa ao ceticismo cartesiano. Reid é considerado um filósofo realista, pois defende uma forma de realismo direto para o conhecimento sensível através da concepção-percepção como forma de conhecimento. Explana a teoria da evidência reidiana, explicando-se os atos mentais como concepção, percepção, sentidos, crença, memória. Ademais, apresenta o método de Reid, “a indução”, o que é e como funciona fundamentado nas *Regulae Philosophandi* que, para o autor, são as máximas do senso comum, pois são usadas no dia a dia das pessoas. Ainda, explica o que é a teoria geral do senso comum. Num outro momento, apresenta o método cartesiano e o que são as ideias para Descartes, pois é o cerne de seu representacionismo. Faz uma explanação da teoria da evidência cartesiana, explicando-se memória, percepção, imaginação, concepção e os sentidos. Explica o que é a teoria das ideias também e como se dá o acesso entre mente e mundo material. Por fim, defende que a teoria das ideias não incorre em ceticismo, apresenta argumentos e teses para essa sustentação; a teoria

do senso comum seria um primeiro grau de conhecimento, enquanto a teoria das ideias um grau superior por defender ideias, representação.

Palavras-chave: Epistemologia. Teoria das Ideias. Ceticismo. Teoria do Senso Comum. Concepção. Percepção. Grau.

THOMAS REID'S CRITICISM TO THEORY OF IDEAS IN RENÉ DESCARTES

ABSTRACT

The objective of this work is to show Thomas Reid's criticism of the theory of ideas, in particular, the theory of ideas in René Descartes, to analyze the two theories and to defend that the theory of ideas does not incur skepticism, and furthermore, to show that Reid does not understand Descartes' epistemology. So, the problem to be investigated is whether the theory of ideas really incurs skepticism, whether Reid understood Descartes and making the case for Descartes' theory of ideas. To this end, it shows how Reid presents Descartes in his book entitled "Investigation of the Human Mind according to the Principles of Common Sense" and in his work "Essay on the Intellectual Powers of Men". Firstly, the aspects mentioned by Reid about Descartes' disbelief in the material world, Reid's critique of the ideas of the senses, the author's criticism of images and impressions in the mind that Descartes defends are shown in the first work mentioned above, and finally, Reid's defense of analogies and conjectures that lead the theory of ideas to error is presented. In the Essays on the Intellectual Powers of Men, Reid presents mental operations in more depth and continues to criticize the fallacy of the senses, the theory of perception in Descartes and presents Reid's theses against the theory of ideas and what they are. the causes for this theory to fall into skepticism. Subsequently, Thomas Reid's epistemology and his "philosophy of common sense" are presented as an alternative to Cartesian skepticism. Reid is considered a realistic philosopher, because he advocates a form of direct realism for sensitive knowledge through conception-perception as a form of knowledge. The theory of reidian evidence is explained, explaining mental acts such as conception, perception, senses, belief, memory. In addition, Reid's method, "induction", is presented, what it is and how it works based on the *Regulae Philosophandi* which, for the author, are the maxims of common sense, as they are used in people's daily lives. Still, it explains what the general theory of common sense is. In another moment, the Cartesian method is presented and what are the ideas for Descartes, because it is the core of his representationism. An explanation of the theory of Cartesian evidence is made explaining memory, perception, imagination, conception and the senses. It explains what the theory of ideas is also and how the access between mind and material world occurs. Finally, it is argued that the theory of ideas does not incur skepticism, arguments and theses are presented for this support; the theory of

common sense would be a first degree of knowledge, the theory of ideas a higher degree for defending ideas, representation.

Keywords: Epistemology. Theory of Ideas. Skepticism. Common Sense Theory. Conception. Perception. Degree.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. COMO REID APRESENTA DESCARTES NA “INVESTIGAÇÃO SOBRE A MENTE HUMANA SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DO SENSO COMUM”.	12
2.1 CÉTICISMO	12
2.2 DESCARTES: A MENTE COMO FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO	17
2.3 A DESCRENÇA DA EXISTÊNCIA DO MUNDO MATERIAL, SEGUNDO A TEORIA DAS IDEIAS.....	19
2.4 CRÍTICA ÀS IDEIAS DOS SENTIDOS	22
2.5 SENTIDOS CONSIDERADOS COMO QUALIDADE DOS CORPOS.....	31
2.6 IMAGENS E IMPRESSÕES NA MENTE	38
2.7 ANALOGIAS E CONJECTURAS INDUZEM A TEORIA DAS IDEIAS AO ERRO	40
3. COMO THOMAS REID APRESENTA DESCARTES NO ENSAIO SOBRE OS PODERES INTELLECTUAIS DOS HOMENS.....	55
3.1 CRÍTICA À FALÁCIA DOS SENTIDOS EM DESCARTES	55
3.2 CRÍTICA À TEORIA DA PERCEPÇÃO EM DESCARTES	58
3.3 OS SENTIDOS CONSIDERADOS COMO SENSAÇÕES NA MENTE (ideias de sensação)	62
3.4 TEORIA DAS IDEIAS: PERCEBER É PERCEBER IDEIAS OU IMAGENS NA MENTE	65
3.5 A CRÍTICA DE THOMAS REID À TEORIA DAS IDEIAS EM RENÉ DESCARTES	69
4. A EPISTEMOLOGIA DE THOMAS REID E A SUA TEORIA GERAL DO SENSO COMUM	87
4.1 CONCEPÇÃO	87
4.2 PERCEPÇÃO.....	94
4.3 OS SENTIDOS.....	97
4.4 A CRENÇA E A IMEDIATICIDADE	100
4.5 MEMÓRIA.....	103
4.6 O MÉTODO DE THOMAS REID.....	104
4.7 A TEORIA GERAL DO SENSO COMUM	120
5. O MÉTODO DE DESCARTES	124
5.1 O QUE SÃO IDEIAS PARA DESCARTES.....	136
5.2 PERCEPÇÃO, MEMÓRIA, IMAGINAÇÃO E CONCEPÇÃO PARA DESCARTES	148

6. IDEIAS OU REALISMO DIRETO?.....	152
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177

1. INTRODUÇÃO

Descartes, filósofo, físico e matemático, viveu entre 1596-1650; ele vivenciou a discussão cética sobre a questão da ciência e, conseqüentemente, da filosofia, no período que vai do Humanismo Renascentista (século XV aproximadamente) até o final do século XVII. A discussão cética requer urgentemente a defesa de uma ciência com fundamentos sólidos. Surge, então, um oponente ao ceticismo: René Descartes. Ele apresenta a defesa de uma ciência cujos fundamentos são sólidos, calcados sob o racionalismo. Dessa forma, a razão é que será o critério de verdade. Nesse mundo racional, nascem a ciência e a filosofia modernas. Pela primeira vez, a filosofia e as ciências vão buscar, na substância finita (o homem), seus alicerces.

O novo paradigma será a subjetividade, ou seja, o conhecimento partirá do ser que conhece para o ser exterior. Descartes continuou com a teoria das ideias dos antigos, porém com algumas modificações. Ele afirma que “[...] tomo pelo nome de ideia tudo aquilo que é imediatamente percebido pelo espírito [...]” (tradução nossa)¹. Com essa caracterização de ideia, atesta a ruptura com o realismo da filosofia escolástico-tomista. O objeto do intelecto humano não são as essências das coisas materiais, nem as coisas *per se* são o seu objeto material, mas o imediatamente percebido pelo espírito, que são as ideias.

A teoria das ideias cartesianas pretende mostrar como se dá o acesso entre mente e mundo material, sobretudo o conhecimento desse mundo. As ideias claras e distintas que o *Cogito* validou, através da razão, têm pretensões de verdade. No entanto, só no juízo é que as ideias se tornam verdadeiras ou falsas. Descartes está preocupado com representação e não em descrever atos mentais, os quais ele utiliza o tempo todo. Desse modo, Descartes pretendeu refutar o ceticismo, apresentando a sua teoria das ideias fundamentada na razão, na subjetividade, na representação do mundo, todavia sem negligenciar os atos mentais.

Fundador da Escola Escocesa da Filosofia do Senso comum, Thomas Reid (1710-1796) dedicou-se a escrever várias obras, dentre as quais as que embasam este trabalho, *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso*

¹ No original: “[...] je prends le nom d'idée pour tout ce qui est conçu immédiatement par l'esprit [...]” (DESCARTES, René. **Réponses de L'auteur aux Troisièmes objections: cinquième objection**. In: DESCARTES, 1958, p. 407”).

Comum e Ensaio sobre os Poderes Intelectuais do Homem. A epistemologia reidiana pretende ser uma resposta ao ceticismo da teoria das ideias dos modernos, como Locke, Berkeley, Hume e Descartes, em especial neste trabalho. A crítica e rejeição de Reid à teoria das ideias ganhou espaço como uma alternativa à natureza do conhecimento.

Reid defende a tese de uma teoria realista, posto que o conhecimento do mundo externo é direto sem a intermediação de ideias. O cerne de sua teoria é, pois, um estudo sobre a concepção-percepção, cujos sentidos, no conhecimento do mundo sensível, desencadeiam os atos mentais como crença, concepção etc. Sua teoria é doxástica, porque perceber diretamente os objetos do mundo sensível é crer. A crença é, concomitante, na concepção-percepção, o que os sentidos fornecem. Também essa teoria se refere a que os seres humanos têm condições cognitivas boas e razoáveis para o conhecimento do mundo, em especial, o do mundo externo (dos objetos do mundo material). Ainda, na vida comum, os seres humanos utilizam os princípios evidentes do senso comum, que, num certo sentido, quer dizer razão.

Está-se diante de duas epistemologias diferentes: uma realista e a outra racionalista. Mediante este quadro, ver-se-á como se comportam as duas epistemologias quanto ao conhecimento do mundo sensível, se realmente existe, de fato, conhecimento, e sobretudo, se a visão de Reid é correta em relação à teoria das ideias em Descartes. Além disso, será que Reid entendeu a teoria das ideias cartesianas? É correta a visão cética reidiana em relação a isso?

Ver-se-á as teses de Reid para que a teoria das ideias incorra em ceticismo, os problemas suscitados por ele e se ele resolve tal problema com a sua teoria. Explanarei o que é a teoria das ideias, o que são as ideias, qual o seu fundamento e se são autênticas representações do mundo externo.

Por fim, defendo que a teoria das ideias é um grau superior de conhecimento por garantir a verdade na ideia, no conceito, porque ideia é universal, é representação, portanto saímos do nível dos sentidos (primeiro grau de conhecimento) e depois o segundo grau de conhecimento, as ideias claras e distintas (representação).

2. COMO REID APRESENTA DESCARTES NA “INVESTIGAÇÃO SOBRE A MENTE HUMANA SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DO SENSO COMUM”.

No livro intitulado *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum*, Reid já tinha em mente o objetivo de seu empreendimento: iniciar os estudos pelos sentidos, pelo mais simples, pela constituição original da nossa natureza, tendo em vista a visão cética dele sobre a teoria das ideias. Se existe uma maneira mais natural, — própria do ser humano — a melhor forma de alcançar a verdade e garantir uma *investigação da mente humana*, é o *senso comum*. Já no primeiro capítulo, ele expõe a teoria das ideias e suas consequências céticas. É claro que os sentidos não são, pode-se dizer, o conhecimento da mente humana, mas diretamente corroboram para o conhecimento dos objetos do mundo sensível, segundo Reid.

No decorrer dos vários capítulos dessa obra, Reid faz menção à teoria das ideias dos modernos. Neste trabalho, no entanto, dar-se-á ênfase à teoria de Descartes. Reid chamará a teoria das ideias inúmeras vezes de *sistema ideal*.

2.1 CETICISMO

No capítulo I do livro *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum*, v seção I, intitulada A importância do tema e o método para investigá-lo, Reid assevera:

A teoria das ideias é, de fato, muito antiga e foi bem recebida universalmente; mas, como nenhum desses títulos pode dar-lhe autenticidade, elas não devem impedir um exame livre e cândido dela, particularmente nessa época em que ela produziu um sistema de ceticismo que parece triunfar sobre toda a ciência, e até sobre os ditames do senso comum².

² REID, 2013, p. 20.

Filósofos antigos e modernos dispenderam muito tempo para descobrir como percebemos os objetos exteriores pelos nossos sentidos. Parece haver uma uniformidade muito grande nos pontos principais, ainda que existam variações em pontos particulares. Como primeiro exemplo para ilustrar à nossa maneira de perceber os objetos dos sentidos, Platão pressupunha uma caverna escura, em que homens se encontram amarrados de tal maneira que só podem direcionar seus olhos a uma parte da caverna. Existem alguns raios de luz sobre uma parede da caverna que está diante dos olhos dos prisioneiros. Estes só veem as sombras das pessoas que passam por ali, mas não as próprias pessoas. Dessa maneira, esse filósofo concebeu que, pelos nossos sentidos, não percebemos as próprias coisas, mas as sombras das coisas somente. Parece ter emprestadas essas noções dos pitagóricos e provavelmente do próprio Pitágoras. Aristóteles, aluno de Platão, parece também corresponder sobre as opiniões de seu mestre. A escola peripatética com as suas espécies e fantasmas podem muito bem representar as sombras de Platão.

Também John Locke e Descartes pressupõem que os objetos exteriores não são vistos diretamente, Locke assevera que vemos o mundo através de certas sombras e Descartes através de ideias. Fato é que esses filósofos, desde Platão até Hume, concordam que não percebemos os objetos exteriores imediatamente, somente certas sombras de objetos exteriores. Filósofos modernos, como Descartes, acreditam nas ideias como meio de representar a realidade dos objetos exteriores.

Reid expõe claramente que a teoria das ideias produziu um sistema de ceticismo. Portanto, ela tem que passar por uma revisão completa e profunda. A teoria das ideias, além de chegar até a modernidade, precisa ser purgada do ceticismo no qual se encontra. Essa teoria, inclusive, está acima “dos ditames do senso comum”. Parece que Reid quer reconciliar o senso comum com a filosofia.

Problemas a serem levantados: 1) a teoria das ideias incorre em ceticismo desde a antiguidade até a modernidade; segundo Reid; 2) o ceticismo está incrustado nessa teoria, já nasceu com ela; 3) qual é o motivo pelo qual a teoria das ideias incorre em ceticismo; 4) é mister que ela passe por uma revisão completa e crítica; 5) ela negligenciou o senso comum.

Há de se questionar por que essa teoria perdurou até a modernidade, qual a causa pela qual ninguém a questionou nem tentou verificar se seus fundamentos e princípios são corretos epistemologicamente. Portanto, se essa teoria é cética, Reid

vai apresentar seus argumentos sobre ela e, provar por que incorre em ceticismo, bem como apresentar sua teoria em oposição ao ceticismo.

O ceticismo o qual Reid refere, é em relação ao mundo exterior, porque Descartes não acredita no mundo material, a não ser através de ideias, representação. Vejamos outra passagem de Reid em que ele faz menção ao estado atual da filosofia em relação ao ceticismo. Nela, assevera que a nossa filosofia está em estado de pobreza no que diz respeito à mente deste modo:

Quando, porém, voltamos nossa atenção aos fenômenos do pensamento, das opiniões e das percepções humanas, nos empenhando em buscar suas origens em leis universais e nos princípios primeiros da nossa constituição, vemo-nos em completa escuridão e perplexidade. Se o senso comum ou os princípios da educação não forem tenazes, é provável que terminemos em um ceticismo absoluto³.

Reid está chamando atenção para, quanto aos fenômenos da mente, dos pensamentos e das operações mentais, não existem princípios e leis que os regem, ou seja, leis universais. Não há nada estabelecido em relação a tais fenômenos, por isso cairemos num ceticismo absoluto. Então, Reid faz um apelo ao senso comum no sentido de que o ceticismo é inaceitável como atitude de desconfiança do próprio sujeito diante do mundo; ou seja, as atitudes do sujeito que incluam desconfianças de si diante do mundo (seus comportamentos, crenças) e das outras pessoas. Isso seria um absurdo, pois corroeria as bases da vida social. Reid está se referindo aos primeiros princípios da nossa constituição, natural do ser humano, aos princípios naturais e constituintes do sujeito em relação ao conhecimento do mundo sensível: atos mentais simples, como percepção, imaginação, memória, crença etc. Para corroborar com o conhecimento do senso comum, o qual a teoria das ideias negligenciou, Souza aponta:

O problema com a teoria das ideias, defendida por Hume e por grande parte dos filósofos modernos, é sua incompatibilidade com o conjunto de nossas crenças fundamentais. A aceitação dos princípios daquela teoria colocaria em xeque crenças básicas como a crença na ação causal, a crença na existência de objetos externos e, até mesmo, a crença na identidade pessoal⁴.

³ REID, 2013, p. 24.

⁴ SOUZA, 2016, p. 304.

Ele faz menção, aqui nessa passagem, justamente à não aceitação dos princípios do senso comum pela teoria das ideias, ou seja, a crença é um princípio básico e autoevidente dos seres humanos. É um princípio doxástico bom em questões epistemológicas, tanto que todo ser humano a possui. Ela é um princípio autoevidente, inato nos seres, é um ato simples da mente, sem definição. Em suma, a filosofia não dá conta de resolver os fenômenos do pensamento através da *teoria das ideias*, por isso Reid faz um apelo ao senso comum. Ainda Reid traz para o debate que a filosofia declarou uma guerra ao senso comum:

Pode-se observar que os defeitos e as falhas na filosofia relativa à mente que mais a expuseram ao desprezo e ao ridículo de homens sensatos se devem principalmente a isto: os defensores dessa filosofia, de um prejuízo natural a seu favor, trataram de estender sua jurisdição para além de suas fronteiras justas, e de questionar os ditames do senso comum [...] Os filósofos dos últimos tempos, que mencionei, não preservaram essa união e subordinação de forma tão cuidadosa como a honra e o interesse da filosofia demandavam, mas os filósofos da atualidade declararam uma guerra aberta ao senso comum, e esperam conquistá-lo completamente com as sutilezas da filosofia [...]⁵.

Há de se considerar, nessa passagem dois pontos, importantes: 1) a filosofia da mente ou o sistema ideal desabonou o conhecimento natural e constituinte do ser humano — o senso comum. Quer dizer, esse tipo de conhecimento é razoável e comum a todos os seres da racionalidade humana, constituinte e natural, imediato do mundo, por isso negligenciá-lo seria absurdo; 2) ao que tudo indica, Reid aponta que a filosofia do senso comum deveria ser o fundamento e constituinte da filosofia do sistema ideal ou, pelo menos, haver uma subordinação de uma sobre a outra. No entanto, a filosofia é cética em relação a este conhecimento natural, que é inerente a todo ser humano; quer ultrapassar esse saber e construir um sistema da mente que alcance o conhecimento através de ideias. E o autor continua:

[...] que o sistema do entendimento humano de Descartes que pedirei para chamar de *o sistema ideal* e que, com algumas melhorias, feitas por esses últimos autores (Malebranche, Locke, Berkeley), [grifo meu] é agora geralmente aceito, tem um defeito original: esse ceticismo está incrustado nele, e cresceu com ele e, portanto, precisamos deixá-lo aberto à fundação e examinar os materiais antes de podermos ter a esperança de que surja algum conhecimento sólido e útil desse tema⁶.

⁵ REID, 2013, p. 26-27.

⁶ Ibidem, p. 31.

O fundamento do sistema ideal está repleto de falsos princípios, que foram assumidos ao longo do tempo. A partir disso, conclusões infundadas, provavelmente, foram estabelecidas. Reid crê que os sistemas filosóficos da mente foram distorcidos, ao longo dos séculos, de modo a culminar no ceticismo, ou seja, a teoria das ideias incorre em ceticismo. Além de Descartes, outros expoentes do ceticismo moderno, como Malebranche, Berkeley e Hume, levam a *teoria das ideias* ao ceticismo por intermédio de vários argumentos e defesas à essa teoria. Para corroborar com o ceticismo da *teoria das ideias*, Philip de Bary comenta:

[...] o que gera ceticismo é a teoria das ideias em conjunto com um critério extremamente rigoroso de justificação ou garantia, que pode ser expresso assim. As únicas crenças que temos com certeza suficiente para nos qualificar como fundacionais são "ideias" incorrigíveis ou indubitáveis sobre nossos próprios estados mentais atuais⁷.

O fundamento das nossas crenças são ideias, estados mentais radicais, indubitáveis. É a garantia do nosso conhecimento no momento presente, e, no momento passado ou futuro, podemos nos perguntar. Se o conhecimento do mundo sensível é intermediado por ideias, significa que o acesso a ele não será pelos sentidos, sobretudo se todos os estados mentais, como sentidos, percepção, lembrança, concepção, forem reduzidos a "ideias".

Dessarte, não teremos atos mentais distintos, a não ser ideias na mente. Os atos mentais serão submissos às ideias, ou seja, elas os incluirão no seu interior, diga-se, os sentidos, a percepção, a memória, imaginação. Esses atos mentais não terão autonomia para realizar o que é específico deles, e os objetos do mundo sensível não existirão nesse mundo a não ser nas ideias. Essa passagem nos remete a uma das críticas de Reid à *teoria das ideias*, segundo a qual essa episteme não faz com que os atos mentais sejam melhor entendidos, ou seja, como ocorre a percepção, a sensação, a concepção etc.

A consequência disso implicará que perceber não será percepção dos objetos. Os sentidos não terão espaço para as suas funções específicas como, por exemplo, o sujeito sentir aroma de uma flor diretamente, mas sim a ideia de sensação, ou ouvir

⁷ No original: [...] what generates scepticism is the theory of ideas in tandem with an extremely strict criterion of justification or warrant, which can be expressed like this. The only beliefs we have with enough certainty to qualify as foundational are incorrigible or indubitable 'ideas' about our own current mental states (BARY, 2002, p. 20, tradução nossa).

um som, ver o sol e a lua, tudo terá a intermediação de ideias. As ideias aglutinarão tudo isso na mente.

2.2 DESCARTES: A MENTE COMO FUNDAMENTO DO CONHECIMENTO

A teoria da mente cartesiana é um problema para Reid, uma vez que o conhecimento exterior não é imediatamente dado, pois ele precisa ser garantido. Tal garantia não poderá ser fornecida pela realidade exterior, mas sim do ser que conhece para o ser exterior. Reid inicia dizendo que “Descartes não tendo encontrado nada estabelecido nesta parte da filosofia, para estabelecer a fundação dela, resolveu não crer na sua própria existência até que ele pudesse dar uma boa razão para isso” (2002, p. 16). Descartes resolveu não acreditar em nada através da dúvida radical (*hiperbólica*) e mergulhou num ceticismo radical, diga-se, a dúvida é radical porque exige a possibilidade de existir conhecimento verdadeiro, absolutamente verdadeiro. O ceticismo desenvolvido por ele é metodológico, ou seja, consiste em duvidar de todos os conhecimentos que não sejam irreduzivelmente evidentes, tudo aquilo que não for completamente evidente e que tudo aquilo que já nos tenha enganado no passado não pode ser considerado conhecimento verdadeiro. O ceticismo de Descartes consiste em lograr certezas seguras. Todavia, por reflexão, através da dúvida, descobriu que era pensamento, um ser pensante.

Mas por que ele não provou a existência de seu pensamento? A consciência, pode-se dizer, garante isso. Mas quem garante a consciência? Algum homem pode provar que sua consciência nunca o engana? Ninguém pode, e tampouco podemos dar uma melhor razão para crermos nela que, cada homem, enquanto possui uma mente sã, é determinado, pela constituição de sua natureza, a crer implicitamente em sua consciência, e a rir ou ter pena daquele que duvida de seu testemunho. E não é todo homem, em sua sagacidade, tão determinado a confiar em sua existência quanto em sua consciência?⁸.

Existem dois pontos aqui nessa passagem a serem observados: 1) Reid faz alusão ao *Cogito* em Descartes, criticando que (*penso, logo existo*) não precisa de provas nem de inferências lógicas para tal crença; 2) a não necessidade de provas

⁸ REID, 2013, p. 24.

em razão da crença natural dos seres humanos para tal. Reid quer mostrar que o sujeito em sã consciência e em condições mentais plenas, pela nossa constituição natural, tem condições de avaliar os próprios estados mentais e, conseqüentemente, crer na existência de seus pensamentos e na da sua consciência sem requerer provas. A crença é inerente ao ser humano, posto que não precisa de provas e raciocínios inferenciais para tal. Inclusive, o autor já dá sinais de que seu sistema é doxástico, ou seja, a crença está no fundamento dos atos mentais.

A mente é constituída por princípios que oferecem noções aos seres humanos e, do mesmo modo, determinam o seu assentimento, fazendo-os acreditar, por exemplo, na existência dos objetos externos, que são percebidos pelos sentidos. A crença é uma operação simples da mente, não passível de definição lógica, sendo perfeitamente inteligível ao homem do senso comum, assim como não é uma atitude proposicional. Para Reid, todo homem crê em alguma coisa— tem fé, ou quando, na percepção de um objeto mundo sensível, crê em tais objetos. Então, pode-se arguir qual é a justificativa para a crença reidiana. De acordo com esse autor, crença é um princípio autoevidente dos seres humanos. Ela surge naturalmente, quando pensamos em alguma coisa e temos plena convicção e confiança naquilo que pensamos, ou quando, na percepção dos objetos do mundo, ela naturalmente é um ingrediente. Isso, afirma Reid, não tem explicação. Infere-se que crença é um ato mental inato simples, constituinte dos seres humanos, que surge imediatamente na mente, sem inferências.

O propósito de Reid é já refutar o racionalismo cartesiano, pois todas as verdades sairão da primeira premissa clara e distinta: o *Cogito*. Isso significa que a realidade em si mesma partirá da nossa percepção dela. Todavia, Reid defenderá a sua tese em oposição a de Descartes: a nossa percepção da realidade partirá da realidade em si mesma. Tal premissa aponta para a constituição da natureza do homem quanto aos atos mentais, como por exemplo, crer em alguma coisa é constituinte e natural dos seres humanos, ou seja, dá pistas de que o conhecimento é empírico e se fará através dos poderes constituintes dos seres humanos, já que são naturais.

Para contrapor à tese reidiana, Enéias Forlin corrobora com a verdade do *Cogito* como conhecimento interior da mente:

Dessa forma, o novo edifício do conhecimento humano, se puder ser levantado, não se erguerá mais a partir da exterioridade, ou seja, a partir do que se pensava ser uma percepção sensível inquestionável de uma realidade material imediatamente dada, mas irá se erguer a partir da interioridade da consciência, ou seja, a partir de uma percepção intelectual, esta sim inquestionável, que o pensamento tem de sua própria realidade⁹.

O primeiro princípio inquestionável, *eu sou, eu existo*, produzido pela autopercepção de um sujeito, irrompe como primordial, por ser a primeira verdade clara e distinta que emergiu do ceticismo. Portanto, é a partir da interioridade, do *Cogito*, do pensamento que pensa a si mesmo, que sairão todas as outras verdades. Enéias Forlin afirma “percepção sensível inquestionável”, ou seja, será que tal percepção não é questionável? A percepção direta daria uma percepção segura da realidade? O que garante que essa percepção direta seja fidedigna ao objeto? Qual é a justificação deste ato mental? A percepção intelectual através das ideias, esta sim, será o fundamento seguro do conhecimento da realidade.

2.3 A DESCRENÇA DA EXISTÊNCIA DO MUNDO MATERIAL, SEGUNDO A TEORIA DAS IDEIAS

A filosofia concernente à mente, segundo Reid, é muito fértil ao criar dúvidas, mas muito infeliz ao resolvê-las, assevera:

Descartes, Malebranche e Locke empregaram toda sua genialidade e habilidade para provar a existência de um mundo material, e os três o fizeram com pouquíssimo êxito. Os pobres mortais iletrados, acreditam, sem dúvida alguma, que há sol, lua e estrelas; uma terra em que habitamos; campo, amigos e parentes, de que desfrutamos etc. Entretanto, os filósofos, tendo pena da credulidade do vulgo, resolvem não ter fé alguma se não aquela fundada na razão. Eles se aplicam à filosofia a fim de mobiliá-la de razões para a crença em coisas em que toda a humanidade acreditou, mas sem poder dar razão alguma para isso¹⁰.

O autor faz alusão ao sistema ideal pelo qual assente que o mundo existe sim, mas através de ideias, ideia do mundo material, teoria para qual não apresenta uma solução eficiente. A solução encontrada pela teoria das ideias através da razão não

⁹ FORLIN, 2005, p. 118.

¹⁰ REID, 2013, p. 25.

obteve êxito, ao passo que o senso comum, simplesmente, através das suas operações mentais, inerentes ao ser humano, na crença de que existe um mundo material, acredita que ele exista de fato. O pano de fundo é que a teoria da evidência de Reid é uma possibilidade para a verdade, composta de primeiros princípios autoevidentes os quais têm justificativa epistêmica. O que está em jogo aqui são duas possibilidades epistemológicas de conhecer o mundo: racionalismo ou realismo.

O que é o realismo para Reid? Num artigo de James Van Cleve — Teoria da percepção de Reid —¹¹, ele distingue três formas de realismo. A primeira é o realismo epistemológico direto, pelo qual algumas crenças sobre as coisas físicas são básicas epistemologicamente; tais crenças de um sujeito não derivam de quaisquer outras convicções nas quais o sujeito acredite. A segunda é a perceptual direta, pela qual os elementos físicos são percebidos diretamente. A terceira forma de realismo é o representacional direto, quer dizer, não apenas os objetos são divisados diretamente, mas eles são percebidos para um agente conhecedor. Entretanto, acredita-se que Reid não poderia ser somente um realista direto pela seguinte razão: o autor expõe que, na percepção de um objeto exterior, temos necessariamente a concepção já de tal objeto. Apreendemos os objetos por meio de alguma concepção particular, também por intermédio de nossa familiaridade com ele e, ademais, já temos uma noção ou conceito dele através da linguagem. Talvez a teoria de Reid poderia ser chamada de um realismo indireto, ou direto e representativo. Na percepção, já existe um apriorismo, ou seja, um conceito de tal objeto.

Voltando à teoria das ideias, para corroborar com o que Descartes adota no seu sistema ideal, afirma Lehrer que “A resposta ao sistema ideal, a Descartes por exemplo, que assume tudo o que é evidente deve ser provado pelo raciocínio, é rejeitar a metafísica sobre a qual ela é construída em favor do senso comum” (tradução nossa)¹². Dito de outra maneira, se se confia no raciocínio, é mister também confiar nas demais faculdades mentais como percepção, concepção, crença etc.

Mediante essas reflexões, podemos citar algumas consequências da teoria das ideias: 1) os objetos do pensamento imediatos são as ideias; 2) somente se pode ter

¹¹ CLEVE, James V. **Reid's Theory of Perception**. The Cambridge Companion to Thomas Reid. Tradução nossa. Eds. Terence Cuneo and Rene Van Woudenberg. Cambridge: Cambridge UP, 2004, p. 101-133.

¹² No original: The reply to the ideal system, to Descartes for exemple, who assumes everything that is evident must be proved by reasoning, is to reject the metaphysics on which it is built in favour of common sense (LEHRER, 1989, p. 30)

conhecimento de ideias; 3) objetos externos não são ideias, portanto não se podem conhecê-los. No entanto, o senso comum crê, sem a presença de ideias, que o mundo sensível é imediatamente apresentado a ele. Segundo Fernando Cesar Pilan:

Como vemos, na perspectiva reidiana, nossas crenças dependem do mundo físico e por isso não poderíamos em momento algum duvidar do mundo enquanto algo realmente existente, como base de nosso sistema de crenças, conforme pretendiam os céticos. Neste sentido, haveria um tipo de conhecimento fundamentalmente natural, próprio da natureza humana, que se manifestaria no conhecimento ordinário do agir comum e que seria antecedente ao conhecimento propriamente racional¹³.

Esse autor comenta que a crença é um tipo de conhecimento constitutivo da mente humana, pois está presente no dia a dia, nos fatos do cotidiano dos seres humanos, não se utiliza da razão, já que ela é imediata, universal, tanto que todos os seres humanos têm esse poder da crença, naturalmente. Outro fato importante é que a crença é anterior à razão, ou seja, pode-se dizer que ela intuitiva, e é um princípio bom para questões epistemológicas. Já para Descartes, as crenças são aquelas opiniões “[...] desde os meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras [...] fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto [...]”¹⁴. Veja que estas opiniões foram formadas desde os nossos primeiros anos; não tínhamos ainda o uso inteiro da razão. Portanto, parece lícito caracterizar as opiniões como crenças, e, ao que parece, fundamentada nos sentidos. Trata-se das crenças provenientes dos sentidos. Logo, temos que ficar atentos, pois essas crenças podem ser falsas.

Outros argumentos de Reid contra o sistema ideal é apresentado nesta outra passagem desse modo:

Assim, a sabedoria da *filosofia* é posta em oposição à do *senso comum* da humanidade. A primeira pretende demonstrar *a priori* que não pode haver algo como o mundo material; que o sol, a lua, as estrelas e a terra, corpos animais e vegetais, são – e não podem ser nada além de - sensações na mente, ou imagens daquelas sensações na memória e na imaginação que, como a dor e o prazer, não podem ter existência a não ser quando são pensadas. A segunda não pode conceber essa opinião senão como uma espécie de loucura metafísica [...]¹⁵.

¹³ PILAN, Fernando Cesar. **O Conhecimento Do Senso Comum e os Limites da Inteligência Artificial**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual Paulista. Marília, 2012, p. 24.

¹⁴ DESCARTES, René. Méditations: Première Meditation. In: DESCARTES, 1958, p. 267.

¹⁵ REID, 2013, p. 76.

Assim, é evidente que Reid quer mostrar que são sistemas filosóficos opostos: a sabedoria da filosofia da mente defende a teoria das ideias (demonstração *a priori*), enquanto o senso comum assume uma teoria realista, um conhecimento imediato, sem intermediação de ideias, e Reid acha o conhecimento através de ideias um absurdo, insano. Um ponto problemático é que o mundo material só existe quando é pensado, ou seja, ele existe no pensamento, e, se não há pensamento, não existe mundo material na teoria das ideias. A consequência de uma filosofia apriorística é que o conhecimento do mundo material será subjetivo e que atos mentais e objeto desses atos também serão mentais, ou seja, indistintos.

Ao analisar que os seres humanos trazem consigo “um aparato cognitivo natural e comum” para questões epistemológicas e evidentes e, em condições sãs, normais, são capazes de utilizar esse aparato corretamente para o conhecimento, pode-se questionar se essa filosofia do senso comum seria um tipo de inatismo? Creio que sim, no sentido de que, nas situações nas quais precisamos usar esse aparato cognitivo, como por exemplo, pelo tato, tenho a percepção da dureza, da suavidade dos corpos, da sua extensão, forma, isso é uma percepção original, ao usar a crença nas situações diárias da vida, tudo isso leva a crer que é um inatismo. Lehrer afirma que:

o *Inquiry* sugere que algumas das nossas percepções originais, incluindo as percepções das qualidades primárias, surgem como uma resposta irresistível à sensação ou impressão física como resultado de princípios inatos da mente (tradução nossa)¹⁶.

2.4 CRÍTICA ÀS IDEIAS DOS SENTIDOS

Reid, perspicazmente, começa esse assunto dizendo que “numa análise das faculdades humanas, os cinco sentidos externos podem ser os primeiros” (2013, p. 33). Mas, por que podem ser os primeiros na análise das faculdades humanas? Ao que tudo indica, o autor quer começar pelos sentidos, porque será a primeira via do conhecimento epistemológico em oposição à teoria das ideias que não privilegia o

¹⁶ No original: The *Inquiry* suggests that some of the four original perceptions, including the perceptions of primary qualities, are said to arise as an irresistible response to sensation or physical impression as a result of innate principles of the mind (LEHRER, 1989, p. 188).

conhecimento pelos sentidos imediatamente. Dessa forma, por que existe uma ordem na explicação dos sentidos? Colocar uma ordem nos sentidos, ir do mais simples ao mais complexo, significa que ele começará pelos que são mais simples, quer dizer, os que exibem apenas um tipo de sensação, ou seja, as qualidades secundárias, segundo Locke: olfato, paladar e audição, e, por último, a visão, que exprime qualidades primárias e, o tato, que manifesta muitas qualidades e de diferentes tipos (REID, 2013, p. 63). Reid tem o cuidado de começar pelos sentidos mais simples para correr menos perigo de os objetos serem confundidos com outras coisas (2013, p. 33).

Reid começa explicando aquilo de que a mente está consciente quando cheiramos ou quando sentimos dor. Primeiro, o autor aponta que o sujeito está consciente de que não é ele mesmo a causa do cheiro ou da dor. Isso traz a consequência de que existe uma causa exterior ao sujeito que sente uma dor ou sente o cheiro de uma rosa ou um lírio. Ao falar do olfato, Reid define a sensação assim:

Desse modo, parece ser uma afecção ou um sentimento original e simples da mente, totalmente inexplicável e indecifrável. É, de fato, impossível que possa existir em algum corpo; é uma sensação, e uma sensação só pode existir em uma coisa senciente¹⁷.

A sensação, nessa passagem, está sendo considerada de maneira abstrata, sem relação a um objeto. Nela, existem três aspectos importantes: 1) a sensação está no sujeito que sente, é uma operação mental, original, constituinte do ser humano, portanto, ela não está no objeto; 2) Reid não dá importância se essa sensação é inexplicável e indecifrável, pois é tão natural, espontânea e constituinte do ser humano que não se precisa de raciocínio ou reflexões para explicá-la. A sensação quando considerada em si mesma, supõe somente um sujeito e um determinado modo pelo qual tal sujeito é afetado e somente isso; 3) visto que a sensação é distinta dos objetos, fica claro que, na ótica de Reid, a semelhança entre sensações e qualidades nos corpos deve ser negada.

Para ilustrar que a sensação é um ato mental, uma operação simples da mente e, no caso aqui referido, o olfato, de maneira *abstrata*, ou seja, independentemente de qualquer objeto, ele dá o seguinte exemplo:

E, como nossa linguagem não oferece nenhum outro nome a essa sensação, devemos chamá-la de *cheiro* ou *odor*, cuidadosamente excluindo do

¹⁷ REID, 2013, p. 35.

significado desses nomes tudo que não seja a sensação em si, ao menos até que a tenhamos examinado. Suponhamos que alguém que nunca teve esse sentido antes: ao receber tudo de uma vez e cheirar uma rosa, ele consegue perceber alguma similitude ou concordância entre o cheiro e a rosa? Ou entre o cheiro e qualquer outro objeto? Certamente não consegue¹⁸.

O que o autor quer dizer é que a operação mental “sensação” existe independentemente de se saber o que é, o nome do objeto e a origem de tal sensação etc. Segundo Michel Malherbe, o olfato primeiro significa a sensação na mente e, em segundo lugar, nos informa imediatamente que existe uma virtude ou uma qualidade na coisa que está conectada com a impressão presente. Assim, ele afirma:

A sensação presente sugere uma coisa presente, de acordo com tal qualidade. A diferença entre os dois é que, se o conteúdo subjetivo experiente é inteiramente determinado em seu modo e grau, a qualidade concomitante não é conhecida. Sensação significa simplesmente uma qualidade desconhecida que está na coisa que acompanha ou produz a sensação¹⁹.

Malherbe está afirmando que as qualidades secundárias estão na “coisa” que produz a sensação, que primeiro existe uma sensação na mente de um senciente e, depois, sugere uma qualidade de uma coisa presente. Primeiro a subjetividade, depois, a objetividade. No que concerne à sensação tomada de maneira abstrata, Malherbe também corrobora assim:

Sensação, tomada por si mesma, não implica nem a concepção nem a crença de qualquer objeto externo. Supõe um ser senciente e uma certa maneira em que isso é afetado [...] Assim, o cheiro de uma rosa "afeta a mente de uma certa maneira; e esse afeto da mente pode ser concebido, sem um pensamento da rosa ou de qualquer outro objeto. Tomada em sua determinação original, a sensação é puramente subjetiva; e é tão subjetivo que é o próprio sujeito, tomado como afeto²⁰.

¹⁸ REID, 2013, p. 34.

¹⁹ No original: [...] smell first signifies the sensation in the mind and secondly informs us immediately that there is a virtue or a quality in the thing which is connected with the present sensation. "The rose is considered as a cause, occasion, or antecedent of sensation." The present sensation suggest a present thing, according to such a quality. The difference between the two is that, if the experienced subjective content is entirely determined in its mode and degree, the concomitant quality is not otherwise know. Sensation simply signifies an unknown quality which is in the thing that accompanies or produces the sensation (MALHERBE In: DALGARNO; MATTHEWS, 1989, p. 106-107).

²⁰ No original: Sensation, taken by itself, implies neither the conception nor belief of any external object. It supposes a sentient being, and a certain manner in which that is affected; but it supposes no more. So the smell of a rose "affects the mind in a certain way; and this affection of the mind may be conceived, without a thought of the rose or of any other object taken in it original determination, sensation is purely subjective; and it is so subjective that it is the subject itself, taken as affection (MALHERBE In: DALGARNO; MATTHEWS, 1989, p. 113).

Esta passagem define bem o que Reid distingue na sensação: a mente ou o ente senciente e a sensação, ela não tem nenhum objeto distinto da própria sensação. Reid defende que, quando se tem sensações, os corpos e suas qualidades são distintas delas. Portanto, os atos mentais têm objetos distintos de si mesmos; logo, é uma posição diferente adotada na teoria das ideias pela qual as sensações (ideias simples dos sentidos) representam ou apreendem as qualidades dos corpos como objetos em razão de serem semelhantes a essas qualidades. Reid, ao priorizar uma ordem para os órgãos dos sentidos, quer dizer que cada um deles tem a ver com qualidades primárias e secundárias. Por exemplo, através do olfato sentimos o cheiro, que é uma qualidade secundária, por isso na ordem é o primeiro; assim, só percebemos uma qualidade ou um tipo de sensação; o paladar através do gosto, também é uma qualidade secundária. Há uma gradação de complexidade dos sentidos, ou seja, diz respeito às qualidades primárias e secundárias para seguir tal ordem colocada por Reid nos sentidos. Nas palavras do autor, “[...] as três primeiras sensações, olfato, paladar e audição são muito simples e uniformes, cada uma delas exibindo apenas um tipo de sensação e, assim, indicando apenas uma qualidade de corpos”²¹.

As sensações mencionadas acima são simples, porque indicam uma qualidade somente: qualidades secundárias. Mas, já em relação ao tato, “não percebemos apenas uma qualidade, mas muitas, e de diferentes tipos”²². Vejamos o que o autor pensa sobre o sentido do tato em relação às sensações e às qualidades dos corpos na seguinte passagem:

Quando seguro uma bola com minha mão, a percebo, de uma só vez, como dura, com forma e extensão. A sensação é muito simples e não tem a menor semelhança com nenhuma qualidade do corpo. Contudo, nos sugere três qualidades primárias perfeitamente distintas uma das outras, bem como da sensação que as indica. Quando movo minha mão por sobre a mesa, a sensação é tão simples, que acho difícil distingui-la em coisas de natureza diferentes, e todas elas entendidas tão distintamente quanto à sensação que as sugere²³.

²¹ No original: “The first three sensations, smelling, tasting, and hearing "are very simple and uniform, each of them exhibiting only one kind of sensation and thereby indicating only one quality of bodies (MALHERBE In: DALGARNO; MATTHEWS, 1989, p. 106)”.

²² REID, 2013, p. 63.

²³ Ibidem, p. 72.

O autor quer mostrar que as sensações são totalmente diferentes das qualidades dos corpos. Essa passagem remete ao sentido do tato. Assim, as sensações desse sentido apresentam extensão para a nossa mente, porém disso não se segue o entendimento da maneira pela qual fazem isso, pois não se parecem com extensão; nem a existência das coisas com extensão poderia ser inferida a partir delas por qualquer raciocínio. Assim, a semelhança entre qualidades dos corpos e sensações é refutada por meio desse exemplo apresentado por Reid: quando pressionamos nossa mão contra uma mesa, sentimos-na dura. Entretanto, qual é o significado disso? O significado, com certeza, é que se tem uma determinada sensação do tato a partir da qual se conclui, sem comparação de ideias ou qualquer raciocínio, que existe alguma coisa externa, cuja existência é real. Dessa forma, somos induzidos, por nossa constituição, a inferir a dureza a partir dessa sensação.

Reid critica os filósofos (incluindo Descartes) por terem confundido as sensações com as qualidades dos corpos, as quais, através do tato, obtêm a ideia de extensão:

Os filósofos comumente nos dizem que obtemos a ideia de extensão sentindo a extremidade de um corpo, como não houvesse dificuldade alguma nessa questão. Busquei, com muito esforço, confesso, descobrir como essa ideia pode ser obtida pela sensação, mas busquei em vão [...] O que compeliu os filósofos nessa questão é que as sensações de tato, que sugerem qualidades primárias, não têm nomes, nem se refletem jamais sobre elas. Elas passam pela mente instantaneamente, e servem apenas para introduzir a noção de coisas externas e a crença nelas que, pela nossa constituição, estão conectadas a elas. Elas são signos naturais, e a mente imediatamente passa à coisa significada, sem fazer a menor reflexão acerca do signo, ou observar que tal coisa existia. Portanto, sempre se presumiu que as ideias de extensão, forma e movimento são ideias de sensação, que entram na mente pelo sentido do tato, da mesma maneira que as sensações de som e cheiro entram pelo ouvido e nariz²⁴.

Reid sugere que, como as sensações passam rapidamente pela mente e não têm um nome específico, preste-se mais atenção a elas e que se tenha reflexão atenta sobre elas para não as confundir com outras coisas (outras operações mentais). Ainda, o autor explica que, “Evidentemente, é ridículo atribuir-lhe forma, cor, extensão ou qualquer qualidade de corpos” (REID, 2013, p. 35), referindo-se às sensações e criticando Descartes. Para Descartes, os objetos não existem de fato nesse mundo, mas somente em extensão, quantidade, cor. Só existem na abstração das ideias

²⁴ REID, 2013, p. 72.

matemáticas. Descartes confundiu sensações com as qualidades primárias e secundárias dos objetos, segundo Reid. Reid acredita que a causa das sensações, não são extensões, quantidades, mas, sim, que existem objetos no mundo sensível que afetam nossos órgãos sensórios. A sensação não está nos corpos do mundo sensível, mas em um sujeito que sente. Segundo o autor, Descartes confundiu as qualidades dos corpos com os sentidos.

A partir disso, como Descartes considera as ideias das sensações? Ele faz um inventário das ideias e, uma delas, é chamada de ideias materialmente falsas justamente, porque “elas se encontram no meu pensamento com tanta obscuridade e confusão, que eu ignoro se elas são verdadeiras, ou falsas [...]”²⁵. Essas são as ideias sensíveis, são as qualidades secundárias dos corpos que, segundo Locke, são odor, sabor etc. São consideradas ideias sensíveis, porque existe a necessidade de distinguir o conhecimento sensível da consciência. O conteúdo das ideias sensíveis são as sensações²⁶. Ainda segundo Landim:

A consciência do sentir, enquanto mero estado de consciência, foi caracterizada como consciência de uma passividade e como consciência da coação das coisas exteriores quando presentes aos órgãos sensoriais. A consciência da passividade significa que as coisas exteriores à consciência parecem imprimir na consciência as suas impressões: as ideias sensíveis seriam recebidas pela ação dos corpos exteriores; a consciência da coação reforça o aspecto da passividade: as coisas externas são pensadas independentemente do consentimento do sujeito. Daí se pretende concluir que as ideias sensíveis parecem provir das próprias coisas exteriores que são as suas causas²⁷.

As ideias sensíveis independem da vontade do sujeito, já que provêm automaticamente dos objetos exteriores, mas o que é relevante aqui é que essas sensações só ganham o estatuto de ideias se são pensadas, se conscientes e não sentidas. Portanto, são ideias, representações do sentir na consciência. Outro aspecto importante é que as sensações causam impressões na mente. Impressões de quê? Impressões do olfato, da visão, do paladar, do tato, e, a partir delas, a consciência torna-se ciente dessas sensações.

A partir de agora, far-se-á uma relação da sensação com a lembrança (memória), com a imaginação e a crença alcançada por meio dessas operações.

²⁵ DESCARTES. Méditations: Méditation Troisième. In: DESCARTES, 1958, p. 292.

²⁶ LANDIM, 1992. p. 92.

²⁷ Ibidem, p. 93.

Filósofos dizem a Reid que o objeto imediato da memória e da imaginação não é a sensação passada que se teve, mas uma ideia dela, uma imagem, um fantasma ou uma espécie de cheiro que se sente, nas palavras do autor:

Suponhamos que, certa vez, e apenas uma vez, senti o cheiro de um nardo, que estava em um certo cômodo, crescendo em um vaso e exalando um perfume muito agradável. No dia seguinte relato o que vi e cheirei. Quando presto tanta atenção quanto me é possível ao que se passa em minha mente nesse caso, parece evidente que a coisa que vi ontem e a fragrância que cheirei são agora objetos da minha mente quando me lembro disso. Ademais, posso imaginar esse vaso e essa flor transportados para o cômodo em que estou sentado agora, e exalando o mesmo perfume. Aqui, igualmente, parece que a coisa individual que eu vi e cheirei é o objeto da minha imaginação. De fato, filósofos me dizem que o objeto imediato de minha memória e imaginação, nesse caso, não é a sensação passada, mas uma ideia dela, uma imagem, um fantasma ou uma espécie do cheiro que senti: que essa ideia agora existe em minha mente ou no meu *sensorium*; e a mente, contemplando essa ideia presente, a considera uma representação do passado, ou do que pode existir e, em conformidade com isso, a denomina memória ou imaginação. Essa é a doutrina da filosofia ideal. Prestando a mais estrita atenção, a memória parece ter como objeto coisas passadas, e não ideias presentes [...] Entretanto, peço que pensemos com o vulgo que, quando me lembro do cheiro do nardo, a mesma sensação que tive ontem e que agora já não tem mais qualquer existência é o objeto imediato da minha memória, e, quando a imagino presente, a mesma sensação, e não qualquer ideia dela, é o objeto de minha imaginação. Contudo, embora o objeto de minha sensação, memória e imaginação seja o mesmo nesse caso, ainda assim esses atos ou operações da mente são diferentes e tão facilmente distinguíveis quanto o cheiro, o sabor e o som²⁸.

Primeiramente, Reid afirma, nessa passagem, que existem três maneiras das sensações se apresentarem à mente, no caso aqui exemplificado, a do olfato: 1) posso cheirar (ela pode ser sentida); 2) posso recordar, lembrar (ela pode ser lembrada); e 3) posso imaginar ou pensar (ela pode ser imaginada ou pensada). No momento presente, ou seja, quando sinto o cheiro do nardo, o autor afirma que existe uma crença inevitável de sua existência presente, ao lembrarmos de algo, irresistivelmente, também a crença está presente daquilo que lembramos na memória. No entanto, quanto à imaginação, Reid argumenta que ela não é acompanhada de crença alguma, mas é o que os lógicos chamam de uma *apreensão simples*²⁹. Para corroborar com esta passagem, nas palavras de Claudinei José Sousa:

A teoria das ideias afirma que o objeto imediato de minha memória e imaginação não é a sensação passada, mas uma ideia, uma imagem, um fantasma ou representação dela. Os representacionistas pensam que essa

²⁸ REID, 2013, p. 36-37.

²⁹ Ibidem, p. 36.

ideia existe na mente e não no aparelho sensorial; por isso é que denomina memória ou imaginação. Mas a memória, acredita Reid, deve ter como objeto coisas passadas e não ideias presentes³⁰.

Pode-se inferir, como consequência dessa passagem, que a sensação sugere a noção de existência presente e crença de que aquilo que sentimos realmente existe; a memória sugere a noção de existência passada, ou seja, aquilo que existiu no passado é recordado e não uma ideia. Quanto à imaginação, podemos perguntar o porquê a imaginação não ter crença alguma. Ao que tudo indica, a imaginação não vem acompanhada de crença, porque não há objeto do mundo sensível. Como o sujeito vai crer numa coisa imaginada, sem existência? O autor assevera: “mas a imaginação vê seu objeto nu e sem qualquer crença em sua existência ou inexistência e é, portanto, o que as escolas denominam de *apreensão simples*”³¹.

Para Reid, esses atos mentais fazem parte do nosso aparato cognitivo, mas são distinguíveis, uma vez que são distintos entre si. Por exemplo, quando percebo, percebo algo, logo, perceber é um ato mental e o que percebemos é o objeto desse ato mental, por isso são distintos. Atos mentais, como memória e sensação, são diferentes do objeto do qual nos lembramos ou sentimos. Um outro ponto a ser comentado é: como explicar o fato de que a sensação e a memória são acompanhadas de crença? Parece que a resposta está na passagem que segue:

O porquê a sensação nos compele a direcionar nossa crença na existência presente da coisa, a memória, na crença em sua existência passada, e a imaginação, em nenhuma crença é algo, creio eu, que nenhum filósofo pode dar sequer um indício de razão, além de simplesmente dizer que tal é a natureza dessas operações. Elas são todas simples e originais e, portanto, atos inexplicáveis da mente [...] Se me perguntarem por que creio que o cheiro existe, não posso dar nenhuma outra razão – tampouco seria capaz de dar outra razão – senão a de que eu o sinto³².

Como se pode observar, não existe uma explicação clara para a crença, para a origem dessas operações mentais nem o porquê delas. Desse modo, pode-se concluir que, para o autor, nossos poderes mentais não estão aptos para demonstrar como ocorre esse processo. Além de que, pode-se observar que crença e sensação estão intrinsecamente ligadas, ou seja, a crença acompanha a sensação e a memória, mas não acompanha a imaginação pelos motivos já explicados. Reid afirma, em

³⁰ SOUZA, 2016, p. 312.

³¹ REID, 2013, p. 37.

³² Ibidem, p. 37.

relação à crença: “concluo, então, que a crença que acompanha a sensação e a memória é um ato simples da mente, que não pode ser definido”³³. Depois das respostas desse autor, depreende-se-se que não há explicações inferenciais, lógicas para esses atos mentais, já que são poderes constitutivos dos seres humanos e naturais. Esse é o senso comum, o vulgo.

Também, o que o autor contesta é a afirmação dos filósofos do sistema ideal de que o objeto imediato da mente (memória e imaginação) não é a sensação passada, mas uma ideia, uma imagem na mente dessa sensação. Quer dizer, a filosofia ideal está negligenciando o papel das sensações, ou seja, dos sentidos, que, para Reid, exercem uma função direta para perceber os objetos do mundo sensível, mas que são transformados em ideias na mente para os filósofos da teoria das ideias. Reid distingue: “Há um cheiro” é o testemunho imediato do sentido. “Havia um cheiro” é o testemunho imediato da memória³⁴. O que lembramos ou o que presenciamos são sensações de fato. Os sentidos nos oferecem conhecimento e crença a respeito do mundo externo e não intermediação de ideias para explicar as sensações. À vista disso, esse autor afirma que “a relação que a sensação do olfato tem com a memória e com a imaginação do cheiro e com uma mente ou sujeito é comum a todas as nossas sensações, e, de fato, a todas as operações da mente [...]”³⁵. Ainda alega:

A sensação e a memória são, portanto, operações da mente simples, originais e completamente distintas, e ambas são princípios originais da crença. A sensação implica a existência presente de seu objeto; a memória, sua existência passada [...]³⁶.

Reid, nessa passagem, introduz uma característica para a sensação e a memória, a saber: são princípios originais da crença. A crença tem, como base e fundamento, atos mentais constituintes do ser humano, naturais; a sensação e a memória vêm acompanhados de crença naturalmente, ou seja, quando pratico esses atos mentais, de fato, acredito nas minhas sensações, no que estou sentindo ou no que senti, porque a crença me direciona para isso. A intermediação de imagens no cérebro ou no *sensorium*, para explicar nossas sensações, não têm evidências. As ideias de sensações não explicam a existência de objetos reais. Ao delegar às

³³ REID, 2013, p. 39.

³⁴ Ibidem, p. 37.

³⁵ Ibidem, p. 52.

³⁶ Ibidem, p. 37.

sensações ideias, nega-se a existência da própria sensação, uma vez que elas estariam fadadas a não existirem de fato, ou seja, ter uma ideia de sensação é colocá-la num nível racional, o que não condiz com a sua função que é naturalmente sentir de fato através dos sentidos. A sensação e a memória são empregadas sobre existências reais, o que vai em direção oposta à teoria das ideias.

Todavia, Reid não compreendeu o que são as ideias de sensação para Descartes. As afirmações enigmáticas desse autor, chamando-as de “ideias materialmente falsas”, pois não apresentam um conteúdo à consciência, são, em primeiro lugar, a união do corpo com a alma ou o espírito; em segundo, a ciência da passividade significa que as coisas exteriores à consciência parecem imprimir nela suas impressões. Desse modo, as coisas exteriores são pensadas sem o consentimento do sujeito. Conclui-se, assim, que a causa das ideias sensíveis provém das próprias coisas exteriores, sobretudo porque, inicialmente, existe uma análise do sentir e, posteriormente, a consciência do sentir; logo, é na consciência de um sujeito, que as ideias do sentir são assim consideradas. Além disso, Descartes nunca afirmou que ideias estão no *sensorium* ou no cérebro. Ao reivindicar evidências de imagens no cérebro, poderíamos requerer, na epistemologia reidiana, provas e evidências dos atos mentais de como a crença age, onde está a percepção como ato mental etc.

2.5 SENTIDOS CONSIDERADOS COMO QUALIDADE DOS CORPOS

Reid afirma que a extensão está implícita na dureza, na maciez, na aspereza, suavidade, na forma e no movimento. Todos eles supõem extensão e não podem ser concebidos sem ela³⁷. Assim, o autor:

Os filósofos comumente nos dizem que obtemos a ideia de extensão sentindo a extremidade de um corpo, como não houvesse dificuldade alguma nessa questão. Busquei, com muito esforço, confesso, descobrir como essa ideia pode ser obtida pela sensação, mas busquei em vão [...] O que compeliu os filósofos nessa questão é que as sensações de tato, que sugerem qualidades primárias, não têm nomes, nem se refletem jamais sobre elas. Elas passam pela mente instantaneamente, e servem apenas para introduzir a noção de

³⁷ REID, 2013, p. 71.

coisas externas e a crença nelas que, pela nossa constituição, estão conectadas a elas³⁸.

O que o autor nesta passagem está questionando é: 1) qual é a relação entre sensação e ideia de extensão; 2) qual a ligação entre a sensação do tato e qualidades primárias. Além de que, ele está explicando a função das qualidades primárias. Para Reid, a extensão dos corpos está relacionada aos sentidos, neste caso, o tato. Quando tocamos determinado corpo, ao sentir tal corpo, já está inerente a esse sentido tais propriedades primárias dele, como dureza, maciez, suavidade etc, segundo Locke. Não obstante, sensação é um processo e qualidades primárias, outro. Quer dizer, os sentidos estão num ser senciente, já as qualidades de um corpo estão nesse corpo; os sentidos são o primeiro passo do conhecimento e nos trazem, de fato, um conhecimento do objeto, mas não temos ideia de extensão; os sentidos apenas sugerem a extensão dos objetos. O problema é que as sensações do tato, que sugerem qualidades primárias, não têm nome, o que impulsionou os filósofos ao erro. Reid assere que as sensações do tato estão tão conectadas, pela nossa constituição, às noções de extensão, forma e movimento, que os filósofos confundiram uma com a outra, e nunca perceberam que elas eram não apenas distintas, mas completamente diferentes (REID, 2013, p. 72-73).

A tese de Reid é de que não existem ideias de extensão, porque a extensão está nos corpos e só é reconhecida através dos sentidos. No primeiro passo para tal conhecimento, as qualidades primárias também estão nos corpos e não nas ideias, no mental. Reid não entende esse processo de ideias de extensão, se elas estão nos corpos, reconhecidamente, pelos sentidos. As qualidades primárias, que são inerentes aos sentidos quando tocamos determinado corpo, têm uma função primordial: assimilar a noção dos objetos externos e, por conseguinte, crer neles. Portanto, os sentidos nos levam, através das qualidades primárias, à noção de objetos e de crença. É próprio da constituição do ser humano ter esse aparato cognitivo naturalmente: noção dos objetos e crença neles. Reid também adverte que se dê atenção e reflexão aos procedimentos do conhecimento para não os confundir.

É oportuno o que afirma Malherbe a respeito; “[...] a figura ou a solidez são propriedades que pertencem à natureza da coisa externa. Consequentemente, não

³⁸ Ibidem, p. 72.

apenas a sensação é determinada em sua realidade subjetiva, mas também a própria coisa em sua realidade objetiva”³⁹. Existe um dualismo entre mente e coisa. A sensação é subjetiva, pois está na mente; a coisa ou o objeto é a realidade objetiva. Logo, qualidades primárias estão no objeto e a sensação no sujeito senciente.

Em suma, as sensações procedentes do tato sugerem extensão para a nossa mente, mas disso não se segue que compreendamos como a sensação faz isso, nem a existência de objetos com extensão pode ser inferida das sensações. Desse modo, Reid refuta a semelhança entre sensação e qualidades dos corpos através desse exemplo:

Deixe que um homem pressione sua mão contra a mesa: *ele a sente dura*. Mas qual é o significado disso? O significado sem dúvida, é que ele tem uma certa sensação de tato, da qual ele conclui, sem qualquer raciocínio ou comparação de ideias, que há algo externo realmente existente, cujas partes estão aderidas umas às outras com tanta firmeza que não podem ser deslocadas sem uma força considerável. Há, aqui, uma sensação e uma conclusão tirada dela, ou de algum modo sugerida por ela. Para compará-las, devemos observá-las separadamente, e então considerar por que vínculo estão conectadas, e em que se parecem uma com a outra. A dureza da mesa é a conclusão; a sensação é o meio pelo qual somos levados àquela conclusão [...] ele perceberá que os dois são tão diferentes quanto quaisquer outras duas coisas na natureza. Uma é a sensação da mente, que não pode ter nenhuma existência senão em um ser senciente [...] a outra está na mesa, e concluímos, sem qualquer dificuldade, que estava na mesa antes de ser sentida, e continua após a sensação ter terminado⁴⁰.

Nessa passagem, Reid quer mostrar que sensação é uma operação mental que está num ser senciente. É através dela que inferimos as qualidades dos corpos, porém a sensação é mental e é distinguível das qualidades primárias ou secundárias que estão nos corpos. Por reflexão atenta, percebe-se duas coisas distintas: sensação e qualidades dos corpos. Antes da sensação do tato, os corpos já têm com eles suas qualidades primárias, nesse caso, a dureza. A partir da sensação do tato, concluímos, sem qualquer inferência ou raciocínio, que existe alguma coisa externa, com existência real e que, ao pressionar tal objeto, sentimos que as partes estão firmemente unidas (a dureza), que não podemos desconectá-las, logo inferimos a dureza a partir dessa sensação. Para corroborar com o pensamento de Reid a respeito da diferença entre sensações e qualidades dos corpos, Lehrer afirma: “As sensações,

³⁹ No original: “[...] the figure or solidity are properties which belong to the nature of the external thing. Consequently, not only is sensation determined in its subjecty reality, but also the thing itself in its objective reality (MALHERBE In: DALGARNO; MATTHEWS, 1989, p. 107)”.

⁴⁰ REID, 2013, p. 73.

além de sugerir sua própria existência presente e indiretamente a existência de uma mente que as possui, também sugerem a existência de qualidades primárias e indiretamente de objetos que possuem essas qualidades”⁴¹.

Não obstante, ao contrário da posição de Reid em relação à sensação e às qualidades dos corpos, filósofos defensores da teoria das ideias consideram que se tem ideias de sensação. Esse autor afirma:

Descartes, Malebranche e Locke reanimaram a distinção entre qualidades primárias e secundárias, mas eles fizeram das qualidades secundárias meras sensações, e, das primeiras, semelhanças de nossas sensações. Eles sustentaram que cor, som e calor não são nada nos corpos, mas são sensações da mente [...] Com respeito às qualidades primárias, esses filósofos erraram de forma mais grosseira: eles, de fato, acreditavam na existência dessas qualidades, mas não atentaram em absoluto às sensações que as sugerem, que, não tendo nomes, foram pouco consideradas, como se não existissem. Eles sabiam que forma, extensão e dureza são percebidas por meio de sensações de tato, de onde concluíram precipitadamente que essas sensações devem ser imagens e semelhanças de forma, extensão e dureza [...]⁴².

Os filósofos não atentaram à natureza e à complexidade de nossas operações mentais, e a sensação é uma delas, ocasionando muitos erros acerca de sua natureza. A teoria das ideias sustenta que as ideias simples dos sentidos ou as impressões dos sentidos representam as qualidades dos corpos como objetos, porque são parecidas a essas qualidades. Representar com ideias as qualidades dos corpos é negligenciar a função dos sentidos, e, sobremaneira, a realidade dos corpos.

A teoria das ideias não faz distinção entre operações mentais e os objetos, quer dizer, os atos mentais não têm objetos distintos de si mesmos. Tudo é representado na mente, atos mentais e objetos. São estados da consciência concernentes ao corpo, por ser esse uma condição destas percepções. As sensações permitem perceber as qualidades secundárias dos objetos externos como som, cor, luz, sabor e as qualidades primárias. O sentir é efeito da ação causal dos corpos exteriores sobre os órgãos corporais e, no espírito, a ação corporal é refletida na consciência, ou seja, a consciência de sentir. O sentir é um ato da consciência, portanto, os conteúdos das ideias sensíveis são sensações.

⁴¹ No original: “Sensations, in addition to suggesting their own present existence and indirectly the existence of a mind which has them, also suggest the existence of primary qualities and indirectly of objects which have those qualities” (LEHRER, 1989, p. 36).

⁴² REID, 2013, p. 82-84.

Ainda, quando se trata de qualidades dos corpos, Reid considera que todos os homens que não foram doutrinados pela filosofia moderna (o senso comum) entendem por cor não uma sensação da mente, que não pode ter existência quando não é percebida, mas uma qualidade ou modificação dos corpos, que continua a mesma, seja ela vista ou não⁴³. Reid está opondo a opinião do senso comum à dos filósofos, no sentido de que o vulgo considera que a cor está nos corpos e os filósofos afirmam que a cor é uma ideia na mente. Aliás, o autor faz uma distinção entre a cor de um corpo, que é concebida como uma qualidade fixa e permanente do corpo, e a aparência dessa cor aos olhos, que pode matizar por uma variação da luz, do meio ou dos próprios olhos. A cor permanente do corpo é a causa que produz toda essas variedades nas aparências, o que ele chama de *a aparência da cor*. Reid faz referência a Locke ao corroborar que ele denomina essa *aparência da cor de ideia*, e com razão, afirma Reid, porque essa ideia não pode ter existência, exceto quando é percebida. Há, não obstante, um porém: a essa ideia que chamamos de *a aparência da cor*, sugere uma concepção e crença em uma qualidade desconhecida do corpo que ocasiona a ideia. É a essa qualidade e não à ideia que damos o nome de cor⁴⁴.

Primeiramente, o vulgo — e é a posição de Reid também — concorda que a cor está nos corpos, independente se os vemos ou não, e é permanente; também através dos nossos órgãos da visão, percebemos a cor dos objetos, que podem variar devido a várias circunstâncias já mencionadas. Reid concorda com Locke no dizer que *a aparência da cor* é uma ideia, mas Reid afirma que, antes desta ideia, temos uma percepção e crença na cor do objeto, que é sua qualidade. Quer dizer, Reid desabona a *ideia de cor*, ao afirmar que tal qualidade existe de fato nos corpos, porque são acompanhados de percepção e crença. É próprio do ser humano, do senso comum, ter conhecimento empírico de tal modo. Os atos mentais percepção e crença são anteriores à ideia de Locke. Até podemos ter ideias de cores (noção de determinada cor), mas, quando percebemos os objetos do mundo sensível, eles têm a qualidade chamada cor inerente a eles e não em ideias na mente. Reid, referindo-se aos filósofos modernos, afirma a respeito da qualidade cor:

A partir do que foi dito sobre as cores, podemos inferir duas coisas. A primeira é que um dos mais notáveis paradoxos da filosofia moderna, que foi universalmente estimado como uma grande descoberta, é, na verdade,

⁴³ REID, 2013, p. 93.

⁴⁴ Ibidem, p. 93-94.

quando examinado a fundo, nada mais que um abuso de palavras. O paradoxo de que falo é que a cor não é uma qualidade dos corpos, mas apenas uma ideia na mente [...] a palavra cor, tal como é usada pelo vulgo, não pode significar uma ideia na mente, mas uma qualidade permanente do corpo [...] Ao dar o nome, como fizeram, ao efeito, eles aparentemente colocaram a filosofia em oposição ao senso comum, e a expuseram ao riso do vulgo. Mas, se tivessem dado o nome de *cor* à causa, como deveriam ter feito, eles teriam afirmado, como o vulgo, que a cor é uma qualidade dos corpos; e que não existe cor ou nada similar a ela na mente⁴⁵.

Reid pontua que o nome cor “envolve uma causa desconhecida e um efeito conhecido” (2013, p. 94). O que a cor nos mostra é somente um efeito conhecido nos corpos, quer dizer, o nome cor é por nós desconhecido, só conhecemos seu efeito nos corpos. O vulgo, afirma esse autor, dá nome à qualidade cujos efeitos são a todo momento percebidos pelos olhos⁴⁶. É um fato corriqueiro do cotidiano, um certo poder ou virtude nos corpos que, na clara luz do dia, exhibe uma aparência aos olhos, uma que nos é bastante familiar, embora não tenha nome. A cor é uma qualidade secundária, porém não damos o nome de cor à sensação, mas à qualidade apenas, afirma o autor. Talvez, em consequência de variações de cores e da mutabilidade delas, a linguagem não daria conta, portanto, de tantos nomes dados a elas⁴⁷. Os filósofos deram ao nome *cor*, utilizado pelo vulgo para designar qualidades dos corpos, de ideia ou aparência, isso significa dizer que a cor está na mente e não nos corpos, por isso *ideia de cor*. Consequentemente, a tese da teoria das ideias vai gerar um problema para a epistemologia reidiana: a cor não é uma qualidade dos corpos e não está neles, mas na mente. Quanto ao que Reid afirma como “um abuso de palavras”⁴⁸, o paradoxo entre cor e ideia de cor, o autor refere a um problema semântico somente ou epistemológico? Ao que parece não é totalmente claro o que o autor quer dizer, quando afirma que:

Os filósofos julgaram adequado deixar sem nome a qualidade dos corpos que o vulgo chama de *cor*, e dar o nome de *cor* à ideia ou aparência à qual, como mostramos, o vulgo não dá nome, porque eles nunca fazem dela um objeto de pensamento ou reflexão. Portanto, parece que, quando os filósofos afirmam que a cor não está nos corpos, mas na mente, e o vulgo afirma que a cor não está na mente, mas é uma qualidade dos corpos, não há uma desavença entre eles acerca das coisas, mas somente sobre o significado de uma palavra⁴⁹.

⁴⁵ REID, 2013, p. 95-98.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 94-95.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 95.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 96.

Se é somente o problema de significado de uma palavra, qual seja, *cor*, ou ela significa a qualidade de um corpo para o vulgo, ou significa uma ideia para os filósofos, não é um problema de significado da palavra *cor*, ou seja, problema semântico, mas sim um problema epistemológico. Se a *cor* se traduz em ideia, significa que o que vai mediar o conhecimento entre mente e mundo sensível é uma ideia de *cor*. Alcança, assim, um estatuto mental. Em contrapartida, se a *cor* não é uma ideia, mas sim uma qualidade dos corpos, não haverá intermediação de ideias na mente e no mundo sensível senão através dos sentidos, e, em especial a visão, que trará uma convicção e uma crença direta daquele objeto que possui a qualidade *a cor*. Portanto, não é um problema semântico, mas sim epistemológico.

A primeira inferência abordada por Reid é o abuso de palavras e a segunda ilação é:

[...] a de que, embora a *cor* realmente seja uma qualidade do corpo, ainda assim ela não é representada à mente por uma ideia ou sensação que se assemelhe a ela; pelo contrário, ela é sugerida por uma ideia que não se assemelha minimamente a ela. E essa inferência não se aplica apenas à *cor*, mas também a todas as qualidades do corpo que examinamos⁵⁰.

Para o autor, não existe conexão alguma entre ideia de *cor* e a qualidade dos corpos denominada *cor*. Não existe a possibilidade de uma qualidade do corpo, ou seja, que está no corpo, ser transposta para ideia de *cor*, para o mental. A qualidade *cor* se tornar uma abstração mental ao ser denominada de ideia é inconcebível para Reid, por isso afirma que essa qualidade está de fato nos corpos. Para finalizar, todas as qualidades dos corpos, sejam primárias ou secundárias, são qualidades dos corpos e nos corpos, e não ideias de sensações, ou ideia de *cor*, segundo Reid.

⁵⁰ REID, 2013, p. 98.

2.6 IMAGENS E IMPRESSÕES NA MENTE

Para introduzir outra questão controversa da teoria das ideias, qual seja, a de que qualidades dos corpos possam ser imagens transmitidas à mente e impressões por meio dos sentidos, Reid faz uma espécie de “mapeamento científico” a respeito dos princípios da óptica para mostrar que nada do que foi descoberto, de como a retina retém os objetos, comprovam “imagens, impressões na mente dos objetos do mundo exterior, ou imagens no *sensorium*” como os filósofos asseveram, assim:

Os filósofos concebem que a impressão produzida na retina pelos raios do sol é comunicada ao nervo óptico e pelo nervo óptico é transmitida até alguma parte do cérebro, por eles chamada de *sensorium*; e que a impressão então transmitida ao *sensorium* é imediatamente percebida pela mente, que supostamente reside lá. Mas não sabemos nada sobre a sede da alma, e estamos tão longe de perceber imediatamente o que conduz no cérebro, essa parte que, de todas as outras do corpo humano, é a que menos conhecemos. Não há a menor probabilidade de que haja alguma figura ou imagem do objeto no nervo óptico ou no cérebro. As imagens na *retina* são formadas por raios de luz; e, se, supusermos, com alguns, que seu impulso na *retina* causa uma vibração das fibras do nervo óptico ou, com outros, que ela dá movimento a algum fluido sutil contido no nervo, nem aquela vibração nem esse movimento podem se parecer com o objeto visível que é apresentado à mente. Também não há a maior probabilidade de que a mente perceba as imagens na retina. Essas imagens não são objetos de nossa percepção, assim como não o é o cérebro nem o nervo óptico. Nenhum homem jamais viu as imagens em seu próprio olho, nem, de fato, as imagens no olho de outro, até que fosse tirada da cabeça e devidamente preparada. É muito estranho que filósofos de todas as épocas tenham concordado com esta noção: de que imagens de objetos externos são transmitidas pelos órgãos dos sentidos ao cérebro, e de que são, ali, percebidas pela mente [...] apenas o olho, até onde podemos descobrir, forma algum tipo de imagem de seu objeto; e as imagens formadas pelo olho não estão no cérebro, mas apenas no fundo do olho; elas não são também absolutamente percebidas ou sentidas pela mente⁵¹.

Afirma Reid que essa filosofia “não tem fundamento algum em fatos e observações” (REID, 2013, p. 126). O autor não entende como esses fatos científicos possam servir à filosofia, se não têm nenhuma finalidade ou propósito (REID, 2013, p. 127). Não há evidências de que impressões na mente por meio dos sentidos tenham semelhanças com os objetos dos sentidos. O que nos possibilita questionar: como são formadas essas imagens na mente? De onde elas procedem? Ao que tudo indica, deve ser uma lei da natureza, porque “Há leis da natureza pelas quais as operações da mente são reguladas” (REID, 2013, p. 128), quer dizer, pela nossa constituição,

⁵¹ REID, 2013, p. 126-127.

todos os sentidos têm limites e leis particulares (REID, 2013, p. 130). Comenta a respeito, Malherbe:

Como órgãos do corpo, os sentidos não são, estritamente falando, poderes da mente, mas constituem um elo na cadeia fisiológica: essa impressão é levada aos nervos e daí ao cérebro. Esta é uma série de causas e efeitos que não nos informa sobre a natureza da impressão; em particular, não sabemos nada sobre a impressão cerebral, exceto que não é mental e que podemos duvidar de sua semelhança, que poderia ser apenas física, com as coisas e suas qualidades. Todo o processo físico-fisiológico nada tem a ver com a consciência e não pode ser percebido pela mente, ao considerar suas próprias operações⁵².

Este autor afirma que o papel dos sentidos constitui uma conexão na cadeia fisiológica, ou seja, através dos sentidos. Tal impressão é levada aos nervos e cérebro, mas disso não segue que compreendamos a natureza da impressão. O que Michel Malherbe observa, nessa passagem, é que a impressão cerebral é desconhecida, que não é mental; se não é mental, destitui o conhecimento empírico através das ideias de objetos, haja vista que não há certeza da semelhança do objeto com as suas qualidades. Soma-se a isso, que o processo físico-fisiológico não tem relação com a consciência e, acima de tudo, a mente não o percebe.

Locke também sofreu críticas de Reid no que se refere a impressões e imagens no cérebro; em linhas gerais, é que não existe nenhum argumento sólido de como as impressões se dão no nosso cérebro na percepção. Vejamos uma passagem de Locke:

Há muitas ideias que são captadas através de um único sentido; e, se os órgãos ou os nervos que são os condutores que transportam estas ideias do exterior até seus receptores no cérebro- local de recepção da mente, se eu posso dizer assim- são tão desordenados que não executem sua função [...]⁵³.

Assim conforme Reid, “se ele pensava, com Descartes e Newton, que as imagens no cérebro são percebidas pela mente que as presencia ou se ele pensava

⁵² No original: As organs of the body, the senses are not, strictly speaking, powers of the mind, but make up a link in the physiological chain: this impression is carried to the nerves and thence to the brain. This is a series of causes and effects that does not inform us about the nature of impression; in particular we know nothing about cerebral impression, except that it is not mental and that we can doubt its resemblance, which could be only physical, with things and their qualities. The whole psychophysiological process has nothing to do with consciousness and cannot be perceived by the mind, when considering its own operations (MALHERBE In: DALGARNO; MATTHEWS, 1989, p. 110).

⁵³ LOCKE, 1995, p. 98-99 *apud* PEREIRA, 2009, p. 206.

que essas imagens estão impressas na própria mente, não está tão evidente”⁵⁴. Claramente, nota-se que Reid questiona a falta de evidência quanto ao fato de as ideias como resultado de uma impressão na mente. Isso não tem consistência, não passa de uma conjectura. Pode-se concluir que, se os objetos não causam impressão no *sensorium* ou na mente, influenciam diretamente os sentidos, e, conseqüentemente, esses têm uma função direta de reconhecer objetos empíricos e não causam nenhuma impressão na mente. O que ocorre é que os objetos do mundo sensível causam uma impressão nos órgãos sensórios, segundo Reid.

2.7 ANALOGIAS E CONJECTURAS INDUZEM A TEORIA DAS IDEIAS AO ERRO

Reid afirma que só há dois caminhos pelos quais os homens podem formar suas noções e opiniões relativas à mente e a seus poderes de operações, a saber: o *caminho da reflexão* e o *caminho da analogia* (REID, 2013, p. 205). O primeiro caminho, o da reflexão, segundo o autor, é o que poucos seguiram, mas é o único que leva à verdade. Reid adverte que, quando se usa nossas operações mentais, deve-se dar atenção a essas operações, refletir sobre elas para dar-lhes noções certas, corretas, a fim de não confundir as operações mentais. O segundo caminho é o mais corriqueiro, o mais comum, segundo o autor, pelo qual os homens formam suas opiniões relativas à mente e às suas operações, é o caminho da analogia (REID, 2013, p. 205). O caminho feito de analogias é o mais familiar, e além do mais, elas são de uso consideráveis para facilitar a concepção das coisas e nos levam a hipóteses prováveis. Os homens, afirma Reid, têm uma predisposição para confiar nos argumentos advindos das analogias, mas analogias são predições e podem incorrer em erro.

O que está em evidência aqui é o tipo de raciocínio que foi adotado pela teoria das ideias para obter conhecimento: o analógico. Ao que tudo indica, esse caminho é formado por opiniões a respeito da mente e suas operações (REID, 2013, p. 205). Opiniões fundamentadas em crenças prováveis, ou seja, probabilidades, conjecturas

⁵⁴ REID, 2002, p. 93.

prováveis, comparações com grau de semelhanças grandes, tudo isso fundamenta o raciocínio analógico, que tem um grau de assentimento maior. Mediante colocações, a teoria das ideias se apropriou desse raciocínio para fundamentar sua teoria, o que, na visão de Reid, foi errado.

Pode-se arguir que conjecturas e probabilidades também estão para uma epistemologia do razoável, confiabilista. Qual é a certeza epistêmica que temos numa teoria confiabilista igual a de Reid? Se o que fundamenta um raciocínio analógico são crenças prováveis, o que separa o confiabilismo reidiano de um pensamento analógico? Qual é o grau de certeza para justificar uma teoria confiabilista e falibilista? Um conhecimento, diga-se, *a posteriori*, baseado na experiência, um conhecimento fundamentado em crenças, qual é a justificação que se tem?

Reid adverte que, no que concerne à mente e suas operações, é preciso ter “um hábito de reflexão atenta” para não incorrer em erro. As analogias relativas à mente e suas operações serão similitudes e derivadas de objetos dos sentidos, e essas serão capazes de enganar os filósofos e o homem comum (REID, 2002, p. 205). Ele argumenta que a filosofia antiga parece ter sido analógica, enquanto a nova deriva mais da reflexão (REID, 2002, p. 205). A antiga chegou até Descartes. Também, o autor afirma que “depois do sistema peripatético ter reinado, quase sem rival, por mais de mil anos nas escolas da Europa, ele sucumbiu diante do sistema de Descartes” (REID, 2002, p. 205-207).

Quando não se tem um conhecimento direto e imediato, o caminho mais fácil e mais direto é o das analogias, pois é o caminho que pode nos levar a conjecturas prováveis. Quando faço comparações e percebo semelhanças, por analogia, concedemos a esse raciocínio um grau de assentimento parecido à sua força (REID, 2013, p. 206). Todavia, conjecturas são hipóteses prováveis, e não certas, seguras. Toda a filosofia antiga, assevera o autor, está assentada nesse tipo de raciocínio. Por quê? Os sistemas antigos ensinavam que as coisas externas formam impressões na mente. É por meio dessas impressões que as percebemos, imaginamos, lembramos e, portanto, essas impressões devem se assemelhar aos objetos dos quais são tiradas. Esse é o raciocínio analógico, a contiguidade entre mente e mundo material, ou seja, um deve agir sobre o outro (a mente e seu objeto) e causar impressões na mente. Essas impressões são semelhantes aos objetos.

Destarte, Reid faz cinco observações sobre o sistema cartesiano que é mister elencar:

- 1) Descartes considerou mais o caminho da reflexão, embora retivesse concepções analógicas dos antigos;
- 2) a tendência do sistema cartesiano é espiritualizar o corpo e suas qualidades;
- 3) o novo sistema contém o ceticismo moderno;
- 4) noções simples são consideradas como ideias de sensação, ideias de reflexão e de juízo ou crenças consideradas como comparações com nossas ideias;
- 5) Descartes manteve, no seu sistema, velhas noções analógicas como imagens ou ideias de coisas na mente.

Quanto ao primeiro ponto, Reid salienta que Descartes foi o primeiro a dar ênfase “às operações mentais”, por reflexão precisa. Para chegar a tal reflexão, submergiu em uma dúvida radical (dúvida metódica) e, ao sair dela, por reflexão, chegou à primeira verdade clara e distinta: o *Cogito*. Ele é o lugar da consciência autorreflexiva, que pensa nos seus atos mentais. Segundo Reid, “as operações de sua própria mente, da qual tinha consciência, deviam ser reais e não um engano; e, embora as suas outras faculdades pudessem confundir-lo, sua consciência não poderia” (REID, 2013, p. 210). A consequência imediata no sistema cartesiano é que o que será conhecido será a partir da mente do sujeito, do conhecimento interno e não externo, pois a substância pensante dá-nos um conhecimento imediato, claro e distinto melhor do que o conhecimento de objetos externos por meio dos nossos sentidos (REID, 2013, p. 210). Entretanto, no que concerne ao conhecimento do mundo material, ou seja, o acesso do sujeito (mente) ao conhecimento dos objetos desse mundo, é que se torna um problema para Reid. O modo de conhecer tal mundo por Descartes, apesar desse conhecimento ter saído do *Cogito*, a contiguidade mente e objeto desse mundo foi feita por raciocínio analógico, ou seja, ideias se parecem com tal objeto, existe uma contiguidade entre objeto e ideia, eis o raciocínio analógico e o erro da teoria das ideias.

O segundo ponto diz respeito às sensações como semelhantes às qualidades dos corpos. Reid observa que um erro comum ao sistema peripatético e ao cartesiano é que os dois sistemas preconizam que não podemos saber nada sobre o corpo ou sobre suas qualidades [...] por meio de reflexão, podemos formar noções claras e distintas de nossas sensações, sem tomar emprestadas nossas noções deles por analogia dos objetos dos sentidos. Portanto, filósofos modernos inferiram que todas as qualidades dos corpos não eram qualidades intrínsecas a tais corpos, mas meras sensações da mente (REID, 2013, p. 211). Ou seja, sentidos e qualidades dos corpos

são sensações na mente. Isso quer dizer que não há distinção entre sentidos e qualidades dos corpos, que passam a configurar como ideias de sensações; por quanto, indistinguíveis. Além disso, tem-se, na ideia de sensação, uma combinação quadripartite: sensações, sujeito cognoscente, corpos e ideias. Tudo isso indistintamente traduzindo-se em todo o seu sistema relativo à matéria e ao espírito, baseado em um axioma expresso em “ideias de sensação”, o que parece, dessa forma, que Descartes não distingue os objetos do mundo sensível das ideias, não diferencia sentidos dos objetos. Tudo isso, que passa a ser contido numa ideia, torna-se semelhante ao objeto do mundo empírico, suas qualidades e as operações mentais.

Para Reid, Descartes defende que tudo aquilo característico dos objetos do mundo sensível, como qualidades primárias e secundárias, não está nos objetos, mas na mente, no espírito, pois são sensações nela, ideias de sensação. Reid também assevera aqui que as qualidades secundárias foram depreciadas às qualidades não de corpos, mas, sim, sensações na mente. A matéria foi simplesmente desprendida de suas qualidades e as operações mentais não são distinguíveis de seus objetos. Se Reid atentasse aos textos de Descartes, às nuances e às entrelinhas deles, com reflexão minuciosa, perceberia que existe sim uma percepção sensível, tanto das qualidades primárias quanto das secundárias. Todavia é só na consciência que as ideias se tornarão claras e distintas. Estas questões serão discutidas num outro capítulo.

No que concerne ao terceiro ponto, Reid destaca que a teoria das ideias se traduz em ceticismo desde os primórdios. De que maneira? O autor afirma:

Todo o seu sistema relativo à matéria e ao espírito está baseado em um axioma, expresso uma palavra, *cogito*. Sobre o fundamento do pensamento consciente, tomando as ideias como seus materiais, ele constrói todo seu sistema do entendimento humano e tenta explicar todos os seus fenômenos e, tendo demonstrado, como ele imaginava, a partir de sua consciência, a existência da matéria, com base na existência da matéria, e de uma certa quantidade de movimento impresso nela, ele constrói seu sistema do mundo material e tenta explicar todos seus fenômenos. Esses princípios, relativos ao sistema material, se mostraram insuficientes. Vemos, então, que, embora na estrutura do mundo material haja, sem dúvida, toda a bela simplicidade consistente com os propósitos para os quais foi feito, ele não é tão simples como o grande Descartes concebeu, nem é tão simples como o grande Newton modestamente conjecturou ser. Ambos foram induzidos ao erro pela analogia e pelo amor à simplicidade [...] Mas voltemos ao sistema de Descartes a respeito do entendimento humano; ele foi construído, conforme observamos, sobre a consciência como seu único fundamento, tendo as ideias como seus materiais; e todos os seus seguidores construíram sobre o

mesmo fundamento e com os mesmos materiais [...] Eles reconhecem que a natureza nos tem dado várias ideias simples, que são análogas à matéria do mundo físico de Descartes. Eles também reconhecem um poder natural pelo qual as ideias são compostas [...] É evidente que o produto natural desse sistema é o ceticismo com relação a todas as coisas, exceto a existência de nossas ideias, e [...] porque, ao serem as ideias os únicos objetos do pensamento, e não tendo existência, exceto quando estamos conscientes delas, se segue necessariamente que não há nenhum objeto de nosso pensamento que possa ter existência contínua e permanente⁵⁵.

Reid faz uma crítica ao modo como Descartes concebeu a estrutura do seu sistema, todo ele fundamentado no *Cogito*. Quer dizer, pensamento que tem consciência das ideias, pelo qual tentou explicar o mundo físico, material. Seus princípios se mostraram insuficientes, incorreram em erro, além de ser um sistema muito simples, deficiente. Segundo Reid, o erro foi devido à analogia em relação aos sistemas antigos e à simplicidade do sistema, sua fundamentação. O sistema cartesiano foi fundamentado no *Cogito*, e Descartes se utiliza das ideias para o conhecimento do mundo sensível e de si mesmo. Só conheço meus atos mentais através da consciência que tenho das minhas ideias e do mundo sensível também.

A crítica reidiana é que as ideias só têm existência, quando estamos conscientes delas. Portanto, nenhum objeto do nosso pensamento tem “existência contínua e permanente”; as coisas só existem quando estamos conscientes das ideias, caso contrário não há existência, ou seja, o mundo material e meus atos mentais só existem tão somente quando eu tenho consciência de minhas ideias, conseqüentemente, o mundo material e os próprios pensamentos do sujeito só existem a partir de ideias, mais ainda, quando eu tenho a consciência delas. Destarte, para Reid, o sistema de Descartes é cético, pois não há consistência para o conhecimento do mundo sensível nem dos seus próprios atos mentais, já que tudo é ideia, consciência e percepção das “minhas ideias”.

Outro ponto que Reid enfatiza e critica nessa passagem é que tudo aquilo que são características dos objetos do mundo sensível, como qualidades primárias e secundárias, não estão nos objetos, mas na mente, pois são sensações na mente, são ideias de sensação. O autor assevera aqui que as qualidades secundárias foram denegridas às qualidades não de corpos, mas, sim, sensações na mente; a matéria foi simplesmente desprendida de suas qualidades. Também nessa passagem, o autor

⁵⁵ REID, 2013, p. 212-214.

reitera que nossos pensamentos, nossas sensações e tudo o que temos consciência têm uma existência real (segundo Descartes). Pode-se, no entanto, questionar se o que não está nos nossos pensamentos tem uma existência real? Os objetos do mundo empírico têm existência? A resposta de Reid é que o sistema moderno evidencia que o mundo material deve ser construído à luz da razão, ou seja, as ideias terão que explicar o sistema do mundo material. Partir das ideias para explicar o mundo sensível se mostrou insuficiente para Reid. Ideias não têm força explicativa para dilucidar o mundo físico nem o entendimento humano. Tempo, espaço, causa e efeito, tudo são ideias (REID, 2013, p. 214).

Na quarta observação, Reid trata sobre as noções ou apreensões simples, que temos das coisas, e juízos ou crenças, que temos em relação a elas. A respeito, afirma:

O sistema cartesiano reduz as noções em duas classes: ideias de sensação e ideias de reflexão. As ideias de sensações passam a ser cópias retidas na memória ou imaginação e as ideias de reflexão cópias das operações das nossas mentes das quais somos conscientes, da mesma forma retidas na memória e na imaginação [...] Quanto ao nosso juízo das coisas ou a crenças que temos em relação a elas, o novo sistema não permite que qualquer delas seja dom da natureza, mas mantém que seja a aquisição da razão obtida por meio de comparação com nossas ideias, e a percepção de suas coincidências ou diferenças⁵⁶.

Para o sistema dos modernos, a simples apreensão é a pura percepção, ou a representação de algo sem julgamento. As apreensões originam as ideias de sensação, aparecem como a percepção de algo corporal; enquanto afetam os nossos órgãos corporais, também originam ideias da imaginação, menos claras e, por fim, originam os conceitos da pura inteligência a partir da reflexão.

Reid aborda aqui os problemas ou os defeitos de noções ou apreensões simples, juízo e crença no sistema moderno. O que o filósofo quer enfatizar é que nosso juízo das coisas e crenças é reduzido à concordância ou discordância das ideias. O raciocínio julga a relação entre ideias, é o que o autor critica. Ou seja, juízo e crença, que são atos mentais e possuem funções distintas no conhecimento empírico, são restritos à aceitação ou não de ideias. Mas, o que Reid está querendo dizer com “não permite que qualquer delas seja dom da natureza”? Ao que tudo indica,

⁵⁶ REID, 2013, p. 215.

parece que os seres humanos possuem um aparato cognitivo bom, razoável, que é natural e constituinte deles em questões do conhecimento. Todo ser humano em perfeitas condições cognitivas é capaz de emitir juízo e crença sobre um conhecimento empírico. Essa capacidade é natural, prescinde inferências ou deduções e, portanto, é um conhecimento doxástico.

Também Reid faz uma crítica ao modo como Descartes concebeu a estrutura do seu sistema, todo ele fundamentado no *Cogito*. Quer dizer, pensamento que tem consciência das ideias; assim ele tentou explicar o mundo físico, material. Seus princípios se mostraram insuficientes, incorreu em erro, inclusive, é um sistema muito simples e deficiente. Segundo Reid, o erro do sistema moderno foi devido à analogia em relação aos sistemas antigos e à simplicidade do sistema, sua fundamentação. O sistema cartesiano foi fundamentado no *Cogito*, e Descartes se utiliza das ideias para o conhecimento do mundo sensível e de si mesmo. Só conheço meus atos mentais através da consciência que tenho das minhas ideias, e do mundo sensível também.

A crítica reidiana é que as ideias só têm existência, quando estamos conscientes delas. Portanto, nenhum objeto do nosso pensamento tem “existência contínua e permanente”; as coisas só existem quando estamos conscientes. Caso contrário, não há existência, ou seja, o mundo material e meus atos mentais só existem tão somente quando eu tenho consciência de minhas ideias. Conseqüentemente, o mundo material e os próprios pensamentos do sujeito só existem a partir de ideias, e, sobretudo, quando eu tenho a consciência dessas ideias. Desse modo, para Reid, o sistema de Descartes é cético, pois não há consistência para o conhecimento do mundo sensível nem dos seus próprios atos mentais, pois tudo é ideia, consciência e percepção das “minhas ideias”. Tudo o que Reid afirma leva a uma conclusão: ele entendeu Descartes? Certamente não. Descartes tem uma *teoria das ideias* cuja compreensão é complexa, e exige muita leitura e reflexão. Deve-se ater ao que o autor quer dizer com ideias, as características peculiares delas, o porquê e como elas fornecem o conhecimento do mundo material. Isso engloba várias terminologias e significados de como Descartes tem a percepção do mundo sensível. Não vou me ater agora sobre a *teorias das ideias*, porque em capítulos posteriores explicarei o sistema cartesiano.

Para Reid, tudo leva a crer que juízo é acompanhado de crença. É próprio do ser humano ter essa crença e, concomitante, um juízo em questões epistemológicas. Segundo Sousa:

Para os proponentes do sistema ideal, a primeira operação da mente sobre suas ideias é a apreensão simples, isto é, a concepção despida de algo sem crença alguma sobre ele. Depois, por meio de comparação entre elas, percebemos coincidências [...] Esta percepção do acordo ou desacordo entre ideias seria a crença, o juízo ou o conhecimento. Isso é um erro, pensa Reid, porque a sensação deve preceder a memória, a imaginação e a apreensão [acompanhada da crença e conhecimento]; deve preceder apreensão simples. Assim, ao invés de dizer que a crença ou o conhecimento se obtém ao juntar e comparar apreensões simples, deveríamos dizer que as apreensões simples se obtém resolvendo e analisando um juízo natural e original⁵⁷.

Para o sistema ideal, a apreensão simples é uma ideia. Na percepção das ideias, há a comparação entre elas. Para Reid, a apreensão simples é uma percepção; essa vem acompanhada de juízo e crença. Isso tudo trará a consequência de sistemas diferentes no sentido de que, na *teoria das ideias*, os atos mentais não são distintos de seus objetos e serão representações mentais. Reid apresenta um sistema cujos atos mentais são distintos dos seus objetos.

Reid elenca alguns dos principais defeitos sobre noções e apreensões simples, juízo e crença no sistema moderno assim:

- 1) A divisão de nossas noções em ideias de sensação e ideias de reflexão é contrária a todas as regras da lógica;
- 2) Além de essa divisão ser imprecisa, ela é extremamente incompleta;
- 3) A explicação que esse sistema dá sobre nosso juízo e crença em relação a coisas é distante da verdade.

Quanto à primeira questão, a divisão das noções em ideias de sensação e ideias de reflexão é contrária a todas as regras da lógica. Reid enfatiza que a reflexão está presente em todos os atos mentais. Essa divisão é ilógica, na medida em que a reflexão é um ato mental constante e presente. Assim afirma que “obtemos a noção de sensação por intermédio da reflexão sobre aquilo que estamos conscientes” (REID, 2013, p. 216). Portanto, explica o autor, ideias de reflexão são as ideias de sensação. A noção de todas as ideias é alcançada por reflexão, por isso a ilogicidade. Descartes faz a divisão em ideias de sensação e ideias de reflexão para fazer a dicotomia corpo e alma. Quer dizer, o espírito traduz-se em reflexão, pensamento; já o corpo está relacionado aos sentidos. Como ideia é qualquer forma de pensamento, ela implica reflexão, consciência, sentir, querer, tudo são ideias.

⁵⁷ SOUZA, 2016, p. 312.

Quanto ao segundo tópico, a divisão em ideias de sensação e ideias de reflexão além de ser imprecisa, é incompleta. Para Reid, a sensação é uma operação da mente. Outras operações, como a reflexão, também o são; passamos a ter noções por reflexão. Entretanto, dividir as ideias em ideias de sensação e de reflexão significa dizer, para Reid, que ideias de sensação não implicam reflexão para o sistema ideal, até porque, não é um ato mental e não diz respeito a um objeto do mundo sensível, ou seja, ideia de sensação é uma representação das sensações, o que, para Reid, é um absurdo. Quanto às ideias de reflexão, a reflexão é um ato mental presente e constante nas operações mentais.

Essa tese do sistema ideal traz por consequência para a humanidade, numa linguagem simples, que não se pode pensar em nada, senão em operações da mente, de acordo com Reid. Assim: “nada pode ser mais contrário à verdade, ou mais contrário à experiência da humanidade” (REID, 2013, p. 216). Significa que restará à humanidade somente relações mentais, atos mentais, e a empiria, ou seja, o conhecimento do mundo sensível, dos objetos? Parece que para o autor, atos mentais e, necessariamente, a experiência do mundo sensível são inerentes ao ser humano. Quer dizer, a completude do conhecimento só é efetivada através das operações mentais concomitante com a experiência do mundo sensível, que é natural. Faz parte do cotidiano dos seres humanos o conhecimento empírico.

Por último, a explicação que o sistema de ideias fornece sobre juízo e crença produz inverdades; é que a *teoria das ideias* desvia a função dos sentidos. Isto é, para Reid, os sentidos sofrem a impressão dos objetos e, imediatamente, eles obtêm, concomitantemente, através da concepção-percepção, o conhecimento de tal objeto, mas a *teoria das ideias* lhes atribui a função de captar noções ou simples apreensões de coisas somente. Juízo, para Descartes, em cujo exercício se comparam ideias, é o problema da verdade, já que também o juízo assere verdade ou falsidade para uma ideia. Por exemplo, quando tenho uma ideia, essa ideia, *per si*, não é verdadeira nem falsa, mas o juízo é que nega, afirma, duvida; é ele que assere se uma ideia é verdadeira ou falsa.

Comparar, portanto, ideias para Reid é incompatível com a sua tese pela qual assevera que comparamos noções de objetos e não ideias. Crença para Descartes são as opiniões, as quais foram formadas desde os nossos primeiros anos “Já há algum tempo eu me apercebi de que, desde os meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras [...]” (DESCARTES, 1958, p. 267). Infere-se que

crença, para Descartes, não é um ato mental fidedigno com a sua teoria. Ou seja, crença é opinião, é obtida pelos sentidos; logo, como os sentidos para ele são falaciosos, não existe crença. Ela é um ato mental doxástico. Para Descartes, que é um racionalista, está rejeitada a “crença”. Esse autor quer certeza apodídica e não crença.

O que Reid defende é que os sentidos são um ato mental e têm a função de conhecer os objetos do mundo sensível, uma vez que, através deles, conhecemos os objetos. Juízo e crença sobre as coisas do mundo material têm o papel, nessa teoria, de compararem nossas noções e perceberem as diferenças entre tais entendimentos, e, também, crer nessas operações. Nos sentidos, quando utilizados para o conhecimento do mundo material, estão implicados juízo e crença. Para ilustrar a visão do autor sobre juízo, crença e sentidos, ele dá o exemplo da árvore assim:

Quando percebo uma árvore diante de mim, minha faculdade da visão me dá não somente uma simples noção ou apreensão da árvore, mas uma crença em sua existência, e em sua forma, distância e magnitude, e esse juízo ou crença não vem da comparação de ideias; ele está embutido na própria natureza da percepção⁵⁸.

No conhecimento dos objetos do mundo sensível, na percepção, os sentidos, a crença e o juízo são ingredientes que participam em conjunto. No ato da percepção, os sentidos sofrem a impressão do objeto externo; concomitantemente, existe uma crença na existência desse objeto e um juízo a respeito dele. O juízo faz parte, pela própria natureza do ser humano, da percepção. É constituinte da nossa natureza possuir tais faculdades — juízo, crença, percepção. Os órgãos sensórios, todos fazem com que tenhamos conhecimento empírico da natureza. Tudo isso é uma “parte do mobiliário que a natureza deu ao entendimento humano”, ilustra Reid (2013, p. 217). Também explica que este aparato cognitivo do ser humano serve para nos guiar nos assuntos comuns da vida, assim como é uma parte da nossa constituição, de modo que todas as descobertas de nossa razão se fundamentam nele (REID, 2013, p. 217). Pode-se dizer, dessa forma, que são primeiros princípios da razão. Constituem o *sensu comum* do homem, afirma o pensador, e todas as descobertas da nossa razão se fundamentam neles (REID, 2013, p. 217). O que é contrário a esses princípios chamamos de *absurdo*.

⁵⁸ REID, 2013, p. 217.

Mas, qual é o fundamento desse *senso comum*? É o *bom senso*, afirma Reid. Os seres humanos com um bom estado mental, em condições normais, são capazes de ter um *bom senso*, uma razoabilidade para questões cognitivas. Reid considera crença, juízo, órgãos sensórios como primeiros princípios da razão, funcionam como base ou fundamento para o conhecimento. Eles têm uma base racional boa para questões epistemológicas. Mas, segundo Ladeia:

No momento em que os filósofos afirmavam que não pode haver nenhum conhecimento por meio da percepção – porque sempre é possível que nós estejamos enganados em nossas convicções de percepção, conforme fez Descartes que tentou solucionar este problema quando não acreditou na existência de objetos externos, até que ele pudesse comprovar que tais objetos existissem -, não haveria outro caminho então se não o do ceticismo [...] Dizer que nossas convicções de percepção são injustificadas até haver evidência suficiente produzida para provar o que se julga verdadeiro, outro resultado não poderia produzir senão o ceticismo⁵⁹.

O que a autora quer ressaltar nessa passagem é o desprestígio da teoria das ideias no que diz respeito à credibilidade dos atos mentais constituintes do ser humano. Nossas evidências são naturais e fazem parte da nossa constituição; à vista disso, são boas em questões epistemológicas, como por exemplo, convicções de percepções envolvem naturalmente uma crença da existência de tal percepção, tanto que não se precisa provar nada nem as justificar. Por isso, o ceticismo. Ao destacar que Descartes começa pontuando sobre a dúvida metódica, em que os sentidos enganam, todavia depois da prova da existência de Deus, que não é enganador, ele admite a confiança nos sentidos e não nega a percepção do mundo sensível, contudo deve-se compreender que o verdadeiro conhecimento é na consciência, na razão, através das ideias claras e distintas.

A última observação de Reid ao sistema cartesiano é que, apesar de empreender um novo caminho de reflexão, ele reteve algumas velhas noções analógicas relativas às operações da mente e, em especial, “que coisas que não existem na própria mente somente podem ser percebidas, ou imaginadas, por meio de ideias ou imagens delas na mente, que são objetos imediatos da percepção, lembrança e imaginação” (REID, 2013, p. 217-218). Essa é a doutrina emprestada do antigo sistema em que coisas externas formam impressões na mente; e, por meio

⁵⁹ LADEIA, Donizeti Rodrigues. **A matriz filosófica do presbiterianismo no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Faculdade de Pós-Graduação de Humanidades de Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2014, p.87-88.

desse influxo, percebemos as coisas, lembramo-nas ou as imaginamos. Essas impressões devem ser semelhantes às coisas das quais são tiradas. O autor afirma que essa maneira analógica de formar ideias parece ser natural e se apresenta com facilidade em nossos pensamentos, porque, como todas as coisas que são sentidas causam impressões no corpo, pensamos que cada coisa causa uma impressão na mente (REID, 2013, p. 217-218).

Depois de mencionar alguns pensadores nos *Ensaio sobre os Poderes Intelectuais do Homem*, tais como Platão, Demócrito, Aristóteles, Epicuro e obviamente Descartes, para ilustrar o problema das impressões no cérebro e imagens, Reid faz referência a Locke afirmando que:

Locke expressou-se nesse ponto de forma tal que, na maior parte das vezes, que alguém poderia imaginar que ele pensasse que as ideias ou as imagens das coisas, que ele acreditava serem objetos imediatos da percepção, fossem impressões sobre a mente em si; e, mais, em algumas passagens Locke coloca essas impressões e as faz serem percebidas pela mente à qual elas se apresentam⁶⁰.

Assim, afirma Reid, “Se ele pensava, com Descartes e Newton, que as imagens no cérebro são percebidas pela mente que as presencia, ou se ele pensava que essas imagens estão impressas na própria mente, não está tão evidente”⁶¹. Reid questiona a falta de evidência quanto ao fato de as ideias serem entendidas como resultado de uma impressão na mente, já que isso não passa de conjectura sem fundamentação consistente. É pertinente trazer esta questão para o presente sobre imagens e impressões na mente e no cérebro, a fim de verificar se Reid ou os filósofos do *sistema ideal* estavam certos. Vejamos uma parte do artigo de Leonídia Alfredo Guimarães sobre este assunto:

Damásio (1999) esclarece, ainda sobre o uso do termo representações, que também é empregado como sinônimo de imagem mental ou padrão neural, particularizando seu uso para referir-se à imagem mental de um rosto ou um objeto específico. Com isso, quer significar que o padrão neural está, nesse caso, relacionado a algo que representa com certa fidedignidade, na mente e no cérebro, o objeto ao qual a representação se refere: uma cadeira, um rosto, uma aparência física qualquer, exterior a nós. Realça, entretanto, não se tratar de uma cópia fiel do objeto. Essas representações são criações no cérebro como produtos da realidade. Em termos absolutos, não conhecemos essa aparência. Esta surge das interações do cérebro com o nosso corpo – pele, músculos, retina etc. – e ajuda a construir

⁶⁰ REID, 2002, p. 92.

⁶¹ Ibidem, p. 93.

os padrões neurais de acordo com as convenções do próprio cérebro, obtidas nas diversas regiões de processamento das imagens mentais, sensoriais e motoras. E, de acordo com o processamento de sinais provenientes de dentro e de fora do organismo [...].

Há uma grande quantidade de dimensões fascinantes neste tipo de descobertas, uma das quais, e não a menos importante, é a suposição de que o hemisfério esquerdo possui um módulo específico que está especializado na formação de imagens mentais, já que o hemisfério direito de J. W. possui um léxico quase tão bom como o do esquerdo. Em suma, um hemisfério direito com linguagem, mas sem a capacidade de fazer inferências, é também incapaz de gerar imagens visuais (GAZZANIGA, 1985, p. 175). Outros experimentos comprovam, também, que as imagens visuais são produzidas pelo sistema sensorial em conexão com o neocórtex, através de vários órgãos receptores específicos para o tato, a visão, a audição, e estes emitem sinais para o sistema nervoso central à maneira de um código. Essa transmissão nunca é direta, ocorre por intermédio de conexões sinápticas que modificam e distorcem a mensagem, de forma que o cérebro recebe uma "mensagem codificada" do estímulo periférico que será interpretada no córtex cerebral como um mapa (POPPER; ECCLES, 1991) [...] As imagens são parte do funcionamento neurofisiológico das estruturas globais do pensamento, incluindo as sensações, as percepções, os sentimentos, as memórias, as ações e as reflexões que resultam em comportamentos e aprendizagens. Isso nos dá a medida exata de que a organização da personalidade pode resultar da interação e da elaboração de todas as imagens mentais que nos conectam à vida e ao mundo⁶².

O artigo mostra que representação é imagem mental ou padrão neural, referindo-se a objetos ou pessoas. Um objeto qualquer é representado no cérebro e na mente com alguma fidedignidade. Assim, essas representações são criações no cérebro como produtos da realidade. Esta aparência surge das interações do cérebro com o nosso corpo, que ajuda a construir os padrões neurais de acordo com o nosso cérebro, assim como o hemisfério esquerdo possui um módulo específico que é especializado na formação de imagens mentais. As imagens são parte do funcionamento neurofisiológico das estruturas globais do pensamento, incluindo sensações, percepções etc. Voltando então a Descartes, ele afirma que “as ideias são como as imagens das coisas”⁶³, imagem, como assinala este autor, não significa cópia ou reprodução, mas tão somente representação. Locke, ao se referir a impressões, nada mais é do que imagens na mente. Infere-se que, de acordo com a ciência e as últimas pesquisas, as imagens dos objetos estão no cérebro e na mente,

⁶² GUIMARÃES, Leonídia Alfredo. **Percursos neural da imagem para além das sombras**. Rev. Bras. Psicodrama. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 13-29, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932012000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2021

⁶³ DESCARTES, René. Méditations: Méditation Troisième. In: DESCARTES, 1958, p. 286.

consequentemente, a mente faz a conscientização deste objeto através da consciência. Descartes e Locke, portanto, não estavam errados.

Pinheiro também corrobora com o raciocínio analógico, o qual Reid critica:

Outro exemplo, segundo Reid (1855, p. 132-133), de falsa analogia entre a mente e os entes corpóreos teria produzido a crença de que, na percepção sensorial, os objetos externos de alguma forma “agem” sobre a mente – não apenas sobre os órgãos dos sentidos, mas sobre a mente. Ora, a interação entre mente e objeto, no sentido de alguma força (física) ser exercida entre ambos, não parece plausível. Inerte por natureza, um objeto (físico) percebido não age de forma alguma, muito menos sobre a mente. O que faz pensar o contrário é a analogia equivocada de que o espírito é como a matéria, que o pensamento é como (o movimento de) um corpo⁶⁴.

Pinheiro enfatiza que a mente não age sobre o objeto nem o contrário. O equívoco é que a teoria das ideias, agindo pelo pensamento analógico, acha que objeto e mente são análogos, que as impressões dos corpos sobre os órgãos dos sentidos são semelhantes. Essas impressões corpóreas seriam transmitidas de alguma maneira à mente.

Reid afirma que Descartes reteve, por analogia aos antigos, que as coisas externas à mente formavam impressões no cérebro e que essas impressões se assemelham aos objetos do mundo. Além disso, filósofos de forma generalizada a aceitaram. De acordo com a ciência atual, não está errado. É mister ressaltar que o hábito induz a analogias como verdades, mas causam erros cruciais, porque conjecturas, segundo Reid, são hipóteses, não existem provas concretas nelas. É por analogia que Descartes incorreu em erro, propriamente falando, em ceticismo, porque, para Reid, não existem imagens de objetos do mundo externo, mas sim, o próprio objeto. Completando, Reid esclarece que, ainda que todos os filósofos concordem sobre a existência de imagens, eles diferem quanto ao seu lugar. Alguns as colocam em um lugar específico do cérebro, outros as colocam na própria mente. No caso de Descartes, ele as colocou num local do cérebro em particular (REID, 2013, p. 218).

Reid não acredita em imagens na mente, mas que os objetos causam alguma impressão nos órgãos sensórios. Então, o conhecimento de tal objeto é acompanhado de crença de juízo. Todavia, para o sistema moderno, juízo e crença foram renegados à mera percepção da concordância ou discordância de nossas ideias (REID, 2013, p.

⁶⁴ PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **A abordagem das práticas doxásticas à epistemologia de William Payne Alston: uma interpretação a partir da leitura de Thomas Reid.** Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 177.

219). Ou seja, para esse autor, essas operações mentais — de crer em algo e de fazer um ajuizamento sobre tal — foram destituídas de sua função. Elas são naturais nos seres humanos e diferem de percepções de concordância ou discordância de ideias.

Em suma, para defender a tese de que a *teoria das ideias* incorre em ceticismo, Reid afirma que, para Descartes, tudo o que se conhece do mundo sensível são ideias, ideias de objetos; elas transmitem imagens no cérebro, ou no *sensorium*. Descartes fundou seu sistema a partir de meras conjecturas, hipóteses e não há provas científicas de que no cérebro existem tais ideias. Conjecturas e hipóteses não são a verdadeira ciência. As ideias, para Reid, incorrem em ceticismo por não terem argumentos ou provas sobre o lugar dos objetos externos a elas. Ao que parece, houve, na história da filosofia, uma confusão de significados nas palavras. Para Reid existe a mente que opera, o ato mental propriamente dito e o objeto da percepção. Todavia, ele afirma que Descartes acrescentou um quarto elemento: a ideia do objeto. Perceber para Descartes é diferente da percepção para Reid. Perceber para aquele é perceber atos do pensamento através de ideias; para Reid perceber envolve concepção do objeto, é crer no objeto do mundo externo, assim não existe a mediação de ideias. As palavras passam a ter significados diferentes nos sistemas filosóficos, por isso a confusão de significados, que, segundo Reid, gerou problemas para eles. Ver-se-á, num outro capítulo, sobre a epistemologia reidiana.

3. COMO THOMAS REID APRESENTA DESCARTES NO ENSAIO SOBRE OS PODERES INTELECTUAIS DOS HOMENS.

3.1 CRÍTICA À FALÁCIA DOS SENTIDOS EM DESCARTES

Um primeiro passo importante na apresentação da epistemologia cartesiana postulada por Reid, está no fato de que, para Descartes, os sentidos são falaciosos. *No Ensaio I, capítulo V, sob o título, Sobre a percepção*, Reid, ao defender a evidência dos sentidos, afirma que alguns filósofos acreditam que os sentidos são falaciosos:

Pelas leis de todas as nações, nos tribunais judiciais mais solenes em que as fortunas e vidas dos homens estão em jogo, a sentença passa de acordo com o testemunho do olho ou do ouvido, testemunhas de bom crédito. Um juiz correto dará uma audição justa a toda objeção que puder ser feita à integridade de uma testemunha, e admitirá que é possível que ela possa estar corrompida; mas, nenhum juiz jamais suporá que testemunhas possam ser abusadas por confiar-se em seus olhos e ouvidos. E se um conselho cético advogasse contra o testemunho das testemunhas que elas não tinham nenhuma outra evidência para o que declararam senão o testemunho dos seus olhos e ouvidos, e que não deveríamos pôr tanta fé em nossos sentidos, a ponto de privar homens da vida ou da fortuna com base no seu testemunho, certamente nenhum juiz idôneo admitiria um argumento desse tipo. Pode alguma prova mais forte ser dada de que é o juízo universal da humanidade que a evidência dos sentidos é um tipo de evidência em que podemos seguramente nos basear nas preocupações mais importantes da humanidade? Que é um tipo de evidência contra a qual não deveríamos admitir qualquer raciocínio? [...] A conduta inteira da humanidade, nas ocorrências diárias da vida, bem como o procedimento solene de jurados no tribunal de causas, civis e criminais, demonstra isso. Sei somente de duas exceções que podem ser oferecidas contra o fato de essa ser a crença universal da humanidade [...] A outra exceção que pode ser feita ao princípio que estabelecemos é aquela de alguns filósofos que mantiveram que o testemunho dos sentidos é falacioso e que, portanto, jamais deveria ser alvo de confiança⁶⁵.

⁶⁵ No original: By the laws of all nations, in the most solemn judicial trials wherein mens fortune and lives are the stake, the sentence passes according to the testimony of eye or ear witnesses of good credit. Na upright judge will give a fair hearing to every objection that can be mede to the integrity of a witness, and allow it to be possible that he may be corrupted; but no judge will ever suppose, that witnesses may be imposed upon by trusting to their eyes and ears: And if a sceptical counsel should plead against the testimony of the witnesses, that they had no other evidence for what they declared, but the testimony of their eyes and ears, and that we ought not top ut so much Faith in our senses, as to deprive men of life or fortune upon their testimony; surely no upright judge would admit a plea of this kind [...] Can any stronger proof be given, that it is the universaljudgment of mankind that the evidence of sense is a kind of evidence which we may securely rest upon in the most momentos concerns of mankind: That it is a kind of evidence against which we ought not to admit any reasoning [...] The whole conduct of mankind, in the daily occurrences of life, as well as the solemn procedure of judicatories in the trial of causes civil

Reid, nessa passagem, defende a importância dos sentidos como uma boa evidência na conduta diária dos homens, em fatos cotidianos e até mesmo, como o exemplo dado, para dar testemunho de algum relato nos tribunais. Com o intuito de salientar a importância dos sentidos como uma boa evidência, posto que eles têm tanto crédito no juízo dos homens, seria um absurdo ser contrário a eles, ou seja, negar o indício do que eles fornecem seria um ato insano. Como aponta o autor, “eles têm um bom crédito” e são naturalmente confiáveis. Além disso, não admitem qualquer tipo de raciocínio. Os sentidos são evidentes ou princípios evidentes porque: 1) surgem tão cedo na mente, que eles não podem ser efeito de educação ou raciocínio; 2) são universais, pois a conduta humana nos revelam (REID, 2002, p. 453-467). Eles são, inevitavelmente e intuitivamente, usados no dia a dia, não são fruto de raciocínios e inferências. Para corroborar sobre a evidência dos sentidos em Reid, Laurence Bonjour afirma:

Assim, ele também argumenta que a alegação da “evidência dos sentidos” é boa evidência para as alegações que aceitamos com aquela base, tem o estatuto de um axioma ou “primeiro princípio”: algo que é imediatamente conhecido sem qualquer necessidade de justificação posterior⁶⁶.

Bonjour comenta, nessa passagem, que os sentidos têm uma boa evidência e estatuto de um primeiro princípio. Isso significa que é uma evidência imediata, não precisa de inferências ou raciocínios. É uma verdade evidente por si mesma, por isso tem o estatuto de um axioma.

Para Descartes, no entanto, em relação aos sentidos, a tese é diversa da de Reid. Farei alusão, aqui, às *Meditações Metafísicas*, em especial à *Meditação Primeira*, mas que também se encontra no *Discurso do Método* sobre a não confiabilidade nos sentidos por Descartes. A primeira referência que Descartes faz, logo na abertura de sua obra *Meditações Metafísicas*, é justamente sobre a questão da falácia dos sentidos. Descartes não acredita no conhecimento do mundo sensível pelo viés dos sentidos, senão através das ideias. Nas palavras de Descartes:

and criminal, demonstrates this. I know only two exceptions that may be offered against this being the universal belief of mankind. [...] The other exception that may be made to the principle we have laid down, is that of some Philosophers who have maintained, that the testimony of sense is fallacious, and therefore ought never to be trusted (REID, 2002. p. 97-99).

⁶⁶ BONJOUR, Laurence. **Realismo direto, extraído dos Ensaios sobre os poderes intelectuais do homem**. In: BONJOUR, Laurence e BAKER, Ann (eds.). *Filosofia - Textos fundamentais comentados*. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 132.

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências [...] Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez⁶⁷.

O que Descartes expõe, aqui, é que suas opiniões foram fundamentadas em princípios incertos, duvidosos, pois foram embasadas nos sentidos, quer dizer, opiniões pelos sentidos serão rejeitadas. A fundamentação dos princípios terá de ser por uma outra via, que não a dos sentidos. Portanto, a ciência certa e segura desabona o conhecimento empírico via sentidos e, aliás, se o conhecimento do mundo sensível negligência os sentidos para o conhecimento empírico, será validado pela via subjetiva tal conhecimento, ou seja, pelas ideias. O conhecimento será mental e não objetivamente no mundo externo. Certamente, será radical essa mudança de paradigma, pois, se às vezes nos deparamos com o erro, é mister aniquilá-lo de vez. Reid mostra o que Descartes ensinou aos filósofos que vieram depois dele a respeito dos objetos dos sentidos, assim:

[...] que a existência dos objetos dos sentidos não é autoevidente, mas exige ser provada por argumentos; e ainda que Descartes, e muitos outros, tivessem se esforçado para encontrar argumentos para esse propósito, não se manifestou haver aquela força e clareza neles que poderiam ser esperadas em um assunto de tal importância⁶⁸.

Para Descartes, os sentidos não são princípios autoevidentes nem são manifestamente imediatos, mas sim, inferenciais; precisam, pois, de operação

⁶⁷ No original: Il y` a déjà quelque temps que je me suis aperçu que, dès mes premières années, j`avais reçu quantité de fausses opinions pour véritables, et que ce que j`ai depuis fondé sur des principes si mal assurés, ne pouvait être que fort douteux et incertain ; de façon qu`il me fallait entreprendre sérieusement une fois en ma vie de me défaire de toutes les opinions que j`avais reçues jusques alors en ma créance, et commencer tout de nouveau dès les fondements, si je voulais établir quelque chose de ferme et de constant dans les sciences [...] Tout ce que j`ai reçu jusqu`à présent pour le plus vrai et assuré, je l`ai appris des sens, ou par les sens: or j`ai quelquefois éprouvé que ces sens étaient trompeurs, et il est de la prudence de ne se fier jamais entièrement à ceux qui nous ont une fois trompés (DESCARTES, René. Méditations: Première Meditation. In: DESCARTES, 1958, p. 267-268).

⁶⁸ No original: [...] that the existence of the objects of sense is not self-evident, but requires to be proved by arguments; and although Descartes, and many others, had labored to find arguments for this purpose, there did not appear to be that force and clearness in them which might have been expected in a matter of such importance (REID, 2002, p. 138).

intelectual. É necessário argumentar para provar a existência dos objetos, e não será pela evidência dos sentidos. Fica claro que, para Descartes, os sentidos não funcionam como princípios autoevidentes. Eles são objetos de percepção, são ideias sensíveis. Não quer dizer, contudo, que Descartes não acredita nos sentidos e no mundo sensível. Sentir, segundo Descartes, não é o movimento causado nos órgãos corporais pelos objetos exteriores (1º grau dos sentidos), mas é o que resulta imediatamente no espírito pelo fato de esse estar unido ao corpo, e o corpo ter sido afetado nos seus órgãos pelos objetos externos⁶⁹. Logo, todos os órgãos dos sentidos são afetados corporalmente, mas o sujeito tem consciência de uma afecção. É na consciência que se dará a ideia sensível. Por exemplo, quando sinto o cheiro de uma flor, parece que sinto tal cheiro, ter a sensação do azul, da cor, significa parecer ver azul. São maneiras de pensar, pois [...] “me parece que vejo, que ouço, que me aqueço. [...] e é propriamente isto que em mim se chama sentir; e, considerado nestes limites precisos, isto nada é senão pensar” (DESCARTES, 1958, p. 279).

Reid manifesta-se com ceticismo para o posicionamento da teoria cartesiana. Para ele, a teoria das ideias se mostra insuficiente e cética para o conhecimento empírico.

3.2 CRÍTICA À TEORIA DA PERCEPÇÃO EM DESCARTES

Além do descrédito dos sentidos apresentado por Reid na epistemologia cartesiana, há um outro tópico apresentado pelo autor no que concerne à percepção em Descartes. *No Ensaio II, capítulo VIII, sob o título Teoria comum da percepção e as opiniões dos Peripatéticos e de Descartes*, Reid assevera:

Essa teoria em geral é que percebemos os objetos exteriores somente por certas imagens que estão em nossas mentes, ou no *sensorium* ao qual a mente está imediatamente presente. Os filósofos em diferentes épocas diferiram tanto nos nomes que deram a essas imagens quanto em suas noções a respeito delas [...] O que os Filósofos antigos chamavam de espécies, sensíveis e inteligíveis, e de fantasmas, em tempos mais recentes,

⁶⁹ DESCARTES, René. Réponses de L`auteur aux sixièmes réponses. In: DESCARTES, 1958, p. 539.

e especialmente desde a época de Descartes, veio a ser chamado pelo nome comum de ideia⁷⁰.

O que está em evidência aqui é que a teoria das ideias defende que percebemos os objetos exteriores do mundo através de imagens que estão em nossas mentes. Mostra também as diversas denominações da palavra imagem na história da filosofia. Em se tratando de imagens, trará a consequência de não percebermos diretamente os objetos exteriores, mas através delas. Desse modo, perceber é perceber imagens e não o objeto diretamente. A percepção, dessa forma, terá um *status* mental. Significa dizer que a percepção não será externa, ou seja, não será percepção de um objeto do mundo externo. Perceber ideias traduz-se em que perceber será perceber algo subjetivo que contém o objeto não imediato do mundo sensível (o objeto) que será mediado por uma ideia. A função de perceber será algo interno, ou seja, uma ideia. Também Descartes chama imagens de ideias — ideias na mente. Imagem não significa cópia ou reprodução, mas representação. Por sua vez, representar significa apresentar algo na consciência. Descartes refere-se a imagens em vários momentos de suas obras, mas aqui, far-se-á alusão à *Meditação Terceira*, na qual Descartes argumenta: “Entre meus pensamentos, alguns são como as imagens das coisas, e só àqueles convém propriamente o nome de ideia: como no momento em que eu represento um homem ou uma quimera, ou o céu, ou um anjo, ou mesmo Deus (DESCARTES, 1958, p. 286).

Imagens para Descartes significa que elas são formadas no cérebro e representam o objeto, porém esta atividade não é ainda a ideia, o objeto imediato da mente. Somente no pensamento é que existe a representação de algo. Tal operação acontece quando tomo consciência imediata de algo, ou seja, quando se forma uma ideia. As ideias fazem com que o sujeito seja consciente desses atos, mas como “imagens das coisas”. Elas presentificam algo na consciência do sujeito. Dito de outra forma, o sujeito tem autoconsciência e consciência de algo, isto é, a consciência de uma ideia só se torna realidade somente quando está no pensamento e não como imagem no cérebro.

⁷⁰ No original: This theory in general is, that we perceive objects only by certain images which are in our minds, or the sensorium to which the mind is immediately present. Philosophers in diferente ages have differed both in the names they have given to those images, and in their notions concerning them [...] What the ancient Philosophers called species, sensible and intelligible, and phantasms, in later times, and especially since the time of Descartes, came to be called by the common name of ideas (REID, 2002, p. 112).

É mister salientar a conexão entre sujeito pensante e a presença de algo na consciência. A reprodução mental de uma realidade não existiria sem a percepção de um sujeito, portanto não é somente uma representação tal e qual da realidade, mas é o aparecer de um conteúdo na consciência. Perceber é perceber algo ou alguma coisa na consciência, é ter ideia, ideia de algo.

Descartes estava convicto das suas imagens na mente, da sua existência, das suas ideias. Porém, será que realmente existe um mundo material? Qual é a garantia da existência dele? As ideias garantem a existência desse mundo? Uma vez que, a partir do momento em que o conhecimento é mental, por meio de imagens ou ideias, é satisfatória a correspondência entre mundo material e ideias? A tese cartesiana é o problemático acesso ao mundo material através das ideias. Descartes corre um sério risco de circundar numa subjetividade epistemológica. O primeiro princípio certo, claro e distinto que Descartes descobriu foi a sua consciência, que é pensamento.

O que é problemático para Reid é que o sujeito percebe imagens na mente. Consequentemente, questiona-se: imagens são as legítimas representantes dos objetos? Inclusive, ao falar da percepção dos objetos exteriores, Reid afirma que Descartes tomou como garantido que o que imediatamente percebemos deve estar ou na própria mente ou no cérebro, na qual a mente é imediatamente presente (REID, 2002, p. 121). Em primeiro lugar, deve-se entender o que Descartes quer dizer com mente ou cérebro, o que significam tais palavras para ele e quais suas funções, e, depois, compreender o que ele quer dizer com “a mente é imediatamente presente”.

Compreende-se, em primeiro lugar, que Descartes percebe os objetos exteriores não no mundo sensível diretamente, mas na subjetividade, ou, mais propriamente dito, nas ideias. O que, entretanto, significa mente ou cérebro para ele? Os objetos são percebidos na mente ou no cérebro? Por que a mente é imediatamente presente e não o cérebro? Em sua obra científica chamada *Dióptrica*, o autor pontua que as imagens são formadas pelo estímulo dos nervos ópticos no cérebro e não são exatamente uma cópia do objeto, mas somente o representam e tais imagens são levadas até o cérebro (DESCARTES, 1958, p. 203-204). Esta é a explicação científica da produção das imagens, quer dizer, a fisiológica. Porém, a imagem que é produzida no cérebro imediatamente é presente à mente; quer dizer que a imagem do objeto é percebida pela mente, pela consciência, pelo espírito do sujeito. É na mente de um percipiente que ocorre o entendimento de algo. É nela que o sujeito toma consciência de sua percepção, não no cérebro, pois é na mente que ocorre o conhecimento; é

nela que decorre o “tornar-se consciente de um ato cognitivo”. Ainda Descartes acrescenta a seguinte explicação:

E assim não dou o nome de ideia às simples imagens que são pintadas na fantasia; ao contrário, não lhes dou aqui esse nome, na medida em que se encontram na fantasia corporal, isto é, na medida em que são pintadas em algumas partes do cérebro, mas somente na medida em que informam o próprio espírito, que se aplica a esta parte do cérebro⁷¹.

A imagem encontra-se subserviente ao espírito, à mente. O que é necessário ressaltar é a função da intelecção que a mente ou o espírito exerce sobre a imagem. Pode-se afirmar que uma imagem de um objeto sem mente ou espírito talvez não existiria, pois não haveria consciência dessa imagem. O que Reid critica é que, para Descartes, a percepção pela mente de um objeto do mundo sensível é garantia de um conhecimento desse objeto. O que parece ser problemático para Reid é a afirmação de que há um objeto imediato existente, que não o objeto do mundo sensível, que se traduz numa “imagem”. A função das ideias é armazenar os objetos do mundo externo. Esse é um dos pontos de desacordo de Reid em relação a Descartes. A percepção é percepção de imagens. Consequentemente, a percepção será interna, percepção de ideias, isso trará uma epistemologia oposta à da função da percepção em Reid.

Ao que parece, Reid critica Descartes por limitar todo e qualquer conhecimento à consciência, ou seja, perceber será percepção na consciência. O estatuto da percepção será perceber algo na consciência. Nessa perspectiva, todo e qualquer conhecimento será circunscrito a ela. Por isso, segundo Reid, Descartes não percebia os próprios objetos exteriores, mas certas imagens deles na própria mente (REID, 2002, p.116). A respeito disso, declara Aaron Ben-Zeev:

A crítica de Reid à teoria das ideias é dirigida contra a concepção da mente como um armazenamento de entidades internas representando os objetos externos. De acordo com Reid, (a) a alma tem sua sede no cérebro, (b) existem imagens formadas no cérebro de todos os objetos dos sentidos e (c) a alma não percebe imediatamente objetos externos, exceto por meio daquelas imagens⁷².

⁷¹ DESCARTES, 1983, p. 169.

⁷² No original: Reid’s criticism of the theory of ideas is directed against the conception of the mind as a storage of internal entities representing the external objects. According to Reid, (1) the soul has its seat in the brain, (b) there are images formed in the brain of all the objects of sense and (c) the soul does not immediately perceive external objects, except by means of those images. (BEEN-ZEEV, Aaron. Reid’s Opposition to the Theory of Ideas. In: DALGARNO; MATTHEWS, 1989, p. 91).

Reid equivocou-se ao dizer que a alma tem a sua sede no cérebro. Alma para Descartes é o intelecto, o pensamento, a mente e não o cérebro. A função das ideias é armazenar os objetos do mundo externo. A alma não percebe imediatamente os objetos externos, mas somente por imagens. Esses são pontos de desacordo de Reid em relação a Descartes. A percepção é percepção de imagens. Consequentemente, a percepção será interna, percepção de ideias. Isso trará uma epistemologia oposta em Reid, ou seja, a concepção da percepção em Reid será, também, diferente da de Descartes.

Para ilustrar que a subjetividade da *teoria das ideias* é equivocada, apoia-se na citação de Peirce: “Descartes estava errado porque não temos como firmar uma consciência de si intuitiva e não temos nenhum poder de introspecção sem que recorramos à observação de fatos externos”⁷³. Ressalta-se que Peirce é um empirista, portanto a observação do mundo externo é essencial à sua teoria. O conhecimento, aqui, é construído pela observação de fatos, pelo hábito e pela experimentação. Além de Peirce, J. Dewey e W. James asserem um princípio básico do empirismo: a inteligência e as faculdades humanas são essencialmente dadas a partir da aprendizagem na experiência; em primeiro lugar, a experiência possibilita a base para o conhecimento, enquanto a atividade mental é o trabalho de transformação da experiência em objetos de conhecimento. Parte-se do objetivo para o subjetivo no conhecimento do mundo material. Todavia, Descartes começa o conhecimento claro e distinto no subjetivo, quer dizer, nas ideias está contida a representação do mundo sensível justificada por Descartes através da relação causal, realidade objetiva, realidade formal, o que explicar-se-á num outro capítulo.

3.3 OS SENTIDOS CONSIDERADOS COMO SENSACIONES NA MENTE (ideias de sensação)

Numa outra passagem dos *Ensaio*s, Reid faz uma crítica sobre o equívoco de Descartes em relação aos sentidos e às ideias de sensação. Assim afirma:

⁷³ PEIRCE, Charles S. Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man. In: HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian. **The essential Peirce: Selected Philosophical Writings**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1992, p. 11-27.

A impressão feita sobre os nossos órgãos, nervos e cérebro não poderia ser nada, de acordo com a sua filosofia, senão variadas modificações de extensão, figura e movimento. Não poderia haver nada no cérebro como som ou cor, gosto ou cheiro, calor ou frio; essas são sensações na mente, as quais, pelas leis da união da alma e do corpo, são suscitadas por ocasião de certos traços no cérebro [...] As percepções dos sentidos, ele pensava, devem ser referidas unicamente à união da alma e do corpo. Elas comumente exibem a nós somente o que pode ferir ou beneficiar os nossos corpos; e, raramente, e por acidente somente, exibem as coisas como elas são em si mesmas. É por observar isso que devemos aprender a lançar fora as pré-concepções dos sentidos e atentar com o nosso intelecto para as ideias que são implantadas por natureza nele. Por esse meio, entenderemos que a natureza da matéria não consiste naquelas coisas que afetam os nossos sentidos, tais como cor, ou cheiro, ou gosto, ou é algo extenso em comprimento, largura e profundidade⁷⁴.

O que Reid assinala, nesta passagem, é que as qualidades secundárias dos corpos, segundo Locke, como cor, cheiro e gosto, não afetam diretamente os nossos sentidos, pois são consideradas sensações na mente; já as qualidades primárias como largura, extensão e profundidade também são consideradas sensações na mente. Consequentemente, este ato mental chamado sentido será semelhante a uma ideia de sensação, ou seja, ato mental e objeto desse ato mental são iguais. Não há distinção para Descartes.

Para Descartes, os corpos do mundo externo só existem em extensão, figura e movimento, ou seja, matematicamente. Qualidades primárias dos corpos são consideradas ideias de extensão, figura e movimento. Assim, também as qualidades secundárias, que para Locke são cor, cheiro e gosto, são consideradas ideias de sensações. Consequentemente, para Descartes, as qualidades primárias e secundárias não existem nos corpos, mas nas ideias. O problema a ser destacado, aqui, é que toda a cognição cartesiana é construída sobre as ideias. Por exemplo, para Descartes, o papel dos sentidos é ocultado em “ideias de sensações”, ou seja, as ideias de sensação são a percepção de algo corporal enquanto afeta os órgãos

⁷⁴ No original: The impressions made upon our organs, nerves and brain, could be nothing according to his philosophy but various modifications of extension, figure, and motion. There could be nothing in the brain like sound or colour, taste or smell, heat or cold; these are sensations in the mind, which, by the laws of the union of soul and body, are raised on occasion of certain traces in the brain [...] The perceptions of sense, he thought, are to be referred solely to the union of soul and body. They commonly exhibit to us only what may hurt or profit our bodies; and rarely, and by accident only, exhibit things as they are in themselves. It is by observing this, that we must learn to throw off the prejudices of sense, and to attend with our intellect to the ideas which are by nature implanted in it. By this means we shall understand, that the nature of matter does not consist in those things that affect our senses, such as colour, or smell, or taste; but only in this, that it is something extended in length, breadth, and depth (REID, 2002, p. 121-122).

corporais, está relacionada à ação de um objeto externo, cujo fundamento é uma apreensão simples. Os órgãos dos sentidos, por si só, não apreendem a realidade em si mesma. Os objetos exteriores só são conhecidos pela ideia de extensão, largura e profundidade, ou ideia de cor, som, cheiro etc., ou seja, é no intelecto que essas ideias estão presentes.

O conhecimento das ideias sensíveis, para Descartes, decorre da união do corpo e da alma. A representação das imagens dos objetos é, nessa linha filosófica, produzida no cérebro. Qual é a função do corpo e qual é a função da alma? A função da alma, do espírito, é tornar o indivíduo consciente da presença desse objeto na ideia. Ou seja, a alma e o corpo têm funções diferentes: é, através do corpo (os sentidos), que as imagens dos objetos são formadas, porque a função do corpo é fornecer extensão, figura, mas é a alma que faz a conscientização do sujeito sobre tal objeto e o representa por meio das ideias.

É imprescindível o papel da alma no conhecimento, pois é ela que faz com que o sujeito se torne consciente do objeto através do pensamento, da ideia. *Res cogitans*, é pensamento, é pensar, e *res extensa*, é extensão, corpo. É a alma a responsável pelo conhecimento, é a reflexão, o pensamento, é a coisa pensante. Aquilo que a alma imediatamente tem consciência é a ideia de algo. Som, gosto, cor, calor são sensações na mente, por quê? Porque, para Descartes, a natureza da matéria é algo extenso em comprimento, largura e profundidade, ou seja, é a ideia de extensão. Portanto, as cores, os sabores, os odores fazem parte da extensão dos objetos e, conseqüentemente, não podem existir fora do pensamento. Para Descartes, os objetos do conhecimento e as operações mentais não são distinguíveis.

Por isso, Reid afirma que os defensores da teoria das ideias não distinguiram as operações da mente dos objetos dessas operações. Alega que eles confundem os dois completamente (REID, 2002, p.136). Ele assim discorre:

Mas, a teoria das ideias leva os Filósofos a conceberem todas essas operações como sendo de uma natureza, e a dar-lhes um nome: elas todas são, de acordo com aquela teoria, a percepção de ideias na mente. Perceber, lembrar, imaginar, estar consciente, são todas percepções de ideias na mente, e são chamadas de *percepções*. É daí que os Filósofos falam de percepções da memória, e das percepções da imaginação. Eles fazem com que todas as coisas que percebemos pelos nossos sentidos sejam uma ideia

de sensação. Às vezes eles dizem que estão conscientes das ideias nas suas próprias mentes, às vezes que eles as percebem⁷⁵.

O que Reid está advertindo, nesse excerto, é que Descartes considera que os atos mentais como perceber, lembrar, imaginar, sentir são todos percepções, percepções de ideias. Ou seja: quando lembro, por exemplo, tenho a ideia de lembrança e não o objeto da lembrança em si; quando sinto, tenho a ideia de sensação, e não a sensação propriamente dita. Porém, segundo Reid, não percebo a lembrança ou a dor, mas tenho a lembrança na mente de algo e sinto a dor de fato. Quem sente, sente algo ou alguma coisa. O sentir tem um caráter de experimentação, porém a teoria das ideias negligencia esse fato. Logo, estes atos mentais são reduzidos a percepções, percepções de ideias. Há uma interpretação errônea, segundo Reid, entre ideias e operações mentais, já que as ideias são objetos imediatos dos atos ou das operações mentais. Perceber é perceber ideias na mente.

O que Reid está afirmando é que Descartes não separa atos mentais dos objetos desses atos mentais, dito de outra forma, percepção, lembrança, imaginação, sentir, são atos mentais, mas todos esses atos têm um objeto, quem lembra, lembra de alguma coisa, quem percebe, percebe algo ou alguma coisa. Todos os atos mentais têm um objeto correspondente, são operações distintas, o que Descartes não faz, já que considera tudo indistinguível, atos mentais e objetos desses atos são iguais. Perceber é perceber ideias, ideias de imaginação, ideias de sensação etc. Isso traz por consequência que a percepção para Reid terá um novo paradigma.

3.4 TEORIA DAS IDEIAS: PERCEBER É PERCEBER IDEIAS OU IMAGENS NA MENTE

Existe uma unanimidade entre os filósofos modernos em não considerar a percepção dos objetos exteriores imediatamente. O que se percebe imediatamente é

⁷⁵ No original: But the theory of ideas leads Philosophers to conceive all those operations to be of one nature, and to give them one name: They are all, according to that theory, the perception of ideas in the mind. Perceiving, remembering, imagining, being conscious, are all perceiving ideas in the mind, and are called *perceptions*. Hence it is that Philosophers speak of the perceptions of memory, and the perceptions of imagination. They make sensation to be a perception; and every thing we perceive by our senses to be an idea of sensation: Sometimes they are conscious of the ideas in their own minds, sometimes that perceive them (REID, 2002, p. 136-137).

uma imagem presente na mente: as ideias. Segundo Pich, “A tese básica, e característica, da “teoria comum das ideias” é que o objeto imediato da mente é uma “ideia”” (PICH, 2010, p. 6). A *teoria das ideias* preconiza, então, que não se percebe os objetos imediatamente do mundo sensível senão através das ideias. Reid faz um inventário das denominações concernentes às ideias ao longo do tempo e assevera:

[...] que “desde o tempo de Descartes, aquelas sombras ou imagens, as quais imediatamente percebemos, elas foram comumente chamadas de *ideias* [...] Mas, todos os Filósofos, desde Platão até o Sr. Hume, concordam nisso, que não percebemos os objetos exteriores imediatamente e que o objeto imediato da percepção deve ser alguma imagem presente à mente⁷⁶.

O que Reid quer enfatizar, aqui nesta passagem, é que é unânime entre todos os filósofos que não se percebe os objetos exteriores imediatamente, visto que o objeto imediato da percepção é uma imagem presente na mente. Isso traz a consequência de a imediatidade do conhecimento dos objetos exteriores ser mental, uma imagem na mente. Perceber objetos exteriores é mental, subjetivo, ou seja, tais objetos são mentais, portanto, estão nas ideias. A questão a ser enfrentada por Reid é se “imagens” traduzem o objeto do mundo externo, ou conseguem explicar ou inferir o objeto fidedigno de tal mundo.

O problema para Reid é que perceber para Descartes é representação de objetos na mente ou a imagem deles na mente, o que o autor considera confuso. Reid se indaga se os Filósofos, ao perceberem as ideias ou a imagem das coisas, inferem a existência do objeto exterior ou se eles depreendem o objeto exterior como a sua imagem. O autor afiança que a resposta a essa pergunta não é óbvia (REID, 2002, p. 105). Imagem, na concepção de Reid, pode até ser num sentido metafórico, como por exemplo, penso na cidade de Londres, vem em mente essa cidade, (a imagem dela), mas o que o autor não admite é que essa cidade esteja *no lugar de*, na percepção. Quando percebo ou vejo esta cidade, não é uma imagem, eu a percebo de fato. Criaria-se um quadro quadripartite; o sujeito, o ato mental, a ideia, o objeto que não é imediato, porque para o autor existe na percepção: o sujeito cognoscente, o ato mental e o objeto desse ato.

Percepção é representação de objetos externos através de ideias para Descartes. Logo, esse modo de caracterizar a percepção, para Reid, se torna confuso,

⁷⁶ REID, 2002, p. 105.

porque esse autor, em contrapartida, não compreende a função desse ato mental como “percepção é perceber ideias”. Para Reid, perceber é perceber um objeto do mundo sensível. A percepção é um ato mental, enquanto o objeto dessa operação mental é outra condição. Perceber para ele é perceber um objeto do mundo exterior e não ideia. Descartes concebe que as ideias também são “como as imagens das coisas” (DESCARTES, 1958, p. 286). Além das ideias serem consideradas como imagens, também representam coisas [...] mas, considerando-as como imagens, dentre as quais algumas representam uma coisa [...] (DESCARTES, 1958, p. 289). Para esclarecer um pouco a dúvida de Reid, vejamos o que afirma Landim:

A noção de ideia ocupa um lugar central na metafísica cartesiana. Embora usada em diferentes sentidos, ‘ideia’ é caracterizada prioritariamente “como imagens de coisas”. Ela exhibe um objeto “como se fosse uma coisa” e por isso pode ser interpretada como ideia de coisas. Na medida em que é “como uma imagem”, ela seria semelhante, em algum sentido de ‘semelhante’, à coisa que exhibe. Dessa maneira, em uma primeira aproximação, ideia, em seu sentido próprio, é uma representação daquilo que ela exhibe⁷⁷.

Se ideia é uma representação daquilo que ela exhibe, uma das possíveis interpretações seria que uma ideia de *coisa*, exprime um correlato real (possível e existente). Ao mostrar uma ideia de *coisa*, possível e existente, abre a possibilidade de ser um objeto real com suas qualidades primárias e secundárias. E o que significa *coisa* para Descartes? Nos *Princípios da Filosofia*, o autor afirma:

Tudo aquilo de que temos alguma noção é considerado como uma coisa ou como uma verdade; a enumeração das coisas. Tudo quanto cai sob a alçada do nosso conhecimento distingue-se em dois gêneros: o primeiro contém todas as coisas que possuem alguma existência e o outro todas as verdades que não são nada fora do pensamento. Em relação às coisas, em primeiro lugar temos certas noções gerais que podem referir-se a tudo: isto é, as noções de substância, de duração, de ordem, de número, e talvez outras ainda mais⁷⁸.

A possibilidade *da coisa* que está contida na ideia ou na imagem é a de ter uma existência real, ou seja, uma substância com suas qualidades primárias e secundárias, segundo o próprio Descartes. As noções das coisas existentes já contêm duração, ordem, número etc.

⁷⁷ LANDIM, 2016, p. 11-40.

⁷⁸ DESCARTES, René. **Princípios da Filosofia**. Tradução: Alberto Ferreira. 4ª. ed. Lisboa: Edições 70, 1989, Art. 43, p. 44.

Seguindo a afirmação reidiana em relação ao que os filósofos dizem sobre a percepção dos objetos exteriores, ou seja, que eles não os percebem diretamente a não ser através de ideias, Reid afirma que diversas razões os levaram a assim pensarem. Ele explica, “desde a época de Descartes, os Filósofos muito geralmente pensaram que a existência dos objetos exteriores dos sentidos requer prova e pode somente ser provada a partir da existência das suas ideias e, ainda, que o modo como os Filósofos falam das ideias parece implicar que elas são os únicos objetos da percepção” (REID, 2002, p. 106).

Nesta passagem podem ser elencados três itens relevantes: 1) tem que se provar a existência dos objetos exteriores; 2) a prova são as ideias; 3) os únicos objetos da percepção são as ideias. Infere-se no primeiro item que Reid, ao dizer que os Filósofos necessitam de prova para a existência dos objetos exteriores, entende-se que os sentidos não terão a função de fornecer o conhecimento de tais objetos, pois o conhecimento empírico não será diretamente por meio deles. No segundo item, a prova dos objetos exteriores será fundamentada pelas ideias — ideia de sensação, ideia dos objetos exteriores, ideia de lembrança etc. A epistemologia de Descartes gera, segundo Reid, uma conclusão cética, porque, se perceber é perceber ideias, nada se percebe a não ser ideias. Ou seja, a prova será via raciocínio.

A questão a ser levantada é: as ideias têm força explicativa para assegurar a existência de tais objetos? Por fim, existe a questão da percepção que Reid afirma que, para os filósofos, a única percepção são ideias, ou seja, o questionamento que parece ser feito pelo autor é: será que a função desse ato mental é somente perceber ideias? Além disso, perceber não terá relação com o mundo externo? Perceber é perceber uma ideia ou um objeto exterior? Que provas se tem de que na ideia está o objeto externo? Parece que Reid não atribui à percepção a função de perceber ideias. O autor afirma que tudo está reduzido à percepção de ideias. O que foi reduzido é a imaginação, os sentidos, a memória, a percepção, o pensar.

Reid, também, afirma que as ideias são entes intermediários entre o pensamento e o objeto do pensamento. Às vezes parecem aglutinar com o pensamento; às vezes com o objeto do pensamento; e às vezes ter uma existência distinta de si própria (REID, 2002, p. 136). Não está claro o que é uma ideia, a função dela, o lugar do objeto do conhecimento e por que perceber é perceber ideias. Descartes inseriu na sua epistemologia representacional as ideias. A epistemologia

reidiana não entende isso, uma vez que esse autor compreende atos mentais e objetos desses atos.

A tese principal é a de que a teoria das ideias reduziu todas as operações do entendimento à percepção de ideias em nossas próprias mentes. Existe um reducionismo de atos mentais. A obscuridade está em saber se o objeto do mundo sensível está na ideia, ou distinto da ideia ou se está no próprio pensamento. O autor concorda com a existência dos atos mentais tais como perceber, lembrar, imaginar, mas discorda dos supostos objetos de tais operações. Os objetos dessas operações referem à percepção de algo, à lembrança de algo ou alguma coisa e à imaginação de alguma coisa. Esses atos mentais têm um objeto à que se referem. Reid define que as ideias não são percepção, lembrança ou concepção, mas coisas que são ditas ser percebidas, ou lembradas ou imaginadas (REID, 2002, p. 171). Dito de outra forma, eu não percebo ideias, eu não imagino ideias nem lembro de ideias. Há um significado e uma aplicabilidade errônea da concepção na teoria das ideias. O questionamento de Reid é: por que nas ideias estão contidas todas as operações do entendimento para o conhecimento dos objetos do mundo sensível? A partir desses questionamentos, o próximo item será a crítica de Reid à *teoria das ideias*, para qual o autor apresenta cinco reflexões.

3.5 A CRÍTICA DE THOMAS REID À TEORIA DAS IDEIAS EM RENÉ DESCARTES

É oportuno ressaltar que as reflexões de Reid sobre a *teoria das ideias* encontra-se fundamentada no *Ensaio* II capítulo XIV, *Reflexões sobre a teoria comum das ideias* no qual ele tece cinco considerações (reflexões) sobre essa teoria. Ele começa dessa forma:

Depois de um detalhamento longo dos pareceres dos Filósofos antigos e modernos, no que diz respeito às ideias, pode parecer presunçoso pôr em questão a existência delas. Mas, nenhuma opinião filosófica, seja tão antiga, seja tão geralmente aceita, deveria apoiar-se em autoridade. Não há nenhuma presunção em exigir evidência para ela,

ou em regular a nossa crença pela evidência que podemos encontrar⁷⁹.

Uma observação importante a ser feita, nesta passagem, é a falta de evidências para essa teoria, o que já é um primeiro problema da *teoria das ideias*. Logo, assere Reid:

[...] se por ideias são significados somente os atos ou as operações das nossas mentes em perceber, lembrar ou imaginar objetos, então não existe motivo para duvidar da existência desses atos, pois estamos conscientes deles todos os dias e horas da vida, e eu creio que nenhum homem de uma mente sã jamais duvidou da existência real das operações da mente das quais ele está consciente⁸⁰.

É digno de nota dizer que não podemos duvidar de nossos atos mentais, nossas operações mentais, tais como perceber, lembrar, imaginar, que são nosso poder natural e constituinte de conceber coisas, de conhecer os objetos do mundo externo. Mas, aponta Reid:

As ideias, de cuja exigência eu exijo a prova, não são as operações de qualquer mente, mas supostos objetos daquelas operações. Elas não são as operações de qualquer mente, mas supostos objetos daquelas operações. Elas são percepção, lembrança ou concepção, mas são coisas ditas ser percebidas, ou lembradas ou imaginadas. Nem eu disputo, de fato, a existência de que os vulgos chamam de objetos de percepção. Esses, por todos os que reconhecem a sua existência, são chamados de coisas reais, não de ideias. Mas os filósofos sustentam que, além desses, existem objetos imediatos da percepção na própria mente: que, por exemplo, nós não vemos o sol imediatamente, mas uma ideia; ou como o Sr. [sic] Hume o chama, uma impressão, em nossas mentes. Essa ideia é dita ser uma imagem, a semelhança, o representante do sol, se houver um sol. É da existência da ideia que devemos inferir a existência do sol. Mas, a ideia, sendo percebida imediatamente, da sua existência não pode haver nenhuma dúvida, como pensam os Filósofos⁸¹.

O problema crucial apresentado por Reid, nesta passagem a respeito da inconsistência da teoria das ideias, é o acréscimo de objetos nas operações mentais. Dito de outra forma, quando alguma coisa é lembrada ou imaginada, reconhece-se que deve haver algo que esteja sendo lembrado ou imaginado, ou seja, deve existir um objeto relativo às operações. O objeto lembrado é algo que existiu num tempo passado; o objeto imaginado deve ser algo que nunca existiu, todavia, ao lado desses

⁷⁹ REID, 2002, p. 171.

⁸⁰ REID, 2002, p. 171.

⁸¹ Ibidem, p. 171.

objetos, há um objeto mais imediato existente, ao mesmo tempo em que lembramos ou imaginamos na mente, qual seja: esse objeto é uma ideia ou imagem da coisa lembrada ou imaginada. O problema é serem concebidas como objetos na mente.

A primeira reflexão de Reid sobre a crítica em relação à *teoria das ideias* é:

A primeira reflexão que eu faria sobre essa opinião filosófica é que ela é diretamente contrária ao sentido universal dos homens que não foram instruídos em filosofia. Quando vemos o sol ou a lua, não temos nenhuma dúvida de que os próprios objetos que imediatamente vemos estão muito distantes de nós, e uns dos outros. Não temos a menor dúvida de que este é o sol e [esta é] a lua que Deus os criou há alguns milhares de anos, e que continuaram a realizar as suas revoluções nos céus desde então. Mas, o quão surpresos ficamos, quando o Filósofo nos informa que estamos equivocados em tudo isso, que o sol e a lua que vemos não estão, como imaginamos, a muitas milhas distantes de nós, e uns dos outros, mas que eles estão em nossa própria mente, que eles não tinham nenhuma existência, antes que o víssemos, e não terão nenhuma, quando cessarmos de perceber e de pensar neles, porque os objetos que percebemos são somente ideias em nossas mentes, que não podem ter nenhuma existência por um momento mais do que pensamos neles⁸².

Nessa passagem, Reid ressalta que existem dois tipos de conhecimento em relação ao mundo: o senso comum e a filosofia. O senso comum vê os objetos do mundo externo diretamente sem intermediação de ideias; ao passo que a filosofia vê os objetos do mundo externo através de ideias, o que choca o senso comum, porque é um absurdo que tais objetos externos estejam na mente, nas ideias. Então, o senso comum entra em conflito com a filosofia, pois suas epistemologias divergem. Homens do senso comum, sem formação filosófica, utilizam automaticamente e naturalmente seus atos mentais no conhecimento do mundo sensível, acreditam, por exemplo, que quando veem algum objeto do mundo sensível, os veem, e, diretamente, sem o auxílio de ideias como objetos imediatos da mente. Pode-se dizer, então, que o aparato cognitivo do ser humano para o conhecimento dos objetos do mundo sensível é natural, é constituinte dele, é uma faculdade inata, é da natureza cognitiva humana conhecer o mundo naturalmente através da percepção, dos sentidos. O que é imediatamente conhecido são os próprios objetos.

O que Reid quer dizer com “sentido universal” parece dizer respeito ao senso comum. É comum a todos os homens ter conhecimento do mundo sensível, naturalmente, através de seu aparato cognitivo como os sentidos, a percepção. Esse

⁸² REID, 2002, p. 172.

aparato cognitivo, que é comum a todos os seres humanos, é bom, é razoável em termos de conhecimento. Os Filósofos, entretanto, concebem que os objetos são ideias na mente, só existem na mente, não têm existência, a não ser no pensamento. É um argumento suspeito, pois se os objetos só existem quando os percebo na mente, quando não os percebo eles não existem? A respeito, Philip de Bary comenta:

Ele está simplesmente, nesta primeira reflexão, fazendo a observação clara de que a teoria ideal é contraintuitiva - pode, por tudo isso, ser verdadeira. Ele também quer enfatizar que o ônus da prova está com os proponentes da teoria, e isso também é seguramente suportável. Qualquer um que queira nos persuadir de que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário, ou que os objetos imediatos da percepção são ideias e não objetos externos, é melhor ter argumentos suficientemente poderosos para derrubar nossas contraintuições. E Reid continuará argumentando em suas reflexões adicionais que tais argumentos estão faltando no caso da hipótese ideal⁸³.

Bary comenta que é preciso argumentos mais sustentáveis para a teoria das ideias, pois são argumentos fracos. No entanto, discorda-se da reflexão reidiana quando afirma que: “Reid está simplesmente, nesta primeira reflexão, fazendo a observação clara de que a teoria ideal é contraintuitiva”. Reid, na sua afirmação, já explicita que a sua teoria terá um novo paradigma de conhecimento empírico: um realismo direto baseado nas crenças do senso comum em contraposição ao racionalismo cartesiano. A afirmação de Bary sobre a teoria das ideias ser contraintuitiva é muito simplista, pois está reduzindo simplesmente a teoria de Reid a uma teoria *intuitiva*. Melhor seria dizer uma teoria epistemológica natural, com um aparato cognitivo comum a todos os seres racionais, que é boa em questões do conhecimento, é razoável, porque, mesmo sendo uma teoria do razoável, do bom senso, o juízo é considerado um primeiro princípio; na percepção de um objeto externo, ela é acompanhada de um juízo perceptual. Embora não seja um juízo necessário, tem plenas condições de avaliar algo como verdadeiro ou falso. Pode-se afirmar, em tal caso, que o senso comum é uma forma de conhecimento mais importante que a filosofia? Na perspectiva de Reid, sim, porque afirma que a filosofia

⁸³ No original: Pre-reflective opinion is not a reliable guide to truth, as the history of natural science and the continuing abundance of superstition amply shows. But Reid knows this very well. He is simply, in this first reflection, making the plain observation that the ideal theory is counter-intuitive- it might, for all that, be true. He also wants to stress that the burden of proof is with the propounders of the theory, and this, too, is surely supportable. Anyone who wants to persuade us that the earth goes round the sun and not vice versa, or that the immediate objects of perception are ideas and not external objects, had better have arguments powerful enough to overturn our counter-intuitions. And Reid will go on to argue in his further reflections that such arguments are lacking in the case of the ideal hypothesis (BARY, 2002, p. 93, tradução nossa).

depende do senso comum. Nessa perspectiva, é autosuficiente, não requer colaboração.

A segunda reflexão se assenta na suposição de que:

“os autores que tratam das ideias têm, genericamente, tomado a sua existência como garantida, como uma coisa que não pudesse ser posta em questão e tal argumento, como eles o mencionam incidentalmente com o objetivo de prová-lo, parece muito fraco para sustentar a conclusão”⁸⁴.

Reid insinua certo dogmatismo em relação à aceitação tácita das ideias. Essa situação é propícia para Reid fazer alusão a Locke, afirmando que, no seu *Ensaio*, ele usa a palavra ideia com o significado de tudo aquilo que é imediato ao pensamento. Ainda, Locke assevera “assumo que, para mim, está facilmente assentado que há tais ideias na mente dos homens, cada um está consciente delas em si mesmo e as palavras e ações dos homens os satisfazem quanto à existência das ideias nos outros homens”⁸⁵. Note-se que o problema é admitir que haja imagens na mente.

Com Descartes, tudo no pensar resume-se a referir, pela mente, um objeto mental contíguo a ela, que se pressupõe contíguo ao objeto do mundo exterior. Por que os filósofos acreditam na contiguidade mente-objeto, nesta relação causal? Qual é o critério para tal confiança nesta relação? Reid não está de acordo que os objetos da mente sejam ideias. Reid assente que ideias são ficções, não há provas da existência delas.

Bary comenta a respeito:

[...] Reid é um grande defensor do método newtoniano; ele se refere ao seu inventor com aprovação em muitos lugares: ‘Quando os homens fingem prestar contas de qualquer uma das operações da natureza, as causas atribuídas por elas deveriam, como Sir[sic] Isaac Newton nos ensinou, ter duas condições, do contrário elas não servem para nada. Primeiro, elas devem ser verdadeiras, ter uma existência real e não ser mal conjeturadas de existir, sem provas. Em segundo lugar, elas devem ser suficientes para produzir o efeito’⁸⁶.

⁸⁴ REID, 2002, p. 174, tradução nossa.

⁸⁵ LOCKE, 1995, p. 5 *apud* PEREIRA, 2009, p. 166.

⁸⁶ No original: [...] reflections 2 and 4, where the substance fo Reid’s attack on this element of the ideal theory is to be found outlined. As we established in Chapter 3, Reid is a Keen supporter of Newtonian method; he refers to its inventor with approval in many places. When men pretend to account for any of the operations of nature, the causes assigned by them ought, as sir Isaac Newton has taught us to have two conditions, otherwise they are good for nothing. First, they ought to be true, to have a real existence, and not to be barely conjectured to exist, without proof. Secondly, they ougt to be sufficient to produce the effect (BARY, 2002, p. 96, tradução nossa).

Bary acrescenta:

[...] dizem que a hipótese ideal não satisfaz nenhuma dessas condições newtonianas. Não apenas não há bons argumentos para a existência de idéias [...] mas as idéias, mesmo que existissem, seriam completamente inadequadas para explicar as operações mentais humanas [...] Portanto, elas são boas para nada⁸⁷.

Bary sugere, nas entrelinhas das duas passagens acima referidas, que o método de Descartes não justifica a *teoria das ideias*, ou seja, a dedução, a análise e a síntese, a ordem, enumerações e revisões gerais. Somente a indução é que confere uma justificação epistêmica para o conhecimento do mundo e da mente. Ainda, estas duas citações referem à citação de Newton que afirmara que “nenhuma causa adicional nem quaisquer outras causas de efeitos naturais devem ser admitidas, exceto aquelas tais que sejam ambas verdadeiras e sejam suficientes para explicar suas aparências⁸⁸”. Essa, segundo Reid, é a primeira grande regra do filosofar. Se um filósofo pretende nos mostrar a causa de qualquer efeito natural que diz respeito à mente ou à matéria, é necessário primeiro considerar se há evidência suficiente de que a causa apontada por ele realmente existe. Reid propõe duas condições necessárias para a validade e legitimidade das ideias: existe evidência causal para a sua existência? Ainda, se a resposta for sim, o efeito segue da causa?

Para Reid, a teoria das ideias não tem justificativa epistêmica, pois ela não prova nada. Trata-se de conjecturas, portanto, são possibilidades não confiáveis, pois são probabilidades. As ideias não conseguem justificar as operações cognitivas humanas. Como as ideias explicam a existência dos objetos exteriores? Não há bons argumentos para isso. Além de que, as operações mentais como perceber, imaginar, lembrar, conceber não estão claras quanto às suas funções, pois elas estão todas no pensamento e, especificamente, nas ideias.

Quanto à terceira reflexão, existe um paradoxo entre os filósofos. Não obstante todos serem adeptos à teoria das ideias, ao mesmo tempo, estão em dissenso em relação a ela. Qual é a questão do dissenso? Reid diz que “se as ideias não são uma mera ficção, elas devem ser, de todos os objetos do conhecimento humano, as coisas

⁸⁷ No original: Although Reid does not mention Newton's name in any of these reflections we are considering, reflexion 2 and 4 in effect say that the ideal hypothesis does not satisfy either of these Newtonian conditions. Not only are there no good arguments for the existence of ideas (reflexion two); but ideas, even if they did exist, would be quite inadequate to explain human mental operations (reflexion four). Therefore, they are good for nothing (BARY, 2002, p. 96, tradução nossa).

⁸⁸ REID, 2002, p. 51.

às quais temos o melhor acesso para conhecer e com as quais ter familiaridade” (REID, 2002, p. 184). O autor afirma:

Alguns sustentaram que elas são autoexistentes que são na Mente Divina, outros em nossas mentes, e outros no cérebro ou no *sensorium* [...] Alguns filósofos terão que as nossas ideias, ou uma parte delas, são inatas; outros terão que todas elas são adventícias: alguns derivam elas dos sentidos somente, outros da sensação e da reflexão. Alguns pensam que elas são fabricadas pela própria mente, outros que elas são produzidas pelos objetos exteriores, outros que elas são a operação imediata da deidade. Outros dizem que as impressões são as causas das ideias [...] Alguns pensam que temos ideias somente de objetos materiais, mas nenhuma [ideia] de mentes, das suas operações [...] outros terão que o objeto imediato de todo pensamento é uma ideia. Alguns pensam que temos ideias abstratas, e que principalmente por isso nós nos distinguimos dos brutos; outros sustentam que uma ideia abstrata é uma absurdidade e que não pode haver tal coisa. Com alguns, elas são os objetos imediatos do pensamento, com outros os únicos objetos⁸⁹.

A questão é se as ideias não são meras ficções, então por que existem tantas discórdias e rivalidades entre os filósofos ao debatê-las? Pelo visto, tal problema é em relação à origem das ideias, as suas causas, se são objetos imediatos do pensamento ou os únicos objetos. A meu ver, o autor está desabonando a teoria das ideias, pois se tais filósofos não sabem a origem delas, o que as causam, se são os objetos imediatos, se tem outros objetos que não imediatos, ou mediados, quer dizer, tal teoria não está bem fundamentada. A contiguidade mente-matéria, o que causa as ideias está confusa entre os filósofos, portanto qual é a verdadeira teoria das ideias? Qual é o seu fundamento, quais são os critérios dessa teoria para se ter conhecimento do mundo material? Causa-efeito, ou seja, contiguidade entre mente e mundo material para o conhecimento empírico é assertivo? Ou tem fundamento correto?

Essa situação controversa acerca das ideias faz Reid ter a convicção de que as ideias não são capazes de fazer com que as operações da mente sejam entendidas melhor. Existe um certo reducionismo das operações mentais. Tudo se resume a ideias. Descartes, por exemplo, classificou as ideias em inatas, adventícias e fictícias. O autor retoma algumas teses da tradição a respeito das ideias. Ele menciona três tipos de ideias: as que nascem comigo (inatas), as que vêm de fora (adventícias), e as produzidas por mim mesmo (fictícias) (DESCARTES, 1958, p. 287). As ideias fictícias, como as sereias e quimeras, são meras invenções, já que que podem ser trazidas à mente ou descartadas. O seu conteúdo pode ser manipulado, uma vez que

⁸⁹ REID, 2002, p. 184.

é produzido pelo próprio sujeito. Quanto às adventícias, afirma Descartes “E o que devo fazer principalmente neste ponto é considerar, no tocante àquelas que me parecem vir de alguns objetos localizados fora de mim, quais as razões me obrigam a acreditá-las semelhantes a esses objetos” (DESCARTES, 1958, p. 287). Entretanto, o que induz o sujeito acreditar nessas ideias adventícias, quer dizer, a acreditar que elas são semelhantes aos seus objetos não é a razão, mas uma inclinação natural, que é sempre sujeita ao erro. São aquelas causadas por coisas situadas fora da mente, tais como ver uma estrela, o sol ou sentir o calor do fogo. Essas ideias não estão sujeitas à vontade. Observo-as, mesmo quando não quero. São consideradas as ideias de sensação. As ideias inatas são aquelas que o seu conteúdo não pode ser mudado. Tem-se, como exemplo, quando alguém pensa num triângulo ao estudar geometria, o triângulo que existe objetivamente na própria ideia não pode ser mudado. Estas ideias inatas, claras e distintas, não são inventadas por nós, mas produzidas pelo entendimento sem recurso à experiência. Elas subsistem no nosso ser, em algum lugar profundo da nossa mente, e somos nós que temos liberdade de as pensar ou não. Essas ideias representam as essências verdadeiras, imutáveis e eternas, servem de fundamento a todo saber científico.

Descartes descreve:

[...] quando começo a descobri-las, não me parece aprender nada de novo, mas recordar o que já sabia. Quero dizer: apercebo-me de coisas que estavam já no meu espírito, ainda que não tivesse pensado nelas. E, o que é mais notável, é que eu encontro em mim uma infinidade de ideias de certas coisas que não podem ser consideradas um puro nada. Ainda que não tenham talvez existência fora do meu pensamento elas não são inventadas por mim. Embora tenha liberdade de as pensar ou não, elas têm uma natureza verdadeira e imutável⁹⁰.

Quais são essas ideias inatas? Fundamentalmente são os conceitos matemáticos e a ideia de Deus. Ademais, Descartes afirma que essas ideias, que nascem conosco, são como que a marca do criador, no ser criado a sua imagem e semelhança. A matemática não necessita de nenhuma demonstração sensível para chegar a alguma verdade. Essas essências verdadeiras e imutáveis, na medida em que se opõem às essências fictícias e não são dadas pelos sentidos (que não são fonte de ideias de essências, mas sim de ideias de coisas singulares), são os

⁹⁰ DESCARTES, René. *Meditações*. Meditação V. Os pensadores. 1983. São Paulo. Abril Cultural. P. 131-132.

conteúdos das ideias inatas. Assim, se a ideia clara e distinta de Deus é uma ideia inata, então por essa ideia seria representada a essência de Deus. Se as ideias claras e distintas da matemática são ideias inatas, então por essas ideias seriam representadas as essências matemáticas. Se uma ideia inata, clara e distinta representa que uma propriedade pertence à essência imutável de uma coisa, essa propriedade pertence a essa coisa. É isso que permite a passagem da ideia de propriedade de uma essência para a coisa que possui essa propriedade. Se a ideia inata, clara e distinta me apresenta algo de real cuja natureza não é inventada por mim, essa natureza é a natureza da própria coisa. E se é assim, as propriedades das essências imutáveis de uma coisa, são propriedades das coisas de que são essências. Se pertence à natureza verdadeira e imutável do triângulo uma propriedade, o triângulo tem essa propriedade. Se à natureza verdadeira e imutável de Deus pertence uma propriedade, Deus possui essa propriedade.

Voltando à terceira reflexão, para Reid, os filósofos não estão de acordo quanto ao conhecimento que as ideias trazem, ou seja, o conhecimento do mundo sensível, o lugar das ideias, o fundamento delas, qual o conteúdo dessas ideias etc. Existe uma confusão generalizada em relação às ideias.

Na quarta reflexão, Reid explana a fraca atuação da teoria das ideias insistindo na tese de que elas tornam as operações da mente confusas assim “[...] é que as ideias não fazem com que qualquer das operações da mente seja melhor entendida”⁹¹. A situação crítica é que essa teoria reduz todas as operações mentais a uma só operação — percepções de ideias na mente. A percepção tem a função de ideias, nas quais existe o objeto do mundo sensível, que não é o objeto imediato. A ideia é que é a mediação entre mente e mundo. Portanto, o imediato é a ideia e não o objeto, a imaginação, a lembrança e a percepção dos objetos. A falta de clareza, para Reid, é devido à função dos atos mentais a que eles referem, qual o objeto a que eles designam, qual o lugar do objeto do mundo sensível na ideia. A confusão mais significativa da teoria das ideias diz respeito à percepção de objetos na mente.

Vejamos o que Bary comenta:

Reid assume que o propósito da hipótese ideal é explicar como a mente pode perceber o que é externo a ela, como ela pode lembrar o que existe e como ela pode imaginar o que nunca precisou ter existido. Em linhas gerais, ele tem

⁹¹ REID, 2002, p. 184.

dois modos diferentes ou mostra como falha em explicar essas coisas, de acordo com os diferentes estágios no desenvolvimento da hipótese. Nas mãos de Descartes e Locke ("que não eram céticos") supõe-se a percepção mediata de objetos externos (mediar a memória de eventos passados, etc.) para entender o que se entende por um objeto de pensamento que não é um objeto imediato do pensamento. Reid lança-se para tal significado e acha que o único suportável é algo significado para a mente por um sinal: 'Mas aqui a coisa significada, quando é introduzida no pensamento, é um objeto de pensamento não menos imediato do que o sinal foi antes. E há aqui dois objetos de pensamento, um sucedendo o outro, que nós mostramos não é o caso com respeito a uma idéia e ao objeto que ela representa'. Esse é um ponto-chave de Reid - que ele desenvolverá em seus próprios relatos positivos de percepção sensorial, memória e julgamento. Aqui, Reid usa-o para mostrar como o realismo indireto entra em colapso no idealismo e como, desse modo, falha em explicar o que ele explica. 'Entendo, portanto, que, se os filósofos sustentam que as idéias na mente são os únicos objetos imediatos do pensamento, elas serão forçadas a admitir que são os únicos objetos do pensamento, e que é impossível os homens pensarem em qualquer outra coisa'[279]. Os propósitos explicativos, então, dessa forma da hipótese ideal são frustrados por sua própria consequência⁹².

O problema é: através das ideias, ou seja, a percepção de ideias é capaz de mostrar o objeto externo? Ela é um meio eficaz, verdadeiro de mostrar o acesso do conhecimento entre objeto e mente? A dificuldade dessa teoria é que ela gera uma ontologia difícil de conceber. Afinal, ela faz com que todo pensamento de coisas exteriores tenha um duplo objeto. Ela confunde o objeto percebido com a percepção daquele objeto e representa o objeto junto à percepção como uma e a mesma coisa: percepção de ideias.

Por fim, na última reflexão, o autor afirma:

As consequências naturais e necessárias dela fornecem uma justa pré-concepção contra ela a todos os homens que dão a devida

⁹² No original: Reid assumes that the purpose of the ideal hypothesis is to explain how the mind can perceive what is external to it, how it can remember what longer exists, and how it can imagine what need never have existed. Broadly, he has two different ways or showing how it fails to explain these things, according to the different stages in the development of the hypothesis. In the hands of Descartes and Locke ("who was no sceptic") there is supposed to be mediate perception of external objects (mediate memory of past events, etc.) explained by immediate perception one which to understand what is meant by an object of thought that is not an immediate object of thought. Reid casts about for such a meaning and finds the only supportable one to be something signified to the mind by a sign: citação: But here the thing signified, when it is introduced to the thought, is an object of thought no less immediate than the sign was before. And there are here two objects of thought, one succeeding another, which we have shewn is not the case with respect to an idea, and the object it represents. This a key Reidian point- one which he will go on to develop in his own positive accounts of sense perception, memory and judgement. Here Reid uses it to show how indirect realism collapses into idealism, and how it thereby fails to explain what it sets out explain. "I apprehend, therefore, that, if philosophers will maintain that ideas in the mind are the only immediate objects of thought, they will be forced to grant that they are the sole objects of tthought, and that it is impossible for men to think of anything else"[279a]. The explanatory purposes, then, of this form of the ideal hypothesis are frusted by its own consequence (BARY, 2002, p. 101-102, tradução nossa).

consideração ao senso comum da humanidade. Nem se precisa mencionar que ela levou aos pitagóricos e a PLATÃO a imaginar que vemos somente as sombras das coisas exteriores e não as próprias coisas, e que ela deu vez à doutrina peripatética da *espécie* sensível, uma das grandes absurdidades daquele sistema antigo, considerando somente os frutos que ele produziu, dado que ele foi modelado por DESCARTES. Esse grande reformador em filosofia viu a absurdidade da doutrina das ideias virem a partir dos objetos exteriores, e com efeito a refutou, depois de ela ter sido recebida pelos Filósofos por milhares de anos; mas, ele ainda reteve ideias no cérebro e na mente. Sobre esse fundamento estão construídos todos os nossos sistemas modernos dos poderes da mente. E o estado cambaleante dessas fábricas, ainda que construídas por mãos talentosas, pode dar uma forte suspeita da não solidez do fundamento⁹³.

A *teoria das ideias* traz como consequência a falta de um fundamento firme, consistente, ao querer provar, por argumentos, a existência do mundo material em contraposição ao senso comum da humanidade que, naturalmente e sem argumentos, percebe tal mundo sem a intermediação das ideias. O problema para Reid é que Descartes quer provar a existência dos objetos externos “na mente”. Consequentemente, atos mentais não terão objetos distintos subjacentes a eles, ou seja, por exemplo, a percepção não será percepção de um objeto externo à mente, mas a percepção de uma ideia. A teoria das ideias negligenciou os objetos desses atos mentais, por exemplo, os sentidos que, para Reid, têm uma função primacial no conhecimento empírico, são meros sofismas, o que é um absurdo para Reid. Nesta passagem, Reid faz um inventário dos vários significados do termo *ideia* afirmando como absurdo o que os pitagóricos e Platão denominaram como conhecimento do mundo sensível. Inclusive, reconhece que Descartes teve mérito, porque colocou o conhecimento na subjetividade, ou seja, no *Cogito*, mas reteve ideias e imagens no cérebro e na mente, o que Reid não concorda. Ou seja, a ideia ou a imagem do objeto na mente é o objeto imediato.

Elencadas as reflexões de Reid sobre a crítica dele à teoria das ideias, pode-se arrolar quais são as principais teses da sua crítica: 1)) existe evidência causal para a existência das ideias; 2) a ideia, como objeto mental, pode dar conta do que ela pretende explicar; 3) a ausência de evidências para se considerar as ideias distintas dos atos ou operações da mente; 4) onde estão os objetos externos nas ideias; 5) a teoria das ideias não explica os processos cognitivos envolvidos na percepção; 6) ela

⁹³ REID, 2002, p. 185-186, tradução nossa.

não explica como as ideias são o acesso entre objeto externo e mente; 7) como as impressões chegam à mente através dos sentidos; 8) essa teoria incorre em ceticismo.

Quanto ao primeiro e segundo itens, existe alguma evidência causal para a existência das ideias? Se sim, o efeito segue da causa? Como uma ideia, estando na mente, explica ou representa um objeto? Parece que não existe uma evidência causal para a existência das ideias. No terceiro item, sempre que se lembra, se sente ou se imagina algo, o que aparece imediatamente é uma ideia; o que Reid apregoa é que atos mentais e ideias são indistintos, tudo na mesma condição. Reid afirma que ao perceber, percebe-se algo, um objeto do mundo externo, e não uma ideia. Além disso, o acesso entre mente e mundo externo, através das ideias, em qual âmbito está a contiguidade entre mente e objeto do mundo externo. Também Reid quer explicações de como as impressões chegam à mente através dos sentidos, isso não está claro. Esta teoria não explica como ocorre o conhecimento dos objetos do mundo sensível, como ocorrem os processos cognitivos para tal conhecimento, portanto, essa teoria incorre em ceticismo.

Segundo Van Cleve, Reid aponta três pontos importantes contra a teoria das ideias:

Em primeiro lugar, os argumentos em favor da teoria são fracos e sem força de convicção. Em segundo lugar, a teoria não faz nada para explicar como a percepção é possível. Em terceiro lugar, a teoria torna difícil mostrar como pode haver o conhecimento ou, até mesmo, a capacidade de conceber o mundo físico⁹⁴.

O que está em pauta é que essa teoria não consegue explicar os processos cognitivos mentais, como perceber, conceber, lembrar, imaginar e, sobretudo, como se conhece os objetos do mundo sensível. Em suma, os problemas da ineficiência da teoria das ideias se resumem a vários pontos. Um dos problemas é se a mente age sobre o objeto ou o objeto age sobre a mente. Reid vai defender que o objeto não é ativo tampouco não sofre ação, quer dizer, não é uma relação de causa e efeito entre os corpos, porque, em geral, o movimento do pensar (mente) e a matéria estão presos a analogias. A teoria das ideias preconiza que um corpo é movido quando sofre a ação por outro corpo. Dessa forma, há uma contiguidade entre os corpos. Reid preconiza

⁹⁴ CLEVE, James V. **Reid's Theory of Perception**. The Cambridge Companion to Thomas Reid. Tradução nossa. Eds. Terence Cuneo and Rene Van Woudenberg. Cambridge: Cambridge UP, 2004, p. 101-133.

que, nesse tipo de movimento, a mente não recebe dos objetos, mas, sim, dos órgãos sensórios. A mente não recebe diretamente impressões do objeto, já que entre cérebro e mente não há contiguidade. Reid recusa a visão de que a mente age sobre o objeto.

Outro ponto dessa crítica é que a teoria das ideias não explica a relação mente e mundo exterior; na percepção, não se saberia como tal objeto imagético na mente seria contíguo ao objeto e causaria o ato de perceber. Além de não explicar, traz confusão sobre como se percebe ou como se tem lembranças. A dificuldade é que todas as operações da mente se reduzem a uma só operação — percepção de ideias. Também Reid não entende como alguém percebe objetivamente por causa da contiguidade entre mente e ideia (objeto mental imediato) e objeto material exterior.

A analogia fácil é um dos fatores principais para que essa teoria incorra em ceticismo. A tentativa de explicar a inter-relação objeto físico e mente está fundamentada na analogia. Assim argumenta Reid que deve haver

intercurso imediato entre a mente e seu objeto [...] os argumentos oriundos de analogia estão sempre à mão, e surgem espontaneamente em uma imaginação frutífera, enquanto argumentos que são mais diretos e mais conclusivos, frequentemente requerem atenção e aplicação árduas [...] (REID, 2013, p. 206).

Outro item da analogia é que há um objeto do pensamento enquanto pensamos nele. Os filósofos se valeram da constatação de que existe um agente e a coisa sobre a qual se age e, por analogia, concluíram que a mesma estrutura seria válida para a mente. Segundo Reid, conjecturas e analogias devem ser rejeitadas, o que é válido para o conhecimento mental e material deve ser cientificamente fornecido. Ou seja, para Reid não há provas da ação de objetos sobre a mente ou vice-versa; nada pode ser posto por analogias na relação causal entre corpos, já que não há evidências de impressão contígua do objeto material sobre a mente. Para o autor, também a teoria das ideias fracassa nos testes newtonianos e baconianos; 1) não há indícios para mostrar que ideias são um fato na mente; 2) mesmo se elas existissem não explicariam os fenômenos que explicam.

Greco fez observações precisas sobre as consequências céticas da teoria comum das ideias, ao se referir aos argumentos de Berkeley e Locke. Segundo Greco, aqui está o argumento que Reid viu em Berkeley, como consequências céticas.

O bispo Berkeley lançou uma nova luz sobre esse tema mostrando que as qualidades de uma coisa inanimada, como se concebe que a matéria seja, não pode se assemelhar a nenhuma sensação, que é impossível conceber qualquer coisa como as sensações de nossas mentes.... Contudo, observemos o uso que o bispo Berkeley faz dessa importante descoberta. Ele conclui que não podemos ter nenhuma concepção de uma substância inanimada, como se concebe que a matéria seja, ou de nenhuma de suas qualidades, e que há um fundamento muito forte para crermos que não há existência na natureza, a não ser mentes, sensações e ideias: Se há qualquer outro tipo de existência, deve ser algo de que não temos, nem podemos ter concepção. Mas como isso se segue? Assim: não podemos ter concepção de nada se não o que se parece com alguma sensação ou ideia em nossas mentes, mas as sensações e ideias em nossas mentes não podem se parecer com nada a não ser as sensações e ideias em outras mentes. Portanto a sensação é evidente⁹⁵.

Segundo Greco, o argumento de Berkeley é reconstruído assim: “Não há nenhuma concepção possível”⁹⁶. Nesse argumento, Greco arrola algumas considerações:

1. Não se pode ter concepção de nada, mas só do que se parece com uma sensação ou ideia na mente.
2. Mas, as sensações e ideias em nossas mentes não podem se assemelhar a nada senão a sensações e ideias. Em particular, sensações e ideias não podem se assemelhar a substâncias exteriores à mente.
Portanto,
3. Não podemos ter concepção de substâncias exteriores à mente. (1,2)
4. Mas, as nossas evidências, ou o conhecimento de uma coisa, exigem que sejamos capazes de concebê-las (pressuposto implícito).
Portanto,
5. Não podemos ter evidência e nem conhecimento de substâncias exteriores à mente⁹⁷.

A conclusão de Greco diz respeito à concepção, posto que, na teoria das ideias, tudo se resume a sensações e ideias, e, elas não se assemelham a substâncias exteriores à mente, porque a teoria de Reid preconiza que na percepção de objetos exteriores, a concepção é essencial para se ter conhecimento deles.

Vejamos agora, a posição de Locke:

1. Não podemos ter nenhum objeto de pensamento imediato, mas nossas próprias idéias
2. Todos os objetos de pensamento são objetos de pensamento imediatos.
Portanto,
3. Não podemos ter nenhum objeto de pensamento, mas nossas próprias idéias

⁹⁵ GRECO, John. *Reid's Reply to the Sceptic*. In: CUNEO, Terence; WOUDEBERG, René Van. (eds). **The Cambridge Companion to Thomas Reid**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 136.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Ibidem*.

4. Podemos ter conhecimento apenas do que é um objeto de pensamento.
5. Os objetos externos são, por definição, não ideias.
Portanto,
6. Não podemos ter conhecimento de objetos externos⁹⁸.

No que concerne a esse argumento de Locke, Greco, parafraseando Reid, pontua as afirmações reidianas de que não há conhecimento de objetos externos e que se pode chamar tal argumento de “Não há nenhum objeto mediato”⁹⁹. A teoria das ideias fracassa na premissa de número um, tanto na premissa de Berkeley quanto na de Locke. Por quê? Porque o que é imediato é uma ideia, e não um objeto do mundo sensível que seria neste caso, o objeto mediato. Portanto, não se tem evidências nem conhecimento de objetos exteriores.

Para Descartes, é indubitável que o sujeito pensante tenha discernimento de que algo aparece na consciência, quer dizer, existindo ou não antes fora do pensamento. Aquilo que é representado na consciência se torna o próprio objeto. Representar significa ser o substituto de uma realidade na consciência. Reid asseve que é nesse ponto que Descartes comete o grande erro, pois o resultado do método da dúvida hiperbólica faz com que o sujeito tenha mais certeza sobre as coisas na mente, as ideias, e não das coisas fora dela, e isso leva ao ceticismo sobre o mundo exterior. Esse é o ponto da crítica de Reid à teoria cartesiana. Ele alega que:

A teoria das ideias é ineficiente, porque não justifica se há uma explícita contiguidade (ligação) entre mente e mundo exterior, tal contiguidade, implícita nas ideias, é inevidente. Como a ideia é formada ou o que ela representa, não é autoevidente e, portanto, deve achar argumentos pelos quais da existência da ideia que eu percebo, eu possa inferir a existência de um objeto exterior que o representa¹⁰⁰.

De onde surgem as ideias: 1) Direto dos objetos (Realismo); 2) Primeiro na mente (Idealismo).

No caso “1” é preciso “dar razões” (argumentar) para provar que as ideias correspondem aos objetos. Assim, afirma que “O que é imediato do pensamento é a ideia e se Descartes pensa assim, então ele tem que assumir a concepção de que

⁹⁸ GRECO, John. *Reid's Reply to the Skeptic*. In: CUNEO, Terence; WOUTENBERG, René Van. (eds). **The Cambridge Companion to Thomas Reid**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 137-138.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 137

¹⁰⁰ REID, 2002, p. 126.

existem dois objetos: 1) o 1º é o objeto imediato do pensamento, 2) o 2º é o objeto do mesmo pensamento, mas não o objeto imediato”¹⁰¹.

Reid pondera que é um dito difícil, ou seja, gera uma ontologia difícil de conceber. Afinal, faz com que todo pensamento de coisas exteriores tenha um duplo objeto: as ideias (objeto imediato) e o objeto mediado (o objeto do mundo exterior).

Ainda acrescenta que “Na percepção, na lembrança e na concepção ou imaginação, distinguem-se duas coisas: - a mente que opera e o objeto daquela percepção ou operação. O objeto percebido é uma coisa e a percepção daquele objeto é outra coisa”¹⁰². O autor afirma também que “Descartes introduziu uma 3ª coisa: a ideia do objeto que é o objeto imediato. Descartes confunde o objeto percebido com a percepção daquele objeto e representa um e outra (objeto mais percepção) como uma e a mesma coisa”¹⁰³. Aqui, ele separa os atos mentais, como perceber, imaginar e lembrar do objeto percebido. São atos diferentes, mas Descartes une na ideia, percepção mais objeto.

Outro ponto da crítica reidiana:

Que Descartes, às vezes, localiza a ideia de objetos no cérebro e, às vezes, diz que não devemos conceber as imagens de objetos no cérebro como sendo percebidos. Descartes ainda diz que esses traços ou imagens são somente ocasiões em que, pelas leis do corpo e da alma, as ideias são excitadas na mente e, portanto, não é necessário que haja uma semelhança exata entre os traços ou imagens e as coisas representadas por elas [...] que essas duas opiniões não podem ser reconciliadas. Se as imagens ou traços do cérebro são percebidas, não podem ser consideradas como ocasiões da percepção somente. Em contrapartida, se existem somente ocasiões da percepção, elas não são percebidas totalmente¹⁰⁴.

Ocasões não podem ser consideradas como representação, como percepção. As percepções são efetivas, não ocasionais; do contrário, não podem ser consideradas percepções. Ou são percebidas, ou não são. Entretanto, não é desta forma que Descartes compreende imagens no cérebro e na mente. As imagens são localizadas no cérebro, mas é na mente que são ideias. Outra crítica de Reid a Descartes é:

Que Descartes oscila no que diz respeito ao crédito que é devido ao testemunho dos sentidos. Algumas vezes, Descartes diz que Deus não é

¹⁰¹ REID, 2002, p. 134.

¹⁰² Ibidem, p. 161

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 122-123.

enganador, infere que os sentidos e as nossas outras faculdades não podem ser falaciosos. Em outro momento, Descartes diz que os sentidos enganam¹⁰⁵.

Descartes começa duvidando dos sentidos, dizendo que, se eles nos enganam algumas vezes, deve-se assumir que podem nos enganar sempre. Depois ele põe até aquilo que não depende dos sentidos, a aritmética, em suspeição, através da hipótese do gênio maligno. Entretanto, lá adiante, Descartes conclui que Deus não pode ser enganador, então, mesmo que os sentidos possam enganar muitas vezes, eles não podem nos enganar sempre; logo, o primeiro ponto contradiz o terceiro, conforme Reid. Parece haver uma contradição aqui. Uma vez que se é enganado pelos sentidos, sempre eles enganarão. Porém, Deus não é enganador, portanto, os sentidos não podem nos enganar. Dois planos se estabelecem para pôr em dúvida os sentidos: o plano ôntico e outro metafísico: Deus. Descartes entra em conflito entre estes dois planos, por isso a contradição. Infere-se que Reid não entendeu que na dúvida metódica, os sentidos são falaciosos, mas quando Descartes prova a existência de Deus, este problema fica resolvido.

Fundamentalmente os problemas da teoria ideal são, em primeiro lugar, a ausência de provas e evidências acerca das ideias; em segundo, como uma ideia, entendida como objeto da mente, poderia dar conta daquilo que ela pretende explicar ou representar e; em terceiro, essa teoria não explica os processos cognitivos, pois também existe uma contraposição entre o caminho da reflexão e o da analogia (os filósofos se utilizam da analogia para fundamentar a inter-relação entre dois objetos físicos. Dessa forma, explicam a contiguidade entre mente e ideia e, por fim, como a teoria conduz ao ceticismo. Quais são os princípios pelos quais se assenta o sistema cético? Sobre uma hipótese antiga, qual seja, nada é percebido exceto aquilo que está na mente que percebe: só imagens e impressões. E, qual é a evidência para sustentar que todo conhecimento é ou imediato ou mediado? Na percepção não há semelhança entre sensação e as qualidades primárias e secundárias, não é pelo raciocínio nem por inferência que alguém passa da sensação para a crença do objeto percebido, a crença é inerente à nossa constituição natural.

¹⁰⁵ REID, 2002, p. 123-124.

Dito isso, no próximo capítulo, apresentar-se-á a filosofia do senso comum de Reid, que pode solucionar o problema do ceticismo.

4. A EPISTEMOLOGIA DE THOMAS REID E A SUA TEORIA GERAL DO SENSO COMUM

A teoria do conhecimento de Thomas Reid, fundador da Escola Escocesa do Senso Comum, teve grande influência no cenário filosófico norte-americano desde os meados do século XIX, tendo admiradores como David Hume entre outros. O cerne de sua teoria tem como pano de fundo sua luta contra o ceticismo, ou seja, sua rejeição à *teoria das ideias*. Mediante isso, é válido ressaltar que a sua epistemologia é baseada num realismo direto.

Primeiramente, Reid pergunta a partir de que fonte devem ser tirados o conhecimento da mente e de suas faculdades. Ele responde que a fonte principal desse ramo de conhecimento “é a reflexão acurada sobre as operações das nossas próprias mentes” (REID, 2002, p. 56). Ele chama a atenção para que reflitamos e atentemos aos nossos atos mentais enquanto são exercidos, para se ter uma noção distinta de qualquer operação da nossa mente (REID, 2002, p. 96). A capacidade da reflexão, para Reid, é um poder do entendimento, “de fazer das suas próprias operações o seu objeto, de atentar para elas e examiná-las de todos os lados, esse é o poder da reflexão (REID, 2002, p. 58). Reid repete exaustivamente que sempre reflitamos sobre as nossas operações mentais para não confundirmos estes atos mentais com qualquer outro funcionamento concernente ao conhecimento da mente.

Assim, pode-se começar com a noção de *concepção*, pois essa ocupa um lugar fundamental na teoria perceptual de Thomas Reid.

4.1 CONCEPÇÃO

Em primeiro lugar, como Reid define que todo modo de pensar do qual estamos conscientes é uma operação da mente, pode-se dizer que a concepção é uma operação da mente. Toda operação mental supõe um poder no ente que a opera, além disso é um poder “original e natural” que faz parte da constituição da mente, e, não é adquirido (REID, 2002, p. 20). Reid não crê que a concepção, assim como outras

operações mentais, tenha “definição estrita”. É por reflexão cuidadosa que se logra tal operação mental.

Já no *Ensaio I, Preliminar*, dos *Ensaio sobre os Poderes Intelectuais do Homem*, Reid afirma que *conceber, imaginar e apreender* são expressões chamadas pelos lógicos de *simples apreensão*. Conceber e apreender têm a função de englobar a convicção da existência de um objeto exterior. No entanto, o específico da concepção é que o “que nunca teve, nem tem qualquer existência, pode ser concebido”, é também um ato da mente que nada pode ser afirmado ou negado, a concepção não é falsa nem verdadeira. Aqui ela é considerada como simples apreensão. A concepção não implica crença ou juízo, mas é um ato mental. Todavia, a menor crença implica alguma concepção daquele que crê. Além de tudo, imaginar e apreender também são atos da mente e não implicam juízo nem crença (REID, 2002, p. 24).

As operações da nossa mente são externalizadas através da linguagem, como entender, conceber, apreender; outra coisa é fazer um julgamento do que foi dito. Nesse sentido, “a primeira é apreensão simples e pode existir sem a última, mas a última não existe sem a primeira” (REID, 2002, p. 296). À vista disso, tem-se uma implicação importante: as outras operações da nossa mente, tais como o juízo e o raciocínio, são decorrentes da concepção. Portanto, toda concepção na percepção de um objeto exterior implica juízo e raciocínio.

Reid, no *Ensaio IV*, apresenta algumas propriedades ou características da concepção. Ele afirma que os lógicos chamam a concepção e o ter a noção de uma coisa de “apreensão simples”, como já foi dito antes. Na verdade, Reid quer chamar a atenção que apreensão simples é “ter a ideia de uma coisa”, a um modo próprio de ter noção de algo e conceber, em especial, na percepção.

Dito isso, elenca-se algumas propriedades ou características da concepção: a) é um ingrediente de toda operação mental, em tudo que seja pensamento, necessariamente, deve haver concepção. Por exemplo, na lembrança ou ao raciocinar a concepção está presente, porque nenhum homem pode ter tais atos sem alguma concepção. Também qualquer poder ativo, mesmo que não sejam intelectuais, a concepção é condição necessária. No entanto, ainda que não exista nenhuma operação da mente sem concepção, ela pode ser encontrada sozinha, nua, no dizer do autor; desse modo ela é chamada de apreensão simples ou mera condição necessária (REID, 2002, p. 295-296); b) na mera concepção não pode haver nem

verdade nem falsidade, somente nos juízos e/ou proposições; portanto, ela não pode ser verdadeira nem falsa (REID, 2002, p. 296-297). Segundo Maurício Mota Saboya Pinheiro:

Para nosso autor, é impossível formar crenças sobre qualquer coisa sem uma concepção prévia dessa coisa [...] a concepção é uma operação mental básica para a formação de quaisquer crenças, sob quaisquer processos formadores de crenças. Assim, na percepção sensorial não é possível formar crenças sobre um objeto sem uma concepção desse objeto. Na memória não é possível lembrar-se de algo, se não se tiver uma concepção prévia da coisa a ser lembrada. Muito menos se poderia raciocinar sobre algo de que não se tem concepção alguma. E assim por diante¹⁰⁶.

A concepção está presente em todas as operações mentais, intrinsecamente, relacionada à crença. Deduz-se que, se a concepção, necessariamente, é um ingrediente na percepção, já se tem um ato mental *a priori*, que é um conceito. Se há um conceito *a priori*, pode-se questionar: seria um tipo de realismo direto? Existe um conceito anterior à percepção, um tipo de representação anterior a ela. A concepção como ato mental não é adquirida, é um poder natural e constituinte dos seres racionais, mas ao ter uma noção ou conceito dos objetos do mundo externo na percepção de um objeto, ela possui outra característica: ela é adquirida, ou pela familiaridade com os objetos externos ou pelas qualidades primárias e secundárias. Por isso o questionamento de um realismo direto ou indireto.

Antes da terceira propriedade, é mister abordar o significado filosófico da palavra ideia e o que o autor fala sobre isso no *Ensaio IV*. Ele discerne que o significado filosófico da palavra ideia deve ser equivalente e substituído pelo significado da palavra “concepção” como operação mental, mas o sujeito encontra concepções como atos mentais e não ideias como representação do objeto do mundo sensível. Nas discussões com Locke, Reid assevera que o sentido filosófico de *ideia* é corrompido e o sentido popular de ideia, ou seja, o vulgo, é que tem o sentido correto; é esse sentido que interessa a Reid: ter uma ideia significa ter uma noção de alguma coisa ou concepção (REID, 2002, p. 297-298).

Quanto à terceira característica da concepção, “de todas as analogias entre as operações do corpo e da mente, não há nenhuma tão forte e tão óbvia a toda a

¹⁰⁶ PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **A abordagem das práticas doxásticas à epistemologia de William Payne Alston: uma interpretação a partir da leitura de Thomas Reid**. Tese (Doutorado em Filosofia – Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, 2011, p. 197.

humanidade como aquela que existe entre a pintura, ou outras artes plásticas, e o poder de conceber objetos na mente” (REID, 2002, p. 299). As linguagens mostram essa analogia, como se a concepção formasse “imagens dos objetos do pensamento”. Porém, essa linguagem analógica pode levar ao erro, se por acaso, levarmos o sentido figurativo para o primitivo. É necessário atentar para a dessemelhança, bem como para a sua semelhança, ou seja, concepção e figuração. Pontua Reid que as palavras analógicas e figurativas têm um duplo significado. É preciso estarmos atentos para não incorrer em erro. Se alguém pinta um quadro, por exemplo, quando esse trabalho cessa, o trabalho permanece, mesmo se a ação cessar. A ação de pintar é a causa, o quadro produzido é o efeito. Sobre isso, Reid afirma que o sujeito, antes de pintar tal quadro, já o havia concebido na mente. Então, o que é essa concepção? É um ato da mente, um tipo de pensamento. Ele, contudo, produz algum efeito, além do próprio ato? Reid responde que certamente, não, pois todos sabem que uma coisa é conceber, outra coisa é produzir o efeito (REID, 2002, p. 300). Conceber, então, é um ato imanente da mente; agora pintar produz um efeito, a pintura. Logo, o que seria uma imagem na mente é a concepção mesma, o ato mental concebendo determinada imagem, afirma Lehrer¹⁰⁷.

Essa é a linguagem do senso comum, pela qual conceber uma coisa é, por analogia, ter “uma imagem na mente”, mas que não é o objeto da concepção, nem qualquer efeito produzido pela concepção como uma causa, ela é a própria concepção (REID, 2002, p. 300-301). Para o senso comum, “a concepção de uma coisa na mente” e a “imagem de uma coisa na mente” são expressões que têm o mesmo significado, ou seja, o ato mental de conceber algo. A concepção naturalmente dá uma visão da imagem da coisa, mas não é uma imagem real, é uma imagem metafórica, pois na mente só há pensamentos. Reid chama a atenção para não confundir imagem, na concepção, como uma visão da coisa, e imagem, como se fosse o próprio objeto do mundo externo na concepção.

Na quarta característica da concepção, guarda outra analogia também com as diferentes obras do pintor ao fazer pinturas: 1) imaginárias; 2) ou faz cópias da pintura de outros; 3) ou pinta a partir da vida, de objetos reais da arte ou da natureza (REID, 2002, p. 301). Isso serve para explicitar as divisões das nossas concepções. As

¹⁰⁷ LEHRER, 1989, p. 128.

imaginárias são fantasiosas, ou criaturas da imaginação. Elas não são cópias de um original, “mas são elas mesmas originais”. Há as que são cópias de um original ao qual elas referem e são consideradas verdadeiras ou falsas, à medida que concordam ou discordam com os originais aos quais referem. Elas são de dois tipos: o primeiro tem imagens tiradas da vida, como por exemplo, a cidade de Londres é um lugar que existe; então a concepção que alguém tem dela é verdadeira, tanto que há concordância com a coisa concebida (REID, 2002, p. 302). Completando, Reid faz menção de coisas individuais que realmente existem, que foram feitas por Deus, ou pelo ser humano, mas aquele que as fez conhece a sua natureza inteira, os seres humanos conhecem em parte (REID, 2002, p. 302). O segundo tipo de concepção cópia é aquele em que o pintor faz pinturas a partir de pinturas já feitas. Reid identifica as concepções dos antigos que as chamavam de “universais”, coisas que pertencem ou podem pertencer a muitos indivíduos. Este caso equivale a tipos ou espécies de coisas como “ser humano” (substâncias), “sabedoria e coragem” (qualidades) etc.

A respeito de sua origem, verdade ou falsidade, pode-se dizer no que concerne à *concepção*: 1) quanto ao significado, a concepção que os homens afixam às palavras; 2) a concordância ou a discordância que as concepções têm com os significados comuns, que são os padrões (REID, 2002, p. 302-303). Em resumo: há três tipos de concepções: 1) de “coisas individuais”, as criaturas de Deus; 2) do significado de palavras gerais; 3) de coisas criadas pela imaginação. O que é relevante para o presente trabalho é o primeiro tipo de concepção, pois é o que tem lugar em percepções no conhecimento dos objetos no mundo sensível.

Seguindo a ordem das propriedades da concepção, a quinta característica desta operação mental, é que a concepção de coisas individuais pode ser “forte e viva, ou fraca e lânguida” em todos os graus (REID, 2002, p. 305). Todo sujeito tem consciência dessas qualidades de concepções. A vivacidade e força das concepções têm diferentes causas como alegria, ressentimento, paixões, que dão a maior ou menor vivacidade. Também podem ligar-se a coisas agradáveis ou desagradáveis. As concepções podem ser mais vívidas, que são as concepções de coisas individuais, sejam imaginadas ou reais, ao contrário das abstratas e gerais, que não são nunca vívidas (REID, 2002, p. 305).

Vale ressaltar, como sexta característica da concepção, que Reid afirma que as concepções das coisas “podem ser claras, distintas e firmes; ou elas podem ser obscuras, indistintas e inconstantes” (REID, 2002, p. 306). É mister destacar que uma

concepção clara e distinta está relacionada a um juízo correto. Tipos de concepções se correlacionam com tipos de juízos, ou seja, uma concepção clara e distinta implica um juízo correto. O oposto, uma concepção obscura, indistinta, implica um juízo incorreto. Assim, Reid assinala a respeito da perspicuidade na escolha do discurso para expressar opiniões, para escolher palavras etc.

Outra característica da concepção é que, quando concebemos, segundo Reid:

[...] os ingredientes daquela concepção devem ou bem ser coisas com as quais estávamos anteriormente familiarizados por algum outro poder original da mente, ou eles devem ser partes ou atributos de tais coisas. Assim, pois, um homem não pode conceber cores, se ele jamais viu, nem sons, se ele jamais ouviu. Se um homem não tivesse uma consciência, ele não poderia conceber o que é significado por obrigação moral, ou pelo certo e o errado na conduta¹⁰⁸.

O que o autor aponta, nessa passagem, é que os ingredientes da concepção são as coisas com as quais se tem familiaridade ou eles devem fazer parte dos atributos de tais coisas. Ao dizer que os ingredientes da concepção são coisas com as quais já temos familiaridade, então temos antecipadamente um conceito destas coisas; novamente vem um questionamento: não seria um tipo de representacionalismo com realismo direto, ou seja, o conhecimento na percepção, já teria *a priori* os conceitos (representação), e na percepção o realismo direto, quer dizer, o conhecimento direto dos objetos. Para o sujeito conceber qualidades secundárias, como *cor*, *som*, é preciso fazer uso dos sentidos. Desse modo, as concepções simples, a partir da natureza, são recebidas pelos poderes dos seres humanos. O que a natureza traz ao ser humano são corpos com qualidades primárias e secundárias. Isso, no entanto, necessita de tempo e análise, por isso Reid argumenta que nossas concepções mais simples não são aquelas que a natureza imediatamente nos apresenta; só na idade mais adulta, quando temos mais entendimento, é que somos capazes de distinguir diversos atributos e relações dos objetos e dar nome a cada um deles etc. (REID, 2002, p. 309). A concepção dos objetos é construída ao longo do tempo. Na idade adulta compreendemos, através da linguagem, utilizando conceitos, o que é cada substância; por isso, na percepção,

¹⁰⁸ REID, 2002, p. 308-309.

previamente os utilizamos, portanto, parte-se de uma representação para o realismo direto.

Consequentemente, Reid afirma que uma pessoa que jamais viu tal cor, ou jamais ouviu algum tipo de som, jamais poderia conceber tais coisas. Isso significa que, para a contribuição da concepção, entram os sentidos, que têm um papel fundamental, as qualidades primárias e secundárias dos objetos, e, obviamente, o significado na consciência de objetos (REID, 2002, p. 308-309). Em suma, a ausência dos sentidos, a ausência de significado dos objetos (das coisas em geral) e a não familiaridade anterior das coisas já conhecidas por algum outro poder original da mente, faz com que não se tenha concepção das coisas. A imaginação, mesmo que dependa da recepção de corpos percebidos e analisados (qualidades primárias e secundárias), pode formar uma variedade infinda de objetos inexistentes (REID, 2002, p. 308-309).

É mister salientar a função dos sentidos na epistemologia reidiana, pois é, por intermédio deles, que formamos para nós as concepções de extensão, solidez, espaço, ou seja, das qualidades primárias e secundárias também. Por fim, o que distingue a concepção dos demais atos mentais é que ela não é empregada unicamente sobre coisas que têm existência. Reid afirma que não é assim com as outras operações da nossa mente; elas são empregadas sobre existências reais e levam com elas a crença de seus objetos. Os poderes da sensação, da percepção, da memória e da consciência são empregados exclusivamente para objetos que realmente existem ou existiram. Porém, a concepção é mais frequentemente empregada, declara Reid, sobre objetos que nem existem, nem existiram, nem existirão (REID, 2002, p. 310-311). Um dado importante, é que a concepção na, ou em percepção, o objeto existe de fato e, sobretudo, outro dado importantíssimo é que Reid distingue o ato ou operação da mente (o que ele chama de conceber um objeto), e o objeto que concebemos. Todo ato deve ter um objeto, “afinal aquele que concebe deve conceber alguma coisa” (REID, 2002, p. 311).

Em resumo, a concepção é um ato mental, que pode se aplicar àquilo que tem existência, por exemplo, uma mesa, ou àquilo que não tem existência, por exemplo, um cavalo alado. Pressupõe um sujeito, o ato mental e um objeto distinto desse ato mental. O que tem mais relevância nessa tese é a concepção na percepção de objetos do mundo sensível e que a concepção não tem relação com ideias.

4.2 PERCEPÇÃO

A percepção é um ato mental, e, obviamente, conhecido pela consciência. É necessário que reflitamos sobre ela, e, não somente sobre ela, mas sobre todos os atos mentais. Em se tratando da percepção propriamente dita, se, nos atermos a ela enquanto percebemos um objeto exterior dos sentidos, encontrar-se-á nela três ações: “primeiramente, alguma concepção ou noção do objeto percebido. Em segundo lugar, uma forte e irresistível convicção e crença da sua existência presente. E, em terceiro lugar, que essa convicção e crença são imediatas, e não efeito de raciocínio”¹⁰⁹.

Pode-se dizer que percepção, em Reid, não é um ato mental isolado, mas envolve alguns elementos. Os ingredientes desse ato mental chamado percepção são: concepção ou noção do objeto percebido, irresistível convicção e crença desse objeto e, além disso, é imediata. Isso significa que a percepção envolve concepção, crença e convicção, por isso, não é inferencial, não é fruto de raciocínio; por conseguinte, é imediata. Segundo Pich, essa crença é básica e imediata por quê? Ela não deve nenhum tipo de raciocínio ou argumentação; sua verdade evidente não é devida inferencialmente a nenhuma outra proposição e a nenhum outro princípio¹¹⁰.

Esse tipo de conhecimento é doxástico, pois envolve crença e convicção irresistível. São, pois, atos mentais naturais, constituintes dos seres humanos. A percepção tem sempre um objeto distinto do ato pelo qual é percebido. Pode-se compreender isso como a percepção sendo um ato mental, que é diferente do objeto percebido. Reid afirma que “é impossível perceber um objeto sem ter alguma noção ou concepção daquilo que percebemos” (2013, p. 174). Isso implica que o conhecimento pressupõe uma semântica da parte da concepção. Por isso, Reid identifica que “há uma similitude entre o testemunho da natureza dados por nossos sentidos e o testemunho dado pela linguagem” (REID, 2013, p. 174). Isso significa que ao conceber, na percepção de objetos externos do mundo, os nossos sentidos nos informam, através da concepção-percepção, o significado de tal objeto, ou seja, é a linguagem operando para dar significado desse objeto à concepção. Outro aspecto importante da percepção é que “podemos conceber um objeto que não percebemos;

¹⁰⁹ REID, 2002, p. 96.

¹¹⁰ PICH, 2010, p. 153.

no entanto, ao perceber um objeto, necessariamente, devemos ter alguma concepção dele ao mesmo tempo” (REID, 2002, p. 96). A concepção é quase que simultânea ao perceber um objeto. Reid afirma que a noção de um objeto enquanto o percebemos é mais clara e mais firme do que temos quando lembramos ou imaginamos. Por quê? Reid quer dizer que a clareza e firmeza da noção de um objeto diz respeito às suas qualidades primárias e secundárias concebidas. Também na percepção, a noção que os sentidos dão dos objetos podem ser mais ou menos clara, mais ou menos distintas, em todos os graus possíveis (REID, 2002, p. 96-97). O que Reid quer dizer com essa afirmação?

Parece que a clareza e a distinção dessas concepções são dependentes de como esses objetos se apresentam aos sentidos. Perceber também vem em graus, pois tudo isso depende da distância dos objetos, maior ou menor complexidade do objeto apreendido, das condições mentais do indivíduo, da luz, dos atributos dos objetos dependendo do ser humano (da sua experiência com o mundo) etc. Todavia, quando estamos certos daquilo que percebemos, ou seja, com clareza e distinção, temos uma crença e convicção irresistível daquilo que percebemos. Clareza e firmeza são condições para a não dubitabilidade da existência do objeto. Portanto, a percepção é doxástica, perceber é crer, estar convicto de que algo existe. Sem embargo, clareza e firmeza não isentam o conhecimento de falsidades. Em suma, explana Sciacca:

A percepção tem uma evidência irresistível e imediata, que faz nascer a crença invencível de que existe o sujeito percipiente e existem as coisas percebidas. O raciocínio se funda sobre a percepção, enquanto ela é independente de todos os raciocínios. É uma sugestão inata que, se não consegue explicar nada, faz crer em tudo e dá confiança ao homem¹¹¹.

Sciacca confirma a tese reidiana de que a percepção é um princípio evidente, já que surge imediatamente à mente, não é inferencial, é um ingrediente constituinte dos seres humanos e é inato. A crença compõe a percepção; perceber é crer.

Reid também classifica as percepções em dois tipos: naturais e originais ou adquiridas e frutos da experiência. As primeiras são as qualidades primárias, como o

¹¹¹ SCIACCA, Michele Federico. **História da Filosofia - II Do Humanismo a Kant**. Tradução: Luís Washington Vita. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1966, p. 141.

tato da dureza, extensão, forma etc. Essas, naturalmente, são reconhecidas pelos seres humanos; é da nossa constituição natural percebemos, pelos sentidos, as qualidades primárias. As segundas são adquiridas pelo costume, pela experiência da vida, como identificar o cheiro de uma rosa, o som de uma carroça, o gosto da cidra, posto que são as qualidades secundárias (REID, 2013, p. 175).

As perguntas a serem feitas agora são: quais são os objetos da percepção? Como um percipiente concebe, na percepção, os objetos do mundo sensível? Como o sujeito se coloca em contato direto com o mundo através da mente? Reid prontamente diz que os objetos da percepção são as várias qualidades dos corpos, primárias e secundárias. Exemplos de qualidades primárias do corpo são, segundo Locke, figura, movimento, a solidez, a dureza, a macieza e a fluidez; já as qualidades secundárias são som, gosto, odor e calor e frieza. Mas qual é o fundamento de fato dessa distinção?

Esse fundamento real é obra dos sentidos; eles nos dão uma noção direta, uma noção distinta das qualidades primárias e nos informam o que elas são em si mesmas. É desse modo que se pode ter noção perfeitamente clara e distinta das qualidades primárias e nos informarmos sobre o que elas são. Em contrapartida, em relação às qualidades secundárias, os sentidos nos dão somente uma noção relativa e obscura, não nos diz o que são em si mesmas (REID, 2002, p. 200-201). A noção relativa que Reid aponta é que “não é nenhuma noção da coisa em absoluto, mas somente de alguma relação que ela tem com alguma outra coisa” (REID, 2002, p. 201). Como exemplo disso, tem-se a qualidade secundária em uma rosa a qual chamamos de cheiro. Reid afirma que, por reflexão, descobre-se essa qualidade chamada cheiro. O que os sentidos nos dão é que o cheiro na rosa é uma qualidade desconhecida. Essa qualidade na rosa, ocasiona alguma coisa no sujeito senciente, mas pela sensação não se sabe sobre essa qualidade. Tal qualidade tem uma relação “com a qual a natureza a conectou”. Logo, o cheiro da rosa é uma noção relativa, uma qualidade própria da coisa, que afeta através dos órgãos sensórios um sujeito percipiente e senciente. A sensação está no sujeito senciente e o cheiro da rosa está na rosa. As qualidades secundárias não se assemelham a qualquer tipo de sensação.

Pode-se concluir, a partir desses embasamentos, sem dúvida alguma, que a relação entre mente e mundo exterior material é mediada pela percepção; é uma relação da mente com o objeto realmente existente. É a capacidade e habilidade, que apresenta qualidades primárias e secundárias e envolve convicção e crença deste

objeto por parte do sujeito. Os sentidos desempenham um papel fundamental no conhecimento do mundo sensível. O conhecimento empírico envolve sensação por parte desse sujeito e juízo perceptual, sobre o qual se abordará mais adiante, em vez de ideias.

4.3 OS SENTIDOS

Reid afirma que “não percebemos nenhum objeto exterior senão por meio dos sentidos que Deus nos deu para esse propósito” (REID, 2002, p. 72). Portanto, com essa afirmação, depreende-se que eles são a porta de entrada para o conhecimento empírico. Sem eles, não há conhecimento para o autor. Junto a eles, “outros poderes são o mais frequentemente empregados” (REID, 2002, p. 71). Portanto, outros atos mentais são concomitantes a eles (aos sentidos). Por exemplo, a percepção é um ato mental, que é acionado imediatamente quando os sentidos recebem as impressões dos objetos sobre eles, também nos nervos e no cérebro. As impressões feitas sobre os órgãos sensórios são comunicadas aos nervos e, por eles ao cérebro; por conseguinte, é uma lei da nossa natureza. Além disso, o nosso conhecimento do mundo externo se dá através dos sentidos pela experiência, não precisa de nenhuma prova, é um conhecimento imediato. Uma precaução importantíssima, afirma Reid, é que não se pode confundir os órgãos da percepção com o ente que percebe, já que a percepção é o ato de um sujeito que percebe, o olho não é o que vê, ele é somente o órgão pelo qual vemos (REID, 2002, p. 73).

Ainda, os sentidos nos propiciam sensações agradáveis ou desagradáveis. São dadas pela natureza, pelas situações em que somos colocados na experiência do dia a dia, pois são parte da nossa constituição. Os sentidos, na percepção, nos oferecem uma convicção e crença irresistível dos objetos percebidos. A sensação está conjugada com a percepção, argumenta Reid. Também, constitui um ingrediente na maior parte das operações da mente. Os sentidos fazem-nos perceber e crer. Isso é obra da nossa natureza. Todos os nossos apetites, as paixões e as afecções, os nossos sentimentos morais e sentimentos de gosto fornecem, nas qualidades tangíveis dos corpos, uma infinda variedade de sensações diferentes, indicada por uma sensação que corresponde àquelas qualidades (REID, 2002, 196-197). Mas,

sensação é distinta da percepção. A sensação é real e está num ser senciente. As qualidades dos corpos é a causa dessa sensação. Assim, Reid afirma que o sentimento que acompanha a percepção é a sensação. Ambas são produzidas ao mesmo tempo, porém o autor chama à atenção para não confundirmos as duas. Para isso, deve-se atentar a cada uma isoladamente, exige certo grau de atenção e reflexão (REID, 2002, p. 210-211). Constata-se que a teoria da percepção reidiana é primacial para contrapor o ceticismo da *teoria das ideias*, porque, é a partir dos sentidos, os quais acionam a percepção, que se percebe o mundo.

Para ilustrar a diferença entre sensação e percepção, Gauer corrobora desta forma:

Reid propunha uma importante distinção que tem sido aceita até hoje, entre sensação e percepção. A sensação seria a impressão bruta ocasionada nos órgãos dos sentidos, recebida antes de qualquer reflexão do indivíduo sobre o objeto que a tivesse provocado. A percepção, por outro lado, refere-se a um objeto externo à mente, e depende de uma concepção prévia do objeto potencialmente causador da impressão, acompanhada de uma crença imediata e pré-reflexiva na existência atual deste objeto¹¹².

A sensação é interna, nos órgãos sensórios de um sujeito senciente, não exige reflexão, é automática, sem inferências; ao passo que a percepção, obrigatoriamente, refere-se a um objeto externo acompanhada de uma concepção e crença.

Dito isso, o primeiro problema que Reid coloca como primacial na teoria da evidência de Descartes é o descrédito do filósofo em relação aos sentidos. Por quê? Para Reid, os sentidos podem ser considerados como um juízo de verdade, deve-se ter confiança neles, pois possuem evidências naturais, inatas, e, em um certo sentido, estamos acostumados a eles na vida cotidiana, tanto que damos crédito a eles naturalmente. Podem ser considerados como princípios autoevidentes. Reid afirma “Assim, pois, pelos meus sentidos, eu percebo figura, cor, dureza, macieza, movimento, resistência e coisas desse tipo” (REID, 2002, p. 43). Ainda, “tomarei por garantidos tais fatos como são atestados com respeito à convicção de todos os homens sóbrios e razoáveis, seja pelos nossos sentidos [...]” (REID, 2002, p. 46). Desse modo, os sentidos não são inferenciais, ou seja, são evidências imediatas, não

¹¹² GAUER, Gustavo. **Debates Epistemológicos Entre Empiristas e Racionalistas**. Manuscrito - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/cogvila/dischistoria/gauer1.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

necessitam de raciocínio para seu suporte, seu estatuto é de primeiro princípio. Reid defende também que através dos sentidos, percebemos as qualidades primárias, tais como extensão, dureza, flexibilidade, assim como também as qualidades secundárias, ou seja, som, cor, gosto, odor. O fundamento das qualidades primárias e secundárias são os sentidos. Portanto, são considerados como primeiros princípios. Segundo Pich:

Mas, qual é o fundamento real desta distinção? Esse fundamento real é obra dos sentidos: eles oferecem “noção direta” e “distinta das qualidades primárias” e ainda informam o que elas são em si mesmas. É assim que se pode ter “noção perfeitamente clara e distinta” de propriedades como “extensão, “divisibilidade”, “figura”, etc., ou outras propriedades que dependem do tato, como “solidez”, “maciez”, “fluidéz” de um corpo, etc.¹¹³.

É mister ressaltar que os sentidos têm um papel fundamental no conhecimento empírico, ou seja, são responsáveis pela distinção de qualidades primárias e secundárias. Dessa forma, o mundo sensível é visto através deles. Os órgãos sensórios sofrem a impressão dos objetos externos, por isso é uma via de conhecimento natural e evidente do ser humano, é um princípio autoevidente, não inferencial, é um poder constituinte do homem, portanto comum a todos e é um conhecimento bom, razoável. Reid mostra o que Descartes ensinou aos filósofos, e por todos que vieram depois dele a respeito dos objetos dos sentidos assim:

[...] que a existência dos objetos dos sentidos não é autoevidente, mas exige ser provada por argumentos; e ainda que Descartes, e muitos outros, tivessem se esforçado para encontrar argumentos para esse propósito, não se manifestou haver aquela força e clareza neles que poderiam ser esperadas em um assunto de tal importância¹¹⁴.

Segundo esse autor, conforme os filósofos do sistema ideal, os objetos dos sentidos precisam de argumento para provar a sua existência, quer dizer, quando, por exemplo, vejo uma árvore, preciso argumentar e raciocinar para comprovar que tal árvore existe. Os sentidos não carregam confiabilidade, logo tenho que trazer para a subjetividade tal conhecimento: a representação da árvore na mente, ou seja, as ideias. Mas, para Reid, os sentidos têm um papel fundamental: por intermédio deles

¹¹³ PICH, 2010. p. 149.

¹¹⁴ No original: [...] that the existence of the objects of sense is not self-evident, but requires to be proved by arguments; and although Descartes, and many others, had labored to find arguments for this purpose, there did not appear to be that force and clearness in them which might have been expected in a matter of such importance (REID, 2002, p. 138).

que se tem conhecimento dos objetos do mundo externo; além do que, eles acompanham a percepção dos objetos e, concomitantemente, a crença nesses objetos. Por meio dos sentidos, percebemos as qualidades primárias e secundárias dos corpos, portanto eles têm uma complexa função, pois, ao mesmo tempo, vêm acompanhados de outros poderes mentais como percepção, crença e concepção dos objetos. Em suma, tudo isso traz a consequência de que existe um sujeito percipiente que sofre as impressões sensórias dos objetos e que, por isso também percebe as qualidades dos corpos, ademais, independentemente do sujeito, existem corpos no mundo, que atos mentais e objetos do mundo são distinguíveis e que os sentidos, ao serem colocados em prática, ou seja, ativarem suas funções, envolvem uma série de operações mentais como perceber, conceber e crer em tais objetos externos. A sensação é, de fato, complexa, pois envolve uma série de operações no conhecimento dos objetos exteriores.

Tem-se de evidenciar que Descartes (depois se verá num outro capítulo com detalhes) não negligencia o conhecimento sensível; pelo contrário, é a consciência, todavia, através de uma ideia clara e distinta, que faz o conhecimento dos objetos do mundo material.

4.4 A CRENÇA E A IMEDIATICIDADE

Primeiramente, parece que Reid afirma que não cremos somente em objetos do mundo externo, quando na percepção, mas “temos uma concepção imediata das operações das nossas próprias mentes, juntada com uma crença na sua existência; e isso chamamos de consciência” (REID, 2002, p. 227). Como exemplo disso, quando penso que eu existo, tenho uma crença irresistível que existo, negar seria um absurdo. De maneira semelhante, também temos crenças de objetos exteriores que, pelos nossos sentidos externos, temos uma concepção, percepção e convicção do objeto existente. Reid afirma que toda crença deve ter um objeto, “porque aquele que crê deve crer em alguma coisa” (REID, 2002, p. 227), seja na consciência ou no mundo sensível. O que mais nos interessa, aqui, é a crença dos objetos do mundo sensível.

Reid pontua que, na crença, a convicção não é passível de definição lógica. Ela não precisa ser definida porque “são palavras comuns, e bem entendidas” (REID,

2002, p. 227). A crença é um ingrediente na consciência, na percepção e na lembrança. Ela está presente em nossas operações intelectuais, em nossas ações, nas nossas convicções em geral, como a fé, por exemplo etc. Na vida, temos vários tipos de evidências, segundo Reid, da memória, dos sentidos, do raciocínio, portanto, a crença é uma base justa para as evidências. Todos os homens de bom entendimento concordam que essas evidências podem proporcionar uma boa e justa base de crença (REID, 2002, p. 228-229). A crença tem existência no presente, porque quando vejo algo, creio na sua existência presente. Há também existência no passado, porque quando me lembro, tenho plena crença e convicção da existência de algo no passado, na imaginação não creio em nada, é o que os lógicos chamam de apreensão simples (REID, 2013, p. 36). Mas para Reid, na imaginação existe crença.

Desse modo, a sensação e a memória constituem princípios naturais da crença, originais e distintos, pois a sensação impulsiona nossa crença na existência presente; a memória, nossa crença da existência passada. Pode-se dizer que, na percepção e concepção fornecida pelos sentidos, o conhecimento é acompanhado de um juízo perceptual, ou seja, o juízo é um componente primacial para dar maior clareza e distinção no conhecimento, ajudando nas operações mentais percepção e concepção, a fim de dar uma justa clareza e distinção no conhecimento de tais objetos.

Sobre o juízo, Reid atesta que é um concomitante necessário das operações mentais, ou melhor, uma parte ou ingrediente delas (percepção, imaginação, lembrança, consciência). É, porém, certo que todos eles são acompanhados com a determinação de que algo é verdadeiro ou falso e uma crença consequente. Se essa determinação não for julgamento, é uma operação que não tem nome, uma vez que não é uma simples apreensão, nem o raciocínio; é uma afirmação mental ou negação; pode ser expressa por uma proposição afirmativa ou negativa; e é acompanhada pela crença mais firme. Estas são as características do julgamento. Devo chamar julgamento até encontrar outro nome para ele (REID, 2002, p. 409). Reid afirma que, sem algum grau de julgamento, não podemos formar noções precisas e distintas das coisas; de modo que, uma província de julgamento é para nos ajudar a formar concepções claras e distintas das coisas, que são os únicos materiais adequados para o raciocínio (REID, 2002, p. 414).

Conclui-se que, a respeito do juízo, ele é um ingrediente fundamental e está presente em todas as operações mentais, porque ele ajuda a formar noções claras e distintas, corrobora para tornar o conhecimento claro e distinto. Por isso, na

concepção em percepções, para o conhecimento de um objeto do mundo sensível, ele entra para ajustar a percepção de tal objeto e também ter uma convicção e crença imediatas. As próprias apreensões simples são precedidas de um juízo natural e original, afirma Reid (REID, 2013, p. 37).

Afinal, o que é essa crença que acompanha a sensação e a memória? Reid afirma que “todo homem sabe o que é, mas ninguém é capaz de defini-la e é um ato simples da mente, mas não pode ser definido” (REID, 2013, p. 38-39). Faz parte da constituição humana crer na existência presente e na passada. A crença, os sentidos, a lembrança, a imaginação, a percepção, a concepção são todos princípios autoevidentes, são contingentes, não são axiomas, não são inferenciais. A imediaticidade compõe esses atos mentais; não há a necessidade de raciocínio para provar tais crenças, convicções dos atos da consciência e existência de objetos, são princípios autoevidentes, por isso imediatos. A epistemologia reidiana é uma epistemologia do razoável, as verdades são contingentes, é uma epistemologia constituinte do ser humano, do bom senso. Para corroborar com a imediaticidade da crença, Pereira afirma:

Primeiro, Reid deixa bem claro qual a sua pretensão. A sua intenção não é explicar como se dá o processo pelo qual as sensações sugerem instantaneamente a concepção e a crença formando, assim, a percepção. Segundo, quando ele afirma que tal concepção e tal crença seguem constante e imediatamente a sensação, aparece explicitamente o terceiro componente da sua teoria da percepção, qual seja a imediaticidade, isto é, não é pelo raciocínio nem por qualquer tipo de argumentação ou inferência que alguém passa da sensação para a crença de que o objeto percebido tenha propriedade externa relevante. Então, como se dá esse processo? Fica evidente que esse processo, segundo Reid, se dá “por uma lei de nossa natureza”, ou seja, em virtude de nossa constituição natural¹¹⁵.

Nessa passagem, fica claro que Reid evidencia os poderes naturais da nossa constituição. É uma lei de nossa natureza que sensação, percepção, crença, concepção, imediaticidade componham atos mentais inatos dos seres humanos e que aconteçam naturalmente a sucessão dos atos mentais dessa maneira: sensação, convicção, crença e imediaticidade sustentam que são poderes da nossa constituição, são imediatos, sem inferências.

¹¹⁵ PEREIRA, José Aparecido. **A percepção em Thomas Reid**. Kínesis, v. I, n. 2, Outubro- 2009, p. 138.

4.5 MEMÓRIA

Reid afirma que a memória é um ato mental e, é através dela, que temos um conhecimento imediato de coisas passadas (REID, 2002, p. 253). Importante ressaltar que a memória deve ter um objeto:

Todo homem que se lembra deve lembrar alguma coisa, e aquilo que ele lembra é chamado objeto de sua lembrança. Nisso, a memória concorda com a percepção, mas difere da sensação, a qual não tem nenhum objeto senão o próprio sentimento. Todo homem é capaz de distinguir a coisa lembrada da lembrança dela. Podemos lembrar de qualquer coisa que vimos, ou conhecemos, ou fizemos, ou sofremos; mas a lembrança dela é um ato particular da mente que agora existe e do qual estamos conscientes. Confundir esses dois é uma absurdidade [...] Na memória, não encontramos aquele contínuo de operações, conectadas pela nossa constituição, na maneira como ocorre na percepção¹¹⁶.

Os pontos importantes a serem ressaltados são: 1) existe um sujeito do ato mental lembrança; 2) existe o ato mental lembrança; 3) existe um objeto desta lembrança; e 4) confundir esses dois últimos itens é um absurdo. Além deste ato mental mostrar imediatamente ao sujeito um conhecimento imediato de coisas passadas, existe o ato mental do sujeito e o objeto da lembrança, ou seja, são duas categorias diferentes, ato mental e objeto. Quando alguém lembra, lembra de alguma coisa; existe, dessa forma, o ato e a coisa lembrada. Afirma Reid que confundir o ato mental e a coisa lembrada é um absurdo. O objeto da memória é sempre alguma coisa passada e ela vem sempre acompanhada de uma crença naquilo que lembramos. Essa crença é real, mesmo em condições adversas, como por exemplo, quando a memória de um homem é menos distinta ou falha, mas isso, afirma o autor, não diminui o seu crédito (REID, 2002, p. 254). Este ato mental “lembrança” está num tempo, no tempo passado que o evento aconteceu. Além disso, “as coisas lembradas devem ser conhecidas anteriormente ou percebidas”, mas Reid adverte que a nossa primeira tomada de conhecimento com qualquer objeto do pensamento não pode ser pela lembrança, é pela concepção-percepção de um objeto no presente.

A memória é considerada por Reid como uma faculdade original; é inexplicável; não se pode oferecer alguma razão de sua causa, porque é o resultado

¹¹⁶ REID, 2002, p. 252.

da nossa constituição. A memória, pode-se dizer, é um testemunho, é uma boa razão para nos fiarmos nela. Ela é também, além dos sentidos, uma base para a crença.

Enfim, há de se fazer uma pergunta imprescindível na epistemologia reidiana: como se dá o conhecimento entre mente e mundo sensível na concepção em percepções? O conhecimento de um objeto do mundo sensível, por um sujeito (uma mente), acontece através de um objeto que causa impressões nos órgãos sensórios, e, por assim dizer, nos nervos e cérebro, mas que não é uma imagem; assim o sujeito com a ajuda da concepção percebe o objeto externo acompanhado de um juízo perceptual que assente uma crença e convicção irresistível da presença de tal objeto e são atos imediatos.

4.6 O MÉTODO DE THOMAS REID

Para Reid, o método para investigar a mente humana e as coisas materiais, ou seja, do mundo sensível, é de suma relevância. Seguidor do método de Isaac Newton, que foi inspirado por Bacon, Reid radica as *Regulae Philosophandi* para fundamentar o seu método. “Elas são máximas do senso comum e são exercidas todos os dias na vida; aquele que filosofa por outras regras, seja em relação ao sistema material, seja em relação à mente, erra em seu objetivo” (REID, 2013, p. 20). Portanto, o filosofar através desse método previne o erro. Reid faz alusão diversas vezes em suas obras, tais como *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum* e os famosos *Ensaio sobre os Poderes Intelectuais do Homem*, que Newton apontou claramente o caminho do conhecimento das obras da natureza dessa forma: “Perseguindo esse caminho sem desvios, NEWTON descobriu as leis de nosso sistema planetário e dos raios de luz, e deu os primeiros e mais nobres exemplos daquela casta indução que Lord BACON pôde somente delinear em teoria”¹¹⁷.

Assim, podemos nos perguntar quais são as características desse método? A primeira regra do filosofar de Newton é “Não mais causas nem quaisquer outras causas de efeitos naturais deveriam ser admitidas senão aquelas que são tanto verdadeiras quanto suficientes para explicar os seus fenômenos” (REID, 2002, p. 51).

¹¹⁷ REID, 2002, p. 121.

Essa regra significa ter evidência de causas-fenômenos, ter indícios dessas causas como afirma Pich:

Ora, em primeiro lugar, Bacon pôs como “regra do filosofar” que como causas das coisas da natureza só podem ser assinaladas aquelas que “podem ser provadas ter existência real”. Isso primeiramente significa constatar indícios ou ter evidência de causas-fenômenos¹¹⁸.

Evidências, prova e existência real são o tripé que sustenta esta regra do filosofar. Por isso, ressalta Reid que “provar toda opinião pela regra do fato e da experiência”, em que *fatos* devem ser observados de forma *devida* ou “suficientemente atestados” (REID, 2002, p. 51). O autor chama a atenção para a *observação* e *experiência* . Logo, o conhecimento será empírico, baseado em fatos, (observando-os e experimentando-os). Também na sua obra intitulada *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum* , Reid assevera que deve haver um caminho ao conhecimento das obras da natureza, e esse caminho é a observação e o experimento. Além do experimento e da observação (para o conhecimento das obras da natureza e dos nossos próprios atos mentais), Reid afirma:

Pela nossa constituição, temos uma forte propensão a rastrear fatos e observações particulares a regras gerais, e aplicar tais regras gerais para considerar outros efeitos, ou nos orientar na produção deles [...] O homem que primeiro descobriu que o frio congela a água, e que o calor a transforma em vapor, procedeu sobre os mesmos princípios gerais, e no mesmo método, pelo qual Newton descobriu a lei da gravitação e as propriedades da luz. Suas *regulae philosophandi* são máximas do senso comum, e são praticadas todos os dias na vida comum¹¹⁹.

Há de se observar, nessa passagem, pontos importantes que devem ser ressaltados tais como: 1) o caminho da observação e do experimento; 2) pela nossa constituição, temos uma forte propensão a rastrear fatos e observações particulares a regras gerais e aplicar tais regras para considerar outros efeitos; e 3) as *Regulae Philosophandi* são exercidas na vida cotidiana. Assim, Reid afirma que “[...] enquanto caminham para além de uma mera indução a partir de fatos, são vaidade e loucura” (REID, 2013, p. 19-20).

¹¹⁸ PICH, Roberto H. **Thomas Reid, o Método de Filosofar e a Rejeição do Ceticismo**. In: *Dissertatio*, Pelotas, v. 32, p. 243-275, 2010, p. 248.

¹¹⁹ REID, 2013, p. 19.

Temos aqui o modo como é estruturado a apreensão do conhecimento para Reid, ou seja, o método é o da observação e do experimento, caracterizando-o como um empirismo. Dessa forma, o passo seguinte é que, a partir da constatação de eventos particulares, do conhecimento de tais eventos, cria-se as leis universais, ou seja, os seres humanos têm uma tendência, naturalmente, a observar episódios que se repetem e a generalizá-los em decorrência do número de repetições desses acontecimentos. Isso é uma prática da vida cotidiana, das situações mais simples às mais complexas. Quanto a mera indução a partir de fatos, diga-se, uma justa indução, o que isso quer dizer?

É uma evidência que não é do tipo demonstrativa, como por exemplo, os axiomas da matemática; sem embargo, um tipo de evidência do cotidiano, das questões da vida, ou seja, uma evidência provável. Uma justa indução é aquela que se dá através de inúmeras observações, repetições e sem equívocos, por meio das experiências cotidianas, pois os seres humanos ao atentarem para as próprias operações mentais, ou para a observação de experiências do conhecimento do mundo sensível, com reflexão e atenção, percebem-nas e fazem inferências. Reid quer dizer que, no nosso dia a dia, naturalmente, fazemos inferências lógicas, ou seja, realizamos juízos da natureza, que são “inspirados por nossa constituição” (REID, 2013, p. 45). Ainda Reid afirma que “a partir de fatos reais verificados pela observação e pelo experimento, deve-se coletar pela justa indução as leis da Natureza, e aplicar as leis assim descobertas para explicar os fenômenos da Natureza” (REID, 2002, p. 121).

Pode-se, todavia, se perguntar como Reid justifica o seu método. Na *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum*, afirma que existem princípios do senso comum com os quais o homem opera cotidianamente e esses princípios regem intuitivamente a ação e a conduta humanas. Esses princípios do senso comum servem como justificadores epistêmicos; sem tais princípios, a crença no testemunho dado pela natureza, através dos sentidos, e o testemunho dado pelo homem, através da linguagem, seriam impossíveis.

Ele resume a três esses princípios basicamente: 1) o princípio da veracidade pelo qual, por natureza, temos a tendência a usar as palavras e usar a verdade; 2) o princípio da credulidade com o qual tomamos por verdadeiro tudo o que nos é dito ou testemunhado por outras pessoas; e 3) o princípio indutivo (o princípio da uniformidade da natureza) a partir do qual inferimos, pela experiência, que um evento

passado se repetirá no futuro; também está incluído nesse princípio que a consciência das coisas conectadas na natureza faz com que os seres humanos infiram que o aparecimento de uma coisa, o sinal natural, que é o signo, dá origem à outra coisa, ou seja, a coisa significada, quer dizer, a aparição de um sinal é seguido da concepção e crença na coisa significada. Quanto ao primeiro princípio para justificar o seu método, afirma:

O sábio e beneficente Autor da natureza, que tinha por intenção que fôssemos criaturas sociais, e que recebêssemos a maior e mais importante parte do conhecimento por meio da informação de outros, implantou em nossa natureza, para esses propósitos, dois princípios que concordam entre si. O primeiro desses princípios é a propensão a falar a verdade e a usar os signos da linguagem para transmitir nossos reais sentimentos [...] A verdade sempre predomina e é o produto natural da mente. Ela não requer arte nem prática, indução ou tentação, mas somente que cedamos a um impulso natural [...] Falar a verdade é como usar nosso alimento natural [...] mas mentir é como tomar um remédio nauseante para o paladar, e o qual nenhum homem toma exceto para alguma finalidade que não pode alcançar de outra forma¹²⁰.

Essa passagem refere à tendência natural e constituinte dos seres humanos a falar a verdade. Como somos seres sociais, recebemos informações de outros seres através da linguagem e acreditamos que sejam verdade. É natural e constituinte dos humanos acreditarem nos outros. A mentira é uma exceção e, assim, é digna de repúdio. Mas esse princípio está intrinsecamente relacionado ao segundo, que “é nossa tendência a confiar na veracidade dos outros seres, e a acreditar no que nos dizem [...] Esse complementa o outro, afirma Reid, é o princípio da credulidade” (REID, 2013, p. 196). Esses dois princípios gerais da mente humana são aqueles que permitem aos seres humanos receber informações de nossos semelhantes através da linguagem. Agora, considerar-se-á os princípios que nos permitem receber informações da natureza — o princípio indutivo —, o qual o autor chama de o princípio de uniformidade da natureza, sobre o qual, afirma:

É inegável, e, de fato, reconhecido por todos que, quando encontramos duas coisas que foram constantemente unidas no curso da natureza, a aparência de uma delas é imediatamente seguida pela concepção e crença da outra. A primeira se torna um signo natural da última; e o conhecimento de sua conjunção constante no passado, seja adquirido por experiência, seja por outra maneira, é suficiente para nos fazer confiar na continuação dessa conjunção¹²¹.

¹²⁰ REID, 2013, p. 195-196.

¹²¹ Ibidem, p. 198.

Essa passagem traz considerações de suma importância para o fundamento epistemológico do método reidiano. Todos os seres humanos, ao terem experiências no mundo sensível, observam conexões entre duas manifestações que são constantes: o sinal e o significado. Logo, existe uma relação entre o signo da coisa e o que essa coisa significa. “A conexão entre o signo e a coisa significada é estabelecida pela natureza, e descobrimos essa conexão por experiência” (REID, 2013, p. 193). Por isso:

[...] quando dizemos que uma coisa produz outra por uma lei da natureza, isso não significa nada mais que isso, uma coisa que, em linguagem popular chamamos de causa, é constante e invariavelmente seguida de outra, que chamamos efeito, e que não sabemos como estão conectados¹²².

A conexão entre causa e efeito, ou seja, sinal e necessariamente coisa significada é uma constante, em outras palavras, é sempre verificada pela observação e pela experiência que isso ocorre. Essa relação necessária e intrínseca é percebida e criada pelos seres humanos por meio da experiência e pelo hábito. E como acreditar que um conhecimento do passado será o mesmo no futuro? Ou seja, do observado ao inobservado? Nas palavras do autor:

O sábio Autor de nossa natureza pretendia que uma parte grande e necessária de nosso conhecimento fosse derivada da experiência, antes de sermos capazes de raciocinar, e ele forneceu meios perfeitamente adequados a essa intenção. Porque, em primeiro lugar, ele governa a natureza por leis fixas, de maneira que encontremos inúmeras conexões de coisas que continuam de uma época a outra. Sem essa estabilidade do curso da natureza, não poderia haver experiência, ou ela seria um falso guia e nos conduziria ao erro e ao engano. Se não houvesse um princípio de veracidade na mente humana, as palavras dos homens não seriam signos de seus pensamentos e, não houvesse regularidade no curso da natureza, uma coisa não seria um signo natural da outra. Em segundo lugar, ele implantou nas mentes humanas um princípio original através do qual acreditamos na continuidade do curso da natureza e na continuidade daquelas conexões as quais observamos no passado, e as esperamos. É por meio desse princípio geral de nossa natureza, que, ao estarem duas coisas conectadas no passado, a aparência de uma produz a crença na outra¹²³.

¹²² REID, 2013, p. 127.

¹²³ Ibidem, p. 199.

Reid faz menção que o Autor de nossa natureza fez com que as leis da natureza fossem fixas, regulares, constantes e não variáveis para que os seres humanos, através da experiência e observação, percebessem eventos que se repetem, ou seja, o sinal e imediatamente a coisa significada e, sobretudo, pela nossa constituição, os nossos poderes mentais como perceber, crer na existência presente e na existência passada, pela nossa memória, e uma crença na existência futura, também corroboram para o conhecimento do mundo sensível. Temos uma presciência instintiva das operações da natureza para prever eventos futuros. Esses são princípios da nossa constituição e se fundamentam em nosso raciocínio indutivo. Pode-se concluir que esses princípios embasam boas razões para que eles justifiquem que o raciocínio indutivo é gerador de crenças e poder ser justificado epistemologicamente.

Deve-se ressaltar a importância também para o método reidiano, da epistemologia do testemunho e da linguagem que Reid aborda nos *Ensaio*s e nas *Investigações* reiteradamente. Esses dois itens estão intrinsecamente relacionados na filosofia e na epistemologia de Reid, pois o ser humano, ao reconhecer nos seus semelhantes uma interação social através da linguagem como expressiva dos pensamentos e das operações da mente, que são comuns à humanidade, possuem em comum maneiras de discurso correspondente em todas as línguas também. A linguagem, nessas condições de ser comum a todos, têm para Reid uma base empírica. Quanto à questão do testemunho Reid afirma nos *Ensaio*s sobre os *Poderes Intelectuais do Homem*:

Um homem pode ter entendimento e vontade; ele pode apreender, julgar e raciocinar, embora ele não saiba sobre nenhum outro ser inteligente no universo além de si mesmo. Mas, quando ele pede informação, ou a recebe; quando ele dá testemunho, ou recebe o testemunho de outros; quando ele pede um favor, ou aceita um; quando ele dá um comando a seu servo, ou recebe um [comando] de seu superior: quando ele empenha sua fé em uma promessa ou contrato; estes são atos de intercurso social entre seres inteligentes, e não pode ter lugar na solidão. Eles supõem entendimento e vontade; mas eles supõem algo mais, que não é entendimento nem vontade; isto é, sociedade com outros seres inteligentes. Eles podem ser chamados intelectuais, porque podem existir apenas em seres intelectuais: Mas eles não são nem simples apreensão, nem julgamento, nem raciocínio, nem são qualquer combinação destas operações¹²⁴.

¹²⁴ REID, 2002, p. 68.

Está se lidando com seres de mesma capacidade intelectual, que se compreendem, que vivem em sociedade, além de pressupor entendimento e vontade. Dessa forma:

Nossas operações intelectuais sociais, bem como nossas afeições sociais, aparecem muito cedo na vida, antes de sermos capazes do raciocínio; ainda, ambas, supõe uma convicção da existência de outros seres inteligentes. Quando uma criança faz uma pergunta a sua enfermeira, este ato de sua mente supõe não apenas um desejo de saber o que ele pergunta; supõe igualmente uma convicção de que a enfermeira é um ser inteligente, a quem ela [a criança] pode comunicar seus pensamentos, e a qual pode comunicar seus pensamentos a ela¹²⁵.

A próxima passagem faz menção à capacidade entre seres inteligentes de comunicação. Segundo Leclerc, “[...] pedir uma informação ou questionar, prometer, comandar, testemunhar, suplicar, exortar, etc., são operações que pressupõem a existência de outros seres inteligentes capazes de compreender”¹²⁶. Pois, como ele coloca, “[...] na filosofia de Reid, há operações da mente cuja existência depende da existência de outros seres inteligentes”¹²⁷.

A epistemologia do testemunho pressupõe linguagem, que, por sua vez, implica significado, ou seja, são pressupostos fundamentais para que haja conhecimento, do sinal à coisa significada, que segundo Reid, são princípios do método indutivo.

Nos *Ensaio sobre os Poderes Intelectuais do Homem*, Reid justifica o método indutivo do ponto de vista lógico, principalmente através dos poderes do entendimento humano, os quais os principais são juízo e raciocínio. Segundo Reid “Os poderes intelectuais são comumente divididos em apreensão simples, juízo e raciocínio” (REID, 2002, p. 65). A apreensão simples não podemos julgar, nem raciocinar sem que a primeira parte desse processo esteja presente. Entretanto, a apreensão simples pode existir sozinha, ou seja, podemos apreender a existência de um objeto exterior sem que seja preciso julgar, tampouco raciocinar sobre ele. Assim, será dito por Reid que apreensão simples de um objeto é, também, na linguagem comum, chamada ter uma noção, ou ter uma concepção do objeto e pelos autores modernos de ter uma ideia desse objeto.

¹²⁵ REID, 2002, p. 69.

¹²⁶ LECLERC, André. **Operações sociais da mente**. In: Veritas, Pucrs, Porto Alegre, v. 55, n. 2, p. 108 – 125, maio/ago, 2010, p. 120.

¹²⁷ Ibidem.

A segunda operação dessa equação é o juízo, sobre o qual se diz que deve haver dois objetos do pensamento comparados. Pode ser dito que a definição de juízo para Reid é a capacidade de, em um discurso expresso por uma proposição em que alguma relação entre as coisas comparadas é afirmada ou negada, ou seja, emitir um valor a um fato, acerca de algo ou de alguém. É afirmado também por Reid que verdade e falsidade são qualidades pertencentes ao juízo somente.

Em torno da terceira operação, o raciocínio, afirma-se que, a partir de dois ou mais juízos, extraímos uma conclusão. Essa divisão dos poderes intelectuais aqui descritos, segundo o próprio Reid, corresponde à aceitação comumente dada pelos filósofos, acerca dos sucessivos passos pelos quais a mente procede na aquisição do conhecimento. De acordo, estabelece:

[...] são esses três: Primeiro, pelos sentidos, ou por outros meios, é fornecido com várias apreensões simples, noções ou ideias. Estes são os materiais que a natureza dá para trabalhar em cima; e a partir das ideias simples que são fornecidas pela natureza, que formam várias outras mais complexas. Segundo, pela comparação de suas ideias, e por perceber seus acordos e desacordos, forma seus juízos. E, por último, a partir de dois ou mais juízos, se deduzem conclusões do raciocínio¹²⁸.

Reid afirma que essa definição é muito comum desde os antigos, acerca dos poderes intelectuais. Por outro lado, o que ele entende por juízo? “Julgar é uma operação da mente tão familiar a todos os homens que têm entendimento, e seu nome é tão comum e tão bem entendido, que não carece de definição” (REID, 2002, p. 406). Apresenta os juízos que formamos, em dois tipos, ou seja, os nossos juízos são de coisas necessárias, ou de coisas contingentes. E, de acordo com Reid:

As verdades que caem dentro do compasso do conhecimento humano, ou elas são autoevidentes, ou deduzidas a partir daquelas que são autoevidentes, podem ser reduzidas a duas classes. Elas são, ou verdades necessárias e imutáveis, cujo contrário é impossível, ou elas são contingentes e mutáveis, dependendo de algum efeito da vontade e poder, que teve um início e pode ter um fim¹²⁹.

Dessa forma, designa dois primeiros princípios: 1) os primeiros princípios das verdades necessárias e 2) os primeiros princípios das verdades contingentes. Os primeiros princípios que correspondem às verdades necessárias são aqueles

¹²⁸ REID, 2002, p. 66

¹²⁹ Ibidem, p. 468.

demonstráveis, ou seja, as conclusões desses tipos de verdades podem ser repetidas, sem qualquer alteração nas suas conclusões. Essas verdades são imutáveis. Já as verdades contingentes são apenas prováveis, por isso são relacionadas a raciocínios prováveis (REID, 2002, p. 469): “As conclusões deduzidas pelo raciocínio a partir de primeiros princípios, comumente serão necessárias ou contingentes, de acordo com os princípios são a partir do que eles são extraídos”. Reid elenca uma farta classificação de primeiros princípios das verdades contingentes (verdades não necessárias), mas apenas prováveis. Vale ressaltar que as verdades necessárias são relacionadas aos raciocínios demonstráveis, ao passo que as verdades contingentes são relacionadas aos raciocínios prováveis.

Conforme Reid, são doze os primeiros princípios das verdades contingentes. O primeiro expressa que a consciência garante a existência de todas as coisas: “Primeiro, então, asseguro, como um primeiro princípio, a existência de todas as coisas das quais estou consciente. Consciência é uma operação do entendimento de tipo próprio e não pode ser logicamente definida (REID, 2002, p. 470); o segundo princípio é que meu eu, é imutável e eu tenho consciência de meus próprios pensamentos assim:

Outro primeiro princípio, eu penso ser aquele que os pensamentos dos quais estou consciente, são pensamentos de um ser que eu chamo meu eu, minha mente, minha pessoa. Os pensamentos e sentimentos dos quais estamos conscientes estão continuamente mudando, e o pensamento deste momento não é o pensamento do passado, mas alguma coisa que chamo meu eu, permanece sob esta mudança¹³⁰.

O terceiro princípio é o da memória, ou seja, tudo aquilo que recordamos é de fato verdadeiro. Ela se traduz numa fonte de conhecimento confiável que, segundo Reid:

Outro primeiro princípio é nossa própria identidade pessoal e existência continua, tanto quanto nos lembramos de qualquer coisa distintamente. Isto conhecemos imediatamente, e não por raciocínio. Parece, de fato, ser uma parte do testemunho da memória¹³¹.

O quarto princípio diz respeito à nossa existência no tempo lembrado, ou seja, tem uma relação a nós mesmos e está num tempo. Afirma assim:

¹³⁰ REID, 2002, p. 472.

¹³¹ Ibidem, p. 476.

Outro primeiro princípio é nossa própria identidade pessoal e existência continua, tanto quanto nos lembramos de qualquer coisa distintamente. Isto conhecemos imediatamente, e não por raciocínio. Parece, de fato, ser uma parte do testemunho da memória¹³².

O quinto princípio é:

[...] que aquelas coisas que realmente existem distintamente percebemos pelos nossos sentidos, e são o que percebemos ser. [...] é evidente que não temos comunicação, nem correspondência ou sociedade com qualquer ser criado, a não ser por nossos sentidos¹³³.

Aqui, Reid faz referência aos sentidos, ou seja, quando percebemos um objeto do mundo externo, os sentidos entram como um ingrediente fundamental quase que concomitante à percepção. Tais objetos causam uma impressão nos órgãos sensórios, e através da percepção, concepção e crença irresistível obtemos o conhecimento dos objetos sensíveis. É um poder constituinte a todos os seres humanos, independentemente de qualquer comunicação com outro ente, é comum a todos, e, portanto, individual também.

De acordo com Reid:

Outro primeiro princípio penso ser, que temos algum grau de poder sobre nossas ações e sobre as determinações de nossa vontade [...] Primeiro, é implicado em todo ato da volição [...] Toda volição, portanto, implica uma convicção de poder fazer a ação voluntária [...] Segundo, esta convicção é implicada em toda deliberação; pois nenhum homem em seu juízo delibera se deve fazer o que acredita estar em seu poder. Terceiro, a mesma convicção é implicada em toda resolução ou propósito formado em consequência da deliberação¹³⁴.

Lehrer (1989, p. 162) afirmou, acerca desse princípio, que a convicção de poder é universal entre a humanidade, sendo a marca de um primeiro princípio.

O seguinte princípio, de acordo com Reid:

Outro primeiro princípio é, que as faculdades naturais, pelas quais distinguimos verdade de erro, não são falaciosas. Se qualquer homem exigisse prova disso, seria impossível satisfazê-lo. Pois supor que isso deveria ser matematicamente demonstrado, isto não significaria nada neste

¹³² REID, 2002, p. 476,

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ LEHRER, Keith. **Thomas Reid. The arguments of the philosophers.** London: Nova York: Routledge, 1989.

caso, porque, a julgar de uma demonstração, um homem deve confiar em suas faculdades, e tomar por garantidas as muitas coisas em questão¹³⁵.

Todo homem deve confiar em seus poderes mentais; são fontes de crenças, evidências não falaciosas, não necessitam de demonstrações para sua confiabilidade, pois são evidentes, naturais e fazem parte de nossos poderes constituintes. Segundo Pich:

A confiança nos sentidos para se obter uma crença verdadeira, imediata e evidente sobre o mundo exterior existente e presente está garantida pelo caráter naturalmente não falacioso das operações mentais humanas, e isso equivale a um primeiro princípio do senso comum ou tomado por garantido¹³⁶.

O oitavo princípio é:

Outro primeiro princípio relativo à existência é que há vida e inteligência em nossos semelhantes com quem conversamos. Assim que as crianças são capazes de fazer uma pergunta, ou de responder uma pergunta, assim que elas mostram os sinais de amor, de ressentimento ou de qualquer outra afeição, elas devem estar convencidas de que aqueles com quem elas têm este intercurso são seres inteligentes¹³⁷.

Este princípio de acordo com Lehrer:

O princípio é necessário para adquirir o uso de nossos poderes de raciocínio, porque aprendemos a raciocinar a partir de outros, os quais a inteligência tomamos por garantida. Nossa convicção da inteligência de nossos instrutores no uso da razão 'deve ser antecedida ao raciocínio'. O desenvolvimento da habilidade de raciocinar depende da observação de como outros raciocinam e então pressupor nosso conhecimento dos pensamentos dos outros¹³⁸.

A partir do conhecimento que temos de outras mentes, através da observação e da experiência, usamos nossos poderes mentais e aprendemos a raciocinar.

Quanto ao próximo princípio é dito o seguinte:

[...] tomo ser, que certas características do rosto, sons da voz e gestos do corpo, indicam certos pensamentos e disposições da mente. Que muitas operações da mente têm seus sinais naturais no rosto, voz e gestos, suponho que todos os homens admitirão¹³⁹.

¹³⁵ Ibidem, p. 480.

¹³⁶ PICH, 2010, p. 153.

¹³⁷ REID, 2002, p. 482.

¹³⁸ LEHRER, 1989, p. 163.

¹³⁹ REID, 2002, p. 484.

Estes sinais claramente expressam pensamentos, porém de acordo com o próprio Reid:

Quando vemos o sinal, e vemos a coisa significada sempre conectada com ele, a experiência pode ser instrutora, e nos ensinar como o sinal deve ser interpretado. Mas como a experiência deve nos instruir quando vemos apenas o sinal, quando a coisa significada é invisível? Agora, este é o caso aqui; os pensamentos e paixões da mente, bem com a mente mesma, são invisíveis, e, portanto, sua conexão com qualquer sinal sensível não pode ser descoberta pela experiência, deve haver alguma fonte anterior deste conhecimento. A natureza parece ter dado ao homem uma faculdade ou sentido, pela qual esta conexão é percebida. E a operação deste sentido é muito análoga àquela dos sentidos externos [...] Por estas razões, concebo, dever ser concedido, não apenas que haja uma conexão estabelecida pela Natureza entre certos sinais no semblante, voz e gestos, e os pensamentos e paixões da mente; mas também, pela nossa constituição, entendemos o significado daqueles sinais, e a partir do sinal concluímos a existência da coisa significada¹⁴⁰.

Para Reid, esses sinais são de percepções originais. Existe uma conexão natural entre aquilo que sentimos, o sinal, e a coisa significada, que, no caso aqui, não buscamos no mundo sensível, mas em nós mesmos como pensamentos, apetites, paixões ou nos outros. É um sinal natural, o qual reiteradamente, verificamos o princípio da Natureza.

Quanto ao décimo princípio, Reid afirma:

Outro primeiro princípio parece-me ser, que há uma certa consideração devida ao testemunho humano em questões de fato, e até mesmo à autoridade humana em questão de opinião [...] Isto, de fato, põe nosso julgamento quase inteiramente no poder daqueles que estão sobre nós, no primeiro período da vida, mas isso é necessário tanto para nossa preservação e para nosso melhoramento [...] Os princípios naturais, pelos quais nossos julgamentos e opiniões são regulados antes de usarmos a razão, não parecem ser menos necessários a um ser como o homem, que aqueles instintos naturais que o Autor da natureza tem dado para regular nossas ações durante aquele período¹⁴¹.

Conforme Lehrer:

Este é o princípio de credulidade do *Inquiry*, necessário à educação da criança, qualificado quando chegamos ao uso da razão mais tarde na vida. A razão de ser um primeiro princípio é que um inicial respeito pela autoridade do que outros nos dizem é necessário por nós para adquirir conhecimento essencial sobre o mundo¹⁴².

¹⁴⁰ REID, 2002, p. 488-487.

¹⁴¹ Ibidem, p. 487-488.

¹⁴² LEHRER, 1989, p. 164.

O aprendizado, na fase infantil, tem como fator necessário o feito por intermédio do outro e da experiência no mundo. No que se refere ao décimo primeiro princípio:

Existem muitos eventos dependentes da vontade do homem, nos quais há uma probabilidade autoevidente, maior ou menor, de acordo com as circunstâncias. Pode haver em alguns indivíduos algum grau de frenesi e loucura, que nenhum homem pode dizer o que ele pode ou não fazer¹⁴³.

Esse princípio alude ao comportamento humano, isto é, as suas ações, talvez, obedeçam a uma probabilidade de que seu comportamento sempre se repetirá da mesma forma no presente e no futuro. Entretanto, as ações dos seres humanos não são fixas e imutáveis, por isso não obedecem às leis da natureza.

Por fim, o último princípio conforme Reid,

O último princípio das verdades contingentes que menciono é que, no fenômeno da natureza, o que é para ser, provavelmente, será como o que tem sido em circunstâncias similares. Devemos ter essa convicção assim que formos capazes de aprender qualquer coisa a partir da experiência, pois toda experiência é fundada na crença de que o futuro será como o passado. Tire este princípio, e a experiência de cem anos nos torna menos sábios com relação ao que está por vir. Este é um daqueles princípios, que, quando crescemos e observamos o curso da natureza, podemos confirmar pelo raciocínio. Percebemos que a natureza é governada por leis fixas, e que se não fosse, não poderia haver tal coisa como a prudência na conduta humana¹⁴⁴.

Fica, aqui evidente, a importância ressaltada pelo autor ao princípio da uniformidade da natureza, o qual reza que o que é no presente se comportará no futuro do mesmo modo; também agrega experiência, observação e reflexão.

O próximo tópico a ser abordado será o raciocínio. O autor assevera:

Raciocínio é o processo pelo qual passamos de um juízo a outro, que é a consequência dele. Conformemente, nossos julgamentos são distinguidos em intuitivos, que não são baseados em qualquer julgamento precedente, e discursivos, que são deduzidos a partir de algum julgamento precedente por raciocínio. Em todo raciocínio, portanto, deve haver uma proposição inferida, e uma ou mais a partir da qual é inferida. E este poder de inferir, ou extrair uma conclusão, é apenas outro nome para raciocínio; a proposição inferida sendo chamada a conclusão, e a proposição, ou proposições das quais é inferida, as premissas¹⁴⁵.

¹⁴³ REID, 2002, p. 488.

¹⁴⁴ REID, 2002, p. 489.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 542.

É uma definição simples de raciocínio, mas apresenta as etapas do modo como se executa um raciocínio. Logo em seguida, Reid distingue os raciocínios em demonstrativos e prováveis. Quanto aos raciocínios demonstrativos, eles se relacionam às verdades necessárias, as quais:

[...] um argumento é bom como mil. Uma demonstração pode ser mais elegante que outra, pode ser mais facilmente compreendida ou mais útil a algum propósito além do presente [...] Adicionar mais demonstrações à mesma conclusão, seria um tipo de tautologia no raciocínio, porque uma demonstração claramente compreendida dá toda evidência de que somos capazes de receber¹⁴⁶.

Esse tipo de raciocínio são os dedutivos, os quais Reid chama de demonstrativos. Eles são firmes, claros, evidentes e imutáveis. São verdades necessárias.

O tipo de raciocínio, porém, que mais interessa ao presente trabalho, Reid afirma desse modo:

A força de um raciocínio provável, na maior parte, não depende de qualquer argumento, mas de muitos, que unem suas forças, e conduzem à mesma conclusão. Qualquer um deles seria insuficiente para convencer; mas o todo tomado junto pode ter uma força que é irresistível, tanto que desejar mais evidência seria absurdo¹⁴⁷.

Para ter maior peso significativo, é melhor reunir vários argumentos, pois condensam uma força irresistível de maior extensão. Dessa forma, ir além dessa evidência seria absurdo. De acordo com Reid: “Em todo ramo de conhecimento real deve haver primeiros princípios dos quais a verdade é conhecida intuitivamente, sem raciocínio, seja provável ou demonstrativo. Eles não são fundados no raciocínio, mas todo raciocínio é fundado neles” (REID, 2002, p. 556). Sendo assim, existem primeiros princípios no intelecto que não exigem raciocínio. E, está intrinsecamente relacionada a este tipo de raciocínio, as evidências prováveis que vão colaborar para o conhecimento indutivo.

Mas o que é para Reid, uma evidência provável? Reid vai dizer que “na linguagem comum ela é considerada como um grau inferior de evidência, e é oposta à certeza, de maneira que o que é certo é mais do que provável, e o que é somente

¹⁴⁶ REID, 2002, p. 556.

¹⁴⁷ Ibidem.

provável não é certo” (REID, 2002, p. 557). Mas os filósofos “consideram evidência provável, não como um grau, mas como uma espécie de evidência que é oposta, não à certeza, mas a outra espécie de evidência, chamada demonstração” (REID, 2002, p. 557). Para eles a evidência demonstrativa não tem grau algum, mas para Reid, a evidência provável tem todos os graus, desde o mínimo até o mais elevado, o qual ele chama de certeza (REID, 2002, p. 557). Assim, assevera:

Todo grau de evidência percebido pela mente, produz um grau proporcional de assentimento ou crença. O julgamento pode estar em perfeito suspense entre duas opiniões contraditórias, quando não há evidência para qualquer delas, ou igual evidência para ambas [...] A crença é misturada com a dúvida, mais ou menos, até que cheguemos ao mais alto grau de evidência, quando toda dúvida desaparece, e a crença é firme e imóvel. Este grau de evidência, o mais alto que as faculdades humanas podem alcançar, chamamos certeza¹⁴⁸.

Nessa passagem, enfatiza-se que a evidência provável tem graus até chegar à certeza. Um dos ingredientes que compõem essa evidência é a crença. Quando a dúvida desaparece, essa crença é imutável e firme, chega-se à certeza. Reid faz algumas classificações de evidências prováveis tais como: I) do testemunho humano; II) das autoridades daqueles que são bons juízes sobre o assunto em questão; III) aquela pelas quais reconhecemos a identidade de coisas e pessoas de nosso conhecimento; IV) aquela que temos das ações e condutas futuras dos homens; V) aquela pela qual coletamos personagens e desenhos dos homens a partir de suas ações, discursos, e outros sinais externos; VI) a que os matemáticos denominam de probabilidade de chances e por fim; VII) a das conhecidas leis da natureza.(REID, 2002, p. 560).

A primeira evidência é aquela que fala do testemunho humano nos tribunais: “Quando há um acordo de muitas testemunhas, em uma grande variedade de circunstâncias, sem a possibilidade de uma combinação prévia, a evidência pode ser igual àquela da demonstração” (REID, 2002, p. 558). O que é considerado, aqui, é a veracidade e a integridade das testemunhas para uma evidência segura. A segunda, refere aos *experts* em assuntos específicos de sua área de atuação, nesse caso deve-se colocar peso na autoridade desses *experts*.

Um terceiro tipo de evidência provável é aquele sobre o qual a identidade de coisas e pessoas é determinada nos tribunais de justiça. O quarto tipo de evidência

¹⁴⁸ REID, 2002, p. 557.

provável é aquele que fala da previsão das ações e condutas humanas futuras, ou seja, um comportamento atual do homem trará a previsibilidade do futuro. O quinto tipo de evidência provável é aquele que apreendemos as características dos seres humanos através de sinais, discursos.

O sexto tipo é aquele que os matemáticos chamam de a probabilidade das chances. Afirma Reid que “[...] a doutrina das chances tem fornecido um campo de raciocínio demonstrativo de grande extensão, embora os eventos sobre os quais este raciocínio é empregado não sejam necessários, mas contingentes, e não sejam certos, mas prováveis” (REID, 2002, p. 560). A última evidência versa sobre as leis da natureza, ou seja, sobre o que se observa no presente, se comportará da mesma maneira no futuro. Importante ressaltar que Reid afirma que esse tipo de evidência é “[...] de longe a maior e mais interessante parte de nosso conhecimento; deve repousar sobre evidências desse tipo, e que muitas coisas são certas para que tenhamos apenas aquele tipo de evidência que os filósofos chamam provável” (REID, 2002, p. 562).

Pode-se auferir que o método reidiano diz respeito às operações mentais e à natureza. No que diz respeito ao conhecimento da mente, pode-se inferir que os seres racionais têm em comum princípios autoevidentes, que são princípios epistêmicos, consoante Pich, “princípios irreduzíveis do uso da razão” (PICH, 2012, p. 290), quanto à natureza, pode-se dizer que ela tem uma regularidade, uma uniformidade que proporciona aos seres racionais uma fundamentação epistêmica também. Estão intrinsecamente relacionados, acho que é uma lei da natureza que nos foi dada pelo Ser Supremo. Ainda, a maior e mais interessante parcela do nosso conhecimento repousa sobre um tipo de evidência, ou seja, evidências prováveis, que tem vez em raciocínios prováveis, que por sua vez baseiam-se em juízos intuitivos, que operam como primeiros princípios de verdade, que não são necessárias, mas contingentes, esse é o motivo pelo qual o estudo de Reid sobre fontes de conhecimento falíveis, podem nos fornecer conhecimento fiável a cerca das coisas do mundo. Reid chamou de senso comum essa base de experiência, tem conhecimentos inatos nos seres racionais e que são universais, ou seja, são comuns a todos os seres racionais.

4.7 A TEORIA GERAL DO SENSO COMUM

A teoria do conhecimento de Thomas Reid, fundador da *Escola Escocesa do Senso Comum*, teve grande influência no cenário filosófico norte-americano desde os meados do século XIV, tendo admiradores como David Hume entre outros. O cerne de sua teoria tem como pano de fundo, sua luta contra o ceticismo, ou seja, sua rejeição à *teoria das ideias*. Mediante isso, é mister ressaltar que a sua epistemologia é baseada num realismo direto.

Então, o que é a *teoria geral do senso comum* para Reid? Primeiramente, Reid explica o significado da palavra *sentido* para o senso comum e para os Filósofos. Para o senso comum essa palavra significa juízo, bom senso, ao passo que para os Filósofos significa um poder pelo qual percebe-se certas ideias ou impressões, e o juízo é o poder pelo qual compara-se ideias e percebe-se suas concordâncias ou discordâncias. O que importa aqui neste estudo é como o senso comum a utiliza.

No *Ensaio VI*, capítulo II, (Reid, 2002, p. 423), o *senso* e o *sentido* são considerados a mesma coisa, têm o mesmo significado na linguagem comum, e *senso* sempre implica juízo. Portanto, razão ou juízo é a capacidade para julgar coisas comuns de que as pessoas de capacidade mediana são capazes, ou seja, “o senso comum é aquele grau de juízo que é comum aos homens com quem podemos conversar e negociar, um homem de *senso*, é um homem de juízo, o que é contrário ao juízo correto é um absurdo” (REID, 2002, p. 424). Os homens, na conduta da vida, têm o mesmo grau de entendimento para agir com discernimento, com prudência, descobrir o que é verdadeiro e o que é falso em assuntos autoevidentes. De tais princípios, todo homem que tem senso comum é um juiz competente. Para ilustrar o significado da filosofia do senso comum, Freitas corrobora dessa forma:

Ao pensar o papel do senso comum no tocante à vida humana, Thomas Reid (1710-1796) concede-lhe ao menos dois fins. Por um lado, o senso comum possui um uso prático, relativo ao domínio das ações humanas: o senso comum orienta-nos na conduta de nossas vidas política e moral. Por outro lado, o senso comum possui um uso filosófico, relativo ao domínio das possibilidades de descoberta da verdade e de fundamentação do conhecimento humano¹⁴⁹.

¹⁴⁹ FREITAS, Vinícius França. **Os Usos do Senso Comum na Filosofia de Thomas Reid**. Veritas, Porto Alegre, V. 64, N. 3, JÚL.-SET, 2019, p. 2.

A passagem acima, mostra que a filosofia do senso comum possui duas finalidades: um uso prático na conduta da vida comum dos seres humanos e outro epistemológico. Conclui-se então que Reid coloca a filosofia do senso comum num patamar epistêmico, filosófico, fundamentado nos poderes mentais constituintes e naturais dos seres humanos.

Essa teoria preconiza que o grau de juízo que é comum a toda a humanidade, tem um aparato cognitivo bom, razoável em questões autoevidentes capaz de discernir o que é verdadeiro e o que é falso quanto ao conhecimento do mundo sensível. A autoevidência é baseada na crença que todo ser humano tem, naturalmente, na existência de objetos do mundo sensível, porque os sentidos em condições normais, não são falaciosos. O que é absurdo é contrário ao senso comum e contrário ao autoevidente. As verdades autoevidentes, princípios do senso comum, são os princípios que garantem a legitimidade das crenças perceptuais. O poder de julgar proposições autoevidentes, segundo Reid, são entendidas claramente, pode ser comparado ao poder de engolir a nossa comida. Ele é puramente natural e, portanto, comum ao letrado e ao iletrado, requer maturidade de entendimento, nada mais (REID, 2002, p. 453).

Quais são estas verdades autoevidentes? Sentidos, concepção, percepção, crença, juízos, são verdades que surgem imediatamente na mente, negá-las seria absurdo, realmente, afirma Reid, são os ditados pelo senso comum, os usamos na vida cotidiana (REID, 2002, p. 463-464). Não é razoável que os seres humanos se desviem de coisas autoevidentes, afirma por exemplo, como os seres humanos podem duvidar que existe um céu, estrelas, árvores, pois temos um poder natural e constituinte desses poderes evidentes e naturais que é usar nossos sentidos para o conhecimento do mundo sensível, nossas concepções, percepções e, crer irresistivelmente nisso. É insano e absurdo duvidar disso. Penso que é mais razoável crer em crenças confiáveis tais como elas se apresentam, do que submetê-las à dúvida hiperbólica cartesiana.

Segundo Reid, para o conhecimento do mundo sensível, dois componentes imprescindíveis se apresentam à mente quase que ao mesmo tempo, como já foi visto: concepção do objeto e percepção, duas operações mentais que compõem o conhecimento do objeto. Para a percepção, a concepção prévia do objeto é inevitável, ela é anterior à concepção, mas quase que concomitante. Não são ideias, mas atos mentais.

Reid vai defender a presença direta dos objetos através do juízo perceptual. Juízo perceptual inclui concepção-percepção. A percepção é um ato da mente, no qual temos uma ideia clara e distinta, está relacionada à convicção de algo presente. A concepção é um elemento constitutivo da percepção. Para Reid, “As operações das nossas mentes são conhecidas, não pelos sentidos, mas pela consciência, cuja autoridade é tão certa e irresistível como aquela dos sentidos”¹⁵⁰. E ainda, “Em segundo lugar, na percepção não temos somente uma noção mais ou menos distinta do objeto percebido, mas também uma convicção e crença irresistível da sua existência”¹⁵¹. Fazem parte do conhecimento do mundo sensível a concepção, a percepção, a sensação e um juízo perceptual. O juízo perceptual funciona como uma verdade evidente sobre o objeto. A sua evidência é um princípio primeiro do senso comum.

Reid preceitua que toda a percepção do objeto é um ato mental e envolve três noções: a) alguma noção ou concepção do objeto percebido; b) uma forte e irresistível crença da sua existência presente; c) que essa convicção e crença são imediatas, e não efeito de raciocínio. Imediatas porque não são inferenciais. A percepção é imediata, está relacionada à convicção de algo realmente presente. O objeto da percepção é exterior. Logo a percepção não envolve representação. Reid vai defender o caráter direto da presença do objeto. Então, o contato com o mundo exterior, é a percepção que vem imediatamente acompanhada pela concepção da mente de um objeto existente, cujos órgãos dos sentidos sofrem a impressão do mundo exterior juntamente com um juízo perceptual. Este é uma operação mental e tem verdade evidente sobre o objeto. Ele (o juízo) funciona como um primeiro princípio do senso comum, é um princípio constitutivo. Toda percepção envolve concepção e juízo perceptual. O juízo é correto quando a concepção é distinta.

Pode-se dizer também que a epistemologia reidiana é confiabilista, porque é fundada em diversos mecanismos geradores de crença. A percepção para o autor é doxástica, porque perceber é crer, estar convicto de que algo existe. Portanto, o testemunho claro e distinto dos sentidos, além de trazer uma convicção irresistível é imediata também, quer dizer, não é pela via do raciocínio e da razão que o sujeito fica convencido da existência do que se percebe. A própria percepção direciona a nossa crença. Isto gera uma necessidade de uma teoria que justifique as crenças evidentes

¹⁵⁰ REID, 2002, p. 96.

¹⁵¹ Ibidem, p. 97.

que possuímos, que é suprida pela teoria geral do senso comum. A epistemologia reidiana é uma epistemologia do conhecimento provável, de verdades contingentes. É irrazoável, afirma o autor “em requerer demonstração para coisas que não a admitem” (REID, 2002, p. 556), como por exemplo, querer provar a existência do mundo material via raciocínio, e, também, através de ideias.

Reid chamou de senso comum esta base inseparável da experiência humana, a convicção de que a estrutura dessa experiência, tanto na mente quanto na natureza, tem conhecimentos inatos nos seres racionais e que são universais, ou seja, são comuns a todos os seres racionais.

A epistemologia contemporânea descobriu na teoria do conhecimento de Thomas Reid, uma estratégia poderosa contra o ceticismo (1). Reid substituiu a estratégia racionalista cartesiana por uma justificação que não requer razões positivas em favor das crenças do senso comum, pois essas crenças podem ser adequadamente justificadas ao se refutar a força das razões em favor de alternativas ao senso comum (2). Por exemplo, a hipótese cética do Gênio Maligno de Descartes pode ser refutada simplesmente, mostrando que ela não é mais provavelmente verdadeira do que a crença do senso comum de que o mundo é da maneira que o percebemos.

5. O MÉTODO DE DESCARTES

Descartes criou o seu método com fundamento na matemática, em especial na aritmética e na geometria, dando origem a uma *Mathesis Universalis*. Ela é aplicável a todas as ciências, aos objetos de conhecimento segundo o mesmo método, as mesmas regras. Isso significa que ela vai ser um conhecimento unificado, visto que:

Pois sendo dado que todas as ciências nada mais são do que a sabedoria humana, que permanece sempre una e a mesma, por muito diferentes que sejam os objetos a que se aplique, e não recebe deles mais diferenças do que a luz do sol da variedade das coisas que ilumina [...] ¹⁵².

Descartes afirma que: "Toda a ciência é um conhecimento certo e evidente" ¹⁵³. Ele procurará a verdade através do seu método que, pode-se dizer, é um processo inferencial, dedutivo, demonstrativo. Seu método será aplicado a todas as opiniões ou crenças. Possibilidades contingentes, para Descartes, estão rejeitadas para a busca da verdade nas ciências. Opiniões fundamentadas nos sentidos não são verdades necessárias, mas contingentes, instáveis. O autor quer buscar fundamentos sólidos, indubitáveis.

Nas *Regras para a Direção do Espírito*, Descartes faz a seguinte observação: "No entanto, é preferível nunca pensar em procurar a verdade de alguma coisa em vez de fazê-lo sem método" ¹⁵⁴. É mister para o autor a utilização de um método para chegar à verdade, ao conhecimento. Descartes é categórico ao defender que, "se se usar o método adequadamente", não tomar absolutamente nada de falso por verdadeiro, chegar-se-á ao conhecimento de tudo. Portanto, sem método não há conhecimento.

A origem do método cartesiano é apresentada inicialmente no texto inacabado das *Regras para a Direção do Espírito* (1628) e depois, no *Discurso do Método* (1637);

¹⁵² No original: Car, étant donné que toutes les sciences ne sont rien d'autre que la sagesse humaine, qui demeure toujours une et toujours la même, si différents que soient les objets auxquels elle s'applique, et qui ne reçoit pas plus de changement de ces objets que la lumière du soleil de la variété des choses qu'elle éclaire, [...] (DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'esprit: règle I. In: DESCARTES, 1958, p. 37).

¹⁵³ No original: "Toute science est une connaissance certaine et évidente [...] (DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'esprit: règle II. In: DESCARTES, 1958, p. 39)".

¹⁵⁴ No original: "Il est pourtant bien préférable de ne jamais chercher la vérité sur aucune chose, plutôt que de le faire sans méthode: [...] (DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'esprit: règle IV. In: DESCARTES, 1958, p. 46)".

ele apresenta os quatro preceitos do método na segunda parte. Descartes busca uma ciência com evidência e certeza através da razão, porém é necessário sistematizar a razão, ou seja: a utilização de um método. O autor apresentou quatro preceitos do seu método. O primeiro preceito era:

De jamais receber alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; quer dizer, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de não compreender nada além em meus juízos que não se apresentasse tão claramente e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida¹⁵⁵.

Aqui o que está patente são os termos evidência, clareza e distinção. Eles são os termos que compõem a indubitabilidade de um conhecimento. Não obstante, o que é evidência, clareza e distinção para Descartes? Evidente é um conhecimento indubitável; é uma percepção do entendimento, um juízo verdadeiro, na qual se incluem clareza e distinção. Por sua vez, clareza e distinção advêm de uma percepção intelectual cujo discernimento é imediato ao entendimento. A distinção é aquele juízo pelo qual se depura a ideia de um objeto do outro ou de uma ideia de outra. A distinção, por outro lado, envolve precisão e depuração, bem como de diferenciação, para que o sujeito distinga um objeto ou um pensamento de outro. O critério de verdade da clareza e distinção envolve conhecimento empírico (dos objetos do mundo sensível) para pensamentos do próprio sujeito.

Na *Terceira Meditação*, Descartes estabelece como regra geral “[...] que todas as coisas que concebemos muito clara e muito distintamente são todas verdadeiras”¹⁵⁶. Nas palavras do autor:

Agora considerarei mais exatamente se talvez não se encontrem absolutamente em mim outros conhecimentos que não tenha ainda percebido. Estou certo que sou uma coisa pensante; mas não saberei também, portanto, o que é requerido para me tornar certo de alguma coisa?

¹⁵⁵ No original: Le premier était de ne recevoir jamais aucune chose pour vraie que je ne la connusse évidemment être telle; c'est-à-dire d'éviter soigneusement la précipitation et la prévention; et de ne comprendre rien de plus en mes jugements que ce qui se présenterait si clairement et si distinctement à mon esprit que je n'eusse aucune occasion de le mettre en doute (DESCARTES, René. Discours de la méthode: deuxième partie. In: DESCARTES, 1958, p. 137).

¹⁵⁶ “[...] que toutes les choses que nous concevons fort clairement et fort distinctement, sont toutes vraies. (DESCARTES, René. Discours de la méthode: deuxième partie. In: DESCARTES, 1958, p. 284)”.

Nesse primeiro conhecimento só se encontra uma clara e distinta percepção daquilo que conheço [...] ¹⁵⁷.

É mister ressaltar aqui que Descartes expressa que conhece uma clara e distinta percepção; percepção esta, que está na mente: a de ser uma coisa pensante. Assim ele afirma: “conhecimentos que não tenha percebido ainda”. Percepções estão na mente para esse autor. Para ilustrar a citação acima referida, Landim Filho tece algumas considerações desse modo: “Esta “regra geral” é de fato um critério de verdade que permite distinguir ideias verdadeiras das falsas, estabelecendo assim as condições de verdade de uma ideia e da certeza (objetiva) do sujeito cognoscente ¹⁵⁸. Landim explica que certeza e convicção são estados ou modos do sujeito. “Uma ideia clara e distinta determina no sujeito cognoscente uma certeza objetiva e fundamenta, desta forma, uma convicção” (LANDIM, 1992, p. 21).

Conclui-se que a evidência é um critério de verdade para Descartes, todo ato na consciência, imediatamente presente a ela, claro e distinto, o torna indubitável. Clareza e distinção são regras da razão; é, pois, um princípio que está assegurado pela sua evidência. Na sua obra *Princípios da Filosofia*, Descartes define o que é uma apreensão clara e distinta dessa maneira:

[...] porque o conhecimento sobre o que se pretende estabelecer um juízo indubitável, deve ser, não somente claro, mas também distinto. Chamo claro àquilo que é presente e manifesto a um espírito atento: tal como dizemos ver claramente os objetos, quando, estando presentes, agem muito fortemente, e que os nossos olhos estão dispostos a fitá-los. E distinta aquela apreensão de tal modo precisa e diferente de todas as outras, que só compreende em si aquilo que aparece manifestamente ao que a considera como convém ¹⁵⁹.

Ao que parece é condição indispensável para a clareza, uma das qualidades de um conhecimento indubitável, a atenção. O espírito tem que estar atento,

¹⁵⁷ No original: Maintenant je considérerai plus exactement si peut être il ne se retrouve point en moi d'autres connaissances que je n'aie pas encore aperçues. Je suis certain que je suis une chose qui pense; mais ne sais-je donc pas aussi ce qui est requis pour me rendre certain de quelque chose? Dans cette première connaissance, il ne se reencontre rien qu'une Claire et distincte perception de ce que je connais [...]. (DESCARTES, 1958, p. 284).

¹⁵⁸ LANDIM, 1992. p. 21.

¹⁵⁹ No original: [...] car la connaissance sur laquelle on peut établir un jugement indubitable doit être non seulement Claire, mais aussidistincte. J'appelle Claire celle qui est presente et manifeste à um esprit attentif; de même que nous disons voir clairement les objets lorsque étant présents ils agissent assez fort, et que nos yeux sont disposés à les regarder; et distincte, celle qui est tellement précise et différente de toutes les autres, qu'elle ne comprend em soi que ce qui paraît manifestement à celui qui la considère comme il faut". (DESCARTES, René. Les Principes de la Philosophie: 45. Ce que c'est qu'une perception Claire et distincte. In: DESCARTES, 1958, p. 591).

perspicaz, para obter um conhecimento certo, sem dúvidas. Mas o autor, ao afirmar que “tal como dizemos ver claramente os objetos, quando, estando presentes, agem muito fortemente [...]” (DESCARTES, 1958, p. 591), quer dizer, pode-se questionar se, quando ausentes, pressupõe-se que os objetos não estejam claros ou fortes na mente? Surge um problema de entendimento e distinção: se já vimos com inteligibilidade tais objetos num tempo passado, quando atualizado, já não têm mais a força persuasiva da clareza? Portanto, a clareza necessária à indubitabilidade do conhecimento claro e distinto, fica em estado de oscilação; se ela é condição *sine qua non* para a indubitabilidade do conhecimento, já perde a sua força como propriedade imprescindível. É ainda correto questionar se a regra da evidência é legítima; se ela depende de uma atualidade momentânea.

Descartes apregoa que, para se chegar à clareza de uma ideia, utilizamos a intuição:

Por intuição entendo não o testemunho variante dos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação que compõe inadequadamente seu objeto, mas a concepção de um espírito puro e atento, tão fácil e distinto, que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos; ou então, o que é a mesma coisa, a concepção firme da mente pura e atenta, que nasce apenas da luz da razão [...] ¹⁶⁰.

A intuição é inata, isto é, o sujeito já possui essa compreensão imediata naturalmente, uma luz natural, que é imediatamente percebida pelo espírito. É o acesso imediato e indubitável aos atos da consciência. Então, pode-se inferir que o pensamento intuitivo é uma ideia puramente intelectual, tendo como características a certeza, a evidência, a imediaticidade, e não é suscetível de erro. No entanto, o que Descartes quer dizer com esse modo simples, imediato e espontâneo da intuição? Ele esclarece com o seguinte exemplo:

Assim cada um pode, mentalmente, intuir que existe e que pensa que o triângulo é definido por apenas três linhas, a esfera por uma simples superfície e coisas do gênero. Percepções como essas são mais numerosas

¹⁶⁰ No original: Par **intuition** j’entends, non pas le témoignage changeant des sens ou le jugement trompeur d’une imagination qui compose mal son objet, mais la conception d’un esprit pur et attentif, conception si facile et si distincte qu’aucun doute ne reste sur ce que nous comprenons; ou, ce qui est la même chose, la conception ferme d’un esprit pur et attentif, qui naît de la seule lumière de la raison [...] (DESCARTES, René. Règles pour la direction de l’esprit: règle III. In: DESCARTES, 1958, p. 43-44).

do que a maioria das pessoas imagina, porque eles desdenham voltar sua atenção para questões tão simples¹⁶¹.

A intuição é a apreensão intelectual simples e direta (sem inferência) de um objeto ou uma ideia de que não temos dúvida nem podemos duvidar em consequência da sua clareza para a mente. A intuição é a faculdade por meio da qual obtemos as certezas iniciais que tornam possível a dedução. Ela não envolve um movimento do pensamento ao longo de uma série de inferências, e distingui-se também por sua auto-evidência imediata. A intuição, é, portanto, um acto puro e atento da inteligência que apreende direta e imediatamente noções tão simples que acerca da sua validade não pode restar qualquer dúvida. Assim, o que caracteriza a intuição é a sua clareza e distinção, o seu carácter imediato, o fato de constituir um ato de apreensão total e completa. Descartes quer demonstrar que já temos essa operação mental inata, isto é, que conseguimos distinguir o que é verdadeiro do que é falso e só ela é capaz de estabelecer os primeiros princípios.

O segundo preceito é assim descrito no *Discurso*: "o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quanto possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-lo"¹⁶². Trata-se aqui da "análise", ou do método analítico. "O método de análise é um procedimento de construção de uma solução: é um procedimento de descoberta [...]"¹⁶³. A análise ocorre quando se evidenciam obscuridades, complexidades. Para esses casos, em que não é possível reduzir um conhecimento à intuição clara e evidente, Descartes vai prescrever a *Regra VII*: "Para concluir a ciência, é preciso analisar todas as coisas que se relacionam com o nosso objetivo, cada uma delas, por um movimento contínuo e ininterrupto do pensamento, abarcando-as numa enumeração suficiente e ordenada"¹⁶⁴.

¹⁶¹ No original: "Ainsi chacun peut voir par intuition qu'il existe, qu'il pense, que le triangle est défini par trois lignes seulement, la sphère par une seule surface, et des choses de ce genre, qui sont bien plus nombreuses que ne le pourraient croire la plupart des hommes, parce qu'ils dédaignent de tourner leur esprit vers des choses si faciles (DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'esprit: règle III. In: DESCARTES, 1958, p. 44)".

¹⁶² No original: "Le second, de diviser chacune des difficultés que j'examinerais en autant de parcelles qu'il se pourrait et qu'il serait requis pour les mieux résoudre (DESCARTES, René. Discours de la méthode: deuxième partie. In: DESCARTES, 1958, p. 138)".

¹⁶³ Pappus de Alexandria. **La collection mathématique**. Paris: Blanchard, 1982, p. 477-478.

¹⁶⁴ No original: "Pour achever la science, il faut parcourir par un mouvement continu et ininterrompu de la pensée toutes les choses qui se rapportent à notre but et chacune d'elles en particulier, ainsi que les embrasser dans une énumération suffisante et ordonnée (DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'esprit: règle VII. In: DESCARTES, 1958, p. 57)".

É preciso supor uma ordem para analisar. Esse é o primeiro preceito da ordem: a prescrição da decomposição de uma ideia complexa em seus elementos mais simples. A análise é o procedimento que reduz o desconhecido ao conhecido; do relativo ao absoluto; das naturezas compostas (efeito, múltiplo) às naturezas simples (causa, universal, uno). Essa compreensão da análise está expressa também nas *Regras*, *Regra V*: "[...] se nós reduzirmos gradualmente as proposições complicadas e obscuras a proposições mais simples, [...]"¹⁶⁵. Ele emprega a análise para descobrir novas verdades. A análise é um procedimento para remover dificuldades, fazer relações do desconhecido para o conhecido e construir o desconhecido. Relacionar termos é intrínseco à análise, a qual, por sua natureza, dissolve as complexidades entre as noções. Indo ao encontro de Raul Landim Filho mais uma vez, é possível meditar sobre o pormenor seguinte:

A via analítica mostra a maneira pela qual "uma coisa foi metodicamente e como que *a priori* foi inventada". Em uma prova analítica não só é justificada cada etapa da demonstração, o que também ocorre nas provas sintéticas, como é indicada a maneira de se produzir cada etapa da prova¹⁶⁶.

Sabe-se o porquê dos seus enunciados (porque são verdadeiros) e sabe-se como eles foram descobertos, sempre numa ordem. Para Giovanni Reale, "o método analítico é o único capaz de levar à evidência"¹⁶⁷. Porém, a decomposição do conjunto em seus elementos simples não basta, porque não demonstra o nexo de coesão entre eles. Por isso, Descartes apresenta, no *Discurso*, o terceiro preceito, a saber:

[...] o de conduzir por uma ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros¹⁶⁸.

¹⁶⁵ No original: "[...] si nous ramenons graduellement les propositions compliquées et obscure aux plus simples [...]" (DESCARTES, René. Règles pour la direction de l'esprit: règle V. In: DESCARTES, 1958, p. 52)".

¹⁶⁶ LANDIM, 1992, p. 28.

¹⁶⁷ REALE; ANTISERI. **História da filosofia**. V. II. São Paulo: Paupus, 1990, p. 362

¹⁶⁸ No original: "[...] de conduire par ordre mes pensées, en commençant par les objets le plus simples et le plus aisés à connaître, pour monter peu à peu, comme par degrés, jusques à la connaissance de plus composés; et supposant même de l'ordre entre ceux qui ne se précèdent point naturellement les uns les autres (DESCARTES, René. Discours de la méthode: deuxième partie. In: DESCARTES, 1958, p. 138)".

Com alicerce no segundo preceito, pelo qual foi decomposta uma realidade complexa — a análise, do efeito à causa, então, agora, é necessária recomposição desses elementos da causa para seu efeito. Portanto, a síntese é o terceiro preceito. Trata-se de uma condensação ou composição, ou seja, parte-se dos elementos absolutos, ou não dependentes dos outros, e vai-se em direção aos elementos relativos ou dependentes, clarificando os nexos do conjunto. A ordem é o fator imprescindível para que se garanta a homogeneidade de um domínio de conhecimento e a possibilidade de determinar com certeza o que nele está incluído ou não. Desse modo, teremos um conhecimento exato. Quanto à suposição de uma ordem, Descartes explica assim:

Com efeito, ousou dizer que a exata observação desses poucos preceitos que eu tinha escolhido, me deu tal facilidade de apurar todas as questões às quais se estendem essas duas ciências que, nos dois ou três meses que empreguei em examiná-las, tendo começado pelas mais simples e mais gerais, e cada verdade que eu achava sendo uma regra que me servia para achar outras, depois não somente consegui resolver muitas que julgava antes muito difíceis, como me pareceu também, perto do fim, que eu poderia determinar, mesmo naquelas que ignorava, por quais meios e até onde seria possível resolvê-las¹⁶⁹.

Sempre se deve começar pelos elementos mais simples para depois prosseguir aos mais complexos, pois essa ordem facilita a resolução de problemas. A etapa sintética, além de demonstrar o que é concluído (apresentado e descoberto pela análise), prova a verdade da solução do problema. É pertinente, para a reflexão, lembrar o conceito de síntese de Sofia V. Rovighi: "consiste na ordem com que reconstruímos o processo após termos descoberto uma verdade, mas não é, porém, a ordem em que se descobre efetivamente a verdade"¹⁷⁰. Trata-se, portanto, de uma síntese que:

[...] deve partir de elementos absolutos (*ab-solutus*) ou não dependentes de outros e direcionar-se para os elementos relativos ou dependentes, dando

¹⁶⁹ No original: Comme, en effet, j'ose dire que l'exacte observation de ce peu de préceptes que j'avais choisis me donna telle facilité à démêler toutes les questions auxquelles ces deux sciences s'étendent, qu'en deux ou trois mois que j'employai à les examiner, ayant commencé par les plus simples et les plus générales, et chaque vérité que je trouvais étant une règle qui me servait après à en trouver d'autres, non seulement je vins à bout de plusieurs que j'avais jugées autrefois très difficiles, mais il me sembla aussi vers la fin, que je pouvais déterminer, en celles mêmes que j'ignorais, par quels moyens et jusqu'où il était possible de les résoudre (DESCARTES, René. Discours de la méthode: deuxième partie. In: DESCARTES, 1958, p. 139).

¹⁷⁰ ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da filosofia moderna**. São Paulo: Loyola, 1999, p. 71.

lugar assim a um encadeamento que ilumina os nexos do conjunto. Trata-se de recompor a ordem ou criar uma cadeia de raciocínio que se desenvolva do simples ao composto¹⁷¹.

O que permeia esse preceito são duas ideias básicas: a) ordem como o modo de condução do pensamento; b) deve-se partir dos elementos simples para o mais complexo, visto que a ordem é imprescindível no método, tanto na análise como na síntese.

O quarto preceito do método, segundo Descartes, é "o de fazer em toda a parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir"¹⁷². Já nas *Regras (Regra VII)*, o autor afirma que, para completar a ciência, falta a enumeração, na perspectiva de que "[...] é preciso analisar, uma por uma, todas as coisas que se relacionam com o nosso objetivo, por um movimento contínuo do pensamento, abarcando-as em uma enumeração suficiente e ordenada"¹⁷³. Pode-se dizer que ela tem uma função de apoio (heurístico) e não pertence propriamente ao método. Ela intervém, dependendo da necessidade ou da complexidade do problema, recapitula, refaz, percorre o que a análise e a síntese executam. Através da enumeração, verifica-se se a análise é completa; e através da revisão se a síntese está correta. Para se evitar erros, é preciso impedir qualquer precipitação. O prejulgamento é um aliado do erro; conseqüentemente, não se chega à evidência. Segundo Descartes, "[...] que se respeite sempre a ordem necessária para as deduzir uma das outras, não podendo haver nenhuma tão afastada às quais não se pudesse chegar [...]"¹⁷⁴.

O afastamento torna difícil o controle da continuidade, por isso é necessário fazer enumerações e revisões. Fazer enumerações e revisões tão gerais, tendo certeza de nada omitir, restabelece o papel heurístico da enumeração, tanto na investigação dos intermediários, como no processo das dificuldades. Esse preceito está ligado também à divisão em partes tão pequenas quanto possível (R, XIII, título).

¹⁷¹ REALE; ANTISERI, 1990, p. 363.

¹⁷² No original: "Et le dernier, de faire partout des dénombrements si entiers, et des revues si générales, que je fusse assuré de ne rien omettre (DESCARTES, René. **Discours de la méthode**: deuxième partie. In: DESCARTES, 1958, p. 138)".

¹⁷³ No original: "[...] il faut parcourir par un mouvement continu et ininterrompu de la pensée toutes les choses qui se rapportent à notre but et chacune d'elle en particulier, ainsi que les embrasser dans une énumération suffisante et ordonnée (DESCARTES, René. **Règles pour la direction de l'esprit**: règle VII. In: DESCARTES, 1958, p. 57)".

¹⁷⁴ No original: "[...] et qu'on garde toujours l'ordre qu'il faut pour les déduire les unes des autres, il n'y en peut avoir de si éloignées auxquelles enfin on ne parvienne [...]" (DESCARTES, René. **Discours de la méthode**: deuxième partie. In: DESCARTES, 1958, p. 138)".

Ela determina se o número dos termos é suficiente para exprimir todos os elementos do problema e reduzir uma questão imperfeita a uma questão inteiramente determinada (R, XIII).

Seguindo o primeiro preceito do método cartesiano, a primeira verdade a que Descartes chega, ao aplicar a regra da evidência, da clareza e da distinção, nas *Meditações Metafísicas*, é o *Cogito*. Esse preceito aparece pela primeira vez no *Discurso do Método* (1637) desta forma: *eu penso, logo eu existo*. É a primeira evidência, a mais clara das verdades como Descartes relata: “[...] julguei que eu poderia tomar por regra geral que as coisas que concebemos muito claramente e muito distintamente são todas verdadeiras [...]”¹⁷⁵. Tal verdade corresponde à primeira regra do método cartesiano. É a regra da evidência, somente admitir como verdadeiro o que for claro e distinto. No *Discurso*, o autor assim expõe:

[...], mas, logo em seguida, adverti que enquanto eu queria pensar que tudo era falso, era necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de comprometê-la [...]”¹⁷⁶.

A primeira verdade à qual Descartes chegou provém de seu estado de dúvida universal. Entretanto, aqui, no *Discurso*, como é uma obra científica, porque o autor quer mostrar o seu método, o *Cogito* aparece como uma ligação necessária, é uma constatação evidente e verdadeira, pois é preciso pensar para existir.

Nas *Meditações Metafísicas*, o *Cogito* aparece desse modo — *eu sou, eu existo* —, que ficou conhecido sob a forma latina *ego cogito, ego sum*. Essa obra tem uma conotação ontológica, portanto o *Cogito* exige uma demonstração profunda das causas da sua existência e da sua essência. Não tem características científicas, Descartes quer mostrar a causa do existir, da sua essência que se traduz no *pensar*. O processo da dúvida universal fez com que Descartes descobrisse o ato de pensar,

¹⁷⁵ No original: “[...] je jugeai que je pouvais prendre pour règle générale, que les choses que nous concevons fort clairement et fort distinctement sont toutes vraies [...]” (DESCARTES, René. **Discours de la Méthode: quatrième partie**. In: DESCARTES, 1958, p. 148).

¹⁷⁶ No original: “[...] mais aussitôt après, je pris garde que, pendant que je voulais ainsi penser que tout était faux, il fallait nécessairement que moi, qui le pensais, fusse quelque chose. Et remarquant que cette vérité: Je pense, donc je suis, était si firme et si assurée que toutes les plus extravagantes suppositions des sceptiques n`étaient pas capable de l`ébranler [...]. (DESCARTES, René. **Discours de la Méthode: quatrième partie**. In: DESCARTES, 1958, p. 147-148).

que, pelo próprio fato de duvidar, de persuadir-se de que nada existia no mundo, que ele próprio existia, a saber:

Mas eu me persuadi de que nada existia no mundo, que não havia nenhum céu, nenhuma terra, espíritos alguns, nem corpos alguns; não me persuadi também, portanto, de que eu não existia? Certamente não, eu existia sem dúvida, se é que me persuadi, ou, somente se pensei alguma coisa¹⁷⁷.

O processo de pensar começa através da dúvida pelo próprio fato de duvidar. O sujeito da dúvida constata que a sua existência está no fato de pensar e que inexistente um mundo material, mas isso não implica o seu não existir. Pelo próprio fato de pensar que não existe tal mundo e pensar que ele (o sujeito da dúvida) existe, há a supremacia do pensamento. O pensar é um privilégio e causa da existência do sujeito, sou alguma coisa: um ser pensante. O *Cogito* parte do pensamento e somente dele, é a causa do existir. Mesmo havendo uma dúvida generalizada sobre as coisas sensíveis, a afirmação do “eu” enquanto pensamento subsiste.

Então, Descartes após ter refletido que, enquanto pensa, ele é alguma coisa, um ser pensante, afirma que “[...] enfim é necessário concluir e ter por constante que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a pronuncio ou que a concebo em meu espírito”¹⁷⁸. Conceber no próprio espírito é uma percepção puramente intelectual e consciente. Ao perceber a minha existência no intelecto, no pensamento, o próprio ato de percepção garante a minha existência percebida. Em consequência desse ato (a percepção), do “*eu sou, eu existo*”, Descartes afirma “é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito”.

Conceber no espírito tal verdade, portanto, implica perceber essa verdade. Dessarte, a percepção tem um papel importante neste enunciado, “*eu sou, eu existo*”, ele (o *Cogito*) é garantido pela autopercepção, é o fundamento dessa verdade, ou seja, a percepção de um pensamento que pensa a si mesmo. O *Cogito* é uma percepção puramente intelectual e consciente. Eu existo porque penso é tão evidente,

¹⁷⁷ No original: Mais je me suis persuadé qu'il n'y avait rien du tout dans le monde, qu'il n'y avait aucun ciel, aucune terre, aucuns esprits, ni aucuns corps; ne me suis-je donc pas aussi persuadé que je n'étais point? Non certes, j'étais sans doute, si je me suis persuadé, ou seulement si j'ai pensé quelque chose (DESCARTES, René. **Méditations** (Méditation seconde). In: DESCARTES, 1958, p. 275).

¹⁷⁸ No original: “[...] enfin il faut conclure, et tenir pour constant que cette proposition: *Je suis, j'existe*, et nécessairement vraie, toutes les fois que je la prononce, ou que je la conçois en mon esprit” (DESCARTES, René. **Méditations** (Méditation Seconde). In: DESCARTES, 1958 p. 275).

que não se pode duvidar desse fato, por isso, para o método cartesiano, é a primeira verdade universal.

Segundo Gueroult, “[...] o *Cogito* é: uma verdade certa para a minha ciência¹⁷⁹”. Certamente, “[...] no *Cogito*, eu coloco a certeza de meu ser na medida em que eu me apercebo simplesmente como natureza intelectual, quer dizer, razão, alma ou pensamento [...]”¹⁸⁰.

É a partir do *Cogito* que vão sair os fundamentos para a ciência cartesiana, pois é a legitimação e ponto de partida para a indubitabilidade. Então, todo o conhecimento vai ter sua origem e será fundamentado no sujeito. Entretanto, o que garante a verdade do *Cogito*? Qual é seu critério de verdade? Nas *Regras para a Direção do Espírito*, Descartes apresenta a intuição e a dedução como suas únicas fontes de certeza: “Para não cairmos no mesmo erro, nós vamos enumerar aqui todos os atos do nosso entendimento, mediante os quais nós podemos alcançar um conhecimento das coisas, sem nenhum medo de errar. Reconhecemos apenas dois: a intuição e a dedução”¹⁸¹.

Dedução é “a inferência de algo que se segue, necessariamente, de outras proposições conhecidas com certeza” (DESCARTES, 1958, p. 44). Intuição é a faculdade pela qual obtemos as certezas iniciais que possibilitam a dedução:

Por *intuição* eu entendo, não o testemunho instável dos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação com más composições, mas a concepção de um espírito puro e atento, que é tão fácil e tão distinto que não deixa nenhum espaço para a dúvida sobre aquilo que compreendemos. Ou então, o que é a mesma coisa, a intuição é o conceito indubitável formado por uma mente clara e atenta, o qual procede unicamente da luz da razão¹⁸².

A intuição distingue-se da dedução pela autoevidência imediata e pelo fato de não envolver o pensamento em inferências. Sua autoevidência é imediata e não inferencial. Portanto, há somente um ato mental intuído imediatamente, sem inferências. Logo, a certeza do *Cogito* é garantida pela autoevidência, pois é uma intuição clara e distinta, já que seu critério de verdade é a certeza dessa autoevidência “*penso, logo existo*”, é intuitivo como uma autoevidência. Segundo Peter Markie:

¹⁷⁹ No original: “[...] une vérité certaine pourma Science (GUEROULT, 1958. p. 57)”.

¹⁸⁰ No original: “[...] dans le Cogito je ne pose la certitude de mon être que dans la mesure où je m`aperçois simplement comme nature intellectuelle, c`est-à-dire raison, âme ou pensée” [...] (GUEROULT, 1953, p. 59).

¹⁸¹ DESCARTES, 1958, p. 43.

¹⁸² Ibidem, p. 43-44.

Descartes teria presumivelmente ampliado o escopo de seu apelo à intuição, para explicar sua certeza em relação a seus estados mentais particulares; como por exemplo, que ele duvida, quer, imagina, parece ver a luz, ouvir o ruído e sentir o calor¹⁸³.

A conclusão a que esse autor chegou, provavelmente, deve-se ao fato de Descartes afirmar “cada um de nós pode mentalmente intuir que existe, que é uma coisa pensante, [...] (MARKIE, 2009, p. 177)”. A existência de Descartes é intuída a partir de um conhecimento intuído de seu estado mental.

Após se ter analisado o *Cogito* como a primeira verdade clara e distinta, ou seja, o pensamento garante a existência do sujeito na medida em que se autopercebe, ou melhor dizendo, tem consciência de si mesmo e do pensamento, existe na medida em que é pensamento, resta saber se existe outra existência, fora da mente, ou seja, objetos no mundo sensível. O *Cogito* traduz-se em:

O primeiro princípio da filosofia tem ao mesmo tempo uma função lógica (pois serve como ponto de partida indubitável para a aquisição de novos conhecimentos indubitáveis) e ontológica (pois serve como ponto de partida para a aquisição de conhecimentos de realidades [res] “exteriores ao pensamento” cuja existência não foi ainda demonstrada)¹⁸⁴.

Função lógica e ontológica, pode-se dizer, significam que a verdade terá que traduzir-se numa verdade radical entre mente e objeto (as ideias). Qual é, então, a tese cartesiana e qual será o problema ao adquirir o conhecimento das realidades do mundo sensível? Como se darão as representações sensíveis no sujeito pensante de acordo com o método e que tenham validade universal? Segundo Franklin Leopoldo e Silva, “O que se trata de resolver não é apenas a questão do acordo de certas representações de coisas sensíveis com as próprias coisas, mas a da adequação das exigências internas da razão, expressas no método, à realidade externa”¹⁸⁵.

Descartes inverte as noções comuns de objetivo e subjetivo, pois, para ele, o que é imediato e acessível é o subjetivo, isto é, a percepção sensível será viabilizada via percepção intelectual, a partir da interioridade da consciência. Porém, como

¹⁸³ MARKIE, Peter. **O cogito e sua importância**. In: COTTINGHAM, 2009, p. 177.

¹⁸⁴ LANDIM FILHO, Raul. **Evidência e verdade no sistema cartesiano**. Ed. Loyola. SP, Brasil, 1992. Coleção Filosofia-23. In: Oeuvres Philosophiques, v. III carta a Clerselier de junho ou julho de 1646, p. 29.

¹⁸⁵ SILVA, Franklin Leopoldo e. **Descartes: a metafísica da modernidade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1994. p. 35.

atestar a indubitabilidade dos atos da consciência com a verdade das coisas do mundo sensível, dito de outra forma, como assegurar a noção de verdade como correspondência (dos objetos do mundo sensível)? O elemento mediador entre mundo sensível e mente é uma ideia. Essa será a possibilidade de verdade.

5.1 O QUE SÃO IDEIAS PARA DESCARTES

Conhecimento indubitável, para Descartes, é uma ideia clara e distinta, tanto que é a regra geral da evidência. Os sentidos não são considerados como princípios de verdade. Eles não são princípios, porque não são passíveis de razão, de entendimento. Já que não são fundamentos para a garantia de verdade, é preciso que um pensamento, um ato mental — as ideias — sejam os objetos perceptíveis imediatos para um conhecimento verdadeiro. Os sentidos podem inferir um conhecimento errado, por isso precisam de uma intelecção, de uma razão. A imediatez dos sentidos não reza indubitabilidade, pois não há processo mental representativo desse conhecimento (as ideias). Os sentidos oferecem um conhecimento direto da realidade, e esse realismo direto pode ser falso, pois a verdade é subjetiva, é uma representação na mente. Por outro lado, no entanto, a tese cartesiana é o problemático acesso do mundo material à mente. Vejamos:

Nas *Meditações Metafísicas*, Descartes, ao se referir sobre a não credibilidade dos sentidos afirma:

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez¹⁸⁶.

O que significa aprender pelos sentidos? Aprender pelos sentidos significa ter uma opinião das coisas. Que coisas? Dos objetos do mundo sensível. As opiniões são mediadas pelos sentidos, e Descartes pontua que “[...] desde meus primeiros anos,

¹⁸⁶ No original: Tout ce que j`ai reçu jusqu`à présent pour le plus vrai et assuré, je l`ai appris des sens, ou par les sens: or j`ai quelquefois éprouvé que ces sens étaient trompeurs, et il est de la prudence de ne se fier jamais entièrement à ceux qui nous ont une fois trompés (DESCARTES, René. **Méditations**: Première Méditation. In: DESCARTES, 1958, p. 267).

recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão muito duvidoso e incerto; [...]”¹⁸⁷. Falsas opiniões como verdadeiras significa dizer que opiniões mediadas pelos sentidos são falsas, além disso, opiniões mediadas pelos sentidos fornecem princípios falsos, portanto essa via, as opiniões pelos sentidos, está rejeitada por Descartes; os sentidos não podem ser princípios evidentes. Segundo Cottingham, os sentidos para Descartes não são confiáveis, ainda que em boas condições de aplicabilidade:

Ele irá eventualmente argumentar que até mesmo sob as condições ótimas, quando os sentidos estão a atuar corretamente e em condições de funcionamento perfeitas, são ainda, em muitos casos, instrumentos inerentemente confusos e pouco dignos de confiança para se determinar a natureza do mundo exterior¹⁸⁸.

Para ilustrar o supracitado, recorre-se ao belo exemplo da análise do pedaço de cera que, uma vez derretido e perdendo todos os seus atributos, tais como perfume, cor, consistência etc. e, portanto, transformando-se completamente em relação àquilo que víamos e sentíamos por intermédio dos sentidos, continua, para o entendimento, sendo o mesmo pedaço de cera e “nós percebemos os corpos pela faculdade do entendimento, pelo que concebemos pelo pensamento”, ou seja, é o entendimento, a inteligência que irá fazer a reflexão do objeto percebido pelos sentidos, que irá discernir o que está sendo processado por ele (DESCARTES, 1958, p. 283).

Também, Forlin corrobora quanto à insegurança dos sentidos em Descartes desse modo: “[...] basta mostrar que os sentidos me enganam algumas vezes e que, portanto, podem estar me enganando sempre. Disso resulta que minhas opiniões são meramente possíveis, mas não necessárias [...]”¹⁸⁹. O que Forlin está referindo aqui é que as opiniões são verdades contingentes, instáveis, não seguras, portanto, Descartes está à procura de verdade apodídica, necessária.

Já foi visto que, nas *Regras para a Direção do Espírito*, Descartes apresenta a intuição e a dedução como suas únicas fontes de certeza: “Para não cairmos no mesmo erro, nós vamos enumerar aqui todos os atos do nosso entendimento,

¹⁸⁷ No original: “[...] dès mes premières années, j’avais reçu quantité de fausses opinions pour véritables, et que ce que j’ai depuis fondé sur des principes si mal assurés, ne pouvait être que fort douteux et incertain [...]” (DESCARTES, René. **Règles pour la direction de l’esprit**: règle IV. In: DESCARTES, 1958, p. 4).

¹⁸⁸ COTTINGHAM, John. **A filosofia de Descartes**. ed. 70. Lisboa, 1986. p. 52.

¹⁸⁹ FORLIN, 2005, p. 59.

mediante os quais nós podemos alcançar um conhecimento das coisas, sem nenhum medo de errar. Reconhecemos apenas dois: a intuição e a dedução”¹⁹⁰.

Dedução é “a inferência de algo que se segue necessariamente de outras proposições conhecidas com certeza” (DESCARTES, 1958, p. 44). Intuição é a faculdade da qual obtemos as certezas iniciais que possibilitam a dedução:

Por *intuição* eu entendo, não o testemunho instável dos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação com más composições, mas a concepção de um espírito puro e atento, que é tão fácil e tão distinto que não deixa nenhum espaço para a dúvida sobre aquilo que compreendemos. Ou então, o que é a mesma coisa, a intuição é o conceito indubitável formado por uma mente clara e atenta, o qual procede unicamente da luz da razão¹⁹¹.

A intuição distingue-se da dedução pela autoevidência imediata e pelo fato de não envolver o pensamento em inferências. Sua autoevidência é imediata e não inferencial. Portanto, há somente um ato mental intuído imediatamente, sem inferências.

Viu-se que as opiniões em que Descartes dera crédito foram calcadas em princípios mal fundamentados, isto é, opiniões provenientes dos sentidos. A verdade do mundo sensível foi mediada por opiniões e essas não eram verdadeiras e confiáveis, pois eram fundamentadas no sentir. Portanto, ao tratar do conhecimento dos objetos do mundo sensível, não será pelas opiniões, ou melhor, não será pela via dos sentidos. Dessa forma, a primeira verdade clara e distinta foi concebida através do *Cogito*, “*eu sou, eu existo*”, na medida estrita do pensar, na autopercepção desse pensamento. Portanto, o fundamento dos demais conhecimentos será no pensamento, o *locus* do conhecimento. Aliás, a garantia da percepção da realidade não será em si mesma, mas sim a partir da *nossa percepção* dela. Resta saber se existe outra existência, fora da mente, ou seja, objetos no mundo sensível.

É nas *Regras para a Direção do Espírito* que Descartes faz menção às ideias, chamando-as de *naturezas simples* desse modo:

É por isso que, não tratando aqui de coisas senão enquanto percebidas pelo entendimento, chamamos simples só aquelas cujo conhecimento é tão claro

¹⁹⁰ DESCARTES, René, 1958, p. 43.

¹⁹¹ Ibidem, p. 43-44.

e distinto que o entendimento não as pode dividir em várias outras conhecidas mais distintamente [...]”¹⁹².

Estas naturezas simples são concepções que não podem ser decompostas pelo intelecto em concepções mais simples, ou seja, não podem ser derivadas de outras mais simples. Elas são concepções claras e distintas, por si só, têm clareza e distinção, não precisa recorrer a uma outra noção ou concepção, ou seja, não pressupõe outras concepções. Também nas cartas a Elisabeth, de 1643, o autor define um outro significado para a palavra ideia: o termo “noção primitiva”. Ele alega que são “como modelos originais sob cujo molde nós formamos todos os nossos conhecimentos”¹⁹³. Significa que também, como as naturezas simples, a noção primitiva é uma noção elementar, básica, por quanto não pressupõe nenhuma outra noção ou conceito.

Mas é no *Discurso do Método* que o autor utiliza pela primeira vez a palavra ideia, na quarta parte, ao afirmar: “[...] ideia de um ser mais perfeito [...] e, além disso, eu tinha ideias de muitas coisas sensíveis e corporais” (DESCARTES, 1958, p. 149). Descartes também chama as ideias de “noções”, “Donde se segue que as nossas ideias ou noções, sendo coisas reais, e provenientes de Deus em tudo em que são claras e distintas, só podem por isso ser verdadeiras” (DESCARTES, 1958, p. 152).

É nas *Meditações* que Descartes explica, pela primeira vez, o que são as ideias de uma maneira mais clara. Primeiramente, Descartes afirma que ideia é aquilo que é percebido imediatamente pelo espírito. O autor responde a Hobbes: “tomo pelo nome de ideia tudo aquilo que é imediatamente percebido pelo espírito”¹⁹⁴. É na ideia que será o *locus dos objetos da percepção*. Isto significa que perceber é perceber uma ideia; o que se percebe não são as coisas mesmas, mas as ideias de coisas. Aquilo que aparece na consciência são percepções, percepções de ideias. Segundo Forlin, as ideias propriamente ditas são as percepções que a alma faz de conteúdos

¹⁹² No original: C'est pourquoi, ne traitant ici des choses qu'autant qu'elles sont perçues par l'entendement, nous n'appelons simples que celles dont la connaissance est claire et si distincte que l'esprit ne les puisse diviser en un plus grand nombre dont la connaissance soit plus distincte [...]. (DESCARTES, René. **Règles pour la Direction de L'esprit**: règle XII. In: DESCARTES, 1958, p. 81

¹⁹³ No original: “[...] qui sont comme des originaux, sur le patron desquels, nous formons toutes nos autres connaissances”. (DESCARTES, René. **Lettres. Lettres a Elisabeth**, 21 de maio de 1643. In: DESCARTES, 1958, p. 1152).

¹⁹⁴ “[...] je prends le nom d'idée pour tout ce qui est conçu immédiatement par l'esprit [...]”. (DESCARTES, René. **Réponses de L'auteur aux Troisièmes objections: cinquième objection**. In: DESCARTES, 1958, p. 407).

que se apresentam a ela¹⁹⁵. Imediatamente percebido pelo espírito, significa que as ideias só são consideradas ideias no espírito, na alma.

Uma segunda definição de ideia ou uma outra designação de ideia é como *forma do pensamento*. O autor declara: “Pelo nome de ideia, entendo esta forma de cada um de nossos pensamentos por cuja percepção imediata somos conscientes destes mesmos pensamentos” (DESCARTES, 1958, p. 390). A consciência torna-se inteirada do ato de seu pensamento. Ser consciente significa que “eu sou consciente dos meus atos”. As ideias representam os conteúdos da consciência. Quer dizer, temer, duvidar, sentir, tudo que o sujeito do pensamento estiver consciente destes mesmos atos de pensamento, são formas de pensamento, portanto são ideias.

As ideias são consideradas como modos de pensamento. Todo pensamento envolve uma ideia. Se consideradas somente como modos de pensamento, não são verdadeiras nem falsas. É somente no juízo que uma ideia pode ser considerada como verdadeira ou falsa. Um juízo é indubitável se as ideias, que são os seus elementos constitutivos, são claras e distintas. Isso corresponde ao critério de verdade cartesiano: “Que todas as coisas que concebemos clara e distinta são todas verdadeiras” (DESCARTES, 1958, p. 284); portanto, a clareza e a distinção de uma ideia são critérios de verdade cartesianos. O critério de verdade cartesiano é expresso no juízo, ou seja, ele apresenta à consciência a realidade atual ou possível de uma coisa. Logo, o juízo é um ato da consciência que exprime a relação de correspondência entre a representação na consciência e a coisa ou o objeto exterior. A realidade atual ou formal são realidades que existem fora da mente, independentes de serem pensadas.

Outra definição de ideia é proferida por Descartes assim: *a ideia* é “como uma imagem das coisas” e “é a forma de cada um de nossos pensamentos” (DESCARTES, 1958, p. 101). Se a ideia é como uma imagem das coisas, pode-se inferir que a ideia tem que representar uma realidade. Há que ter uma correspondência entre representação e realidade. Numa carta a Mersenne, Descartes afirma que “a palavra verdade, na sua significação própria, denota a conformidade do pensamento com o objeto, mas que quando ela é atribuída às coisas que existem fora do pensamento, isto significa somente que essas coisas podem servir de objetos a pensamentos verdadeiros. (DESCARTES, 1958, p. 1059). Ideia como imagens das coisas, para

¹⁹⁵ FORLIN, 2005, p. 266.

Descartes, não significa representar o objeto tal e qual ele se apresenta exatamente à mente, tal como era a interpretação tradicional, ou seja, as coisas corporais se introduzem na alma. O que Descartes propõe não é uma representação tal e qual do objeto, mas sim, é o espírito, ou a consciência que entende a representação dos objetos, há uma prioridade da consciência sobre o objeto, em outras palavras, há uma prioridade subjetiva (da mente, da consciência) sobre a realidade objetiva, ou seja, o objeto. Nas palavras de Descartes: “E assim não dou o nome de ideia às simples imagens que são pintadas na fantasia; [...], mas somente na medida em que informam o próprio espírito [...]”¹⁹⁶.

Também, acrescenta:

Pelo nome de ideia, quero dizer esta forma de cada um dos nossos pensamentos, pela percepção imediata de que estamos conscientes desses mesmos pensamentos. De tal maneira que eu não posso expressar nada por palavras, quando eu ouço o que eu digo, que mesmo que é certo que eu tenho em mim a ideia da coisa que é significada por minhas palavras. E por isso não chamo de ideia as únicas imagens que são retratadas na fantasia; pelo contrário, eu não as chamo aqui por este nome, como elas são na fantasia corpórea, isto é, como são retratadas em algumas partes do cérebro, mas apenas quando elas informam a mente mesmo, dessa parte do cérebro¹⁹⁷.

É mister ressaltar, nessa passagem, a explicação de Descartes no que concerne às imagens. Enquanto estão no cérebro, não são ideias ainda, mas sim simples imagens corpóreas. Somente quando essas informam o espírito, ou seja, quando passam à mente, à reflexão, à consciência e, finalmente, à percepção é que se pode dizer que são ideias. Portanto, é condição necessária às imagens se tornarem reflexivas, conscientes no pensamento para serem consideradas ideias. Ainda, numa carta a Mersenne, o autor define novamente o que é a ideia *como a imagem das coisas* dessa forma:

¹⁹⁶ DESCARTES, 1983, p. 169.

¹⁹⁷ No original: Par le nom d'idée, j'entends cette forme de chacune de nos pensées, par la perception immédiate de laquelle nous avons connaissance de ces mêmes pensées. En telle sorte que je ne puis rien exprimer par des paroles, lorsque j'entends ce que je dis, que de cela même il ne soit certain que j'ai en moi l'idée de la chose qui est signifiée par mès paroles. Et ainsi je n'appelle pas du nom idée les seules images qui sont dépeintes em la fantasia; au contraire, je ne les appelle point ici de ce nom, en tant qu'elles sont en la fantaisie corporelle, c'est-à-dire en tant qu'elles sont dépeintes em quelques partie du cerveau, mais seulement en tant qu'elles informent l'esprit même, qui s'applique à cette partie du cerveau. (DESCARTES, René. **Réponses de L'auteur aux secondes objections**: Raisons qui prouvent l'existence de Dieu et la distinction qui est entre l'esprit et le corps humain disposées d'une façon géométrique. Définitions. In: DESCARTES, 1958, p. 390).

Porque eu não chamo simplesmente o nome de ideia as imagens que são retratadas na fantasia; ao contrário, eu não as chamo aqui por este nome, como elas são na fantasia corpórea, mas eu chamo geralmente o nome de ideia tudo o que é no nosso espírito, quando nós concebemos uma coisa, de qualquer maneira que nós a concebemos¹⁹⁸.

É clara a concepção de ideia como imagem na epistemologia cartesiana. É o espírito, ou seja, a mente que recebe a imagem a torna reflexiva e consciente, de tal modo que alça ao estatuto de uma ideia, posto que é percebida como uma. As imagens das coisas tornam algo presente à consciência e na consciência.

Descartes faz um inventário das ideias, classificando-as, com base na origem ou causa de sua existência, em três classes: inatas, adventícias, fictícias. Quanto às inatas, são às que nasceram com o sujeito. Essas ideias se encontram na natureza do eu, como o que é o pensamento, o que é uma coisa, o que é a verdade. Em relação às adventícias, são aquelas causadas por coisas situadas fora da mente, tais como ver o sol, sentir o calor do fogo, o odor de uma rosa. Tais ideias não são sujeitas à vontade, uma vez que se apresentam a nós quando não as queremos. No que se refere às fictícias, são aquelas fabricadas ou inventadas, uma vez que são trazidas à mente ou descartadas à vontade, como por exemplo, as sereias, quimeras etc. Nas palavras de Descartes:

Ora, destas ideias, umas me parecem ter nascido comigo, outras ser estranhas e vir de fora, e as outras ser feitas e inventadas por mim mesmo. Pois, que eu tenha a faculdade de conceber o que é aquilo que geralmente se chama uma coisa ou uma verdade, ou um pensamento, parece-me que não o obtenho em outra parte senão em minha própria natureza; mas se ouço agora algum ruído, se vejo o sol, se sinto calor, até o presente julguei que estes sentimentos procediam de algumas coisas que existem fora de mim; e enfim parece-me que as sereias, os hipogrifos e todas as outras quimeras semelhantes, são ficções e invenções do meu espírito¹⁹⁹.

O que todavia, significa coisa “como imagem das coisas”? Descartes responde na quinta objeção, sobre a *Terceira Meditação*, que “pelo nome de ideia, [...] entende-se aqui, as imagens das coisas materiais [...]” (DESCARTES, 1958, p. 407). Essas ideias são um primeiro tipo de adventícias. Logo, imagem é representar algo à

¹⁹⁸ No original: Car je n'appelle pas simplement du nom d'idée les images qui sont dépeintes en la fantaisie; au contraire, j'elles appelle point de ce nom, en tant qu'elles sont dans la fantaisie corporelle; mais j'appelle généralement du nom d'idée tout ce qui est dans notre esprit, lorsque nous concevons une chose, de quelque manière que nous la concevions (DESCARTES, René. Lettres. Lettres a Mersenne, juillet 1641. In: DESCARTES, 1958, p. 1124).

¹⁹⁹ DESCARTES, 1958, p. 287.

consciência, o sujeito pensante tem consciência de algo que aparece na consciência. Portanto, ideia é representação, representação de coisas. Para ilustrar o significado de coisa, na sua obra intitulada *Princípios da Filosofia*, Descartes afirma:

Tudo que surge ao nosso entendimento, eu distingo em dois gêneros: o primeiro contém todas as coisas que têm alguma existência, e o outro, todas as verdades que nada são fora do nosso pensamento. No que concerne às coisas, temos, em primeiro lugar, certas noções gerais que a todas se podem reportar: quais sejam, as que temos da substância, da duração, da ordem, do número [...] A principal distinção que observo entre as coisas criadas, é que umas são intelectuais [...] as outras são corporais [...] Há ainda, além dessas, certas coisas que experimentamos em nós, que não devem atribuir-se, unicamente, à alma, nem também apenas ao corpo, mas à estreita união que existe entre eles, como explicarei a seguir: tais são os apetites de beber, ou de comer e as emoções ou paixões da alma que não dependem só do pensamento, como cólera, alegria, tristeza, amor, etc.; tais são todos os sentimentos, como a luz, as cores, os sons, os cheiros, os gostos, o calor, a dureza e todas as outras qualidades que apenas ocorrem com a sensação do tato²⁰⁰.

Constata-se que o termo *coisa* denota entidades que existem no pensamento, ou fora do pensamento. *Coisa*, pode-se dizer, são as entidades que aparecem nas ideias, é o conteúdo das ideias. Infere-se que as coisas percebidas pelas ideias, que têm existência, podem ser as qualidades primárias, enquanto as coisas que “experimentamos”, como qualidades secundárias. Para definir o conteúdo das ideias, Descartes conceitua-o de realidade objetiva; é, por conseguinte, o conteúdo representacional de uma ideia. Nas palavras do autor:

Por realidade objetiva de uma ideia entendo a entidade ou o ser da coisa representada pela ideia, na medida em que esta entidade está na ideia [...] Pois tudo quanto concebemos como estando nos objetos das ideias, tudo isso está objetivamente, ou por representação nas próprias ideias²⁰¹.

Segundo Gueroult, o que Descartes está querendo afirmar aqui é que “a realidade objetiva que Descartes procura naquele momento, [...] é que [grifo meu] uma ideia sensível faz referência à existência” (GUEROULT, I, 1953, p. 143). Sendo assim, toda ideia é representação de algo ou alguma coisa. Além do anteriormente posto, Descartes faz uma diferenciação entre ideias como representações e o sujeito. As ideias são representações distintas do sujeito, uma vez que são entidades de natureza diversa. Descartes afirma assim “Ora, o que eu concebia clara e

²⁰⁰ DESCARTES, 1958, p. 592.

²⁰¹ Ibidem, p. 390.

distintamente nelas? Era que as ideias mesmas ou pensamentos de tais coisas se opunham à minha mente” (DESCARTES, 1958, p. 285). Também Descartes define causa formal, realidade formal e mostra que o princípio de causalidade prova a existência dos objetos do mundo sensível desta forma:

Ora, a fim de que uma ideia contenha uma tal realidade objetiva de preferência a outra, ela o deve, sem dúvida, a alguma causa, na qual se encontra ao menos tanta realidade formal quanto esta ideia contém de realidade objetiva. Pois, se supomos que existe algo na ideia que não se encontra em sua causa, cumpre, portanto, que ela obtenha esse algo do nada; mas, por imperfeita que seja essa maneira de ser pela qual uma coisa é objetivamente ou por representação no entendimento por sua ideia, decerto não se pode dizer, no entanto, que essa maneira ou essa forma não seja nada, nem, por conseguinte que essa ideia tire sua origem do nada. Não devo duvidar também que seja necessário que a realidade esteja formalmente nas causas de minhas ideias, embora a realidade que eu considero nessas ideias seja somente objetiva, nem pensar que basta que essa realidade se encontre objetivamente em suas causas; pois, assim como essa maneira de ser objetivamente pertence às ideias, pela própria natureza delas, do mesmo modo a maneira ou forma de ser formalmente pertence às causas dessas ideias (ao menos às primeiras e principais) pela própria natureza delas²⁰².

Aqui, Descartes explica a causa das ideias e a existência de objetos fora da mente, ou seja, no mundo sensível. Como ele desenvolve tal raciocínio? Primeiramente, o autor faz uma diferença entre realidade objetiva e realidade formal. Esta significa a realidade das coisas que existem independentemente de serem pensadas; aquela designa uma realidade por representação, ou seja, pensada. Tudo que existe nas ideias não são um “puro nada”, elas têm uma causa. O princípio da causalidade determina que tudo que é tem uma causa, não só a causa dá origem a seu efeito, mas, além disso, transfere sua essência ou parte dela para esse. A causa das ideias corpóreas são as próprias coisas corpóreas cuja quantidade de realidade formal seria o mesmo que o da realidade objetiva dessas ideias. Desse modo, essa teoria prova a existência do mundo externo. Descartes aplica essa teoria à realidade objetiva das ideias assim “Na ideia ou no conceito de cada coisa, a existência está contida, porque nada podemos conceber sem que seja sob a forma de uma coisa existente” (DESCARTES, 1958, p. 395).

Descartes apresenta três etapas para comprovar a existência dos corpos. Na primeira ele estabelece a necessidade de uma causa, o sujeito pensante é dotado de uma faculdade passiva de sentir, ou de receber as ideias do mundo sensível, isso

²⁰² DESCARTES, 1958, p. 290.

requer uma causa. Na segunda etapa, a causa é uma realidade exterior ao pensamento, e ele justifica esta etapa mostrando que a consciência passiva do sentir ou a percepção das coisas sensíveis, se caracteriza pela consciência da coação das coisas exteriores; na presença aparente ou real dessas coisas, elas se impõem ao pensamento, independente da vontade do sujeito pensante, logo, se esse sentimento fosse conhecido pelo pensamento, o sujeito teria consciência dessa coação, já que pensar é ter consciência. Porque que isso não acontece, a causa dessa coação é exterior. A terceira etapa consiste em verificar as possíveis entidades exteriores ao pensamento: Deus, os espíritos e os corpos. Em face da inclinação natural, que consiste em considerar os corpos como causa das ideias sensíveis, Deus seria enganador se esta inclinação não fosse legítima. Como Deus é veraz, os corpos existem e são causas das ideias sensíveis.

Numa ideia, que é como a imagem das coisas, existe uma representação mental de tal coisa, “como no momento em que represento um homem ou uma quimera, ou céu, um anjo, ou mesmo Deus” (DESCARTES, 1958, p. 286). Entretanto, Descartes afirma:

Quanto às outras coisas, como a luz, as cores, os sons, os odores, os sabores, o calor, o frio, e as outras qualidades que caem sob o tato, encontram-se em meu pensamento com tanta obscuridade e confusão que ignoro mesmo se são verdadeiras ou falsas e somente aparentes, isto é, se as ideias que concebo dessas qualidades são, com efeito, ideias de algumas coisas reais, ou se não me representam apenas seres quiméricos que não podem existir. Pois, ainda que eu tenha notado acima que só nos juízos é que se pode encontrar a falsidade formal e verdadeira, pode, no entanto, ocorrer que se encontre nas ideias uma certa falsidade material, a saber, quando elas representam o que nada é como se fosse alguma coisa²⁰³.

Certas ideias sensíveis, que são classificadas como adventícias também, pelo motivo de sua confusão e obscuridade, não apresentam nada de real, ou seja, não apresentam os seus conteúdos, ou elas representam o nada como se fosse uma coisa. Descartes chama essas ideias de “ideias materialmente falsas”. “[...] elas não representam nada de real” (DESCARTES, 1958, p. 451). Ou seja, essas ideias não representam coisas, e, por isso, não têm objetos. Urge a necessidade de uma pergunta: São elas representações verdadeiras? E sobretudo, são elas representações verdadeiras de propriedades reais de objetos?

²⁰³ DESCARTES, 1958, p. 292.

Descartes, para justificar as ideias sensíveis — maneiras de pensar, envolvendo inteligência — e os vários aspectos do sentir (as sensações, os afetos ou paixões e os apetites), declara que são modos da união da alma e do corpo. A análise do sentir comprova essa união, essa ligação estreita entre o corpo e a alma dessa forma:

Há ainda, além dessas, certas coisas que experimentamos em nós, que não devem atribuir-se, unicamente à alma, nem também apenas ao corpo, mas à estreita união que existe entre elas, como explicarei a seguir: tais são os apetites de beber ou de comer e as emoções ou paixões da alma que não dependem só do pensamento, como cólera, alegria, tristeza, amor, etc.; tais são todos os sentimentos, como a luz, as cores, os sons, os cheiros, os gostos, o calor, a dureza e todas as outras qualidades que apenas ocorrem com a sensação do tato²⁰⁴.

Os modos de união do corpo e da alma são de três gêneros: 1) as sensações; 2) os afetos ou paixões; 3) os apetites. As sensações representam as qualidades secundárias dos corpos percebidas pelos sentidos externos; os afetos ou paixões são as paixões da alma que, como o amor, o ódio, e os apetites são as percepções das inclinações naturais do corpo como sede, fome etc. Vamos nos deter nessas sensações externas, pois elas interessam mais ao presente trabalho, ou seja, à percepção de ideias sensíveis.

As percepções sensíveis exprimem uma passividade da alma: “Demais, encontra-se em mim certa faculdade passiva de sentir, isto é, de receber e conhecer ideias das coisas sensíveis” (DESCARTES, 1958, p. 324). Dessa forma, as percepções sensíveis expressam uma passividade da alma, porque elas parecem se conformar aos objetos que representam. Elas dependem do corpo e são modos de união. Portanto, as percepções sensíveis são atos que dizem respeito a corpos exteriores. Dito de outro modo, percepções são causadas por tais corpos. Como o corpo é uma condição dessas percepções, elas são estados de consciência que fazem referência ao corpo. Logo, não são consideradas somente como maneiras de pensar. As sensações permitem determinar as propriedades secundárias dos objetos desse modo:

E, além desse prazer e dessa dor, sentia também em mim a fome, a sede e outros semelhantes [...] além da extensão, das figuras, dos movimentos dos corpos, notava neles a dureza, o calor, e todas as outras qualidades que se

²⁰⁴ Ibidem, p. 592.

revelavam ao tato. Demais, aí notava a luz, cores, odores, sabores e sons, [...] ²⁰⁵.

A natureza do sentir tem como qualidades a ação causal dos objetos exteriores sobre os órgãos sensórios e se exprime imediatamente no espírito em consequência da sua ligação com o corpo. Assim, Descartes reflete: “Pois é, ao que me parece, somente ao espírito, e não ao composto de espírito e corpo, que compete conhecer a verdade dessas coisas” (DESCARTES, 1958, p. 328). Então, na natureza do conhecer sensível, primeiramente, ocorre a consciência do sentir ou a percepção sensível e depois o espírito afirma ou nega como realidade o que aparece na consciência sensível, logo a verdade do conhecimento sensível está no espírito, na razão e não no corpo. Descartes não nega o conhecimento sensível, mas é no pensamento, na percepção de uma ideia sensível que tal conhecimento será verdadeiro. Dessa forma, as ideias materialmente falsas são ideias, porque é a consciência que dá às ideias sensíveis o conhecimento delas, e o que elas representam seriam a ideia das propriedades dos objetos como a cor, o sabor, a dureza etc. Segundo Landim:

As afirmações enigmáticas de Descartes sobre as ideias materialmente falsas (“representam como coisa uma não-coisa” ou “nada representam de real”) ficam esclarecidas: a ideia de uma cor, um sabor, de um som etc., em razão de sua dependência e da sua gênese corporal, parecem discriminar a cor, o sabor, o som etc. como propriedades reais de objetos. Elas “representam objetos”, pois visam uma exterioridade ao pensamento. Mas estes “objetos representados” pelas ideias sensíveis são estados da consciência de um sujeito ligado estreitamente ao seu corpo, isto é, são modos da união da alma com o corpo. Obviamente, estes estados de consciência não têm qualquer realidade “fora” do pensamento e, portanto, não são entidades que podem existir independentemente de serem pensadas ²⁰⁶.

Apesar de não apresentarem um conteúdo ou uma entidade, “uma coisa”, de um modo obscuro e confuso, esses estados de consciência representam algo que é exterior ao pensamento. São, portanto, ideias, ideias sensíveis.

A percepção do mundo sensível é transformada em percepção no pensamento e não mais na percepção direta dos objetos. Em outras palavras, existe um conhecimento do mundo sensível desse modo: os objetos causam uma impressão nos órgãos sensórios, que são transmitidos ao cérebro, mas, é na inspeção do espírito, da alma, que as ideias sensíveis se tornam ideias. O ponto de partida serão

²⁰⁵ DESCARTES, 1958, p. 320.

²⁰⁶ LANDIM, 1992, p. 96.

os atos do pensamento que se constituirão como ponto de partida da reflexão sobre a possibilidade de verdade.

Como o pensamento é o ponto de partida, a questão da verdade prioritariamente se dará na questão do acesso aos objetos exteriores. Esses objetos exteriores terão que ser inferidos de uma maneira imediata e indubitável na consciência. Significa que o acesso ao mundo exterior tem que ser representado corretamente. Então, pode-se afirmar que a definição de verdade por correspondência será dada de uma maneira radical e rigorosa através das ideias. Uma teoria da consciência, no caso a cartesiana, traz pontos problemáticos para a questão da verdade: 1) as ideias representam de fato as coisas das quais são ideias? 2) elas são conforme às coisas exteriores que pretendem representar? Quer dizer, como atos de consciência podem representar na consciência uma realidade exterior e distinta da própria consciência? O problemático acesso através das ideias ao mundo exterior é a tese cartesiana.

5.2 PERCEPÇÃO, MEMÓRIA, IMAGINAÇÃO E CONCEPÇÃO PARA DESCARTES

Pensamento para Descartes é tudo aquilo de que estamos conscientes como ocorrendo dentro de nós. Nas *Segundas Respostas*, Descartes afirma: “Pelo nome de pensamento, compreendo tudo quanto está de tal modo em nós que somos imediatamente seus conhecedores. Assim, todas as operações da vontade, do entendimento, da imaginação e dos sentidos são pensamentos”²⁰⁷.

Assim, somos conscientes imediatamente de qualquer operação mental, tais como entendimento, imaginação, sentidos; são todos tipos de pensamento, pode-se dizer. Dessa forma, nos *Princípios da Filosofia*, o autor define o que é pensar desse modo: “Pela palavra pensar entendo eu tudo quanto ocorre em nós de tal maneira que o notamos imediatamente por nós próprios. É por isso que não somente compreender, querer, imaginar, mas também sentir, são aqui a mesma coisa que pensar”²⁰⁸.

²⁰⁷ DESCARTES, 1958, p. 390.

²⁰⁸ Ibidem, p. 574.

Também na *Segunda Meditação*, Descartes afirma que negar e afirmar são modos de pensar “Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer [...]” (DESCARTES, 1958, p. 278).

Descartes divide o pensamento em dois tipos gerais e suas subclassificações nos *Princípios da Filosofia*:

Todos os modos de pensamento de que temos experiência dentro de nós podem ser colocados sob duas classificações gerais: percepção, ou operação do intelecto, e volição, ou operação da vontade. A percepção sensorial, a imaginação e o puro entendimento são simplesmente vários modos de percepção; o desejo, a aversão, a asserção, a negação e a dúvida são vários modos da vontade²⁰⁹.

É mister salientar que a percepção envolve vários modos do pensamento, ou seja, perceber é perceber sensações, imaginações e intelecções. Perceber é perceber na mente. Além de tudo, a volição é a operação da vontade, da faculdade, pois, da livre escolha; a mente escolhe o que deseja. Logo, se as ideias são formas de pensamento, perceber é perceber ideias. Todas as percepções serão ideias de algo ou alguma coisa, tais como as sensações serão ideias de sensações (na medida em que estão unidas ao corpo). Podem ser ideias de substâncias, ideias de atributos dessas substâncias etc. A percepção de ideias significa que tudo será representado, mas não uma pura representação da realidade, mas uma representação à consciência do sujeito, portanto, são realidades pensadas, não apenas, simplesmente, representação. Uma ideia “clara e distinta” só é, porque é indubitável à consciência. Isso é uma prova de que o acesso às realidades exteriores não é conhecido imediatamente, mas é mediado por ideias. No sujeito, o critério de verdade — uma ideia clara e distinta — é a regra geral de verdade cartesiana.

Quanto à imaginação, Descartes explicita assim na *Meditação Sexta*:

Demais, a faculdade de imaginar que existe em mim e da qual vejo por experiência que me sirvo quando me aplico à consideração das coisas materiais, é capaz de me persuadir da existência delas: pois, quando considero atentamente o que é a imaginação, verifico que ela nada mais é que uma aplicação da faculdade que conhece ao corpo que lhe é intimamente presente, e, portanto, que existe [...] noto primeiramente a diferença que há entre imaginação e a pura intelecção ou concepção. Por exemplo quando imagino um triângulo, não o concebo apenas como uma figura composta e determinada por três linhas, mas além disso, considero essas três linhas

²⁰⁹ DESCARTES, 1958, p. 585.

como presentes pela força e pela aplicação interior do meu espírito; e é propriamente isso que chamo imaginar²¹⁰.

Primeiramente, a imaginação é uma faculdade mental que se aplica pela força interior do espírito. Posso imaginar seres que não existem, como por exemplo, uma quimera, ou imaginar algo que existe, como uma figura geométrica, porém faço algum esforço interior. Neste segundo tipo, concebo o objeto existente e, desse modo, aplico uma força interior sobre a concepção: é a imaginação. Descartes discorre sobre a diferença entre a concepção e a imaginação assim:

Quando se trata de considerar um pentágono, é bem verdade que posso conceber sua figura, assim como um quiliógono, sem o auxílio da imaginação; mas posso também imaginá-la aplicando a atenção de meu espírito a cada um dos seus lados, e, ao mesmo tempo, à área ou ao espaço que eles encerram. Assim conheço claramente que tenho necessidade de particular contenção de espírito para imaginar, da qual não me sirvo absolutamente para conceber; e esta particular contenção de espírito mostra evidentemente a diferença que há entre imaginação ou concepção pura²¹¹.

A palavra essencial nesta passagem é *contenção de espírito*. A concepção de algum objeto, no caso uma figura geométrica, é uma definição *a priori*, ou seja, sei o que ela é, o conceito dela, mas na imaginação há um esforço para fixar tal imagem, ou para imaginar os lados de tal figura geométrica. Na imaginação posso projetar confusamente tal objeto, ou acrescentar mais coisas que não estão nessa figura, ou diminuir propriedades. Dessa forma, conter o espírito significa impor limites para tal concepção, nem a mais, nem a menos. Na concepção não se precisa do auxílio da imaginação, mas na imaginação, há o auxílio da concepção e há a necessidade de *uma contenção do espírito*.

Quanto à concepção para Descartes, afirma desse modo:

[...] pois, já que é coisa presentemente conhecida por mim que, propriamente falando, só concebemos os corpos pela faculdade de entender em nós existente e não pela imaginação nem pelos sentidos, e que não os conhecemos pelo fato de os ver ou de tocá-los, mas somente por os conceber pelo pensamento, reconheço com evidência que nada há que me seja mais fácil de conhecer do que meu espírito²¹².

²¹⁰ DESCARTES, 1958, p. 318.

²¹¹ Ibidem, p. 319.

²¹² Ibidem, 1958, p. 283.

O que Descartes parece dizer, aqui nessa passagem, é que conceber é conceber pelo espírito, ou seja, pela razão. Ou seja, perceber é perceber uma ideia, portanto conceber, como é uma forma de pensamento, é uma ideia.

No que concerne à lembrança, o autor expõe e afirma que, mesmo que um conhecimento verdadeiro, claro e distinto, tenha sido realizado no passado, ou seja, já não é mais um evento presente, e, inclusive, as razões pelas quais o sujeito tenha julgado como verdadeiras, ao lembrá-las, não pode colocar tais conhecimentos do passado em dúvida. Descartes afirma: “[...] ainda que não mais pense nas razões pelas quais julguei tal ser verdadeiro, desde que me lembre de tê-lo compreendido clara e distintamente, ninguém pode apresentar-me razão contrária alguma que me faça jamais colocá-lo em dúvida [...]”²¹³.

Feita essa exposição cartesiana sobre os atos mentais referidos, pode-se concluir que todos os atos mentais — percepção, imaginação, concepção, sentidos, lembrança — são ideias. Não há objetos distinguíveis desses atos, ou seja, na ideia está contido todos os atos mentais e seus objetos tais como a lembrança de alguma coisa, a percepção de alguma coisa, os sentidos e a concepção de algo.

²¹³ DESCARTES, 1958, p. 316.

6. IDEIAS OU REALISMO DIRETO?

Primeiramente, é mister salientar que Reid dialoga com toda a família cética, ou seja, como todos os filósofos modernos que aderiram à teoria das ideias, como Hume, Berkeley, Locke etc. Trata-se de oferecer uma resposta a toda essa família. Mas neste trabalho, vai se focar no diálogo entre Reid e Descartes. A importância do diálogo de Reid com Descartes traduz-se na diferenciação de duas teorias epistemológicas: representação e realismo direto. Em vista disso, Reid vai apresentar a sua teoria geral do senso comum como uma alternativa ao ceticismo da teoria das ideias.

Reid, como já foi visto neste trabalho, em oposição à teoria das ideias, pretendeu refutar o ceticismo, apresentando a sua teoria geral do senso comum, mostrando a sua teoria da percepção aliada à da evidência e a sua metodologia, quer combater a representação em Descartes. Ele defende uma teoria do conhecimento que, a meu ver, é uma teoria que enfatiza os poderes constituintes dos seres humanos que são inatos, comuns a todos, e que, pode-se dizer, são princípios autoevidentes dos seres. Esses princípios têm uma base para o conhecimento, pois têm uma fundamentação empírica universal. Sua teoria é doxástica, porque perceber é crer e a crença, na teoria do conhecimento reidiana, é fundamental. Todos os atos mentais (sentidos, percepção, concepção, crença etc.) são usados para o conhecimento sensível diretamente, sem a intermediação de ideias. É mister salientar, que a sua teoria da percepção é que vai desencadear uma crítica à teoria das ideias. Por quê? Na percepção dos objetos sensíveis, os sentidos desencadeiam praticamente todos os atos mentais para o conhecimento *empírico*, como crença, concepção, percepção etc. Além de que, atos mentais são distinguíveis de seus objetos, como já foi falado. Quer dizer, atos mentais é uma operação, enquanto o objeto desses atos é de outra natureza.

Ao apresentar seu método baseado nas *Regulae Philosophandi*, ele afirma que são máximas do senso comum, pois os seres humanos as utilizam cotidianamente, seja para dar testemunho, seja pela observação e experimentação dos eventos das experiências do mundo sensível, quer pela universalidade da linguagem, tanto verbal como não verbal (gestos, expressões etc.); o método indutivo é universal aos seres humanos. Defende um realismo direto para o conhecimento do mundo sensível, pode-

se dizer que ele é um empirista. Pode-se inferir, também, que sua epistemologia é uma epistemologia do *razoável*, da *probabilidade* com um nível de certeza maior. Mas afinal, pode-se perguntar: a leitura de Reid compreendeu Descartes? Também, sua teoria geral do *common sense* resolveu o problema do ceticismo?

Reid acusa Descartes de que a teoria das ideias é inconsistente por não apresentar argumentos plausíveis para o conhecimento, e, que, portanto, leva ao ceticismo. O cerne da questão entre as duas teorias, primordialmente é: a teoria reidiana distingue atos mentais dos objetos a que referem e a teoria cartesiana considera indistinguíveis atos mentais e objetos. Do mesmo modo que, Descartes posiciona que o conhecimento é subjetivo, é nas ideias, enquanto Reid defende um conhecimento direto no mundo sensível. As duas teorias levam ao ceticismo ou não?

A teoria reidiana preconiza que os seres humanos possuem um aparato cognitivo razoável para as questões da vida (conhecimento cotidiano, empírico, o testemunho etc.). São tanto os conhecimentos inatos, constituintes dos seres, como também os adquiridos pela experiência no dia a dia. As faculdades mentais, além de terem uma evidência razoável, são acompanhadas de crença, pois são fontes fiáveis, desde que não se encontrem em desordem, ou seja, as faculdades mentais estejam funcionando apropriadamente. Trata-se, pois, da teoria geral do senso comum. Ela, no entanto, resolve o problema do ceticismo? No aspecto em que é uma teoria que reza a probabilidade, pode-se dizer que não resolve totalmente o problema do conhecimento empírico, os atos mentais podem ser falíveis. Todavia, estando esses em boas condições, são razoáveis. Essa teoria não fornece garantias de que as crenças provenientes da percepção sejam verdadeiras. Dessa forma, não há garantias de que as crenças que resultam da percepção representam corretamente os objetos que as causam. É uma teoria falibilista. Pode-se arguir que a teoria reidiana é uma teoria da probabilidade. Reid quer resolver o problema do ceticismo comparando a sua teoria com a das ideias de Descartes, o caminho da representação. É nisso que ele comete o erro.

No momento em que Descartes preza a representação, não significa que ele não utiliza atos mentais, já que os usa em todos os momentos, tanto no conhecimento empírico (do mundo sensível) quanto no conhecimento subjetivo. Entretanto, de uma maneira diferente, ou melhor, o objetivo dele não é descrever atos mentais, mas sim a representação dos objetos do mundo sensível. Num primeiro grau do conhecimento, os sentidos, existe a análise do sentir, o sentir mesmo, para depois tornar-se a

consciência do sentir através da percepção de uma ideia sensível, que é o segundo grau do conhecimento. Quando, por exemplo, o agente do conhecimento vê o sol, num primeiro momento, ele sabe que o sol está lá no céu, pois utilizou seu órgão da visão e percebeu o sol. Todavia, é na consciência, que essa percepção se tornará clara e distinta, porque, na consciência, a percepção desse ato do pensamento chamado ideia, conceito, está contida de uma forma racionalizada, clara e distinta. Nas palavras de Descartes: “Na ideia ou no conceito de cada coisa, a existência está contida, porque nada podemos conceber sem que seja sob a forma de uma coisa existente” (DESCARTES, 1958, p. 395). Analisa-se a epistemologia cartesiana. O início do conhecimento acontece com a primeira verdade clara e distinta, da qual sairão todos os outros conhecimentos: o *Cogito*. Descartes estabelece como regra geral “que todas as coisas que concebemos muito clara e muito distintamente são todas verdadeiras”²¹⁴. Nas palavras do autor:

Agora considerarei mais exatamente se talvez não se encontrem absolutamente em mim outros conhecimentos que não tenha ainda percebido. Estou certo de que sou uma coisa pensante; mas não saberei também, portanto, o que é requerido para me tornar certo de alguma coisa? Nesse primeiro conhecimento só se encontra uma clara e distinta percepção daquilo que conheço [...]²¹⁵.

Descartes concebe que é uma coisa pensante e está certo, convicto, portanto, acredita e crê que é uma coisa pensante. A regra geral de verdade, a partir do *Cogito*, é que “todas as coisas que concebemos clara e distintamente são todas verdadeiras” (DESCARTES, 1958, p. 284).

A partir disso, faz-se necessário definir ideia, pois é crucial para a epistemologia da representação cartesiana. Descartes mostra uma série de definições do que é uma ideia: 1) ideias são naturezas simples; 2) ideias são noções primitivas; 3) ideias são pensamentos ou noções; 4) ideias são como as imagens das coisas; 5) ideias são tudo aquilo que aparece imediatamente ao espírito; 6) ideia como conceito de cada coisa.

²¹⁴ No original: “[...] que toutes les choses que nous concevons fort clairement et fort distinctement, sont toutes vraies” (DESCARTES, René. **Discours de la méthode: deuxième partie**. In: DESCARTES, 1958, p. 284).

²¹⁵ “Maintenant je considérerai plus exactement si peut être il ne se retrouve point en moi d’autres connaissances que je n’aie pas encore aperçues. Je suis certain que je suis une chose qui pense; mais ne sais-je donc pas aussi ce qui est requis pour me rendre certain de quelque chose? Dans cette première connaissance, il ne se rencontre rien qu’une Claire et distincte perception de ce que je connais; [...]” (DESCARTES, op. cit., p. 284).

Ele define *naturezas simples* desse modo: “É por isso que, não tratando aqui de coisas senão enquanto percebidas pelo entendimento, chamamos simples só aquelas cujo conhecimento é tão claro e distinto que o entendimento não as pode dividir em várias outras conhecidas mais distintamente [...]”²¹⁶.

As naturezas simples só são fundamento delas mesmas, tanto que o conhecimento parte tão somente delas. Não dependem de outro tipo de pensamento. Além do que, sobre as noções primitivas, Descartes afirma, numa carta a Elisabeth de 1643, são “como modelos originais sob cujo molde nós formamos todos os nossos conhecimentos²¹⁷”. O *locus* do conhecimento são as noções primitivas.

No *Discurso do Método* o autor utiliza, pela primeira vez a palavra ideia, na quarta parte, ao afirmar: “[...] ideia de um ser mais perfeito [...] e, além disso, eu tinha ideias de muitas coisas sensíveis e corporais” (DESCARTES, 1958, p. 149). Ainda, chama as ideias de “noções”, “Donde se segue que as nossas ideias ou noções, sendo coisas reais, e provenientes de Deus em tudo em que são claras e distintas, só podem por isso ser verdadeiras” (DESCARTES, 1958, p. 152). É nas *Meditações* que Descartes explica, pela primeira vez, o que são as ideias de uma maneira mais precisa. Descartes alega que ideia é aquilo que é percebido imediatamente pelo espírito. O autor responde a Hobbes: “tomo pelo nome de ideia tudo aquilo que é imediatamente percebido pelo espírito”²¹⁸.

Uma segunda definição de ideia, ou uma outra designação de ideia, é como *forma do pensamento*. O autor argumenta: “Pelo nome de ideia, entendo esta forma de cada um de nossos pensamentos por cuja percepção imediata somos conscientes destes mesmos pensamentos” (DESCARTES, 1958, p. 390). Não existe pensamento que não seja uma ideia. Se, por um lado, pensamento envolve consciência, por outro lado, ter consciência está intrinsecamente relacionado à noção de percepção. Todavia, como é possível que o sujeito pensante se torna consciente de algo? Cada modo de pensamento supõe uma ideia; elas tornam o sujeito pensante consciente de

²¹⁶ No original: “C’est pourquoi, ne traitant ici des choses qu’autant qu’elles sont perçues par l’entendement, nous n’appelons simples que celles dont la connaissance est claire et si distincte que l’esprit ne les puisse diviser en un plus grand nombre dont la connaissance soit plus distincte [...]” (DESCARTES, René. **Règles pour la Direction de L’esprit**: règle XII. In: DESCARTES, 1958, p. 81).

²¹⁷ No original: “[...] qui sont comme des originaux, sur le patron desquels, nous formons toutes nos autres connaissances” (DESCARTES, René. **Lettres. Lettres a Elisabeth**, 21 de maio de 1643. In: DESCARTES, 1958, p. 1152).

²¹⁸ No original: “[...] je prends le nom d’idée pour tout ce qui est conçu immédiatement par l’esprit [...]”. (DESCARTES, René. **Réponses de L’auteur aux Troisièmes objections: cinquième objection**. In: DESCARTES, 1958, p. 407).

seus modos de pensamento e representam como “coisas” os conteúdos da consciência. Percepção significa ter consciência de meus atos, do meu próprio ato.

A ideia também é “como uma imagem das coisas” e “é a forma de cada um de nossos pensamentos” (DESCARTES, 1958, p. 101). Numa carta a Mersenne, Descartes comenta que “a palavra verdade, na sua significação própria, denota a conformidade do pensamento com o objeto, mas que quando ela é atribuída às coisas que existem fora do pensamento, isto significa somente que estas coisas podem servir de objetos a pensamentos verdadeiros” (DESCARTES, 1958, p. 1059). Nessa passagem, vê-se claramente que Descartes não negligencia a existência dos objetos exteriores ao dizer que existe uma conformidade do pensamento com as coisas exteriores e, “assim não dou o nome de ideia às simples imagens que são pintadas na fantasia [...] mas somente na medida em que informam o próprio espírito [...]”²¹⁹. Imagem é representação de coisas. Descartes acrescenta:

Pelo nome de ideia, quero dizer esta forma de cada um dos nossos pensamentos, pela percepção imediata de que estamos conscientes desses mesmos pensamentos. De tal maneira que eu não posso expressar nada por palavras, quando eu ouço o que eu digo, que mesmo que é certo que eu tenho em mim a ideia da coisa que é significada por minhas palavras. E por isso não chamo de ideia as únicas imagens que são retratadas na fantasia; pelo contrário, eu não as chamo aqui por este nome, como elas são na fantasia corpórea, isto é, como são retratadas em algumas partes do cérebro, mas apenas quando elas informam a mente mesmo, dessa parte do cérebro²²⁰.

As ideias somente serão ideias quando a consciência, ou o espírito assim as tornarem inteligíveis, quando tiverem um significado à mente. Ao que parece, a epistemologia cartesiana não negligencia o mundo sensível, ou seja, Descartes sabe e percebe a existência do mundo sensível, entretanto é o espírito que vai tornar claro o conhecimento, é a mente que faz a conscientização, através das ideias, ou seja, por meio de uma ideia clara e distinta.

²¹⁹ DESCARTES, 1983, p. 169.

²²⁰ No original: Par le nom d'idée, j'entends cette forme de chacune de nos pensées, par la perception immédiate de laquelle nous avons connaissance de ces mêmes pensées. En telle sorte que je ne puis rien exprimer par des paroles, lorsque j'entends ce que je dis, que de cela même il ne soit certain que j'ai en moi l'idée de la chose qui est signifiée par mēs paroles. Et ainsi je n'appelle pas du nom idée les seules images qui sont dépeintes em la fantasia; au contraire, je ne les appelle point ici de ce nom, en tant qu'elles sont en la fantasia corporelle, c'est-à-dire en tant qu'elles sont dépeintes em quelques partie du cerveau, mais seulement en tant qu'elles informent l'esprit même, qui s'applique à cette partie du cerveau (DESCARTES, René. Réponses de L'auteur aux secondes objections: Raisons qui prouvent l'existence de Dieu et la distinction qui est entre l'esprit et le corps humain disposées d'une façon géométrique. Définitions. In: DESCARTES, 1958, p. 390).

Outro exemplo de ideias, são as ideias materialmente falsas, ou seja, as ideias sensíveis, porque “elas se encontram no meu pensamento com tanta obscuridade e confusão, que eu ignoro se elas são verdadeiras, ou falsas [...]” (DESCARTES, 1958, p. 292). São as qualidades secundárias dos corpos como odor, sabor etc. Essas qualidades imprimem sensações na consciência, portanto, parecem vir de fora, e independem da vontade do sujeito, daí a passividade. Conclui-se que essas sensações parecem vir de fora, portanto existem objetos exteriores a minha consciência que são as causas dessas sensações.

Mas, o que significa coisa, como *imagem das coisas*? Descartes responde na quinta objeção, sobre a *Terceira Meditação*, que “pelo nome de ideia, [...] entende-se aqui, as *imagens das coisas materiais* [...]” (DESCARTES, 1958, p. 407). Logo, imagem é representar algo à consciência. O sujeito pensante, desse modo, tem consciência de algo que aparece na consciência. Portanto, ideia é representação, representação de coisas que existem fora da consciência, mas que aparecem ao sujeito somente quando se traduz na consciência, na mente, na razão. Para ilustrar o significado de coisa, na sua obra intitulada *Princípios da Filosofia*, Descartes afirma:

Tudo que surge ao nosso entendimento, eu distingo em dois gêneros: o primeiro contém todas as coisas que têm alguma existência, e o outro, todas as verdades que nada são fora do nosso pensamento. No que concerne às coisas, temos, em primeiro lugar, certas noções gerais que a todas se podem reportar: quais sejam, as que temos da substância, da duração, da ordem, do número [...] A principal distinção que observo entre as coisas criadas, é que umas são intelectuais [...] as outras são corporais [...] Há ainda, além dessas, certas coisas que experimentamos em nós, que não devem atribuir-se, unicamente, à alma, nem também apenas ao corpo, mas à estreita união que existe entre eles, como explicarei a seguir: tais são os apetites de beber, ou de comer e as emoções ou paixões da alma que não dependem só do pensamento, como cólera, alegria, tristeza, amor, etc.; tais são todos os sentimentos, como a luz, as cores, os sons, os cheiros, os gostos, o calor, a dureza e todas as outras qualidades que apenas ocorrem com a sensação do tato²²¹.

O termo *coisa* denota entidades que existem no pensamento, ou fora do pensamento. *Coisas* são as entidades que aparecem nas ideias, é o conteúdo das ideias. Infere-se que as *coisas* percebidas pelas ideias, que têm existência, podem ser as qualidades primárias e secundárias dos corpos. Para definir o conteúdo das ideias, Descartes conceitua-o de realidade objetiva, é o conteúdo representacional de uma ideia. Nas palavras do autor:

²²¹ DESCARTES, 1958, p. 592.

Por realidade objetiva de uma ideia entendo a entidade ou o ser da coisa representada pela ideia, na medida em que esta entidade está na ideia [...]. Pois, tudo quanto concebemos como estando nos objetos das ideias, tudo isso está objetivamente, ou por representação nas próprias ideias²²².

Também Descartes define causa formal, realidade formal e mostra que o princípio de causalidade prova a existência dos objetos do mundo sensível desta forma:

Ora, a fim de que uma ideia contenha uma tal realidade objetiva de preferência a outra, ela o deve, sem dúvida, a alguma causa, na qual se encontra ao menos tanta realidade formal quanto esta ideia contém de realidade objetiva. Pois, se supomos que existe algo na ideia que não se encontra em sua causa, cumpre, portanto, que ela obtenha esse algo do nada; mas, por imperfeita que seja essa maneira de ser pela qual uma coisa é objetivamente ou por representação no entendimento por sua ideia, decerto não se pode dizer, no entanto, que essa maneira ou essa forma não seja nada, nem, por conseguinte que essa ideia tire sua origem do nada. Não devo duvidar também que seja necessário que a realidade esteja formalmente nas causas de minhas ideias, embora a realidade que eu considero nessas ideias seja somente objetiva, nem pensar que basta que essa realidade se encontre objetivamente em suas causas; pois, assim como essa maneira de ser objetivamente pertence às ideias, pela própria natureza delas, do mesmo modo a maneira ou forma de ser formalmente pertence às causas dessas ideias (ao menos às primeiras e principais) pela própria natureza delas²²³.

Aqui, Descartes explica a causa das ideias e que existem objetos fora da mente, ou seja, no mundo sensível. Como ele desenvolve tal raciocínio? Primeiramente, o autor traça uma diferença entre realidade objetiva e realidade formal. Esta significa a realidade das coisas que existem independentemente de serem pensadas, aquela designa uma realidade por representação, ou seja, pensada. Tudo que existe nas ideias não é um “puro nada”, elas têm uma causa. O princípio da causalidade assim determina: tudo que é tem uma causa; não só a causa dá origem a seu efeito, mas, além disso, transfere sua essência ou parte dela para esse. As ideias corpóreas são as próprias coisas corpóreas, cuja quantidade de realidade formal seria o mesmo que o da realidade objetiva dessas ideias. Desse modo, essa teoria prova a existência do mundo externo.

De peso significativo, por isso interessante, é o modo como Descartes não só afirma, mas aplica essa teoria à realidade objetiva das ideias, assim: “Na ideia ou no

²²² DESCARTES, 1958, p. 390.

²²³ Ibidem, p. 290.

conceito de cada coisa, a existência está contida, porque nada podemos conceber sem que seja sob a forma de uma coisa existente” (DESCARTES, 1958, p. 395). O que Descartes quer dizer com ideia ou conceito de cada coisa? Parece que ideia tem o mesmo significado de conceito das coisas, ou seja, o conceito assume um caráter epistemológico subjetivo (de significado semântico) importantíssimo, que a meu ver, assume um grau superior aos “atos mentais” de perceber diretamente, de ver diretamente, de ouvir diretamente. São ideias ou conceitos que se traduzem em racionalização do conhecimento. Dito de outra forma, no conhecimento do mundo sensível, Descartes não negligencia os sentidos, pois ele sabe que percebe tais objetos assim:

Mas ainda que os sentidos nos enganem às vezes, no que se refere às coisas pouco sensíveis e distantes, encontramos talvez muitas outras, das quais não se pode razoavelmente duvidar, embora as conhecêssemos por intermédio deles: por exemplo, que eu esteja sentado aqui, sentado junto ao fogo, vestido com um chambre, tendo este papel entre as mãos e outras coisas desta natureza. E como eu poderia negar que estas mãos e este corpo sejam meus? A não ser que eu me compare a esses insensatos, cujo cérebro está de tal modo perturbado e ofuscado [...] ²²⁴.

Mesmo antes de duvidar radicalmente de tudo, Descartes afirma acreditar nos sentidos, dessa forma:

Notara mesmo, no tocante às experiências, que elas são tanto mais necessárias quanto mais avançada a gente está no conhecimento. Pois, no começo, mais vale servir-se apenas das que se apresentam por si mesmas aos nossos sentidos, e que não poderíamos ignorar, contanto que lhe dediquemos o pouco que seja de reflexão [...] ²²⁵.

Essa citação foi transcrita da sexta parte do *Discurso do Método*, uma obra científica. É perceptível que Descartes não despreza os sentidos, apenas pede uma inspeção do espírito, uma reflexão, uma conscientização, uma clareza de raciocínio, que são as ideias claras e distintas. É na mente, no espírito, ou seja, nas ideias ou no conceito, que se dará o verdadeiro conhecimento através de um juízo verdadeiro, indubitável. Ainda, na *Segunda Meditação* ele reflete: “Começemos pela consideração das coisas mais comuns e que acreditamos compreender mais distintamente, a saber, os corpos que tocamos e que vemos” (DESCARTES, 1958, p. 279). Mais uma vez,

²²⁴ DESCARTES, 1958, p. 298.

²²⁵ Ibidem, p. 169.

Descartes não desconsidera os sentidos, mas é na razão, no conceito de tal objeto, na ideia de tal objeto é que se dará o conhecimento. Sairíamos, pois, de um nível, o do conhecimento sensível diretamente, para um nível superior de conhecimento, o conceito ou ideia.

Parece-me que os atos mentais — perceber, conceber, imaginar, crer — estão todos eles racionalizados numa ideia, no conceito, na noção, o que parece que o conhecimento sensível está subserviente à racionalização, a uma ideia. Ele discrimina duas espécies principais de pensamento: percepção e volição. A percepção se trata das operações intelectuais (percepção sensível, imaginação e o puro entendimento); já a volição refere-se às operações da vontade (desejo, aversão, negação), são os vários modos da vontade. A percepção é perceber algo, o quê? Perceber é ter consciência de uma ideia. Descartes não está preocupado em definir ou descrever os atos mentais, mas quer mostrar como é possível conhecer as realidades exteriores (representações dos objetos). Entretanto, a percepção não é só de ideias. Vejamos uma passagem da *Sexta Meditação*:

[...]; mas vejo que, tanto nisso como em várias outras coisas semelhantes, acostumei-me a perverter e a confundir a ordem da natureza, porque, tendo estes sentimentos ou percepções dos sentidos sido postos em mim [...] ²²⁶.

Perceber não é somente perceber ideias, mas os sentidos também. Logo, quando sou afetado através dos sentidos por uma qualidade secundária ou primária, tenho percepção através dos sentidos, que ainda não é uma ideia, pois só no espírito, na consciência do sentir é que a ideia sensível se concretiza. Descartes ainda acrescenta:

E certamente essa consideração me serve muito, não somente para reconhecer todos os erros a que minha natureza está sujeita, mas também para evitá-los ou para corrigi-los mais facilmente: pois, sabendo que todos os meus sentidos me significam mais ordinariamente o verdadeiro do que o falso [...] ²²⁷.

Fica evidente que, ainda que os sentidos enganem, ordinariamente, eles me dão uma razoabilidade de serem verdadeiros. Assim:

²²⁶ DESCARTES, 1983, p. 137.

²²⁷ Ibidem, p. 141-142.

Mas quando percebo coisas das quais conheço distintamente o lugar de onde vêm e aquele onde estão, e o tempo no qual elas me aparecem e quando, sem nenhuma interrupção, posso ligar o sentimento que delas tenho com a sequência do resto de minha vida, estou inteiramente certo de que as percebo em vigília e de modo algum em sonho. E não devo de maneira alguma duvidar da verdade dessas coisas se, depois de haver convocado todos os meus sentidos, minha memória e meu entendimento para examiná-las [...] ²²⁸.

Perceber em vigília parece que significa perceber diretamente as coisas do mundo sensível, e não em sonho. Então, ao que parece, a percepção não é só percepção de uma ideia, mas perceber diretamente. Deve-se perceber que Descartes invoca sentidos, memória e entendimento para se certificar da verdade. Todos colaboram para a busca da verdade; obviamente que a verdade será sempre uma ideia clara e distinta.

Pode-se perguntar agora, por que os objetos na consciência são considerados realidades? Segundo Descartes, ideias são modos de pensar representativos e representar significa apresentar um conteúdo à consciência. Esses conteúdos, ou são afecções do sujeito (não têm nenhum conteúdo como algo determinado), ou é um conteúdo percebido como uma coisa, não é um puro nada. Eles têm uma realidade objetiva. Portanto, as ideias têm uma realidade objetiva, que é a entidade representada pela ideia, mesmo as ideias sensíveis. A realidade formal é a realidade efetiva das coisas, pois existem independentemente de serem pensadas. No *axioma V, da Exposição Geométrica*, Descartes afirma que “As ideias por serem entidades representativas, requerem uma causa, na qual esta mesma realidade seja contida, não só objetiva, mas também formal, ou eminentemente” (DESCARTES, 1958, p. 390-391). As ideias possuem como causa uma realidade formal. Segue-se que existe uma possibilidade de conhecer a realidade exterior.

Faltam, não obstante, ainda as ideias que não apresentam um objeto à consciência: as ideias materialmente falsas, que se traduzem em ideias sensíveis, ou as ideias das qualidades secundárias. Serão elas representações? Se elas não têm uma realidade objetiva podem ser consideradas como ideias?

As ideias sensíveis independem da vontade do sujeito. Elas provêm automaticamente dos objetos exteriores, porém é preciso separar a consciência do sentir do que é sentido no mundo sensível; portanto, a consciência do sentir é uma ideia, e, por ser considerada ideia, tem-se consciência do que se está sentindo, logo

²²⁸ Op. cit., p. 142.

é uma ideia clara e distinta. É a consciência do sentir que faz com que tenhamos uma ideia clara e distinta. Mesmo sendo a consciência de uma passividade, depreende-se que as coisas exteriores causam impressões no sujeito cognoscente. Deduz-se, também, que as ideias sensíveis têm uma causa, as coisas exteriores. Descartes não nega os sentidos e o sentir propriamente dito. Todavia, é o espírito, a mente que analisa esse sentir.

As ideias possuem características que possibilitam, a partir das próprias representações, estabelecer uma correspondência delas com as suas representações: é a regra geral de verdade; a clareza e a distinção das ideias. Além disso, o critério de verdade está intrínseco a um juízo verdadeiro, portanto é através dos juízos verdadeiros que se estabelece uma ideia verdadeira. De onde vem a clareza e a distinção? Do *Cogito*, logo são critérios de verdade.

As ideias consideradas, como ponte entre mente e mundo sensível, são verdadeiras representantes dos objetos do mundo externo, porque existem evidências fortes para justificar a existência desses objetos na medida em que: 1) elas têm uma realidade objetiva; 2) representam a realidade formal desses objetos; 3) a causa das coisas corpóreas são as próprias coisas corpóreas, cuja quantidade de realidade formal seria correlata ao da realidade objetiva das ideias; 4) o princípio de causalidade, conforme Descartes, “na ideia ou no conceito de cada coisa a existência está contida”, 5) o *Cogito* valida a razão. Descartes está preocupado com representações: as representações dos objetos do mundo sensível. Para tal, não negligencia os sentidos, como já foi visto.

Os sentidos, para Descartes, a meu ver, são utilizados para perceber o mundo sensível, mesmo que de uma maneira confusa; “parece que vejo, que ouço [...]” (DESCARTES, 1958, p. 279). Parece tem um sentido denotativo, um artifício para transportar tal ação de parecer que “vejo”, que “ouço” para a ideia, pois somente o espírito, a mente, através de uma “inspeção do espírito atento”, pode conscientizar tal ato, racionalizar através de uma ideia, ideia sensível. A ideia sensível é um grau mais elevado do conhecimento certo, seguro. Nessa ideia está contido o conhecimento sensível, portanto existem dois níveis de conhecimento sensível: 1) o perceber sensível; 2) o conhecimento sensível. O conhecimento mais seguro é a ideia sensível. Então, a percepção exerce duas funções: a primeira é perceber o mundo sensível, mesmo sendo um grau inferior de percepção, e a segunda seria um grau superior de entendimento — perceber é perceber uma ideia.

Uma ideia também pode ser um conceito, uma concepção, pois “Na ideia ou no conceito de cada coisa, a existência está contida, porque nada podemos conceber sem que seja sob a forma de uma coisa existente [...]” (DESCARTES, 1958, p. 395). Isso significa que, como a ideia é qualquer forma de pensamento, uma concepção é uma ideia. Assim, ideia pode ser um conceito ou uma concepção. Desse modo, na concepção, a existência está contida, pois posso conceber uma coisa existente ou uma coisa fictícia, mas, mesmo as coisas fictícias, como uma sereia, são imaginadas ou criados a partir das coisas existentes. Como exemplificação do que foi dito: quando um pintor pinta um quadro, mesmo que as coisas sejam quiméricas, sempre há algo da realidade, da existência representadas na pintura.

Quanto à imaginação, segundo Descartes, a faculdade de imaginar é uma forma de pensamento, portanto uma ideia. Fazer considerações sobre as coisas materiais tem que haver uma força interior do espírito para imaginar, é “particular contenção de espírito” (DESCARTES, 1958, p. 318).

Mesmo percebendo confusamente os objetos exteriores, a percepção exerce a sua função epistemológica de perceber. Os sentidos também exercem o seu papel ao receberem a impressão dos objetos. Os outros atos mentais — imaginar, conceber, memória — são todos considerados como formas de pensamento, portanto são ideias. Mas, o que há nas ideias, ou o que existe nas ideias?

Pode ser que os objetos existam de uma maneira objetiva, como os objetos têm costume de serem ou aparecerem à mente (DESCARTES, 1958, p. 344), pode ser uma coisa representada na ideia (realidade objetiva das ideias), inclusive, um conceito de alguma coisa, que pode ser com existência ou sem existência (somente pensada, concebida, imaginada), pode ser uma representação como imagem, pode ser a forma de alguma percepção (DESCARTES, 1958, p. 414), a conformidade do pensamento com os objetos (DESCARTES, 1958, p. 1059), a ideia do senso comum com uma ideia científica, como a ideia do sol, (o senso comum tem uma ideia do sol e os cientistas têm outra (DESCARTES, 1958, p. 1118) etc.

Em se tratando de conhecimento do mundo sensível, que é relevante para este trabalho, o que prova então que uma ideia é verdadeira e que contém os objetos exteriores ao sujeito, ou uma mente cognoscente, dito de outra forma, como se dá o acesso entre mente e mundo exterior? Os objetos causam uma impressão nos órgãos sensórios, primeiro nível de conhecimento (mesmo que confuso), mas é no espírito que se dará o verdadeiro conhecimento através de uma percepção de uma ideia clara

e distinta, validada pelo *Cogito*, pela razão. As ideias são verdadeiras representações dos objetos do mundo sensível, pois requerem uma causa, na qual esta mesma realidade seja contida, não só objetiva, mas também formal (DESCARTES, 1958, p. 390-391). As ideias possuem como causa uma realidade formal. Segue-se que existe uma possibilidade de conhecer a realidade exterior como já foi dito. Logo, a teoria das ideias pelo que já foi exposto, não é uma teoria cética, na medida em que as ideias representam, pelo espírito, os objetos do mundo sensível por tudo o que foi dito das características das ideias. Lembrando mais uma vez que Descartes está preocupado com as representações dos objetos do mundo exterior, e, não, com a explicação de atos mentais, que estão a meu ver, implícitos nas ideias e, até fora das ideias, como a percepção confusa, através dos sentidos, dos objetos.

Quanto a epistemologia de Thomas Reid, acredita-se que não é uma epistemologia totalmente cética, ou seja, que não exista conhecimento num realismo direto, há sim, diga-se, de uma forma menos sofisticada, menos racional e mais intuitiva, inata. É uma epistemologia falibilista, não há garantias de que crenças sejam verdadeiras, mas se defende que numa teoria racionalista, como a de Descartes, apesar de não ser perfeita, está num nível superior, ao passar o conhecimento para as ideias, para o conceito, para a inspeção de espírito, para a racionalização. Este é o ganho dessa teoria. Sem o espírito, a alma, sem um sujeito da cognição não haveria conhecimento, apesar de que o espírito, também não teria conhecimento sem a percepção sensível, ou seja, a impressão dos objetos. Descartes é um dualista, mas isso não impede que o corpo interfira na alma e a alma interfira no corpo.

Pode-se elencar em que aspectos Reid traduz a filosofia moderna: 1) as ideias não deixam claro como ocorre a representação mental; 2) que os atos mentais como sentir, perceber, imaginar, conceber não têm objetos distintos dessas operações, ademais; 3) não existe uma evidência causal para a existência das ideias; 4) essa teoria incorre em ceticismo.

Então, agora, respondendo à pergunta se a leitura de Reid compreendeu Descartes, é necessário esclarecer pontos na teoria cartesiana que ficaram obscuros para Reid. Sumariamente, é mister salientar que a consciência para Descartes está acima das ideias, o poder da consciência. Acho que Reid não compreendeu isso. No *Cogito*, se alguém está pensando, é evidente e incorrigível que se acredita, é um fato, se duvido, se penso, tudo isso é fortemente indubitável. Se é verdade que estou duvidando, é igualmente verdade que estou pensando. Outro ponto a ser salientado

é que Reid não percebeu que, segundo Descartes, ideias só são ideias na consciência, no espírito, não no cérebro, no *sensorium*.

Descartes está preocupado com representação, a representação de objetos do mundo sensível. No entanto, não significa, como foi exposto, que ele não acredita no mundo material. Sim, ele crê, mas a consciência, o pensamento é que vai traduzir esse objeto de tal mundo ou o mundo sensível. Ele crê nos sentidos, na percepção, em todos os atos mentais, mas é a consciência que vai discerni-los. Quando ele denomina ideia sob vários nomes, fica evidente que ideia é conceito, forma, representação, sobretudo, ao perceber uma ideia, ela é o todo do conhecimento empírico e não empírico. No conhecimento empírico, existe o sentir, o perceber, a concepção, mas, para traduzir-se em conhecimento verdadeiro, é necessário a consciência do sentir, a do perceber, a da concepção. Parece que vejo e parece que sinto não significa dizer que não vejo, não sinto, não percebo etc., mas, sim, é na consciência do sentir, do ver, do perceber, que se traduz numa ideia de que há o verdadeiro conhecimento. O primeiro grau do conhecimento é o sensível, mas para o verdadeiro conhecimento é preciso avançar para um nível superior, subjetivo, consciente (as ideias). Quando Descartes faz alusão a uma ideia clara e distinta, ele não quer dizer que na ideia há o objeto mais a ideia. A ideia tem um caráter de conceito, subjetivo, de representação, é o aparecer de uma coisa. A mediação ou o acesso entre mente e mundo sensível é a consciência, a percepção de uma representação do mundo externo através de uma ideia, entidade correlata dos objetos de tal mundo.

Reid quer distinção entre objetos e atos mentais. Sua teoria é denominada de realismo direto, um tipo de fundacionismo não estrito. Por outro lado, Descartes quer representação de tudo isso nas ideias; ele enseja ir além desse realismo direto representando o mundo nas ideias. Reid quer evidências que as ideias realmente existam, mas seu critério para tal são os de Newton (observação e experiência). Entretanto, ideias são abstrações, conceitos, representações de coisas. Que evidências empíricas Reid quereria, se ideias são entidades, representações mentais, e, além disso, que evidências certas temos dos atos mentais, num realismo direto, temos razoabilidade, mas não infalibilidade. As duas epistemologias, a meu ver, possuem o ingrediente crença. Todos os atos mentais exigem crença para seus assentimentos, e também as duas podem ser falíveis, mas por uma questão de superioridade de grau de certeza, é mais razoável crer nas ideias, num conceito. No

entanto, é preciso salientar que Descartes não crer crença, ele visa uma ciência apodídica.

É mister ressaltar e analisar as críticas reidianas à teoria das ideias. Apontam, inclusive, para o fracasso da *teoria das ideias* em dois testes: newtonianos e baconianos. Não há evidência ou indício para mostrar que as ideias, como concebidas para a teoria comum das ideias, são um fato ou existem em realidade. Em contrapartida, Reid afirma que os atos mentais como perceber, imaginar, sentir não são explanáveis, pois não têm definição estrita, o que cairia no mesmo nível de dificuldade. Acrescenta-se ainda que ele critica conjecturas e analogias por parte do sistema ideal. Afirma que são posições prováveis, de maior assentimento. Entretanto, sua teoria é a teoria do razoável, de probabilidades, doxástica. Desse modo, não incorreria no mesmo nível de dificuldades?

Existem alguns problemas na epistemologiareidiana, como por exemplo, a concepção. Para Reid, na percepção dos objetos do mundo sensível, a concepção obrigatoriamente tem que estar presente. Se não tenho a concepção de um objeto, não o percebo. Não seria um tipo de apriorismo dos objetos? Já tenho um conceito de tais objetos, ou seja, a concepção é um *a priori*, portanto, será somente uma epistemologia realista? Não se poderia dizer que é uma mescla de realismo e racionalismo (no sentido de representação)? Ainda, ele parte, para o conhecimento dos objetos do mundo sensível, de um conceito ou concepção, para depois perceber, parte do abstrato, do mental. Inicia do subjetivo, (concepção) para o objetivo (objetos do mundo). Ainda, por que Reid afirma que o senso comum é o fundamento do sistema ideal? Inclusive, que filosofia e senso comum têm que se unirem. Reid argumenta que a filosofia não tem outra raiz a não ser nos princípios do senso comum (2013, p. 26). A meu ver, um primeiro passo para o conhecimento do mundo sensível parte dos sentidos; o que Descartes não negligencia, um segundo passo são as ideias (Racionalização e Consciência). Por isso defendo a teoria das ideias de Descartes. Também que o ganho epistemológico da teoria das ideias em Descartes é que ideia ou conceito é universal, é uma certeza maior, apodídica, do que o mundo ser conhecido somente através dos sentidos. As ideias têm características de imutabilidade, são conceitos, abstrações, portanto não são efêmeras (particulares) como um conhecimento sensível, o conceito carrega consigo uma certeza maior, universal, não instável. O intelecto não opera com coisas materiais ou particulares como os órgãos sensoriais, mas sim com coisas materiais e universais. A

universalidade do conceito é mais segura do que o conhecimento sensível, pois este é particular, não é universal. No intelecto, os objetos são abstraídos de forma universal, isto dá um ganho substancial à teoria das ideias. Os órgãos sensíveis têm como conteúdo direto os objetos do mundo, mas o intelecto reconhece estes objetos particulares universalmente através das representações. Não há nenhum mistério numa representação, o que ocorre no intelecto é uma representação ou uma similitude de uma maneira universal depois do processo de abstração do objeto material. Todo este processo, Descartes denominou ideia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a crítica de Thomas Reid à teoria das ideias, vale fazer a ressalva de que não é apenas com Descartes o diálogo desse filósofo, mas sim com toda a família dos modernos, como Hume, Berkeley, Locke. A obra *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum*, de Thomas Reid, não surgiu por acaso. Pelo contrário, é resultado de um debate profundo com o ceticismo de David Hume. Além desses, o autor estudou a fundo as obras de Isaac Newton, em matemática, física e astronomia, que determinaram, de uma forma profundada, o seu método: a indução.

Na obra *Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum*, o problema central é um estudo de Reid sobre a percepção a partir dos cinco sentidos, o que vai desencadear uma crítica à teoria das ideias porque, para Descartes, perceber é perceber uma ideia e, por conseguinte, essa teoria incorre em ceticismo. Ao longo dessa obra, Reid vai tecendo várias críticas ao sistema ideal, e, nesse trabalho, em especial a Descartes.

Primeiramente, Reid mostra que Descartes colocou, como fundamento do conhecimento, a mente — o subjetivo —, e que não se poderia duvidar do pensamento “*Eu penso, eu existo*”. Qualquer pessoa em sã consciência poderia não duvidar disso. Reid questiona, com o objetivo de asserir a sua tese de que todos os seres humanos em plenas condições cognitivas poderiam afirmar tal proposição, quem garante a consciência

A próxima crítica de Reid se refere à descrença cartesiana no mundo material, à qual acha um absurdo, segundo o senso comum. Para esse autor, a teoria das ideias preconiza que o mundo material é representado numa ideia, não o vemos diretamente. Isso vai de encontro ao senso comum, que afirma que, quando se vê, por exemplo, o sol, ele o vê de fato e não através de ideias.

Viu-se, também, que, segundo Reid, os sentidos não são considerados ideias, pois o autor assere que os sentidos são afetados diretamente pelos objetos e desencadeiam os atos mentais como crença, concepção, percepção. Reid aponta também outra crítica à teoria das ideias: os sentidos são considerados pela teoria como qualidades nos corpos, o que o autor não concorda. A teoria reidiana distingue atos mentais de seus objetos, pois são coisas distintas. Portanto, o ato mental sentido

é uma instância, está no sujeito senciente, mas as qualidades primárias e secundárias estão nos corpos, pois são qualidades dos corpos. Em contrapartida, a teoria das ideias preconiza que essas qualidades dos objetos são semelhantes aos dos sentidos, o que Reid não concorda. A teoria do sistema ideal não distingue atos mentais dos objetos.

Outro problema que foi abordado e criticado por Reid é em relação à imagem e impressões na mente. A teoria das ideias apresenta que ideia é “como as imagens das coisas” e afirma que a mente recebe impressões dos objetos. Reid assevera que não vemos ou temos imagens de objetos na mente, mas os vemos diretamente. Quanto a impressões, o autor entende não haver provas de impressões na mente, tanto que argumenta que o cérebro foi dissecado inúmeras vezes e não há qualquer indício de impressões na mente ou no cérebro. Quanto ao fato de receber impressões, afirma que o objeto não age sobre a mente nem a mente age sobre o objeto. O que ocorre é que os órgãos sensórios sofrem a ação dos objetos e desencadeiam atos mentais como concepção, percepção, crença.

Por fim, Reid analisa a teoria das ideias e faz uma crítica contundente. Assevera que ela foi fundamentada em analogias e conjecturas, ou seja, ela se apoia em uma hipótese que é realmente antiga: não se percebe nada além daquilo que está na mente que o percebe, não percebemos realmente as coisas que são externas, mas apenas certas imagens e figuras delas impressas na mente, ou seja, impressões e ideias.

Num segundo momento, analisou-se como Reid apresenta Descartes na sua obra *Ensaio sobre os Poderes Intelectuais dos Homens*, cujo escopo principal é analisar os atos mentais de uma forma aprofundada, não sob o prisma dos sentidos somente, como na obra anterior. Viu-se, novamente, a crítica do autor à falácia dos sentidos, em especial em Descartes. Os sentidos para Descartes são falaciosos, porque uma vez só nos enganando, nos enganam sempre, portanto, de todo, não são confiáveis. Reid defende que os sentidos trazem consigo uma evidência boa, tanto que nós os usamos na vida diária, nas questões cotidianas da vida e, até mesmo nos tribunais judiciais mais solenes, eles servem como testemunho de fatos. Eles têm crédito nos juízos dos homens.

Explanou-se também, a crítica à teoria da percepção de Descartes feita por Reid. Essa tese defende que percebemos os objetos exteriores do mundo através de imagens que estão em nossas mentes. Desse modo, perceber é perceber imagens, e

não o objeto diretamente, o que vai na direção contrária à teoria reidiana, que defende a percepção direta dos objetos externos do mundo.

No momento seguinte, Reid critica a posição cartesiana de que os sentidos são sensações na mente, ideias de sensação. Em especial, está criticando como são apresentadas as qualidades secundárias, como cor, cheiro e gosto, de forma que afetam diretamente os nossos sentidos, pois são consideradas sensações na mente. A ideia de sensação, concernente ao ato mental sentido, e os objetos são iguais.

Viu-se também as reflexões de Reid sobre a teoria das ideias. Primeiramente, que ela é contrária ao sentido universal dos homens que não foram instruídos em filosofia. O pano de fundo de essa crítica é que a epistemologia reidiana defende que os seres humanos, naturalmente, e como parte integrante deles, têm um aparato cognitivo bom em questões do conhecimento; a segunda reflexão reidiana é que os autores dessa teoria tomaram a existência das ideias como garantida, com dogmatismo, sem fazer um exame completo, nem verificar se seus fundamentos e princípios são fiáveis. Na terceira reflexão, Reid afirma que os filósofos discordam em qualquer aspecto concernente a elas, tanto que Locke, Berkeley, Descartes, Hume definiram ideias de maneiras diferentes, fizeram conceituações distintas e indicam lugares distintos para elas. A quarta reflexão, corresponde à falta de entendimento que essa teoria traz, em relação ao discernimento dos atos mentais, isto é, não explica os atos mentais e, por fim, a última reflexão assere que as consequências dessa teoria fornecem uma justa pré-concepção contra ela e para todos os homens que consideram o senso comum da humanidade.

O capítulo da crítica de Reid à teoria das ideias é o ponto nevrálgico desta tese, pois o autor explicita e analisa os problemas da teoria das ideias e explica por que ela incorre em ceticismo. Os problemas da ineficiência dessa teoria resumem-se a vários pontos. Explanou-se, como primeiro problema apontado pelo autor, que os defensores da teoria das ideias defendem que o objeto do conhecimento age sobre a mente. Reid rebate que o objeto não é ativo, por isso ele não sofre qualquer ação. Diga-se, não é uma relação de causa e efeito entre os corpos, porque, em geral, se está preso a analogias. A teoria das ideias preconiza que um corpo é movido quando sofre a ação por outro corpo. Então, há contiguidade entre os corpos, porém, Reid contra-argumenta, que a mente não recebe esse movimento dos objetos, mas sim dos órgãos sensórios. Outro ponto é que essa teoria não explica a relação mente e mundo exterior. Na percepção, não se saberia como tal objeto imagético na mente seria

contíguo ao objeto e causaria o ato mental perceber. Dessa forma, traz confusão sobre como se percebe, como se tem lembranças, enfim, a dificuldade é que tudo se resume à percepção, ou seja, percepção de ideias.

A analogia fácil também é uma das teses de Reid contra a teoria das ideias: deve haver intercurso imediato entre mente e seu objeto, também conjecturas devem ser rejeitadas, pois o que é válido para o conhecimento mental e material deve ser cientificamente fornecido. Reid assinala que não há evidência de onde estão as ideias; as imagens na mente não têm comprovação científica. Também o autor afirma que Descartes oscila no que tange ao crédito que é devido aos sentidos. Algumas vezes argumenta que Deus não é enganador, por isso os sentidos não podem nos enganar; outras vezes declara que os sentidos enganam.

Num outro capítulo, expôs-se a epistemologia reidiana e a teoria geral do senso comum. Viu-se que a fonte principal do conhecimento da mente e de suas faculdades é a reflexão acurada sobre as operações da nossa própria mente. Temos de refletir e de atentar aos nossos atos mentais, enquanto são exercidos para não fazermos confusão e para não haja equívocos entre atos mentais com quaisquer outros comportamentos concernentes ao conhecimento da mente.

Explanou-se a teoria da evidência reidiana, começando pelo conceito de concepção. Esse ato mental supõe um poder no ente que o opera, visto que tem propriedade original e natural, cuja função é ter a convicção da existência do objeto exterior. Uma especificidade da concepção é que o que nunca teve qualquer existência pode ser concebido. Outra característica é que, quando não emitir juízos de verdade ou falsidade, ela é uma simples apreensão. Trata-se de ingrediente de toda a operação mental, por quanto não tem definição estrita. A concepção tem graus; pode ser mais viva ou fraca; pode ser clara e distinta ou obscura e indistinta. Obrigatoriamente, ela faz parte da percepção. Assim, só concebemos as coisas com as quais já estávamos familiarizados ou os atributos de tais coisas. Na teoria da evidência reidiana, também a percepção é um constituinte. Se atentarmos a ela enquanto percebemos um objeto exterior aos sentidos, encontrar-se-á alguma concepção ou noção do objeto percebido, assim como uma forte e irresistível crença desse objeto. Essa convicção e crença são imediatas, portanto não inferenciais. Os sentidos também fazem parte da percepção. Sem eles, não percebemos qualquer objeto exterior. Aos órgãos sensórios somam-se, concomitantemente, outros atos mentais, como a concepção e a percepção. Outro constitutivo dos atos mentais é a

crença. A crença tem por propriedade ser uma base justa para nossas evidências e não ser inferencial, por isso é natural e constituinte dos seres humanos. Ela também está presente na lembrança. Por sua vez, o juízo é um balizador necessário nas operações mentais. Todas as operações são acompanhadas com a determinação de que algo é verdadeiro ou falso e uma crença subsequente. Outro ato mental que Reid tematiza é a memória. Através dela, tem-se um conhecimento imediato de coisas passadas. Ela deve ter um objeto, pois todo homem que se lembra, deve lembrar de alguma coisa. É mister salientar que para Reid atos mentais são distintos de seu objeto.

De suma importância e essencial para a epistemologia reidiana é o seu método. Para investigar a mente humana e as coisas materiais, Reid seguiu e se inspirou no método de Isaac Newton, que, por sua vez, foi inspirado por Bacon. Reid radica as *Regulae Philosophandi* para fundamentar o seu método. Como viu-se, são máximas do senso comum. Elas são exercidas todos os dias na vida. Assim, filosofar através desse método, previne o erro. As características desse método são tais como ter evidências de causas-fenômenos, ter indícios dessas causas, provar opiniões pela regra do fato e da experiência. O autor chama a atenção para a “observação” e “experiência”, portanto é o conhecimento empírico; é baseado em fatos reais. Também faz parte, como característica desse método, é que pela nossa constituição, temos uma forte propensão a rastrear fatos e observações particulares a regras gerais e aplicar tais regras gerais para considerar outros efeitos. As *Regulae Philosophandi* são exercidas, dessa forma, na vida cotidiana. Reid afirma que o método é uma mera indução a partir de fatos. Isso é uma evidência de que não é do tipo demonstrativa, ou seja, é uma evidência provável. Uma justa indução é aquela que se dá através de inúmeras observações, através de repetições dos fatos, de experiências cotidianas. Deve-se coletar as leis da natureza e aplicá-las para explicar os fenômenos da natureza. A justificação do seu método é que existem princípios do senso comum com os quais o homem opera cotidianamente e esses princípios regem intuitivamente a ação e a conduta humana.

Basicamente tais princípios são o princípio da veracidade que, por natureza, temos tendência a usar as palavras e usar a verdade; o princípio da credulidade, ou seja, tomamos por verdadeiro tudo o que nos é dito ou testemunhado por outras pessoas e, o princípio indutivo, o qual inferimos pela experiência, que um evento passado se repetirá no futuro. Deve-se ressaltar que o método reidiano é a

epistemologia do testemunho e da linguagem, pois o ser humano reconhece nos seus semelhantes uma interação social através da linguagem como expressiva dos pensamentos e das operações da mente.

Um capítulo importante também visto foi o da *Teoria Geral do Senso Comum*, o qual também tem como pano de fundo a rejeição à teoria das ideias. Senso, para Reid, significa juízo ou razão. Portanto, é capacidade com a qual as pessoas medianas são habilitadas para julgar coisas comuns. Em resumo: é o “senso comum”. Ele é aquele grau de juízo, que é comum aos homens com quem podemos conversar e negociar. Um homem de senso é o que tem juízo. Os homens, na conduta da vida, têm o mesmo grau de entendimento para agir com discernimento, descobrir o que é verdadeiro e o que é falso em assuntos autoevidentes. O poder de julgar coisas do cotidiano, ou proposições autoevidentes são entendidas claramente, pois é puramente natural. Essas verdades são evidentes, porque surgem imediatamente na mente, sem inferências. Negá-las seria absurdo.

Já o método de René Descartes, como foi visto neste trabalho, é fundamentado na matemática. Método, para Descartes, é imprescindível para a busca da verdade. Afirma Descartes que toda a ciência é um conhecimento certo e evidente. Apresentou-se, neste trabalho, os quatro preceitos do método: o primeiro remete a jamais receber alguma coisa verdadeira sem evidência. Deve-se, portanto, evitar a precipitação, ter clareza e distinção nos juízos. Descartes estabelece como regra geral que as coisas que concebemos têm de ser claras e distintas. Para se ter clareza e distinção, é necessário ter intuição — a apreensão intelectual sem inferência, simples e direta. Como segundo preceito, Descartes apresenta a análise ou método analítico. É o procedimento de descoberta. Para tal, divide-se cada uma das dificuldades em várias parcelas quanto possíveis e necessárias. É, portanto, um procedimento de construção de uma solução. A ordem neste preceito é imprescindível. Agora é necessário recompor esses elementos de sua causa para o efeito: é a síntese ou composição. Nela, parte-se dos elementos absolutos e vai-se em direção aos elementos relativos ou dependentes. Também a ordem é imprescindível. Por fim, o preceito de fazer enumerações completas e revisões gerais para não omitir nada.

Apresentou-se a teoria das ideias em Descartes, primacial também para este trabalho. O impulso que levou Descartes a fundamentar as ciências, em meio a transformações científicas, instabilidades, crises na filosofia e na ciência, foi a falta de um critério de verdade. Descartes, cuja inspiração foi Sexto Empírico, tem por objetivo

refutar o Ceticismo de Montaigne e Erasmo. Através da dúvida hiperbólica, após ter mergulhado num ceticismo radical, emerge a primeira verdade clara e distinta: o *Cogito*. A fórmula como ele realiza o processo da dúvida implica uma separação entre o subjetivo e o objetivo

Ideias para este autor é o que é imediatamente percebido pelo espírito, mas também é como a imagem das coisas. Viu-se que existem várias definições de ideias, mas todas contêm uma regra geral: clareza e distinção. Aliás, são entidades representativas. As ideias têm um duplo sentido: elas tornam presente um conteúdo (é uma coisa ou um objeto) à consciência, mas a realidade objetiva dos seus conteúdos visa uma outra realidade; e outro sentido é representar, torna presente uma entidade que, na consciência está no lugar de outra entidade. O conteúdo de uma ideia é uma realidade objetiva que existe na consciência como o representante de uma realidade possível. A realidade formal de uma ideia significa a realidade das coisas que existem independentemente de serem pensadas. Tudo que existe nas ideias não são um puro nada. Desse modo, causa e efeito estão interseccionados de tal forma que, a causa não apenas origina o efeito, mas, extrapolando-o, para ele é transferido a essência ou parte da causa. Ideias sensíveis também são consideradas ideias, mesmo com sua obscuridade. São modos da união do corpo e da alma. Viu-se que, apesar de não apresentarem um conteúdo ou uma entidade, de um modo obscuro e confuso, representam algo que é exterior ao pensamento: são ideias, ideias sensíveis.

Quanto aos atos mentais cartesianos, pensamento para Descartes é tudo aquilo de que estamos conscientes. Somos conscientes de qualquer operação mental, como entendimento, imaginação, sentidos etc. Querer, sentir, imaginar é a mesma coisa que pensar. Modos da percepção são percepção sensorial, imaginação e o puro entendimento; os modos da vontade são o desejo, a aversão, a negação etc. Perceber envolve vários modos do pensamento. Percepções serão ideias de algo, portanto as ideias, que são indubitáveis à consciência, são uma prova de que o acesso às realidades exteriores será mediado por ideias. Imaginação, para esse autor, é uma faculdade mental que exige contenção de espírito. Posso imaginar algum objeto confusamente, ou acrescentar algo que não existe neste objeto, ou tirar coisas dele, ou seja, impor limites à concepção. Já a concepção não precisa do auxílio da imaginação. Conceber é conceber pelo espírito; é perceber uma forma de

pensamento, uma ideia. Quanto à memória, Descartes afirma que mesmo que um conhecimento verdadeiro tenha sido realizado no passado, não é mais um evento presente. As razões pelas quais o sujeito tenha julgado como verdadeiras, ao lembrá-las, não pode colocar tais conhecimentos do passado em dúvida. Os sentidos são utilizados na percepção sensível, na análise do sentir, e, quando se tornam conscientes, temos uma ideia sensível.

Por fim, viu-se que Reid, ao querer refutar o ceticismo da teoria das ideias, apresenta um tipo não estrito de fundacionismo, ou seja, defende um realismo direto como teoria do conhecimento; distingue atos mentais dos seus objetos e o acesso ao mundo sensível é direto. Além do que, defende a teoria do senso comum, em outras palavras, os seres humanos possuem um aparato cognitivo bom em questões do conhecimento. Este autor assevera que a teoria das ideias incorre em ceticismo, principalmente por Descartes defender o racionalismo, o conhecimento através de ideias.

Defendo que Reid não compreendeu a teoria das ideias de Descartes, em especial, o que são as ideias. Principalmente, no que se refere a como Descartes explica o conhecimento do mundo sensível, como os sentidos nos dão conhecimento sensível, e, sobretudo, não depreendeu que existe um primeiro nível do conhecimento em Descartes (o conhecimento sensível) e, depois, o segundo nível, ou seja, as ideias. Ainda, representar é apresentar como coisa, um objeto à consciência, distinto do agente conhecedor. Reid não assimilou o que é representação (ideias). E, ao comparar seu método fundamentado em Bacon e Newton com o método cartesiano, deu-se o impasse. O autor quer provas de atos mentais (ideias). No entanto, Reid não tem provas dos atos mentais que descritos por ele, uma vez que, pela sua teoria, não são definíveis e não se sabe por que agem de tal maneira. Afirma o autor que os atos mentais são constituintes e naturais dos seres humanos. A sua epistemologia é a do provável, porém exige da teoria das ideias que não seja fundamentada em analogias e conjecturas. Não é um contra-senso?

Descartes não está preocupado em descrever atos mentais, como Reid, mas em representação. Segundo Descartes, na ideia ou conceito de cada coisa, a existência está contida, portanto é na representação, no conceito, na abstração, ou seja, no subjetivo, no sujeito, na ideia é o verdadeiro conhecimento. Por achar que é um nível superior de conhecimento, pois já passamos do conhecimento sensível, que também é importante e passamos para a representação, é que defendo a teoria das

ideias. Além disso, a teoria das ideias não é cética pelos motivos expostos e quanto à teoria reidiana não há garantias de conhecimento, já que é uma teoria falibilista. Por achar que o racionalismo atinge um nível mais sofisticado, mais seguro ou superior de conhecimento, é que defendo tal teoria. Aliás, há uma afirmação de Reid, que, indiretamente, define meu posicionamento final da defesa da teoria das ideias: “Mas, por outro lado, a filosofia [...] não tem outra raiz a não ser nos princípios do senso comum; ela cresce a partir deles e se nutre deles”²²⁹. O que isso significa? Sob minha ótica, um primeiro passo para o conhecimento, é o conhecimento do mundo sensível. Descartes explica isso de uma maneira diferente de Reid, o que esse autor não entendeu. Depois desse conhecimento se servir dos sentidos, a consciência vai torná-lo em representação, ou seja, ideias.

A força explicativa e o ganho da teoria das ideias em Descartes estão fundamentados na representação, no conceito, porque conceito ou ideia é universal. O conhecimento está na consciência sobre esse conceito ou ideia, é um conhecimento apodídico. No entanto, a partir disso, não se negligencia o conhecimento sensível, pois ele é de extrema importância para as ideias.

Este trabalho poderia ir além dos temas delimitados. poder-se-ia explorar outros tópicos, pois é um tema rico para discussões futuras. E, para finalizar, deixo um pensamento de René Descartes:

“A inteligência humana só é infalível quando decide sobre o que percebe distintamente”. Quer dizer, uma ideia clara e distinta.

²²⁹ REID, 2013, p. 26.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALQUIÉ, Ferdinand. **A filosofia de Descartes**. 2. Ed. Lisboa: Presença, 1969.

BARY, Philip de. **Thomas Reid and Scepticism**. His Reliabilist Response. London-New York: Routledge, 2002.

BEEN- Zeev, Aaron. **Reid`s Opposition to the Theory of Ideas**. In: Dalgarno, Melvin and MATTHEWS, Eric (eds.).

BONJOUR, Laurence. **Realismo direto, extraído dos Ensaio sobre os poderes intelectuais do homem**. In: BONJOUR, Laurence e BAKER, Ann (eds.). *Filosofia-Textos fundamentais comentados*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CLAUDINEY, José Souza. **Por que o Representacionalismo Conduz Inevitavelmente ao Ceticismo?** *Kínesis*, Vol. VIII, nº 18, Dezembro 2016, p. 297-317. Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

CLEVE, James Van. **Reid`s Theory of Perception**. In: Terence Cuneo and René Van Woudenberg (eds). Cambridge University Press. 2004. *The Cambridge Companion to Thomas Reid*.

COTTINGHAM, John. **A filosofia de Descartes**. Lisboa: Edições 70, 1986.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção: Os Pensadores.

_____. **OEuvres et Lettres**. Paris: Bibliothèque de La Pléiade, 1958.

_____. **Princípios da Filosofia**. Tradução: Alberto Ferreira. 4ª. ed. Lisboa: Edições 70, 1989, Art. 43.

_____. **Razões Que provam a Existência de Deus e a Distinção que há entre o Espírito e o Corpo Humano. Dispostas de uma Forma Geométrica.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção: Os pensadores.

Empiricus, S. 1948 **Ouvres Choisis de Sextus Empiricus.** Paris: [editor desconhecido].

FORLIN, Enéias. **A teoria cartesiana da verdade.** Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

FREITAS, Vinícius França. **Os Usos do Senso Comum na Filosofia de Thomas Reid.** Veritas, Porto Alegre, V. 64, N. 3, JUL.-SET. 2019.

GAUER, Gustavo. História da Psicologia. **Debates Epistemológicos Entre Empiristas e Racionalistas.** (Manuscrito em preparação, especialmente cedido para fins de ensino, proibida a reprodução não autorizada) Gustavo Gauer. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In Gomes, W. B., Gauer, G. & Souza, M. L. (2007). Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/cogvila/dischistoria/gauer1.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

GRECO, John. *Reid's Reply to the Skeptic.* In: CUNEO, Terence; WOUDEMBERG, René Van. (eds). **The Cambridge Companion to Thomas Reid.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GUEROULT, Martial. **Descartes selon l'ordre des raisons: I L'Âme et Dieu.** Paris: Aubier-Montaigne, 1953.

GUIMARÃES, Leonídia Alfredo. **Percorso neural da imagem para além das sombras.** Rev. Bras. Psicodrama. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 13-29, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932012000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2021

LADEIA, Donizeti Rodrigues. **A matriz filosófica do presbiterianismo no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Faculdade de Pós-Graduação de

Humanidades de Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2014.

LANDIM, Raul Filho. **Evidência e Verdade no Sistema cartesiano**. Ed. Loyola. Col. 23. São Paulo: 1992.

_____. **Descartes: Ideia e Representação Um caso enigmático: As Ideias Materialmente Falsas**. In: Landim Filho, Raul. ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 20 nº 1, 2016.

LECLERC, André. **Operações sociais da mente**. In: Veritas, Pucrs, Porto Alegre, v. 55, n. 2, p. 108 – 125, maio/ago, 2010.

LEHRER, Keith. **Thomas Reid. The arguments of the philosophers**. London: Nova York: Routledge, 1989.

LOCKE, John. **An Essay Concerning Human Understanding**. Tradução: José Aparecido Pereira. Great Books In Philosophy. London: George Routledge And Sons, 1995 apud PEREIRA, José Aparecido. Teoria da Percepção e Crítica das Ideias no Pensamento de Thomas Reid. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

MALHERBE, Michel. Thomas Reid on the five senses. In: DALGARNO, Melvin and MATTHEWS, Eric (eds.). **The Philosophy of Thomas Reid**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989.

MARKIE, Peter. **O cogito e sua importância**. In: COTTINGHAM, John. (Org). DESCARTES. São Paulo: Ideias& Letras, 2009.

Pappus de Alexandria. **La collection mathématique**. Paris: Blanchard, 1982, p. 477-478.

PEIRCE, Charles S. Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man. In: HOUSER, Nathan; KLOESEL, Christian. **The essential Peirce: Selected**

Philosophical Writings. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1992, p. 11-27.

PEREIRA, José Aparecido. **A percepção em Thomas Reid.** 138 Kínesis, Vol. I, nº 02, Outubro-2009. Doutorando em filosofia; professor de filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Maringá e coordenador do curso de filosofia da FACED – Faculdade Apucarana Cidade Educação.

PICH, Roberto H. **A filosofia do Senso Comum de Thomas Reid e o “Critical Common-sensism” de C. S. Peirce.** Revista Cognitio, São Paulo, v.13, n. 2, p. 279-299, jul./dez, 2012.

_____. **Apresentação e uma nota sobre Thomas Reid (1710-1796).** *Revista Veritas*, v. 55, n. 2, maio/ago. p. 5-17, p. 6 Porto Alegre: PUCRS, 2010.

_____. **Thomas Reid, o Método de Filosofar e a Rejeição do Ceticismo.** In: *Dissertatio*, Pelotas, v. 32, p. 243-275, 2010.

_____. **Thomas Reid sobre concepção, percepção e relação mente-mundo exterior.** *Revista Veritas*, v. 55, n. 2, maio/ago. p. 144-175. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

PILAN, Fernando Cesar. **O Conhecimento Do Senso Comum e os Limites da Inteligência Artificial.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual Paulista. Marília, 2012.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **A abordagem das práticas doxásticas à epistemologia de William Payne Alston: uma interpretação a partir da leitura de Thomas Reid.** Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação, Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo, 2011.

REALE; ANTISERI. **História da filosofia.** V. II. São Paulo: Paupus, 1990.

REID, Thomas. **ESSAYS ON THE INTELLECTUAL POWERS OF MAN** (1785). In: BROOKES, Derek R. *A Critical Edition of Thomas Reid. Annotations by Derek R. Brookes and Knud Haakonssen. Introduction by Knud Haakonssen.* Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002.

_____. **Investigação sobre a Mente Humana segundo os Princípios do Senso Comum.** São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 217. Tradução: Aline de Moraes.

ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da filosofia moderna.** São Paulo: Loyola, 1999.

SCIACCA, Michele Federico. **História da Filosofia - II Do Humanismo a Kant.** 2ª ed. 53, 1966. Tradução de Luís Washington Vita. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Descartes: a metafísica da modernidade.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

SOUSA, Claudinei José. **Por que o representacionalismo conduz inevitavelmente ao ceticismo? A crítica de Thomas Reid à epistemologia de David Hume.** *Kínesis*, Vol. VIII, nº 18, Dezembro 2016, p. 312-313 e 297-317. Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).